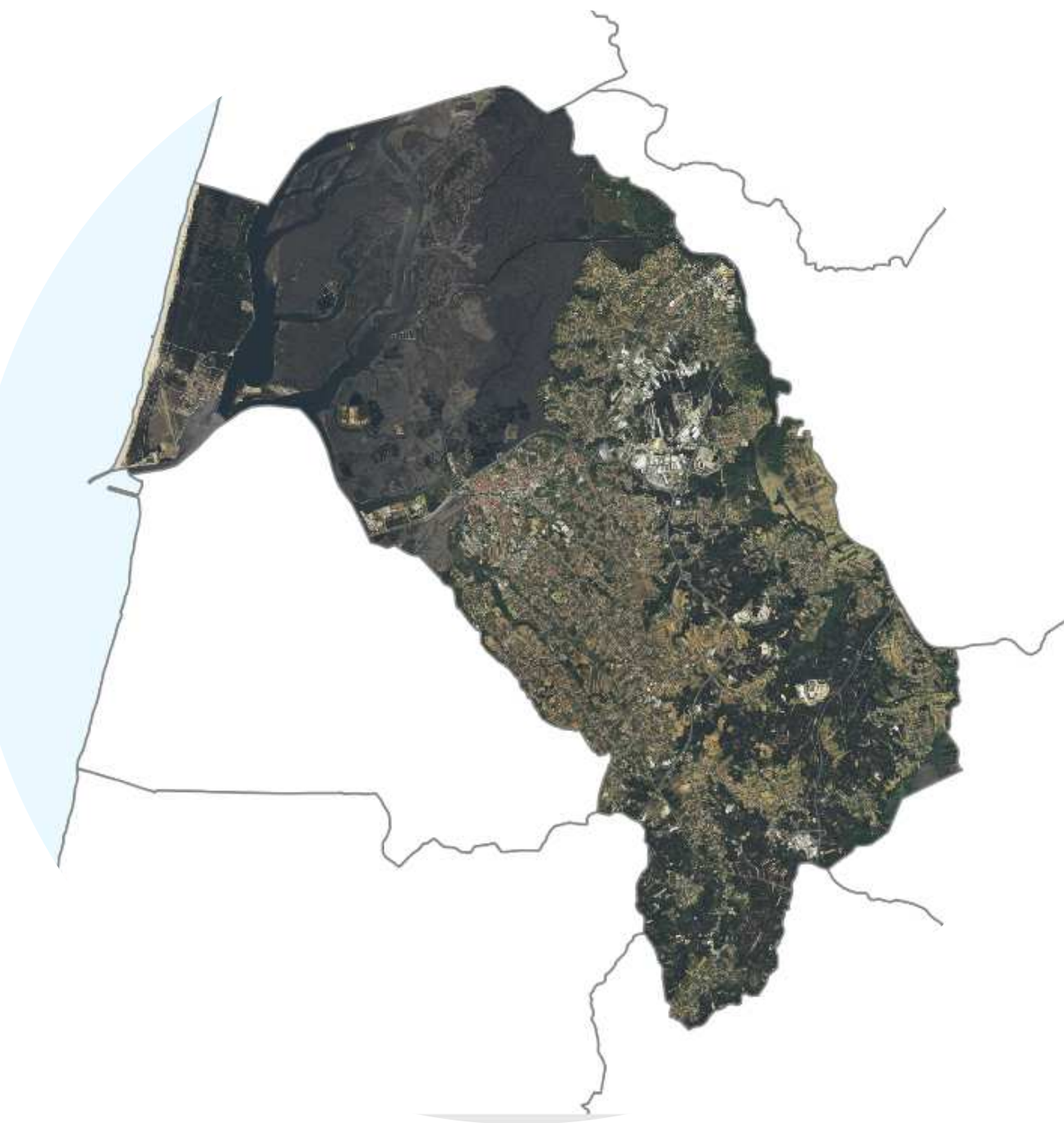




Índice

1.	INTRODUÇÃO	8
2.	METODOLOGIA	10
3.	ENQUADRAMENTO	11
3.1.	TERRITORIAL ESTRATÉGICO	11
3.2.	SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E ESTRATÉGIAS.....	12
3.3.	NOVOS DIPLOMAS LEGAIS	19
4.	EVOLUÇÃO / O que dizem os números.....	21
4.1.	DEMOGRAFIA.....	22
4.1.1.	Demografia em Aveiro – síntese	35
4.2.	ESTRUTURA SOCIO ECONÓMICA	36
4.2.1.	Base económica e emprego	37
4.2.2.	Atividade turística	37
4.2.3.	Estrutura socioeconómica - Síntese	61
4.3.	HABITAÇÃO	62
4.3.1.	Parque habitacional	63
4.3.2.	Habitação social	73
4.3.3.	Habitação - Síntese	78
5.	DINÂMICAS DOS SISTEMAS TERRITORIAIS	78
5.1.	SISTEMA AMBIENTAL	80
5.1.1.	Paisagem e valores ecológicos.....	81
5.1.2.	Ria de Aveiro	82
5.1.3.	Baixo Vouga Lagunar	83
5.1.4.	Pateira de Requeixo /Fermentelos	84
5.1.5.	Reserva Natural das Dunas de São Jacinto.....	85
5.1.6.	Abastecimento de água para consumo humano	88
5.1.7.	Tratamento de águas residuais domésticas	88
5.1.8.	Qualidade do Ar	89
5.1.9.	Ruido.....	89
5.1.10.	Produção e valorização de resíduos urbanos	90
5.2.	SISTEMA URBANO.....	93
5.2.1.	Serviços e Equipamentos.....	93
5.2.1.1.	DESPORTO	93
5.2.1.2.	ENSINO	97
5.2.1.3.	SAÚDE.....	102
5.2.1.4.	REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS – RSES	104
5.2.1.5.	CULTURA	111
5.2.2.	Infraestruturas estruturantes	113
5.2.3.	Acessibilidades e Transportes.....	113
5.2.4.	Desenvolvimento Urbano	120
5.3.	SISTEMA DE RISCO	122
6.	PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL	129
6.1.	ENQUADRAMENTO.....	129
6.2.	PDM	132
6.2.1.	Correções Materiais ao PDM – 1ª revisão	141
6.2.2.	Medidas preventivas(MP) no âmbito da elaboração do Plano Pormenor do Cais do Paraíso	140

6.3.	REN – ALTERAÇÃO	142
6.4.	CONDICIONANTES.....	143
6.4.1.	Linha de Alta Velocidade (LAV) Porto – Lisboa.....	144
6.4.2.	Linha do Norte	144
6.5.	UOPG.....	145
6.5.1.	Planos de Pormenor em Vigor	145
6.5.1.1.	PLANO DE PORMENOR DO CENTRO	145
6.5.1.2.	PLANO DE PORMENOR DE PARTE DA ZONA INDUSTRIAL DE CACIA - ALTERAÇÃO..	148
6.5.2.	Planos de Pormenor em Elaboração	150
6.5.2.1.	PLANO PORMENOR DO CAIS DO PARAÍSO	150
6.5.2.2.	PLANO PORMENOR DO PARQUE DESPORTIVO DE AVEIRO	152
6.5.3.	Planos de Pormenor Programados	154
6.6.	ESTUDOS URBANÍSTICOS.....	155
6.7.	PLANOS DE CARIZ ESTRATÉGICO COM INCIDÊNCIA TERRITORIAL.....	160
6.7.1.	Plano Municipal de Ação Climática (PMAC)	160
6.7.2.	Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Aveiro (PEDUCA)	161
7.	GESTÃO URBANÍSTICA	165
7.1.	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: RAD – REGIÃO DE AVEIRO DIGITAL	165
7.2.	DINÂMICAS	165
8.	MONITORIZAÇÃO TERRITORIAL – SISTEMA DE INDICADORES	177
9.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	184

Índice de Quadros

Quadro 1 - Quadro Síntese dos indicadores demográficos	22
Quadro 2 - Evolução da População Residente no Concelho de Aveiro por Freguesia (2011-2021)	24
Quadro 3 – Evolução da População residente	24
Quadro 4 - Evolução da população estrangeira	25
Quadro 5 - proporção população por nacionalidade	25
Quadro 6 - Distribuição população por grupos etários, 2021.....	27
Quadro 7 - Cenários de projeção REOT 2020 e Censos 20	34
Quadro 8 – Indicadores socioeconómicos	36
Quadro 9 - N.º de unidades de alojamento turístico em Aveiro	37
Quadro 10 - N.º de unidades de alojamento turístico no Município de Aveiro, por classificação	37
Quadro 11 - Capacidade de alojamento a turistas	37
Quadro 12 - Evolução do n.º de camas/utente em alojamentos turísticos	38
Quadro 13 - Concentração relativa da oferta de alojamento a turistas (%)	39
Quadro 14 - Capacidade total de alojamento a turistas, por 1000 habitantes	41
Quadro 15 – Número de equipamentos, infraestruturas e atividades turísticas.....	42
Quadro 16 - População residente com 15 ou mais anos, por condição perante o trabalho, 2021-	49
Quadro 17 - Taxas emprego e desemprego (%)	50
Quadro 18 - População empregada segundo o setor de atividade por freguesia no concelho, em 2021... ..	51
Quadro 19 - Número de empresas por sector de atividade em Aveiro, entre 2019 e 2022	55
Quadro 20 - Número de trabalhadores nas empresas por atividade e setor, entre 2019 e 2022.....	57
Quadro 21 - Volume de negócios (milhões de euros) das atividades económicas/atividade e setor.....	59
Quadro 22 - Peso do volume de negócios das atividades económicas/cada setor de atividades	60
Quadro 23 - Edifícios (N.º).....	63
Quadro 24 - Edifícios por tipo de utilização	65
Quadro 25 - Total de edifícios, segundo a época de construção	66
Quadro 26 - Proporção do n.º de fogos licenciados por tipologia, no Município (%)	67
Quadro 27 - N.º de alojamentos por freguesia	69
Quadro 28 - Alojamentos familiares clássicos (N.º) e Forma de ocupação; Decenal	71
Quadro 29 - indivíduos por residência habitual; Fonte: INE - Censos 2021.....	72
Quadro 30 - Habitações sociais propriedade municipal	73
Quadro 31 - N.º de pedidos de habitação ativos	75
Quadro 32 - Realojamentos [2020 – 2024]	76
Quadro 33 - Visitas livres e visitas guiadas desde a implementação do Modelo de cogestão na RND SJ ...	87
Quadro 34 - Consumos água Município de Aveiro 2014 a 2023	88
Quadro 35 - Número de equipamentos por tipologia, em 2024.....	95
Quadro 36 - Número de eventos desportivos por modalidade, 2024	96
Quadro 37 - Estabelecimentos de educação e ensino e níveis de escolaridade	99
Quadro 38 - Variação do n.º de alunos por ano letivo e por nível de ensino	100
Quadro 39 - Variação da rede de educação pré-escolar e do 1.º Ciclo do ensino Básico	100
Quadro 40 - Problemas prioritários por eixo de intervenção.....	109
Quadro 41 - N.º de carreiras de transportes, antes e depois do reforço da oferta.....	115
Quadro 42 - Tipos de Riscos	122
Quadro 43 - Matriz de risco	123
Quadro 44 - Hierarquização do grau de risco (gravidade vs probabilidade	123
Quadro 45 - Área ardida e número de ocorrências.....	127
Quadro 46 - Evolução dos instrumentos municipais com expressão territorial	131
Quadro 47 - Área abrangida pelos Planos de pormenor em vigor e em elaboração.....	132
Quadro 48 - Investimentos de iniciativa municipal com maior expressão financeira.....	133
Quadro 49 - Ponto de situação da programação de investimentos do PDM	137
Quadro 50 – Outros investimentos municipais.....	139

Quadro 51 – Extrato do Aviso n.º 15451/2023, de 17 de agosto.....	142
Quadro 52 – Ações e investimentos - PEDUCA	164
Quadro 53 - Número de Alojamento Local, por freguesia.....	175

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução anual da População residente em Aveiro (2011 a 2021)	23
Gráfico 2 - Evolução da População Residente no Concelho de Aveiro por Freguesia (2011-2021)	23
Gráfico 3 - Evolução População estrangeira residente em Aveiro.....	25
Gráfico 4 - Saldo migratório em Aveiro entre 2011 e 2023	26
Gráfico 5- Distribuição da população em Aveiro por grupos etários	
Gráfico 6 - População em Aveiro por grandes grupos etários (%)	27
Gráfico 7 - Índice de envelhecimento no Município	28
Gráfico 8 - Índice de envelhecimento por freguesia	28
Gráfico 9 - Índice de dependência de idososGráfico 10 - Índice de dependência de jovens	29
Gráfico 11 - Índice de dependência	29
Gráfico 12 - Variação dos Agregados domésticos privados 2011-2012 (%).....	30
Gráfico 13 - Agregados domésticos privados	30
Gráfico 14 - Dimensão média dos Agregados domésticos	
Gráfico 15 - Dimensão dos Agregados domésticos (%)	31
Gráfico 16 - Dimensão das famílias (%).....	31
Gráfico 17 - Agregados domésticos privados unipessoais (%), freguesias, 2021	32
Gráfico 18 - População residente segundo o nível de escolaridade 2021 (%)	33
Gráfico 19 - População residente segundo o nível de escolaridade em Aveiro em 2011 e 2021.....	33
Gráfico 20 - projeções demográficas até 2031	34
Gráfico 21 - Evolução da capacidade (n.º camas/utentes) de alojamento turístico	39
Gráfico 22 - Crescimento da capacidade de alojamento (%)	39
Gráfico 23 - Concentração relativa da oferta de alojamento a turistas, por freguesia (%)	40
Gráfico 24 - Capacidade total de alojamento a turistas, por 1000 habitantes, por freguesia (%)	40
Gráfico 25 - Capacidade total de alojamento a turistas em Aveiro, por Km², por freguesia	41
Gráfico 26 - N.º de equipamentos turísticos por tipologia (%).....	43
Gráfico 27 - Concentração relativa das agências de viagens e de AAT, por freguesia (%).....	43
Gráfico 28 - N.º de hóspedes em alojamento turístico no Município, por mês	44
Gráfico 29 - N.º de dormidas em alojamentos turísticos no Município.....	45
Gráfico 30 - Taxa de ocupação – cama em alojamento turístico, em Aveiro (2013 -2013).	45
Gráfico 31 - Estada média (n.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico, em 2023.....	45
Gráfico 32 - Evolução do n.º de dormidas em alojamento turístico em Aveiro	46
Gráfico 33 Taxa de sazonalidade em Aveiro (%)	46
Gráfico 34 - N.º de hóspedes em alojamento turístico na Região de Aveiro, 2020-2024.....	47
Gráfico 35 - Total do n.º de dormidas, por Município da Região de Aveiro, 2024	47
Gráfico 36 - N.º de atendimentos no Welcome Center Aveiro, por mês, 2024.....	48
Gráfico 37 - Nacionalidade dos visitantes do Welcome Center Aveiro, em 2024.....	48
Gráfico 38 -Taxa de atividade	
Gráfico 39 - Taxa de atividade Fonte: INE- censos 2021- resultados definitivos, pdf p 47	49
Gráfico 40 - Evolução da população residente ativa por freguesias entre 2011 e 2021 (%).....	49
Gráfico 41 - Taxa de desemprego (%)	50
Gráfico 42 - Taxa de desemprego (%), por freguesia, em 2021	50
Gráfico 43 - População ativa residente em Aveiro, segundo o setor de atividade, em 2021	51
Gráfico 44- População empregada (N.º) por atividade económica (CAE Rev. 3), 2021	51
Gráfico 45 - Proporção da População empregada (%) por Nível de escolaridade mais elevado completo. 53	
Gráfico 46 - População residente -15 e mais anos de idade/Nível de escolaridade mais elevado	53
Gráfico 47 - Poder de compra <i>per capita</i>	54
Gráfico 48 - Peso (%) de cada setor de atividade em Aveiro em 2019 e 2022	55

Gráfico 49 - Percentagem de trabalhadores por sector de atividade no concelho em 2019 e 2022	57
Gráfico 50 - Percentagem do volume de negócios por sector de atividade no concelho em 2019 e 2022 .	59
Gráfico 51 - Taxa de variação dos edifícios (2011 - 2021) (%).....	63
Gráfico 52 - Edifícios por nº de alojamentos.....	64
Gráfico 53 - Nº de alojamentos por edifício, nas freguesias.....	64
Gráfico 54 - Distribuição do total de edifícios segundo o nº de pisos em Aveiro - 2021	65
Gráfico 55 - Distribuição do total de edifícios segundo o nº de pisos por freguesia - 2021	66
Gráfico 56 – Total de edifícios, segundo a época de construção	66
Gráfico 57 - Edifícios construído segundo o nº de pisos (2011-2021)	66
Gráfico 58 - Variação da distribuição por tipologias entre 2020 e 2023	67
Gráfico 59 - Proporção do n.º de fogos licenciados por tipologia, na freguesia de Glória e Vera Cruz.....	68
Gráfico 60 - Edifícios (N.º) por Época de construção.....	69
Gráfico 61 - Taxa de variação dos alojamentos (2011 - 2021) (%)	69
Gráfico 62 - Taxa de Variação do n.º de edifícios e de alojamentos 2011-2021 (%)	70
Gráfico 63 - Edifícios licenciados (N.º) por Tipo de obra	71
Gráfico 64 - Variação alojamentos por forma de ocupação 2011-2021 (%).....	71
Gráfico 65 - Proporção de Alojamentos familiares (N.º) e regime de ocupação.....	72
Gráfico 66 - Variação - Alojamentos familiares clássicos de residência habitual e Regime de ocupação...	72
Gráfico 67 - N.º de Realojamentos efetivados entre 2020-2024	77
Gráfico 68 - Evolução da procura na linha 4 /AveiroBus	116
Gráfico 69 - Evolução da procura no transporte fluvial.....	117
Gráfico 70 - Área ardida e n.º de Incêndios Rurais (Décénio 2014 a 2024).....	127
Gráfico 71 - Distribuição do n.º de ocorrências e área ardida por freguesia	128
Gráfico 72 - Evolução do n.º requerimentos	147
Gráfico 73 - Evolução da emissão de alvarás de construção (licenças + comunicações prévias	166
Gráfico 74 -Edifícios licenciados por tipo de obra	167
Gráfico 75 - Edifícios licenciados	167
Gráfico 76 - Pedidos de informação prévia.....	168
Gráfico 77 - Pedidos de informação prévia/ n.º 1 e n.º2 do art.14.º RJUE	169
Gráfico 78 – Evolução dos alvarás de construção / pedidos de informação prévia	169
Gráfico 79 - Alvarás de Loteamento emitidos.....	170
Gráfico 80 - Alvarás de loteamento com e sem obras de urbanização	170
Gráfico 81 - Relação do n.º de alvarás de loteamento e área coberta por loteamentos por ano (ha)	171
Gráfico 82 - Licenças de construção, por freguesia entre 2020-2024	173
Gráfico 83 - Pedidos de certidão de obras em Área de Reabilitação Urbana	174
Gráfico 84 - N.º de registos de Alojamento Local	175

Índice de Figuras

Figura 1 - Localização estratégica da Região Centro	11
Figura 2 - Linhas da Alta velocidade	12
Figura 3 - Sistema de Gestão Territorial.....	13
Figura 4 - Enquadramento Estratégico e Operacional do PNPOT	14
Figura 5 - Compromissos para o território	14
Figura 6 - Sistema urbano do modelo territorial.....	15
Figura 7 - Fatores críticos emergentes.....	16
Figura 8 - Domínios de Intervenção e respetivas Medidas.....	16
Figura 9 - Estratégia Regional Centro 2030 /agendas estratégicas nacionais e europeias	17
Figura 10 - Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro (RIS3 do Centro).....	18
Figura 11 - Desafios e objetivos estratégicos	18
Figura 12 - Estratégia Regional 2023 - Projetos estruturantes	19
Figura 13 - Distribuição da população estrangeira.....	25
Figura 14 - Indicador Poder de Compra <i>per Capita</i>	54

Figura 15 - Habitações sociais propriedade municipal	74
Figura 16 - Carta da Estrutura Ecológica (PDM) / intervenções programadas	80
Figura 17 - Valores ecológicos	81
Figura 18 - Equipamentos desportivos	93
Figura 19 - Rede escolar	97
Figura 20 - Estabelecimentos de ensino.....	98
Figura 21 - Equipamentos de Saúde: Hospital, Unidades de Saúde e Centro de Saúde de Aveiro	102
Figura 22 - O hospital em números (2022 e 2024)	103
Figura 23 - Equipamentos e respostas sociais	105
Figura 24 - Rede solidária e rede pública	106
Figura 25 - Distribuição territorial – Equipamentos sociais.....	107
Figura 26 - Respostas sociais, segundo a população-alvo, no Município.....	108
Figura 27 - Estratégia de Intervenção	110
Figura 28 - Equipamentos culturais	111
Figura 29 - Infraestruturas estruturantes	113
Figura 30 - Carta da hierarquia funcional da rede viária(PDM	114
Figura 31 - Rede de transporte rodoviário de passageiros.....	117
Figura 32 - Estacionamento regulado da cidade de Aveiro	119
Figura 33 - Os IGT em vigor e em elaboração em 2024	131
Figura 34 - Extrato planta de Ordenamento- PP Cais do Paraíso - MP - suspensão PDM.....	140
Figura 35 - Extratos carta da REN do Município de Aveiro – 1ª alteração	143
Figura 36 - Plano de Pormenor do Centro em vigor	145
Figura 37 - Projeto de intervenção na área adjacente a capela de S. Tomás de Aquino	147
Figura 38 - Registo de requerimentos após 2020.....	147
Figura 39 - Plano de Pormenor de Parte da Zona Industrial de Cacia.....	148
Figura 40 - Operações urbanísticas de 2020-2024.....	149
Figura 41 - Plano de Pormenor do Cais do Paraíso.....	150
Figura 42 - Plano de Pormenor do Parque Desportivo de Aveiro	152
Figura 43 - Extrato da planta de ordenamento do PDM	153
Figura 44 - UOPG 2 – Ampliação da Área de Atividades Económicas- Aveiro Sul	154
Figura 45 - Dinâmica urbanística	154
Figura 46 - Áreas abrangidas por Estudos Urbanísticos	155
Figura 47 - EU Agrad do Norte/dinâmica.....	156
Figura 48 - Extratos do estudo urbanístico da Avenida Dr. Lourenço Peixinho	156
Figura 49 - Dinâmica urbanística na Avenida Dr. Lourenço Peixinho	157
Figura 50 - Estudo de Alinhamentos a Sul da Estação /dinâmica	157
Figura 51 - EU Área a Nascente da Estação de Comboios/dinâmica.....	157
Figura 52 - Estudos: Trv. do Eucalipto Sul/Rua Direita, Largo da EB de Eixo, Parque urbano da FIDEC.....	158
Figura 53 - Estudos urbanísticos em S. Bernardo: Cilhas e Cruz Alta	159
Figura 54 - S. Jacinto: Proposta de estruturação urbana.....	159
Figura 55 - Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Aveiro	161
Figura 56 - Objetivos PEDUCA, por Plano de Ação	162
Figura 57 - Intervenções municipais no âmbito do PEDUCA	163
Figura 58 - Distribuição territorial dos alvarás de loteamento.....	172
Figura 59 - Requerimentos registados em 2020 e evolução entre 2020 e 2024.....	172
Figura 60 - Área de Reabilitação Urbana - ARU.....	174
Figura 61 - Distribuição territorial dos AL (2020 a 2024)	175

1. INTRODUÇÃO

Numa época em que as conjunturas se têm revelado em permanente mutação, em ciclos cada vez mais rápidos, traduzidos por alterações demográficas, por transformações das atividades económicas, mudanças sociais e tecnológicas profundas e ainda pelos efeitos associados às alterações climáticas, o ordenamento e a gestão do território assumem-se como uma ferramenta essencial de promoção do melhor e mais adequado aproveitamento da aptidão solo e do potencial endógeno de cada território.

Os efeitos da pandemia da doença COVID-19, os conflitos na Europa e no mundo e os demais contextos políticos, exigem um repensar da organização das cidades e das regiões e na territorialização das políticas públicas, sobretudo as relações urbano-rurais, as dinâmicas regionais, a economia digital, a importância dos elementos naturais e da qualidade do ambiente urbano e do espaço público. Neste quadro, a estruturação de redes e de sistemas integrados, nomeadamente ao nível dos equipamentos, transportes, acessibilidades, energia e telecomunicações, são fundamentais para o desenvolvimento económico e social de um território sustentado, coeso e valorizado.

Para poder agir e compreender melhor os efeitos e a eficácia de adaptação aos novos desafios que a implementação da estratégia e dos objetivos estabelecidos por todos os programas e planos territoriais, são vários os diplomas, nomeadamente, a Lei de Bases da Política de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo e o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, que determinam um exigente processo de Monitorização e Avaliação em conformidade com parâmetros e indicadores que estes instrumentos de Planeamento devem definir.

Os Relatórios sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) constituem o instrumento fundamental na concretização deste princípio, ao *permitir monitorizar a respetiva estratégia, objetivos e resultados da sua execução*, estando os municípios, por determinação do RJIGT, obrigados a proceder, periodicamente, à sua elaboração e submeter à apreciação da Assembleia Municipal e, assim que esteja concluída a sua elaboração, são submetidos a um período de discussão pública.

O instrumento de referência neste período e que, por consequência, acaba por constituir o foco fundamental da análise deste Relatório é o Plano Diretor Municipal (PDM) de Aveiro – 1ª revisão, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 236 de 9 de dezembro de 2019, pelo Aviso n.º 19708/2019, cujo processo de elaboração refletiu um esforço concertado e interdisciplinar interno e de articulação com as entidades que integraram a respetiva comissão consultiva. Este procedimento constituiu uma oportunidade para uma reformulação significativa das estratégias de desenvolvimento e das abordagens de ordenamento do território municipal, decorrente das determinações legais e da consolidação e integração diversos instrumentos com tradução territorial.

Com a revisão do PDM estabeleceu-se, pois, uma base estratégica sólida e concertada para todas as intervenções no território municipal, sejam estas de promoção privada ou pública e das mais variadas escalas. Este instrumento abrange todo o território municipal e apresenta uma programação para um período de 10 anos, sendo que já decorreram 5 anos após a sua publicação.

Neste contexto, passados quatro anos desde o último balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, traduzido no Relatório do Estado do Ordenamento do Território 2020, que correspondeu apenas a um ano de vigência da revisão do PDM, o que inviabilizou a aplicação dos indicadores de monitorização por ele estabelecidos, pretende-se apresentar o resultado da avaliação contínua do desenvolvimento do território, identificando as respetivas dinâmicas e os fatores que lhe deram origem, assim como a evolução ou o surgimento de novos constrangimentos. Este relatório constitui ainda um quadro de referência que fundamentará a necessidade de revisão, alteração ou elaboração de Instrumentos de Gestão Territorial.

Neste período importa ainda salientar o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT - Primeira Revisão, Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro), enquanto instrumento de topo do sistema de gestão territorial, na definição de objetivos e no estabelecimento das grandes opções com relevância para a organização do território nacional e, mais recentemente, a profunda reforma dos diplomas legais com vista

à simplificação dos procedimentos de licenciamento (Decreto-Lei n.º 10/2024 de 8 de janeiro) no âmbito do urbanismo, ordenamento do território e indústria, no quadro do SIMPLEX.

Na mesma senda, com a publicação do Decreto-Lei n.º 117/2024, de 30 de dezembro (altera o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio) o Governo prevê «*orientar o planeamento do uso do solo para dar satisfação às prementes necessidades de habitação bem como às atividades económicas, com respeito pela salvaguarda dos recursos naturais*», pretendendo fortalecer a capacidade do Estado em promover políticas habitacionais eficazes, sustentáveis e alinhadas com as necessidades da população, fomentando a construção de habitação pública e acessível, a custos controlados, bem como a criação de soluções de venda a preços compatíveis com a capacidade financeira das famílias.

Há ainda que referir neste âmbito, o desenvolvimento do Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C), objeto de discussão pública no 1.º trimestre de 2025, que ao refletir os princípios, objetivos e orientações consagrados no PNPOT, constitui um quadro de referência estratégico para os planos municipais de ordenamento do território (PMOT) dos 78 municípios das NUTS III da Região Centro, e um instrumento fundamental na observação e análise das dinâmicas regionais, dos impactos territoriais e ambientais das políticas de ordenamento territorial e dos processos de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.

Todas estas circunstâncias de alterações legais profundas e de enquadramento por instrumentos de gestão territorial, com maior ou menor abrangência, terão naturalmente uma tradução expressiva nas dinâmicas e formas de gestão territorial, que importará avaliar e monitorizar de uma forma contínua e sistemática.

2. METODOLOGIA

O presente Relatório procederá à atualização da abordagem já efetuada no REOT 2020 e traduz uma continuidade de avaliação dos planos eficazes, agora adequado às novas orientações estabelecidas pela 1ª revisão do PDM. Para além de considerar o nível de execução dos instrumentos de planeamento em vigor, este relatório procura fazer uma recolha atualizada dos dados da caracterização social, económica e habitacional no Município que permitem perceber a evolução dos últimos anos em cada uma destas vertentes.

É de salientar que este Relatório considera já nas suas análises o período censitário de 2021, permitindo uma atualização de dados recorrendo a uma avaliação para um período temporal de 10 anos, sustentado nas mesmas fontes e metodologias de recolha e de base. Foram, ainda, atualizadas várias componentes da dinâmica municipal que possibilitam uma análise evolutiva do desenvolvimento territorial, permitindo uma observação integrada.

São ainda analisados os dados decorrentes da gestão urbanística dos últimos anos, com vista à avaliação da dinâmica urbanística associada ao território Municipal.

Tendo decorrido 5 anos da vigência da revisão do PDM, as abordagens da avaliação e monitorização decorrente da execução do plano já traduzem a aplicação dos indicadores de monitorização por ele estabelecidos.

Pela peculiaridade das matérias abordadas, o envolvimento e participação dos diversos serviços do universo municipal foi fundamental, estando traduzido nas diversas componentes específicas do documento.

3. ENQUADRAMENTO

3.1. TERRITORIAL ESTRATÉGICO

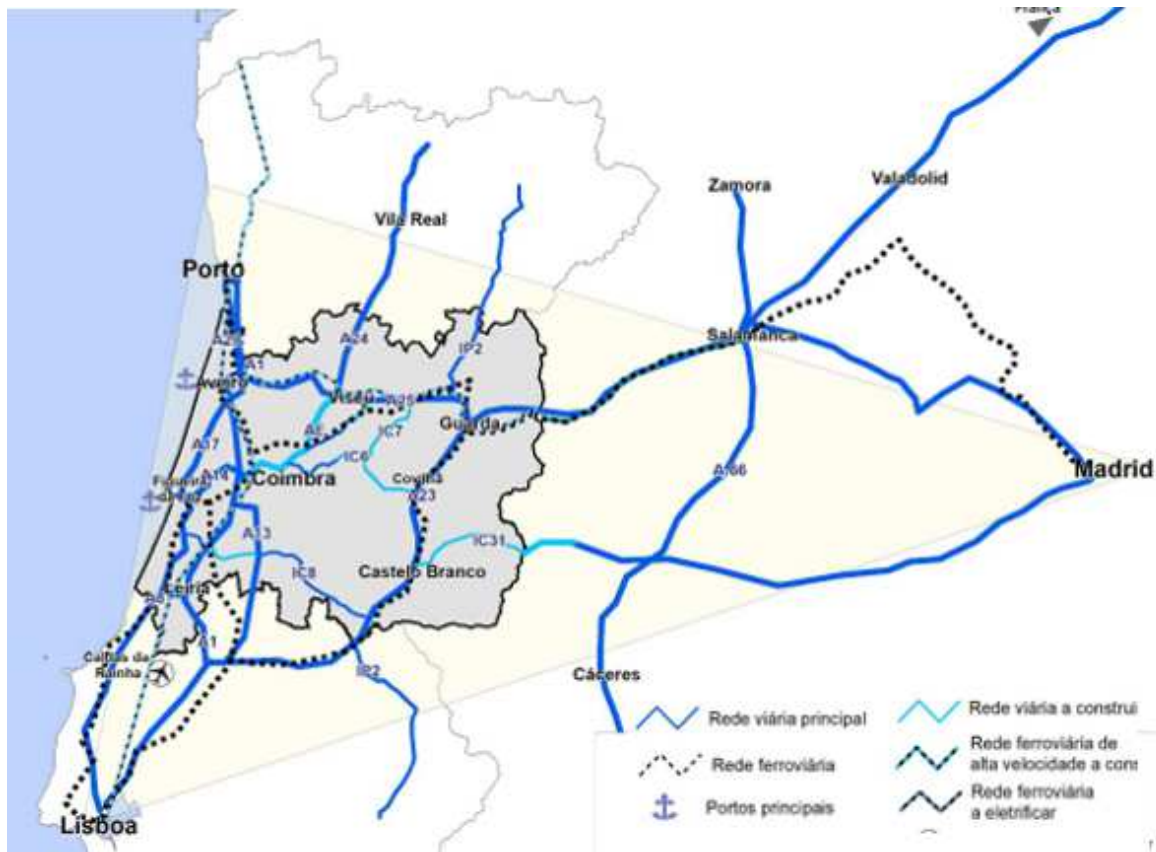


Figura 1 - Localização estratégica da Região Centro

Fonte: Proposta PROT: in relatório-Sistemas territoriais e Modelo Territorial, pag. 29

A Região de Aveiro, situada na costa ocidental da Europa, beneficia de uma localização geoestratégica, que lhe confere a possibilidade de ser servida por sistemas intermodais que a ligam diretamente à Ibéria mais oriental e ao restante Continente Europeu, através de uma densa rede rodoviária e ferroviária, bem como aos outros Continentes, por via marítima, aqui com a relevância do Porto de Aveiro, cuja importância no sistema portuário nacional tem vindo a apresentar-se reforçada, elevando a sua notoriedade e posição de referência nas cadeias de transporte internacional.

No contexto da Frente Atlântica, Aveiro e a sua região desempenham o papel de solução de continuidade, indutora de coerência e complementaridade de uma cadeia de cidades interligadas por áreas periurbanas, afirmando-se como centro de gravidade no eixo urbano vertical entre a Galiza e Sines e como nó de ligação com o eixo transversal que estabelece conectividade ao resto da Europa através de Madrid, apresentando-se, assim, como um território com elevado potencial para a implantação do Corredor do Atlântico da rede transeuropeia de transporte (TEN-T), cuja rede principal deverá ser concretizada até 2030.

Esta posição geoestratégica será reforçada com a implementação da rede de Linhas de Alta Velocidade (LAV) em Portugal, com dimensão ibérica e europeia, representando uma estratégia para a melhoria da qualidade do sistema ferroviário nacional e um compromisso de desenvolvimento económico, de coesão territorial e social e de sustentabilidade ambiental do país, contribuindo para aumentar a sua competitividade económica.

A construção da LAV Porto-Lisboa irá ainda potencializar conexões internacionais mais rápidas, através do aeroporto Francisco Sá Carneiro, que dista cerca de 87 km a norte de Aveiro e do futuro aeroporto nacional, cuja localização no Campo de Tiro de Alcochete foi recentemente decidida pelo Governo de Portugal.

A Região anseia também que a médio prazo se venha a concretizar a LAV Aveiro-Viseu-Guarda-Vilar Formoso-Salamanca, em via dupla e para uso misto de transporte de passageiros e mercadorias.



Figura 2 - Linhas da Alta velocidade

Fonte: <https://www.infraestruturasdeportugal.pt/index.php/pt-pt/rede-de-alta-velocidade>

Ao nível da rede rodoviária, Aveiro possui infraestruturas de base que permitem perspetivar também diversas potencialidades e oportunidades – o eixo da A25 até Vilar Formoso, reforça este território como uma das portas de entrada e saída do continente europeu; as autoestradas A1, A29 e A17 estabelecem conexões com a Região Metropolitana do Porto, com a cidade de Coimbra e com toda a metrópole de Lisboa.

3.2. SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E ESTRATÉGIAS

O período de referência para a elaboração deste REOT foi marcado por um quadro de profundas alterações dos diplomas legais referentes à política de ordenamento do território e de urbanismo, *que assenta no sistema de gestão territorial, organizando-se num quadro de interação coordenada, nos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal e que se concretiza através dos instrumentos de gestão territorial correspondentes, salientando a diferenciação entre programas e planos territoriais.*

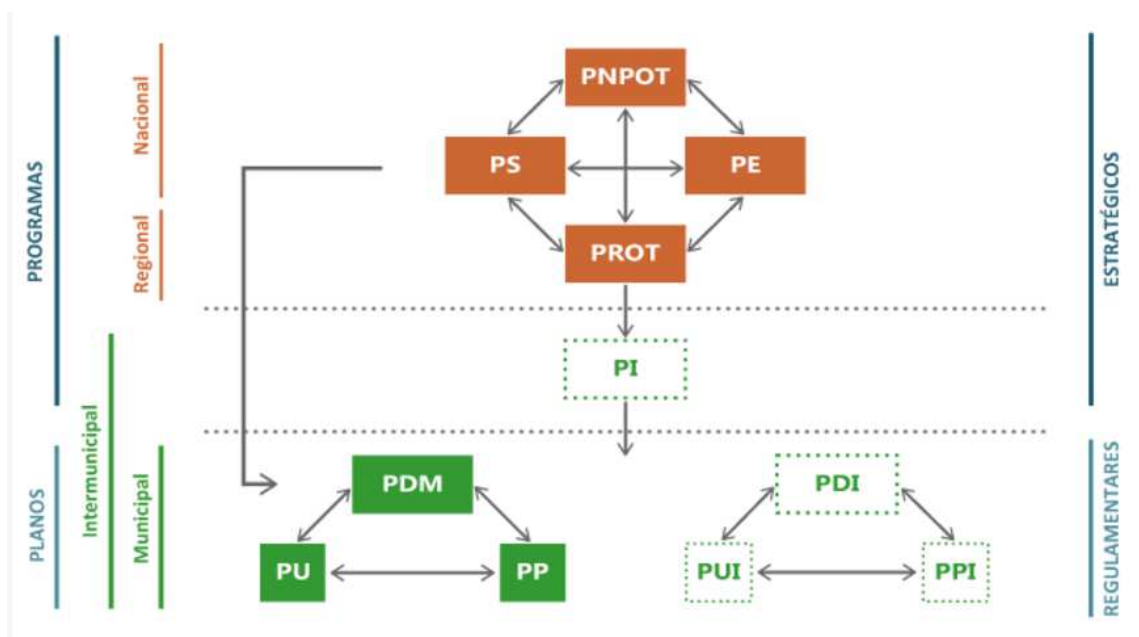


Figura 3 - Sistema de Gestão Territorial

Fonte: <https://www.dgterritorio.gov.pt/ordenamento/sgt>

Nos programas incluem-se, fundamentalmente, os instrumentos da competência do governo, destinados a estabelecer o quadro estratégico do desenvolvimento territorial, as diretrizes programáticas ou a incidência espacial de políticas nacionais, a que correspondem o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, os programas setoriais, os programas especiais, os programas regionais e ainda os programas intermunicipais.

In <https://www.dgterritorio.gov.pt/ordenamento/sgt>

Estratégia Nacional

Com a Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro, foi aprovada a primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT), revogando a Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro. O PNPOT, enquanto instrumento de gestão territorial de topo na hierarquia do sistema de gestão territorial, define objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial e estabelece o modelo de organização do território nacional, constituindo-se como o quadro de referência para os demais programas e planos territoriais e como um instrumento orientador das estratégias com incidência territorial.

A alteração do PNPOT teve como objetivos a elaboração do novo programa de ação para o horizonte 2030, no contexto de uma estratégia de organização e desenvolvimento territorial de mais longo prazo suportada por uma visão para o futuro do País, que acompanha o desígnio último de alavancar a coesão interna e a competitividade externa do nosso País e, também, o estabelecimento de um sistema de operacionalização, monitorização e avaliação capaz de dinamizar a concretização das orientações, diretrizes e medidas de política e de promover o PNPOT como referencial estratégico da territorialização das políticas públicas e da programação de investimentos territoriais financiados por programas nacionais e comunitários. in Preâmbulo PNPOT.

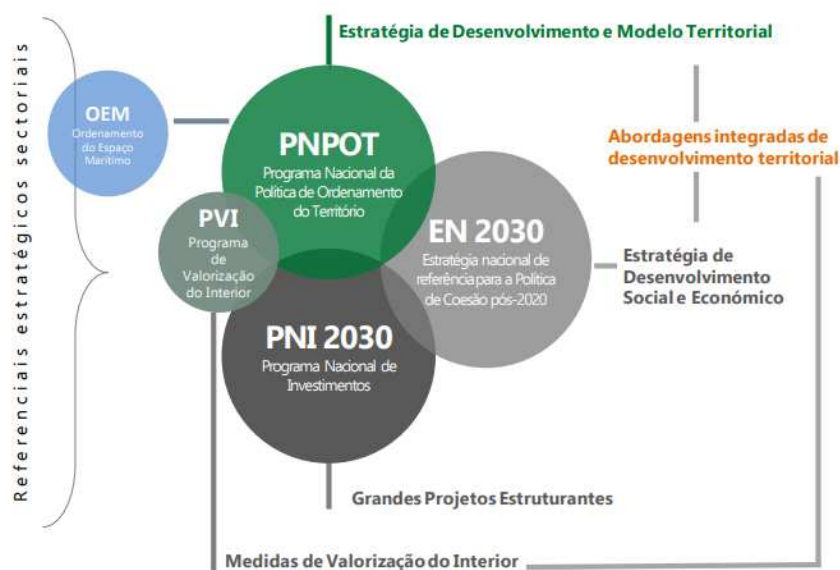


Figura 4 - Enquadramento Estratégico e Operacional do PNPOT
Fonte : https://pnpot.dqterritorio.gov.pt/pcat/ficheiros/SQ_Vconc_PNPOT_1.pdf, pag.125

Neste enquadramento, pelo papel que lhe é conferido, este programa representa um contributo decisivo para a ligação das políticas públicas ao território, estabelecendo as opções estratégicas de organização do território nacional e o modelo de estruturação territorial, valorizando a diversidade, as especificidades do território e a sua competitividade e incentivando as abordagens territoriais integradas.

Para garantir que o funcionamento do sistema de gestão territorial assenta na interação coordenada de programas e planos territoriais e para a estabilização de critérios de organização dos sistemas territoriais, apresentam-se de seguida algumas das abordagens expressas neste Programa que se consideraram fundamentais, nomeadamente, a identificação dos fatores críticos emergentes, o Modelo Territorial e Medidas de política com tradução territorial, que respondem aos Desafios Territoriais identificados na estratégia, bem como os **10 compromissos para o Território**, que traduzem as ideias fortes das apostas de política pública para a valorização do território e para o reforço da consideração das abordagens territoriais.

1. Robustecer os sistemas territoriais em função das suas centralidades
2. Atrair novos residentes e gerir a evolução demográfica
3. Adaptar os territórios e gerar resiliência
4. Descarbonizar acelerando a transição energética e material
5. Remunerar os serviços prestados pelo capital natural
6. Alargar a base económica territorial com mais conhecimento, inovação e capacitação
7. Incentivar os processos colaborativos para reforçar uma nova cultura do território
8. Integrar nos IGT novas abordagens para a sustentabilidade
9. Garantir nos IGT a diminuição da exposição a riscos
10. Reforçar a eficiência territorial nos IGT

Figura 5 - Compromissos para o território
Fonte: PNPOT

Neste âmbito, pela sua tradução nos Planos e gestão municipais, realça-se o compromisso de reforçar a eficiência territorial nos IGT, travando a artificialização do solo, promovendo a reutilização do solo enquanto suporte das atividades humanas edificadas, bem como a concentração da habitação e das atividades, pela reabilitação e regeneração urbanas, pela mobilidade sustentável, economia circular e de partilha e consumos de proximidade.

É referido no PNPOT que “O Modelo Territorial estabelece o modelo de organização espacial ambicionado, tendo por base sistemas territoriais, designadamente o Sistema Natural, o Sistema Urbano, o Sistema Social, o Sistema Económico e o Sistema de Conetividade. São ainda consideradas as Vulnerabilidades Críticas, que decorrem de fragilidades territoriais atuais, com potencial de agravamento pelas Mudanças Críticas, e como tal, exigem um esforço de adaptação induzido pelas políticas públicas”.

Deste Modelo, importa salientar o Sistema Urbano preconizado, traduzido na imagem seguinte.

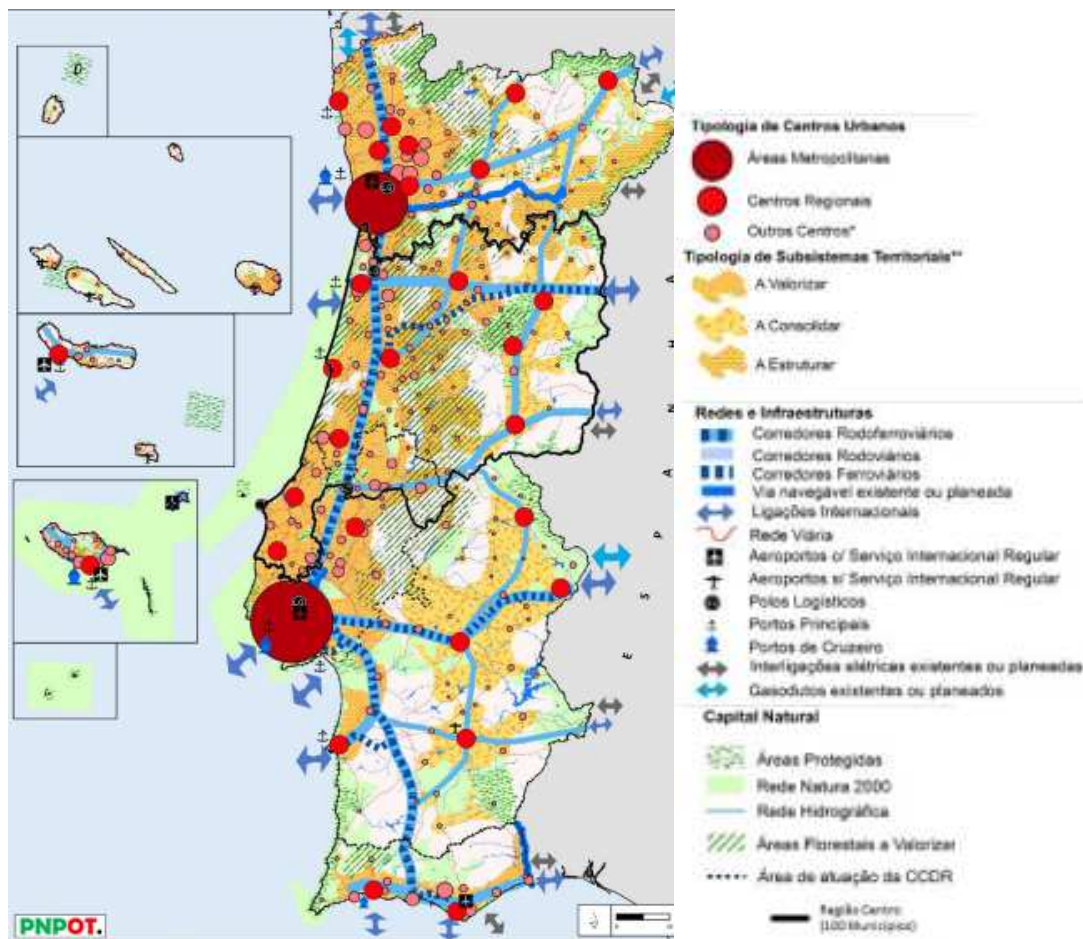


Figura 6 - Sistema urbano do modelo territorial
Fonte: PNPOT.2019

A Estratégia e o Modelo territorial refletem as Mudanças Críticas a longo prazo (2050) desenvolvendo as tendências emergentes em matéria de alterações climáticas, sociodemográficas, tecnológicas e económico-sociais, sobre os quais, no quadro seguinte, se identificam os respetivos fatores de mudança, os impactos esperados e as tendências territoriais.

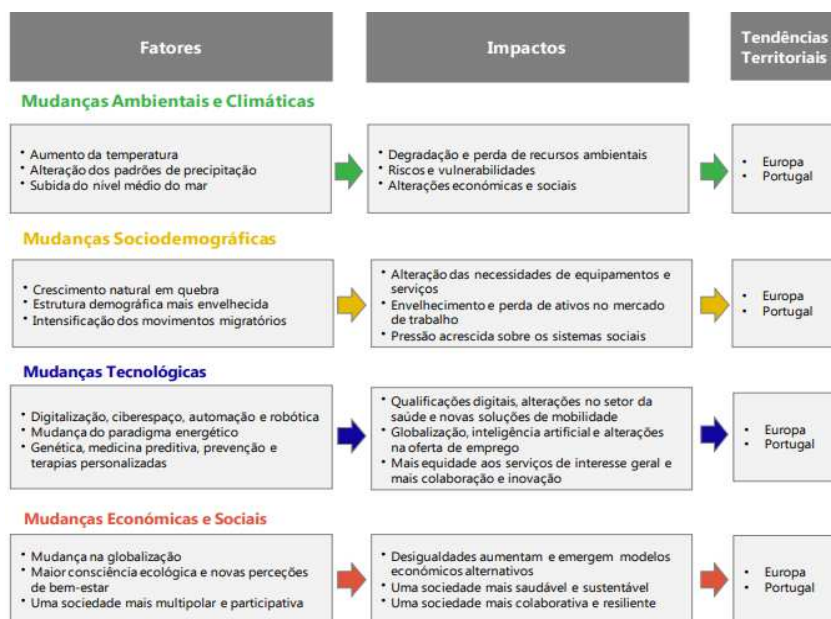


Figura 7 - Fatores críticos emergentes

Fonte: https://pnpot.dgterritorio.gov.pt/pcat/ficheiros/SQ_Vconc_PNPOT_1.pdf

São definidos 5 Domínios de Intervenção que enquadram as 50 medidas de política estabelecidas, que, por sua vez, respondem aos Desafios Territoriais identificados no relatório da Estratégia:

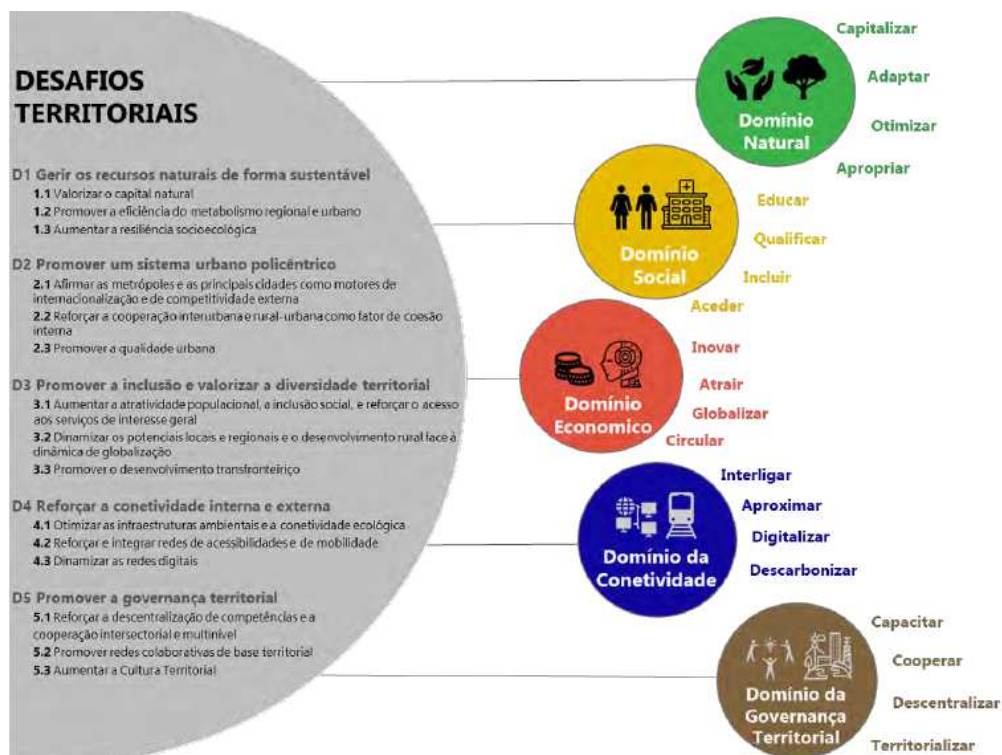


Figura 8 - Domínios de Intervenção e respetivas Medidas

Fonte: PNPOT

Consubstanciando o PNPOT, está estabelecido o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial.

Estratégia Regional

No atual quadro de planeamento e gestão territorial, o Programa Regional de Ordenamento do Território (PROT), anteriormente com a nomenclatura de Plano Regional, desempenha um papel de charneira entre a administração central e os municípios, aos quais cabe a função de integrar os objetivos e as orientações estabelecidas a nível nacional e ponderar nas estratégias regionais a estabelecer, transpondo para o nível local os grandes objetivos de desenvolvimento económico e social sustentável definidos à escala regional, num todo coerente e integrado.

Atualmente, o território nacional continental não se encontra ainda totalmente abrangido por PROT, pois as propostas de plano das regiões Centro e Norte, apesar de terem sido desenvolvidas, não chegaram a ser aprovadas, o que tem constituído uma lacuna nas orientações do sistema de gestão territorial, situação que será colmatada face à determinação de elaboração dos programas regionais de ordenamento do território, estabelecida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 177/2021, publicada a 17.12.2021.

Neste enquadramento, saliente-se que o PROT Centro está numa fase avançada do processo de elaboração, em estrita articulação com o Programa Nacional de Investimentos 2030, o Plano de Recuperação e Resiliência - Recuperar Portugal 2021-2026, o Programa de Estabilização Económica e Social (Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020, de 6 de junho), a Estratégia Portugal 2030 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro) e com a preparação do período de programação estratégica dos fundos europeus 2021-2027. Ao nível regional, salienta-se desde já que, no contexto dos trabalhos de preparação do período de programação 2021-2027, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR) coordenou os processos de definição da *Visão Estratégica para a Região Centro 2030* e de revisão para o período 2021-2027 da *Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro (RIS3 do Centro)*.

Após a conclusão da elaboração e aprovação do PROT-C, o Modelo Territorial estabelecido nesse Programa constituirá também uma referência para as opções e ações concretas de planeamento e organização do território municipal e para a definição do respetivo uso do solo, traduzida pelos planos diretores, planos de urbanização (municipais e intermunicipais) e pelos planos de pormenor.

Da **Visão Estratégica para a Região Centro – 2030**, as prioridades estratégicas são apresentadas em oito grupos aos quais correspondem linhas de ação, identificadas no quadro seguinte.

		Prioridades de intervenção							
		1. Reforçar e diversificar territorialmente e as dinâmicas de inovação	2. Promover a melhoria das condições de conectividade digital e de mobilidade em geral	3. Valorizar e densificar o sistema urbano regional	4. Combater as fragilidades e vulnerabilidades de diferentes tipos de territórios da região	5. Adaptar proativamente a região à emergência climática e à descarbonização	6. Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais	7. Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e de população em geral	8. Promover as melhores condições para a internacionalização e cooperação internacional
Agendas Europeias	Uma Europa mais Inteligente								
	Uma Europa mais verde e hipocarbónica								
	Uma Europa mais conectada								
	Uma Europa mais social								
	Uma Europa mais próxima dos cidadãos								
Agendas Temáticas Nacionais	As Pessoas Primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade								
	Inovação, Digitalização e Qualificações como motores do desenvolvimento								
	Transição climática e Sustentabilidade dos recursos								
	Um país competitivo externamente e coeso internamente								

Figura 9 - Estratégia Regional Centro 2030 /agendas estratégicas nacionais e europeias

Fonte: <https://www.ccdrc.pt/wp-content/uploads/2020/11/Visao-Estrategica-REGIAO-CENTRO-2030.pdf>

De uma forma sistematizada a *Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro (RIS3 do Centro)* está representada no esquema seguinte, identificando os Domínios Diferenciadores (o quê), Linhas de ação da Plataformas de Inovação (como) e as Transições, face aos Desafios Globais (para quê).

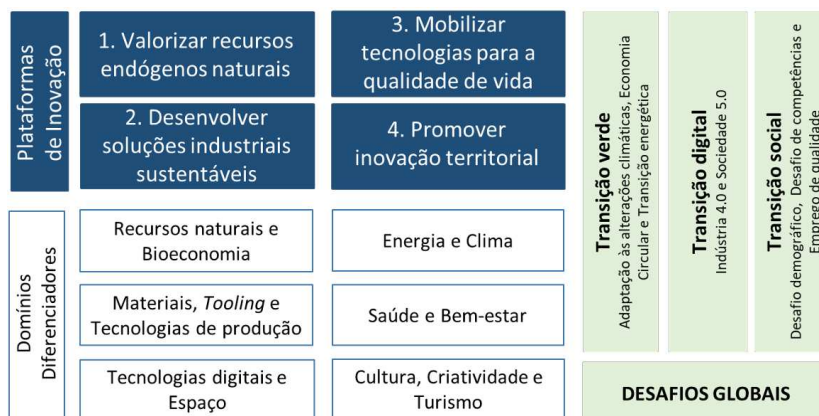


Figura 10 - Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro (RIS3 do Centro)
Fonte: In documento RIS3 do Centro - Revisão 2021-2027 (pág. 5)

Neste contexto, a *Estratégia Regional* resultou da combinação das particularidades e posicionamento dos territórios NUTS III da Região Centro e da integração das linhas fundamentais dos exercícios de planeamento já concretizados pelas CIM da região, assim como dos elementos de projetos estruturantes identificados para cada uma.

Neste quadro, a CIM - REGIÃO DE AVEIRO projeta-se no horizonte 2030 com uma visão abrangente focada na criação de equilíbrios e complementaridades entre as dimensões da sustentabilidade ambiental, da inclusão, inovação, qualificação e competitividade. Para responder aos desafios identificados foram estabelecidos os respetivos objetivos estratégicos, sistematizados no esquema a seguir apresentado.



Figura 11 - Desafios e objetivos estratégicos

Decorrente da *Estratégia Regional 2030* identificam-se de seguida, de uma forma sistematizada, os projetos estruturantes nela estabelecidos para a Região de Aveiro:

Economia /Inovação/ Saúde	Mobilidade	Atividade marítimo-portuária	Ambiente/RecursosHídricos
• <i>Consolidação do PCI (Aveiro Creative Science Park)- reforço da capacidade de acolhimento e do seu desenvolvimento empresarial e de negócios</i> • <i>Concertação de projetos de instalação de unidades de aquacultura, para aumento da capacidade regional de substituição de importações em matéria de pescado</i> • <i>Consolidação e capacitação do ECOMARE e do CITAQUA (Centro de Inovação e Tecnologia em Aquacultura)</i> • <i>Capacitação do Centro Hospitalar do Baixo Vouga - Ampliação do Hospital Infante D. Pedro</i>	• <i>Promoção da mobilidade elétrica (PNI 2030).</i> • <i>Vias para a Competitividade (PIMTRA): conjunto de Vias Estruturantes de sustentabilidade dos acessos a áreas de Localização Empresarial da Região de Aveiro</i> • <i>Corredor Internacional Norte: Nova troço Aveiro/Mangualde (PNI 2030)</i>	• <i>Reconfiguração das acessibilidades marítimas e adequação das infraestruturas portuárias do Porto de Aveiro (PA)</i> • <i>Reforço da conectividade da Zona de Atividades Logísticas e Industriais (ZALI) do Porto de Aveiro</i> • <i>Reconversão do Terminal Sul do PA numa plataforma logística / reabilitação da área adjacente para desenvolvimento da construção naval e de náutica de recreio</i> • <i>Roadmap para a transição energética no PA</i> • <i>Desenvolvimento e implementação do conceito "Smart Port" no PA</i>	• <i>Programa de Adaptação das regiões hidrográficas aos riscos de inundações (PNI 2030)</i> • <i>Qualificação da Ria de Aveiro, Defesa Costeira e Gestão das Alterações Climáticas: prosseguir o investimento da Polis Litoral Ria de Aveiro na qualificação e valorização da Ria de Aveiro e articular as ações realizadas com investimentos necessários na defesa da orla costeira/zonas de maior risco</i> • <i>Programa "Revitalização do Regadio" - reabilitação ou requalificação de infraestruturas hidráulicas agrícolas (PNI 2030).</i>

Figura 12 - Estratégia Regional 2023 - Projetos estruturantes

Ainda neste âmbito é de realçar o envolvimento intermunicipal no desenvolvimento e gestão de planos e programas em matérias relacionadas com o Desenvolvimento Regional (*Estratégia de Desenvolvimento Territorial 2014-2020, Programa estratégico Intermunicipal da Região de Aveiro, Pacto de desenvolvimento e Coesão Territorial, Grupo de Ação Costeira 2014-2020 e 2021-2027*), com as Políticas de Cidade, Mobilidade e Transportes (*Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro, Observatório da Mobilidade, Autoridade Regional de Transportes*), bem como se deve salientar, face à dimensão das operações, o investimento a nível de sistema de defesa primária e proteção de riscos – Intervenções estruturais e controlo de cheias nos rios Vouga e Antuã, Proteção das margens da Ria+ Margem esquerda do Rio Vouga, Baixo Vouga Lagunar-Infraestruturas hidráulicas do sistema de defesa contra cheias e marés – Rio Velho e Rio Novo do Príncipe).

3.3. NOVOS DIPLOMAS LEGAIS

Das várias iniciativas legislativas com o propósito de simplificação da atividade administrativa em matéria de urbanismo e ordenamento do território, salientam-se as decorrentes do Decreto-Lei nº 10/2024 de 8 de janeiro que *Procede à reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo, ordenamento do território e indústria*.

Este diploma aprova as medidas para a promoção de habitação e redução dos encargos e simplificação dos procedimentos administrativos sobre as empresas, nomeadamente, pelo aditamento do diploma relativo ao *Sistema informático para a emissão de pareceres*, pelas alterações a regimes jurídicos em matéria de urbanismo, do ordenamento do território e pela revogação de algumas normas.

Em *matéria de Urbanismo*, salientam-se as alterações e aditamentos dos vários regimes jurídicos direcionados para o mesmo objetivo de simplificação de procedimentos, nomeadamente: do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação(RJUE), do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, *especificamente do artigo 51º relativo ao procedimento de Licenças e autorizações em zona de proteção*; o Regime Jurídico das *Autarquias Locais* e do *Código Civil*. Neste âmbito, destaca-se ainda a proposta de revogação do Regulamento Geral das Edificações Urbanas(REGEU), com entrada em vigor a partir de 1 de janeiro 2026.

Em *matéria de Ordenamento do território*, salientam-se as alterações e aditamentos à Lei de Bases Gerais da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, bem como ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), pretendendo, neste âmbito, *iniciar um novo conceito e uma nova forma de gestão territorial, mais coerente, consequente e responsável, e dotando-a da racionalidade coletiva que o ordenamento do território lhe confere, enquadrando as dinâmicas económicas e sociais com efeitos espacializados*, mas sem se constituir um corpo legislativo rígido, incapaz de se ajustar à presente

necessidade de *pôr cobro à escassez de habitação e ao aumento dos seus custos*, prevendo para o efeito e mediante o cumprimento de um conjunto de requisitos um regime especial de reclassificação para o solo urbano.

Na mesma senda, em *matéria Ambiental*, o Decreto-Lei n.º 11/2023 procede à reforma e simplificação dos licenciamentos ambientais, *através da eliminação de licenças, autorizações, atos e procedimentos dispensáveis ou redundantes face à tutela dos recursos ambientais, simplificando as atividades das empresas sem comprometer a proteção do ambiente e, num contexto de crise energética, de seca e de luta contra as alterações climáticas, é necessário acelerar a concretização das transformações que é preciso realizar. A transição energética, a promoção da economia circular, o melhor aproveitamento da água e a descarbonização da economia implicam medidas que facilitem e promovam essas transformações, para as quais o presente decreto-lei contribui.*

Neste âmbito, ocorreram também alterações legislativas a regimes jurídicos em matéria de avaliação de impacto ambiental (AIA), *com o objetivo de, sempre sem comprometer a exigência relativa à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável, melhorar a sua aplicação*, e em matéria de gestão de resíduos e de deposição de resíduos em aterro.

Igualmente, dada a reconhecida emergência de combate às alterações climáticas, a 31 de dezembro de 2021 foi publicada a Lei de Bases do Clima - Lei n.º 98/2022, com entrada em vigor a 22 de fevereiro desse ano, visando o equilíbrio e sustentabilidade ecológica. Decorrente da entrada em vigor desta Lei, o Plano Municipal de Ação Climática foi aprovado em Assembleia Municipal na Sessão Extraordinária de 8 de maio de 2024.

De acordo com a Lei de Bases do Clima, o Estado fica obrigado a promover a mobilidade ativa para garantir o direito ao equilíbrio climático legalmente consagrado através, nomeadamente, *da implementação de estratégias de âmbito nacional, regional e local de mobilidade pedonal e em bicicleta; do desenvolvimento da intermodalidade dos transportes públicos com o uso da bicicleta; incentivos à aquisição e utilização da bicicleta; da oferta de sistemas públicos de bicicletas partilhadas e da criação de redes cicláveis seguras. In artigo 50º Mobilidade sustentável*

No domínio da mobilidade e dos transportes, o n.º 4 do artigo 47.º consagra que as autarquias locais desenvolvem planos de mobilidade urbana sustentável (PMUS), assumindo-se como instrumentos determinantes para a prossecução dos princípios estabelecidos na Lei.

Igualmente, no contexto das alterações climáticas, para atingir as metas de descarbonização da sociedade assumidas por Portugal, a promoção dos transportes públicos constitui um objetivo estruturante e um contributo decisivo. Neste sentido, através do Decreto-Lei n.º 21/2024, de 19 de março é estabelecido o regime jurídico do Programa de Incentivo ao Transporte Público Coletivo de Passageiros (Incentiva+TP), por forma assegurar o financiamento mais vigoroso para o sistema de transportes públicos, apoiando medidas para a sua promoção.

4. EVOLUÇÃO / O que dizem os números

Pela aplicação da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), estabelecida para a União Europeia, o território nacional está dividido em regiões estatísticas. Esta nomenclatura considera três níveis de divisão: NUTS I, NUTS II e NUTS III. Cada região NUTS III engloba vários Municípios, mas nenhuma delas coincide com o Distrito (que integra uma outra divisão do País, a divisão administrativa). <https://www.ine.pt/>

“Em 2015 entrou em vigor uma nova divisão regional em Portugal – NUTS 2013. Em relação à versão anterior – NUTS 2002 –, traduz-se por significativas alterações de número e de composição municipal das NUTS III, as quais passaram de 30 para 25 unidades territoriais, agora designadas de «unidades administrativas».” In Pordata www.pordata.pt.

À escala regional, Aveiro integra a NUTIII - unidade administrativa Região de Aveiro, conjuntamente com os Municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos.

O Município de Aveiro apresenta uma área total de 197,5km² (de acordo com a Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP 2023, distribuída pelas suas 10 freguesias delimitadas, resultado da reorganização administrativa (no seguimento da Lei nº 22/2012, de 30 de maio que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica) sendo que, até então, o Município possuía 14 freguesias.

A avaliação do estado do ordenamento do território não pode incidir apenas nos instrumentos de gestão territorial, dado que a promoção dos procedimentos de dinâmica instituídas no RJGT, nomeadamente, alteração e revisão dos IGT, dependem da evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, subjacentes e que fundamentaram as opções estabelecidas pelo respetivo instrumento. Neste ponto é fundamental perceber a evolução dos diferentes indicadores verificados no território municipal, nomeadamente, demográficos, educativos, sociais, económicos e ambientais, que permita caracterizar e perceber as dinâmicas e interações de uma forma integrada, capazes de determinar e fundamentar os objetivos e princípios a adotar como resposta cabal às perspetivas de desenvolvimento e valorização do Município.

A avaliação das principais dinâmicas concelhias efetuada incide sobre diferentes eixos orientadores do desenvolvimento territorial, desenvolvidos por domínios e setores de análise que são traduzidos em Indicadores estratégicos quantificáveis que permitem avaliar as principais dinâmicas ocorridas no concelho.

Na tabela apresentam-se os indicadores organizados por domínio e subdomínio. Para cada indicador foi elaborada uma ficha de avaliação com a seguinte informação:

- ✓ Designação do Indicador;
- ✓ Unidade de medida;
- ✓ Periodicidade;
- ✓ Fonte de informação utilizada;
- ✓ Documento de referência;
- ✓ Referência temporal considerada;
- ✓ Referência geográfica;
- ✓ Descrição do indicador.
- ✓ Análise dos resultados.

4.1. DEMOGRAFIA

Face ao período de análise deste relatório, o estudo assentou fundamentalmente na avaliação da dinâmica ocorrida na última década censitária (2011-2021) e em estimativas anuais decorrentes dos dados censitários.

Para uma melhor caracterização da dinâmica Demográfica e entendimento dos fenómenos populacionais ocorridos e a sua evolução ao longo do tempo, procedeu-se ao cálculo de uma gama de indicadores, sistematizados no quadro seguinte, que permite caraterizar e conhecer a população, verificando as várias temáticas do comportamento demográfico da população residente, nomeadamente origem, estrutura etária, qualificação e a estrutura e organização dos agregados.

DOMÍNIO	SUBDOMÍNIO	INDICADORES
DEMOGRAFIA	População	População residente total
		População residente estrangeira
		Saldo migratório
	Estrutura Etária	População residente por grandes grupos etários
		População idosa
		Índice de envelhecimento
		Índice de dependência
	Agregado ¹ doméstico privado (Família)	Agregado Doméstico Privado
		Dimensão e Dimensão média dos Agregados Domésticos Privados
		Agregados Domésticos Privados unipessoais
	Qualificação da população	População residente segundo o nível de escolaridade

Quadro 1 - Quadro Síntese dos indicadores demográficos

¹ nos Censos 2021 o conceito "família clássica" (utilizado até agora na série censitária) foi substituído por "agregado doméstico privado"

DEMOGRAFIA - POPULAÇÃO

Indicador	População residente
Unidade de medida	Número de habitantes
Periodicidade	Decenal
Fonte de informação	INE
Doc. De referência	Censos 2011, 2021 INE, Estimativas anuais da população residente
Referência temporal	2011 a 2021
Referência geográfica	Concelho e freguesias
Descrição do indicador	"Pessoas que, independentemente de no momento de observação estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres."

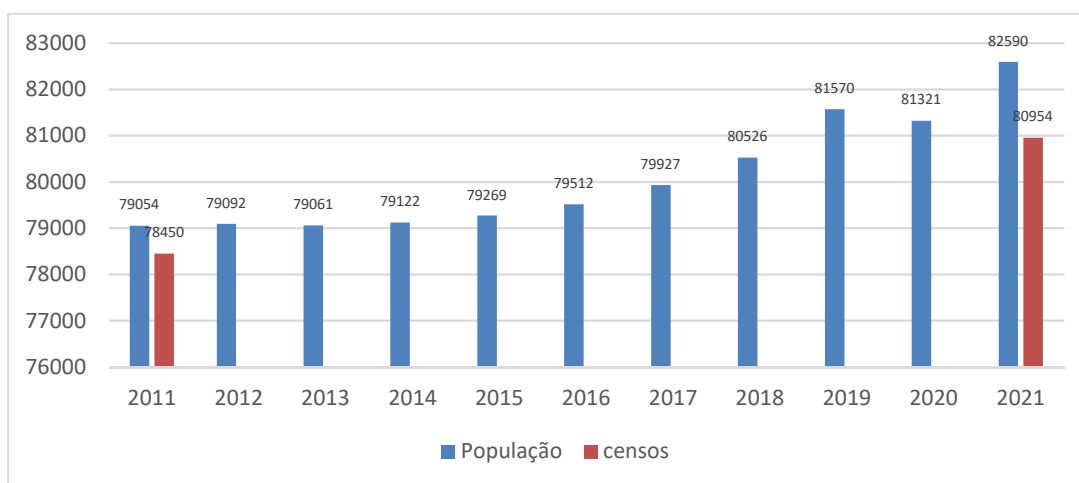


Gráfico 1 - Evolução anual da População residente em Aveiro (2011 a 2021)

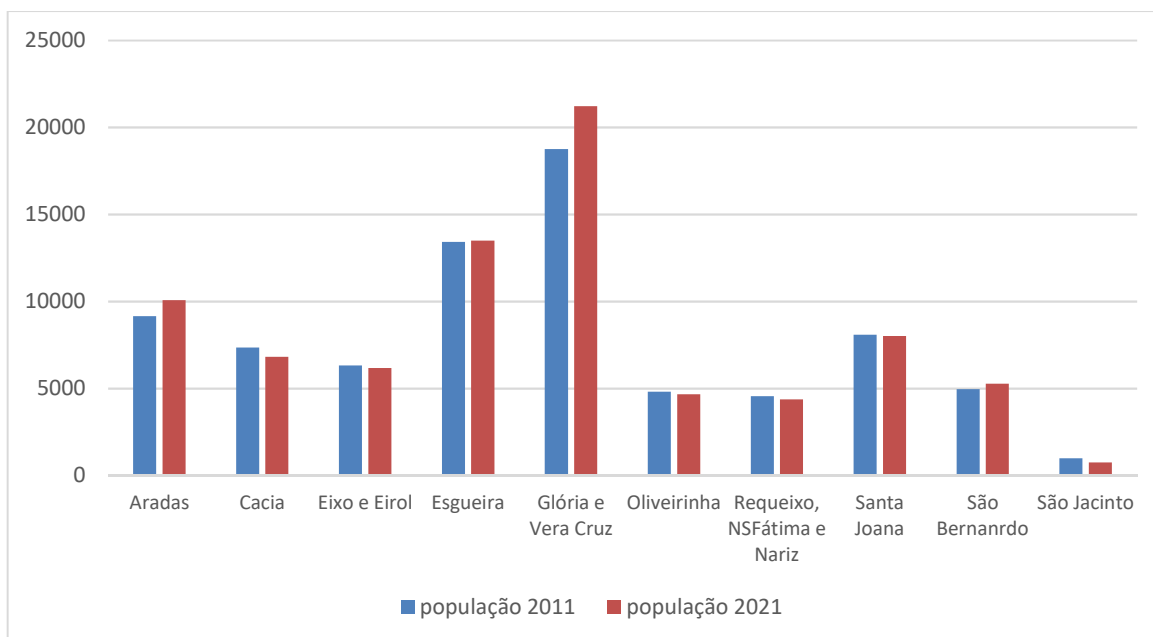


Gráfico 2 - Evolução da População Residente no Concelho de Aveiro por Freguesia (2011-2021)

	2011	2021	Variação 2021-2011 (%)
Município	78 450	80 978	3.2
Aradas	9 157	10 087	10.2
Cacia	7 354	6 830	-7.1
Eixo e Eirol	6 324	6 190	-2.1
Esgueira	13 431	13 505	0.6
Oliveirinha	4 817	4 675	-2.9
Requeixo, NSF e Nariz	4 564	4 383	-4.0
Santa Joana	8 094	8 026	-0.8
São Bernardo	4 960	5 273	6.3
São Jacinto	993	758	-23,7
Glória e Vera Cruz	18 756	21 227	13.2

Quadro 2 - Evolução da População Residente no Concelho de Aveiro por Freguesia (2011-2021)

	2011	2021	Variação%(2011-2021)
Continente	10047621	9855909	-1,9
Centro	2327755	2227239	-4,3
Região de Aveiro	370394	367403	-0,8
Aveiro	78450	80954	3,2

Quadro 3 – Evolução da População residente

Análise:

- A população residente em Aveiro aumentou em 2.528 pessoas entre 2011 e 2021. Este crescimento representa um aumento percentual de cerca de 3,2% no período censitário de 10 anos.
- Este aumento contrasta com a tendência geral do Continente e da Região de Aveiro, onde houve uma diminuição da população.
- A maioria das freguesias registou uma diminuição da população residente, com uma expressão significativa na freguesia de S. Jacinto. Esta tendência de decréscimo populacional é contrariada nas freguesias urbanas, com maior relevância na freguesia da Glória e Vera Cruz, que verificou um aumento de 13,2%.

DEMOGRAFIA - POPULAÇÃO	
Indicador	População residente estrangeira com estatuto legal
Unidade de medida	Número de habitantes
Periodicidade	Anual
Fonte de informação	INE
Doc. De referência	Censos 2011, 2021 e INE, Estimativas anuais da população residente
Referência temporal	2011 a 2021
Referência geográfica	Município
Descrição do indicador	“Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa que sejam consideradas residentes em Portugal.”

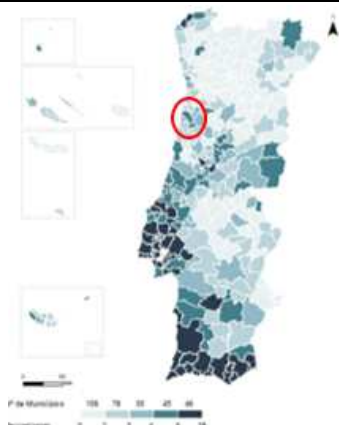


Figura 13 - Distribuição da população estrangeira
Fonte: Censos 2012- PopulaçãoEstrangeira_a.pdf

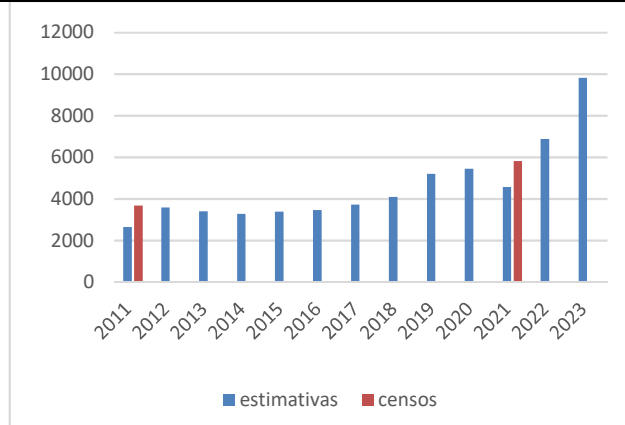


Gráfico 3 - Evolução População estrangeira residente em Aveiro

Ano	estimativas			censos
	Homens	Mulheres	Total	total
2011	1259	1393	2652	3685
2012	1805	1782	3587	
2013	1679	1728	3407	
2014	1615	1668	3283	
2015	1662	1722	3384	
2016	1689	1779	3468	
2017	1798	1931	3729	
2018	1987	2117	4104	
2019	2515	2688	5203	
2020	2605	2840	5445	
2021	2191	2386	4577	5820
2022	3513	3372	6885	
2023	5180	4641	9821	

Quadro 4 - Evolução da população estrangeira

Nacionalidade	Percentagem(2021)
Brasil	44,6
Angola	4,6
China	4,5
Ucrânia	5,2
Guiné Bissau	2,4
São Tomé e Príncipe	1,9
Cabo Verde	1,8
Reino Unido e Grã-Bretanha	1,0
Roménia	0,7
Moldávia	0,3
Outros países	32,9

Quadro 5 - proporção população por nacionalidade

Análise:

- Em 2011 havia 3685 residentes estrangeiros com estatuto legal, o que representava cerca de 4,7% da população total e em 2021 registou-se já um total de 5820 residentes estrangeiros (mais 2135 pessoas do que em 2011), representando cerca de 7,2% da população total residente.
- A evolução da população estrangeira residente em Aveiro entre 2011 e 2021 reflete um crescimento significativo – cerca de 58%, seguindo a tendência anunciada pelas estimativas referentes a 2022 e 2023.
- A composição por gênero também apresentou uma distribuição equilibrada, com uma ligeira predominância feminina, em linha com a tendência nacional.
- As nacionalidades predominantes incluem Brasil, Angola, China e outros grupos que têm contribuído para a diversidade cultural do Município.

DEMOGRAFIA - POPULAÇÃO	
Indicador	Saldo migratório
Unidade de medida	Número
Periodicidade	Anual
Fonte de informação	INE
Doc. De referência	2011-2020 Estimativas Definitivas de População Residente; A partir de 2021, Estimativas Provisórias de População Residente
Referência temporal	2011 a 2021
Referência geográfica	Concelho
Descrição do indicador	"Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, durante um ano civil"

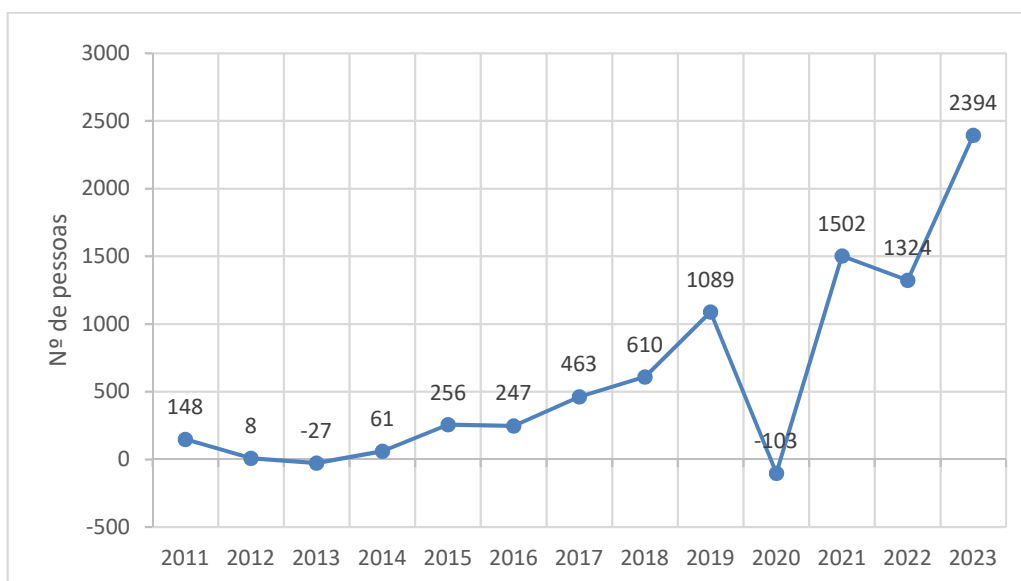


Gráfico 4 - Saldo migratório em Aveiro entre 2011 e 2023

Análise:

Tendências e Fatores influenciadores:

- Crise Económica (2011-2015): resultou num saldo migratório baixo e negativo, com muitas pessoas a emigrar.
- Recuperação Económica (2016-2019): houve um aumento na imigração e retorno de emigrantes devido à melhoria das condições económicas e ao aumento da atratividade do Município.
- Pandemia (2020): A COVID-19 interrompeu temporariamente os fluxos migratórios, gerando um saldo negativo.
- Recuperação Pós-Pandemia (2021-2023): com a recuperação da mobilidade, o saldo migratório voltou a crescer, refletindo uma forte atratividade para novos residentes.

Em síntese:

- Aveiro apresenta uma recuperação consistente no saldo migratório desde 2016, consolidando-se como uma região atrativa para novos residentes, especialmente após a pandemia. Este crescimento reflete fatores como a dinâmica económica, a presença da Universidade de Aveiro e o desenvolvimento urbano.

DEMOGRAFIA - ESTRUTURA ETÁRIA	
Indicador	Estrutura etária da população
Unidade de medida	Número/rácio
Periodicidade	Decenal
Fonte de informação	INE
Doc. De referência	Censos 2011 e 2021
Referência temporal	2011 a 2021
Referência geográfica	Município
Descrição do indicador	Distribuição de pessoas por faixas etárias

	grupo etário								Índice de sustentabilidade potencial
	0 - 14	%	15 - 24	%	25 - 64	%	65 e mais	%	
Continente	1264697	12,8	1031659	10,5	5225083	53	2334470	23,7	268,0
Centro	263399	11,8	220555	9,9	1141105	51,2	602180	27	226,1
Região Aveiro	46387	12,6	37825	10,3	197106	53,6	86085	23,4	273,0
Aveiro	10491	13	8409	10,4	45042	55,6	17012	21	314,2

Quadro 6 - Distribuição população por grupos etários, 2021

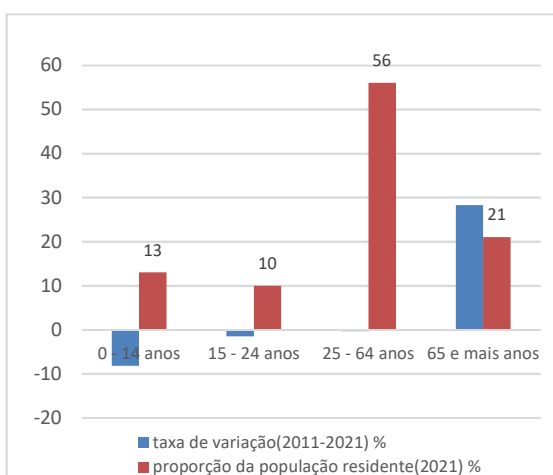


Gráfico 5- Distribuição da população em Aveiro por grupos etários

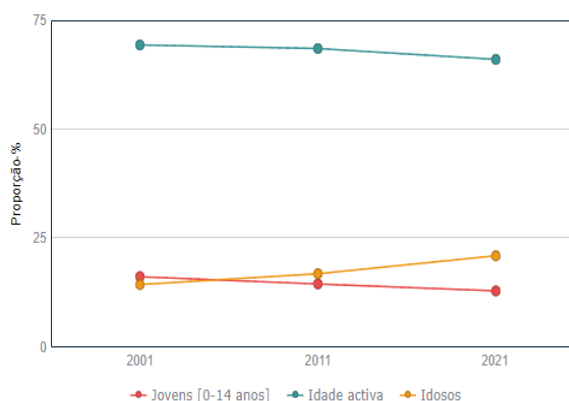


Gráfico 6 - População em Aveiro por grandes grupos etários (%)
Fonte: PORDATA/INE - Censos 2021

Análise

- Da distribuição da população residente por grupos etários é expressiva a proporção dos idosos face ao número de jovens. Ainda assim, em Aveiro é onde se verifica maior peso da população em idade ativa e crianças, mas em contrapartida, menor percentagem de idosos face ao verificado no Continente, Centro e Região de Aveiro. Em Aveiro, o grupo etário de 65 ou mais anos foi o único que cresceu na última década censitária.
- Da relação entre a população em idade ativa (15-64 anos) e a população idosa (65 anos e mais) obtém-se o índice de sustentabilidade potencial, que traduz a capacidade de “resistência” do sistema na relação dos contribuintes face aos dependentes. A descida deste índice é, na generalidade, um comportamento partilhado, mas é, no ano de 2021, no Centro e Continente que este índice assume os valores mais baixos, situando-se nos 226 e 268, respetivamente. Em contrapartida, destaca-se a supremacia do índice de sustentabilidade potencial verificado em Aveiro, situando-se no valor de 314.

DEMOGRAFIA - ESTRUTURA ETÁRIA	
Indicador	Índice de envelhecimento
Unidade de medida	Rácio
Periodicidade	Decenal
Fonte de informação	INE
Doc. De referência	Censos 2021
Referência temporal	2011 a 2021
Referência geográfica	Município, freguesias
Descrição do indicador	Relação entre a população idosa e a população jovem, definida como quociente entre o número de pessoas com 65 anos ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos"

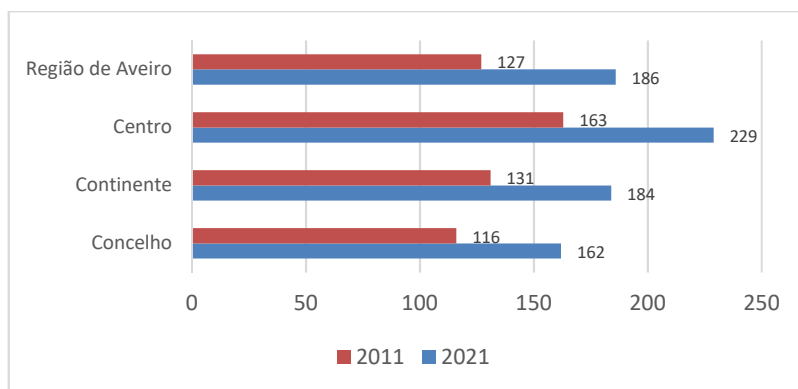


Gráfico 7 - Índice de envelhecimento no Município

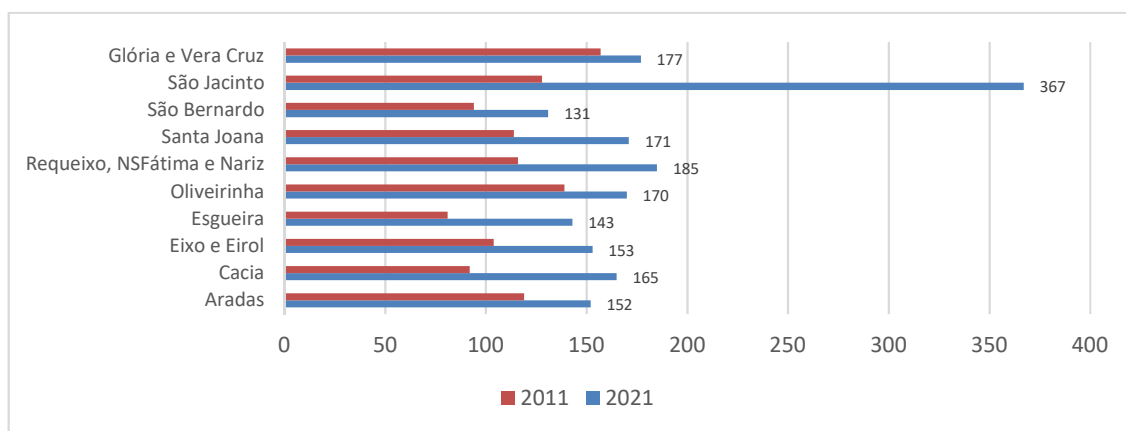


Gráfico 8 - Índice de envelhecimento por freguesia

Análise:

- Num quadro de envelhecimento demográfico generalizado e numa tendência de crescimento na última década censitária, de acordo com o valor registado nos censos de 2021, Aveiro é onde se verifica um índice de envelhecimento mais baixo (162) enquanto que o Continente e Região de Aveiro se situam nos valores de 184 e 186, respetivamente.
- Esta tendência é também transversal a todas as freguesias, sendo que a mais acentuada se verificou na freguesia de S. Jacinto (367), em contraponto, a expressão mais reduzida é patente na freguesia de Glória e Vera Cruz.

DEMOGRAFIA - ESTRUTURA ETÁRIA	
Indicador	Índice de dependência
Unidade de medida	Rácio
Periodicidade	Anual
Fonte de informação	INE
Doc. De referência	Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021
Referência temporal	2011 a 2021
Referência geográfica	Concelho
Descrição do indicador	“Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.”

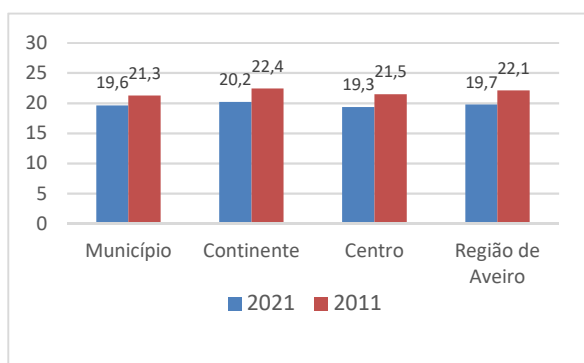


Gráfico 9 - Índice de dependência de idosos

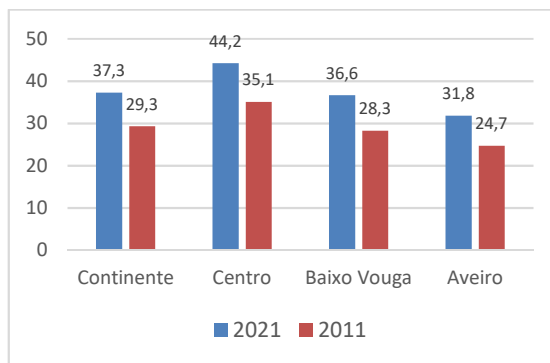


Gráfico 10 - Índice de dependência de jovens

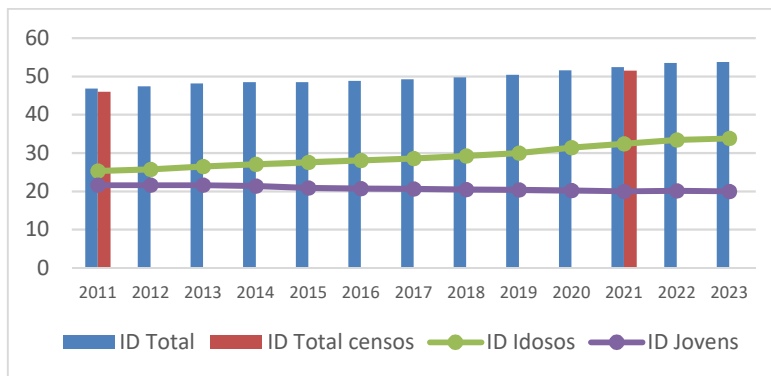


Gráfico 11 - Índice de dependência

Análise:

- Pressupondo que os jovens e os idosos são dependentes economicamente da população ativa, os índices de dependência de jovens e de idosos são indicadores da proporção de pessoas que é suportada pela população potencialmente produtiva. O **índice de dependência total** tem verificado uma tendência de crescimento contínuo, levando a questionar a sustentabilidade do sistema de Segurança Social.
- Tanto Aveiro quanto o Continente apresentam um aumento expressivo e consistente do **índice de dependência de idosos**, registando os valores mais altos, superiores ao verificado no Centro e Região de Aveiro.
- O **índice de dependência de jovens** verificou uma redução generalizada. Ainda assim, em Aveiro foi onde se registou o menor decréscimo, podendo associar-se este comportamento à baixa natalidade generalizada.
- Em 2023, em Aveiro, o índice de dependência de idosos é 1,69 vezes maior que o índice de dependência de jovens (33,8 vs. 20).

DEMOGRAFIA – AGREGADO DOMÉSTICO PRIVADO	
Indicador	Agregado doméstico privado
Unidade de medida	Taxa de variação
Periodicidade	Decenal
Fonte de informação	INE, Recenseamento da População e habitação
Doc. De referência	Censos 2021
Referência temporal	2011 a 2021
Referência geográfica	Município, freguesias
Descrição do indicador	Conjunto de pessoas que tem a residência habitual no alojamento familiar ou a pessoa independente que ocupa um alojamento familiar.

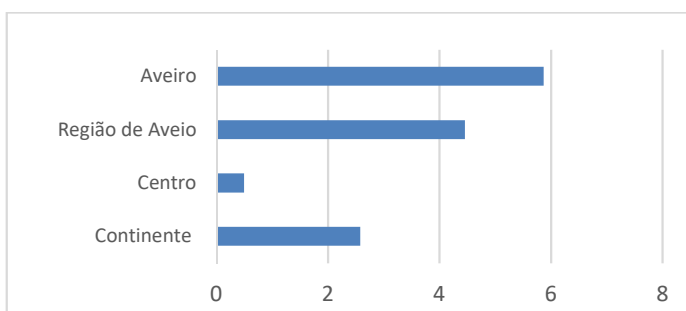


Gráfico 12 - Variação dos Agregados domésticos privados 2011-2012 (%)

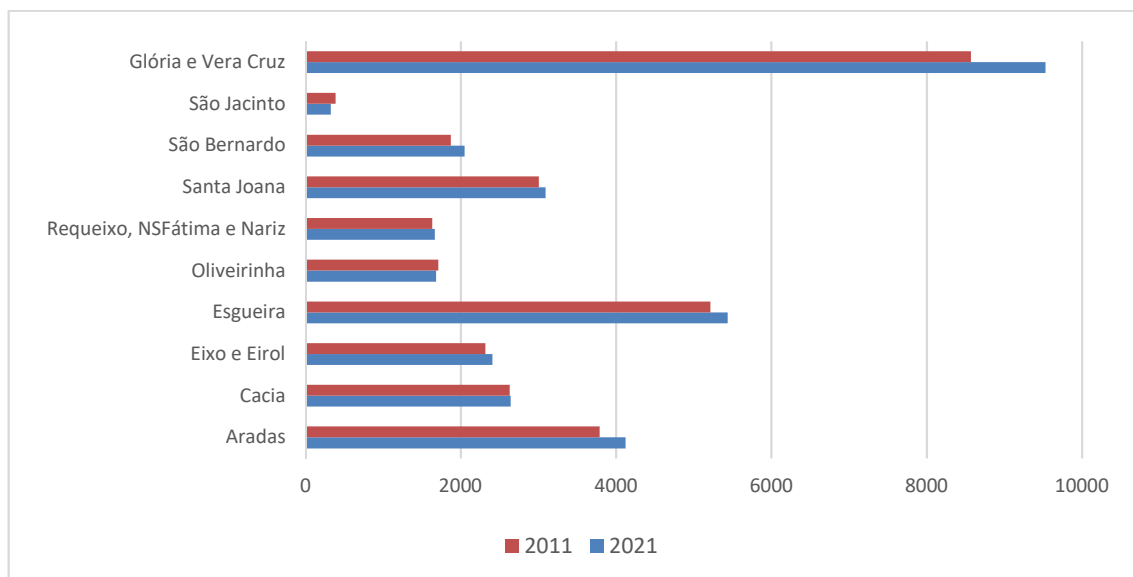


Gráfico 13 - Agregados domésticos privados

Análise:

- O número de agregados domésticos privados em Aveiro verificou um aumento significativo nos últimos 10 anos, na ordem dos 5,9%, se comparado com o aumento verificado no Centro e Continente, o que estará associado ao crescimento populacional registado na última década.
- As freguesias mais urbanas são também as que registaram maior nº de agregados familiares e as que tiveram aumento na última década censitária, destacando-se Glória e Vera Cruz, seguida de Esgueira e Aradas.
- S. Jacinto e Oliveirinha apresentaram uma ligeira redução do número de agregados domésticos.

DEMOGRAFIA – AGREGADO DOMÉSTICO PRIVADO

Indicador	Dimensão e Dimensão média dos Agregados Domésticos Privados
Unidade de medida	Número
Periodicidade	Decenal
Fonte de informação	INE
Doc. De referência	Censos 2021
Referência temporal	2021
Referência geográfica	Município, freguesias
Descrição do indicador	Quociente entre o número de pessoas do agregado doméstico privado e o número de agregados domésticos privados.

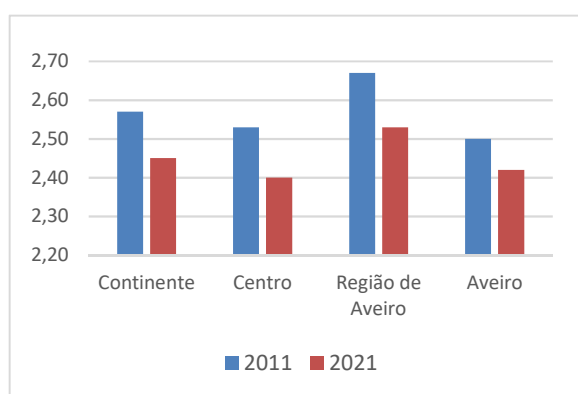


Gráfico 14 - Dimensão média dos Agregados domésticos

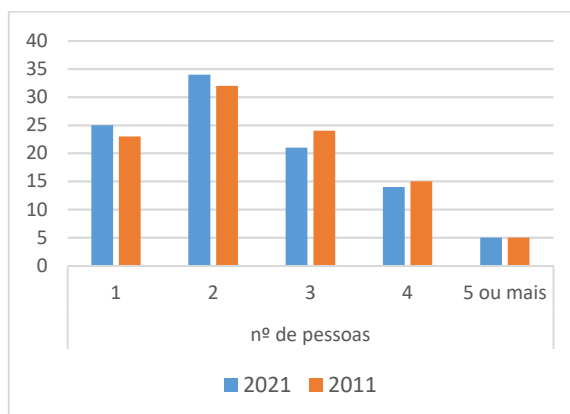


Gráfico 15 - Dimensão dos Agregados domésticos (%)

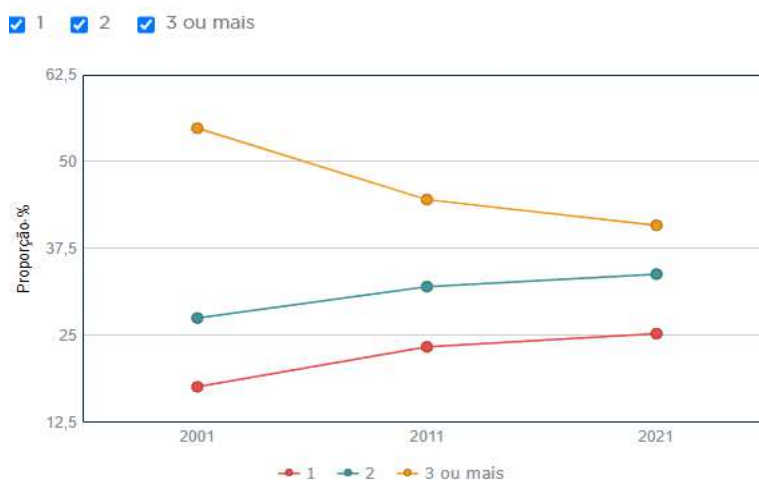


Gráfico 16 - Dimensão das famílias (%)
Fonte: PORDATA/INE

Análise:

- Na última década assistiu-se ao reforço do número de agregados domésticos privados com 1 ou 2 pessoas, e em contrapartida, o número de agregados domésticos privados compostos por três ou mais pessoas diminuiu.
- Apesar de se manter a prevalência de agregados domésticos privados com 2 pessoas, verificou-se uma inversão da posição em relação a 2011 - a proporção de os agregados com 1 pessoa passou a ser superior aos agregados com 3 pessoas.
- O decréscimo na dimensão dos agregados traduz-se numa diminuição generalizada da dimensão média dos agregados domésticos privados, refletindo as tendências de fecundidade, nupcialidade e divorcialidade existentes no país.
- Em Aveiro, os resultados dos Censos 2021 indicam que a dimensão média dos agregados domésticos privados, com apenas 2,4 pessoas, é um dos mais baixos do âmbito da análise, representando uma diminuição de 0,1 pessoas face a 2011.

DEMOGRAFIA – AGREGADO DOMÉSTICO PRIVADO	
Indicador	Agregados domésticos privados unipessoais
Unidade de medida	Número
Periodicidade	Decenal
Fonte de informação	INE
Doc. De referência	INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021
Referência temporal	2021
Referência geográfica	Município, freguesias
Descrição do indicador	Famílias clássicas com um indivíduo.

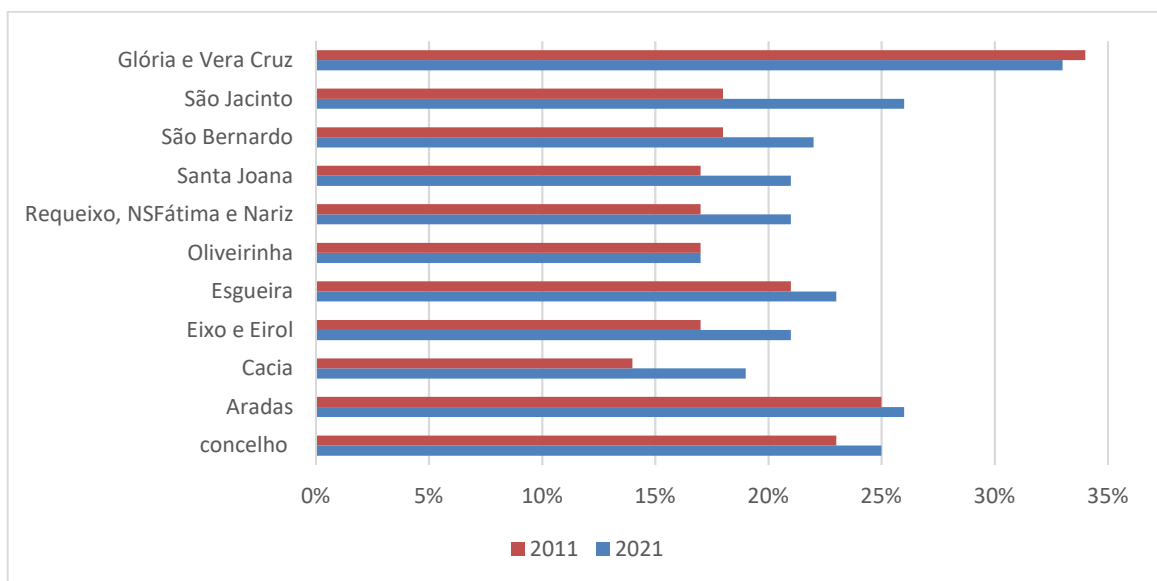


Gráfico 17 - Agregados domésticos privados unipessoais (%), freguesias, 2021

Análise:

- De acordo com os Censos 2021, em Aveiro os agregados unipessoais representam 25% do total de agregados domésticos privados.
- Face a 2011, o número de pessoas a viver sozinhas aumentou em Aveiro, bem como na generalidade das freguesias, à exceção do verificado na Glória e Vera Cruz onde a representação dos agregados domésticos unipessoais reduziu em 1%.
- Destaca-se o aumento significativo da proporção de agregados domésticos unipessoais na freguesia de S. Jacinto, onde se verificou o maior aumento.
- Analisando a variação (%) entre 2011-2021 verifica-se que em Aveiro o número de agregados domésticos unipessoais cresceu em média 14,4%.

DEMOGRAFIA - QUALIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO	
Indicador	População residente segundo o nível de escolaridade
Unidade de medida	Número e Percentagem
Periodicidade	Decenal
Fonte de informação	INE
Doc. De referência	Censos 2011 e 2021
Referência temporal	2011 e 2021
Referência geográfica	Município
Descrição do indicador	“Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respetivo certificado ou diploma.”

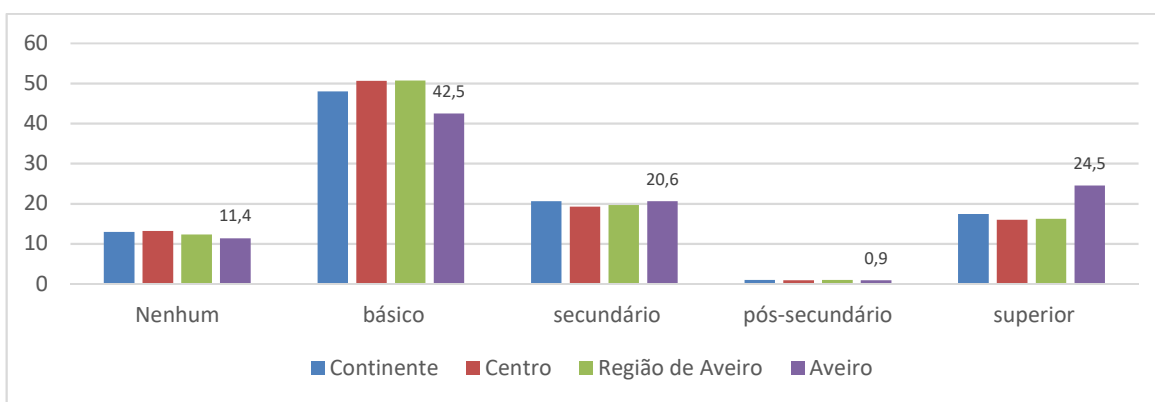


Gráfico 18 - População residente segundo o nível de escolaridade 2021 (%)

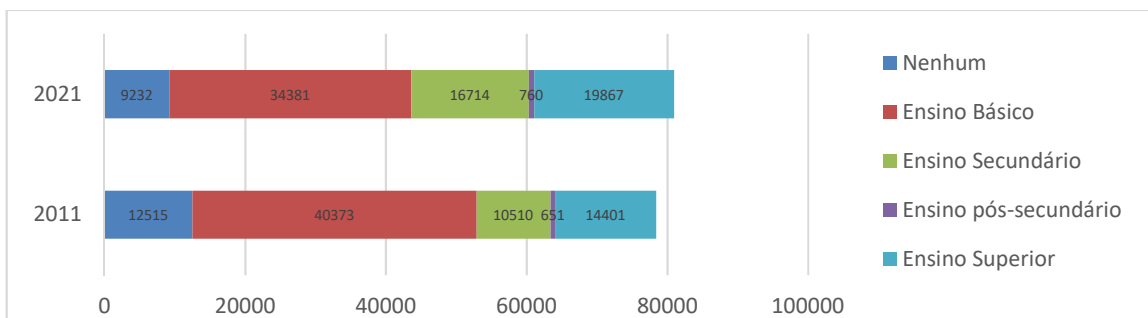


Gráfico 19 - População residente segundo o nível de escolaridade em Aveiro em 2011 e 2021

Análise

- Aveiro regista uma melhoria no nível de escolaridade da população residente, com o reforço expressivo da população com ensino superior.
- Os Censos 2021 revelam que a população com ensino superior representa 24,5% do total de população. Em 2011, essa proporção era de 18,4%, o que representou um aumento de 38%. Também a população com ensino secundário progrediu de forma expressiva, passando de 13,4% para 20,6%, o que representou um aumento de 59%.
- Em contrapartida a população com ensino básico ou nenhum nível de escolaridade reduziu 15% e 26%, respetivamente.

DEMOGRAFIA – na projeção	
Indicador	Projeções demográficas - Análise
Fonte de informação	INE
Doc. De referência	Censos 2021
Referência geográfica	Município
Descrição do indicador	Projeção efetuada no REOT 2020 - Análise evolução populacional

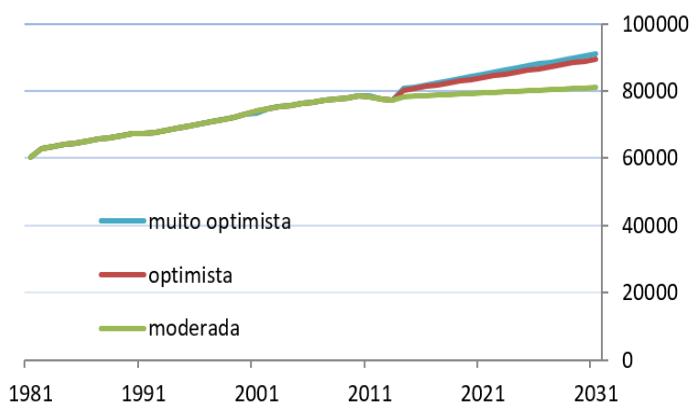


Gráfico 20 - projeções demográficas até 2031
Fonte: REOT 2020

Cenários de projeção – Município de Aveiro				Censos 2021
Ano	Muito otimista	Otimista	Moderado	
1981	60.284	60.284	60.284	
1991	67.437	67.437	67.437	
2001	73.335	73.947	73.947	
2011	78.450	78.093	78.093	78450
2021	84.976	84.024	79.426	809548
2031	91.114	89.427	81.061	

Quadro 7 - Cenários de projeção REOT 2020 e Censos 20

Análise:

A análise demográfica recente do Município de Aveiro evidencia uma transformação significativa na estrutura e dinâmica populacional, sustentada por fenómenos migratórios, alterações nas taxas de natalidade e envelhecimento, bem como pela valorização crescente da cidade enquanto polo de atração académica, cultural e económica.

Com base nos dados dos Censos 2021 e nas estimativas intercensitárias mais recentes (até 2023) e tendências demográficas, torna-se pertinente proceder a uma reinterpretação dos cenários de projeção populacional definidos no REOT 2015 e REOT 2020, face à realidade e tendências atuais observadas:

- O **cenário moderado**, que projeta 81.061 habitantes em 2031, revela-se desajustado face ao crescimento recente e poderá subestimar a tendência atual.
- O **cenário otimista**, que antecipa 89.427 habitantes em 2031, apresenta-se como o mais coerente com os dados mais recentes, incorporando a retoma migratória e a atratividade urbana de Aveiro.
- O **cenário muito otimista**, que projeta 91.114 habitantes em 2031, assume um crescimento mais acelerado, sendo plausível se se mantiverem os atuais fluxos migratórios e políticas de desenvolvimento urbano.

4.1.1. Demografia em Aveiro – síntese

- Registou-se um crescimento populacional positivo, contrariando a tendência verificada ao nível nacional, facto que poderá ser atribuído à capacidade atração de residentes, face à importância, qualidade e dinâmica do sistema urbano, pautado por um desenvolvimento económico/oportunidades de emprego e oportunidades educativas, nomeadamente, pela presença da Universidade de Aveiro.
- Estes fatores contribuíram também para a atratividade de população estrangeira que representa cerca 7,2% do total da população residente, tendo sido registado um aumento de 58% na última década censitária, evidenciando o impacto positivo da integração de comunidades estrangeiras e o papel de Aveiro na promoção de um ambiente acolhedor e cosmopolita. Em 2021, a população de nacionalidade brasileira representava 44,6% do total de estrangeiros.
- Houve uma redução na população jovem (0-14 anos), refletindo a baixa taxa de natalidade. Essa diminuição é mais acentuada no Continente do que em Aveiro, o que sugere que Aveiro pode estar a atrair famílias jovens.
- A população jovem em idade escolar ou início de vida laboral (15-24 anos) manteve-se estável, reforçando o papel de Aveiro como um destino atrativo para jovens, possivelmente devido à presença de instituições de ensino como a Universidade de Aveiro.
- A redução da população em idade ativa (25-64 anos) quase não tem expressão, o que sugere que Aveiro tem conseguido atrair e reter pessoas em idade ativa, reforçando a sua importância económica e social.
- O índice de envelhecimento em Aveiro segue as tendências nacionais, com Redução da natalidade e da população jovem e, resultado de uma maior longevidade e de melhoria das condições de saúde, um aumento da população idosa. É na freguesia de S. Jacinto que surge o valor mais significativo.
- Este quadro, coloca desafios para a sustentabilidade económica e sugere a necessidade de implementação de políticas públicas focadas nos incentivos à natalidade e no bem-estar da população idosa, nomeadamente, pela criação de respostas a nível de equipamentos de apoio à terceira idade e de apoio ao envelhecimento ativo.
- A programação e investimento em equipamentos de apoio a estes grupos populacionais dos extremos da pirâmide etária devem ter em consideração a dinâmica e as tendências verificadas.
- O número de agregados domésticos privados verificou um aumento significativo nos últimos 10 anos, mais expressivo nas freguesias urbanas, facto que estará associado ao crescimento populacional registado nesse período.
- Os agregados domésticos privados com 2 pessoas mantêm a prevalência. A proporção de agregados com 1 pessoa passou a ser superior à proporção dos agregados com 3 pessoas, invertendo a posição registada em 2011. O decréscimo verificado na dimensão dos agregados reflete as tendências de fecundidade, nupcialidade e divorcialidade existentes no país.
- Houve uma redução significativa no número de pessoas sem escolaridade, refletindo os esforços em políticas de educação e combate ao analfabetismo e a diminuição da população com apenas o ensino básico sugere uma maior continuidade dos estudos para níveis mais elevados.
- O crescimento expressivo da população com ensino secundário e superior evidencia a melhoria no acesso à educação, à presença de estabelecimentos de ensino qualificados e reflete um maior acesso e valorização da educação, bem como a maior qualificação da população, associada a melhores condições de vida, maior empregabilidade e maior desenvolvimento socioeconómico.

4.2. ESTRUTURA SOCIO ECONÓMICA

A caracterização da estrutura socioeconómica constitui um instrumento essencial para a compreensão integrada das dinâmicas territoriais, funcionando como base para o planeamento estratégico e para a definição de políticas públicas alinhadas com os objetivos de desenvolvimento sustentável. Esta análise permite aferir a evolução e os padrões de distribuição espacial da atividade económica, do emprego e das condições de vida, através de um conjunto articulado de indicadores demográficos, económicos e sociais.

A presente secção procede à análise detalhada de alguns dos principais fatores que compõem a base económica local, incluindo a evolução do tecido empresarial, segundo os setores de atividade e a respetiva Classificação das Atividades Económicas (CAE), o volume de negócios e a distribuição da população empregada por setor. São igualmente avaliadas, a estrutura e a evolução do mercado de trabalho, nomeadamente as taxas de atividade, de emprego e de desemprego e a qualificação académica da população ativa, com recurso a dados censitários e estatísticas oficiais, particularmente do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Paralelamente, o poder de compra per capita é utilizado como indicador para aferir as condições de vida da população residente, proporcionando uma leitura da capacidade económica da população no contexto municipal, regional e nacional.

Este diagnóstico assume particular relevância para a identificação de disparidades internas, fragilidades territoriais e oportunidades de reforço da coesão socioeconómica local, permitindo fundamentar intervenções que promovam a resiliência, competitividade e sustentabilidade do território.

Socio Economia	Base económica	Número de empresas segundo o setor de atividade e o CAE
		Taxa de crescimento do nº de empresas segundo o setor de atividade e o CAE
		Nº de trabalhadores nas empresas segundo o setor de atividade e o CAE
		Taxa de crescimento no nº de trabalhadores nas empresas segundo o setor de atividade e o CAE
		Volume de negócios das empresas segundo o setor de atividade e o CAE
		Taxa de crescimento do volume de negócios segundo o setor de atividade e o CAE
	Emprego	População residente ativa
		Taxa de crescimento da população residente ativa
		População empregada por nível de escolaridade
		População residente empregada segundo o setor de atividade
		Taxas de atividade e de inatividade
		Taxa de desemprego
	Condições de Vida	Poder de Compra per capita
	Atividade turística	Oferta turística
		Equipamentos, infraestruturas e atividades turísticas
		Procura turística
		Wellcome Center Aveiro

Quadro 8 – Indicadores socioeconómicos

4.2.1. Atividade turística

Aveiro oferece uma combinação de elementos que fazem deste Município um destino turístico atrativo, seja pela sua beleza natural, património cultural, gastronomia, pela hospitalidade dos seus habitantes, ou as experiências que proporciona, Aveiro é uma excelente opção para quem busca explorar um pedaço de Portugal cheio de charme e autenticidade, onde o Turismo tem ganho especial relevo para o desenvolvimento da atividade económica do Município e da própria Região.

OFERTA TURÍSTICA

Empreendimentos Turísticos	Nº de ET	Nº camas/utente	Unidades de Alojamento
	17	2082	792

Alojamento Turístico	Nº de AL	Nº de utentes
	577	3383

Quadro 9 - N.º de unidades de alojamento turístico em Aveiro
Fonte: RNT e SIGTURISMO (ITP) [consultado em 06-01-2025]

Os dados referentes à oferta de alojamento turístico do Município de Aveiro, que em 2024 contabilizou uma capacidade de 2082 camas/utente distribuídas por 792 unidades dos 17 empreendimentos turísticos existentes, acrescidas de uma capacidade para mais 3383 utentes distribuídas por 577 unidades de Alojamento Local (AL), o que perfaz uma capacidade total para alojar 5465 utentes em 594 estabelecimentos de alojamento que se distribuem nas seguintes categorias: estabelecimentos hoteleiros, apartamentos turísticos, parque de campismo e alojamento local (estabelecimentos de hospedagem, hotéis, moradias, apartamentos e quartos).

A capacidade em unidade de AL foi de cerca de 62% da capacidade total de alojamento a turistas no Concelho de Aveiro, face aos 38% de empreendimentos turísticos, não se registando Unidades de TER – Turismo em Espaço Rural.

Analisando a oferta das unidades de AL, verifica-se que as modalidades de alojamento em apartamento e estabelecimentos de hospedagem são as que têm capacidade para receber maior número de utentes. Nos empreendimentos turísticos, são os hotéis de 3* e 4* que reúnem maior capacidade de alojamento.

Classificação	Nº Uni	Nº camas/utente	Unidades de Alojamento
Hotel *	1	22	15
Hotel **	2	67	35
Hotel ***	7	699	372
Hotel ****	4	584	295
Hotel *****	1	80	40
Apart Turísticos ***	1	70	35
Sem atribuição de *	1	560	

Alojamento Local	Nº Uni	Nº utente
Apartamento	420	1632
Est. de Hospedagem	58	778
Est. de Hospedagem - Hostel	11	393
Moradia	75	505
Quartos	13	77

Quadro 10 - N.º de unidades de alojamento turístico no Município de Aveiro, por classificação
Fonte: RNT e SIGTURISMO (ITP) [consultado em 06-01-2025]

Capacidade de alojamento em Empreendimentos Turísticos (camas/utentes)	2 082
Capacidade de alojamento em Alojamento Local (utentes)	3 383
Capacidade total de alojamento a turistas em ET e AL (camas/utentes)	5465

Quadro 11 - Capacidade de alojamento a turistas
Fonte: RNT e SIGTURISMO (ITP) [consultado em 06-01-2025]

Os quadros abaixo permitem-nos fazer uma análise prospetivada da oferta do alojamento turístico no Município nos últimos anos. Em 2018, a oferta do número de camas em empreendimentos turísticos (ET) era superior à oferta das camas em AL com uma diferença de 184 camas. No entanto, nos anos seguintes a situação veio a inverte-se. Apesar de se ter assistido a um crescimento do número de camas em ambas as categorias, foi a oferta de AL que registou maiores valores.

Da capacidade total de alojamento a turistas no Concelho de Aveiro, em 2018, de 2814 camas/utentes verificou-se um aumento significativo para 5465 camas, em 2024. Este crescimento não foi constante ao longo dos anos, sendo importante destacar o abrandamento no crescimento nos anos de 2020 e 2021, coincidente com o período da Covid-19, onde se assistiu a uma paralisação económica mundial devido à pandemia do vírus. Nos anos seguintes, 2022 e 2023, registou-se um novo pico no crescimento, tendo-se atingido valores superiores aos registados em 2019. O ano de 2024, o crescimento na oferta de alojamento voltou a estagnar, tendo-se registado um aumento apenas de 4% do número de camas em AL.

Importa dar destaque que, além do significativo número de camas em AL, foi neste período que se registou diversificação da oferta de alojamento em empreendimentos turísticos, tendo-se verificado o surgimento de um hotel de 1*, em 2020, com capacidade de 22/camas por utente e um hotel de 5*, permitindo aumentar a qualidade da oferta em empreendimentos turísticos (ET) (percentagem de camas em ET de 4* e 5* face à capacidade total). A percentagem de camas em empreendimentos de 4* e 5* oferece uma visão clara do posicionamento do destino em termos de luxo e sofisticação e, assim, com maior tendência para atrair turistas com maior poder aquisitivo, os quais procuram uma experiência exclusiva e de maior qualidade, podendo o destino diferenciar-se assim de outros destinos mais voltados para o turismo de massas.

Categoria ET	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Hotel *****	-	-	-	-	-	80	80
Hotel ****	584	584	584	584	584	584	584
Hotel ***	331	331	331	331	499	699	699
Hotel **	24	67	67	67	67	67	67
Hotel *	-	-	22	22	22	22	22
Apartamentos Turísticos ***	-	70	70	70	70	70	70
Sem atribuição de * (Parque Camp)	560	560	560	560	560	560	560
Total	1499	1612	1634	1634	1802	2082	2082

Modalidade AL	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Estab Hosped	408	471	495	561	637	770	778
Hostel	216	281	311	311	311	350	393
Moradia	179	241	286	311	355	432	505
Apartamento	504	617	748	937	1240	1610	1630
Quarto	8	14	17	23	47	69	77
Total	1315	1624	1857	2143	2590	3231	3383

Quadro 12 - Evolução do n.º de camas/utente em alojamentos turísticos

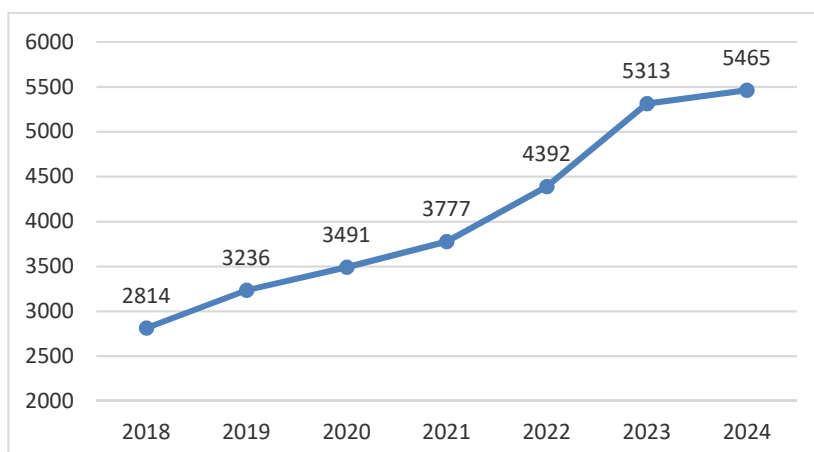


Gráfico 21 - Evolução da capacidade (n.º camas/utentes) de alojamento turístico
Fonte: RNT e SIGTURISMO (ITP) [consultado em 06-01-2025]

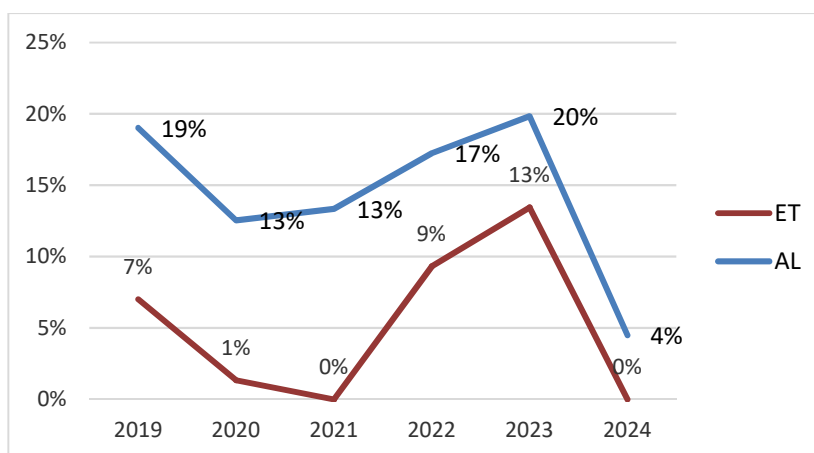


Gráfico 22 - Crescimento da capacidade de alojamento (%)
Fonte: RNT e SIGTURISMO (ITP) [consultado em 06-01-2025]

No quadro abaixo apresenta-se a Concentração relativa da oferta de alojamento a turistas, que consiste na Capacidade de alojamento a turistas em determinada área territorial, face ao total da área territorial imediatamente superior, expressa em percentagem.

Face à distribuição no território municipal verifica-se que as unidades hoteleiras se localizam maioritariamente na freguesia de Glória e Vera Cruz, principal centro urbano do Município, sendo 16,79% relativo a empreendimentos turísticos, 32,21% a AL, face à totalidade do território de Aveiro. É, ainda, nesta freguesia que se localizam os ET de 4* e 5*. De referir que São Jacinto é a segunda freguesia com maior percentagem de oferta, devido ao Parque de Campismo ali existente.

Concentração relativa da oferta de alojamento em Empreendimentos Turísticos (%)	16,79
Concentração relativa da oferta de alojamento em Alojamento Local (%)	32,21
Concentração relativa da oferta de alojamento a turistas (%)	24,50

Quadro 13 - Concentração relativa da oferta de alojamento a turistas (%)
Fonte: RNT e SIGTURISMO (ITP) [consultado em 06-01-2025]

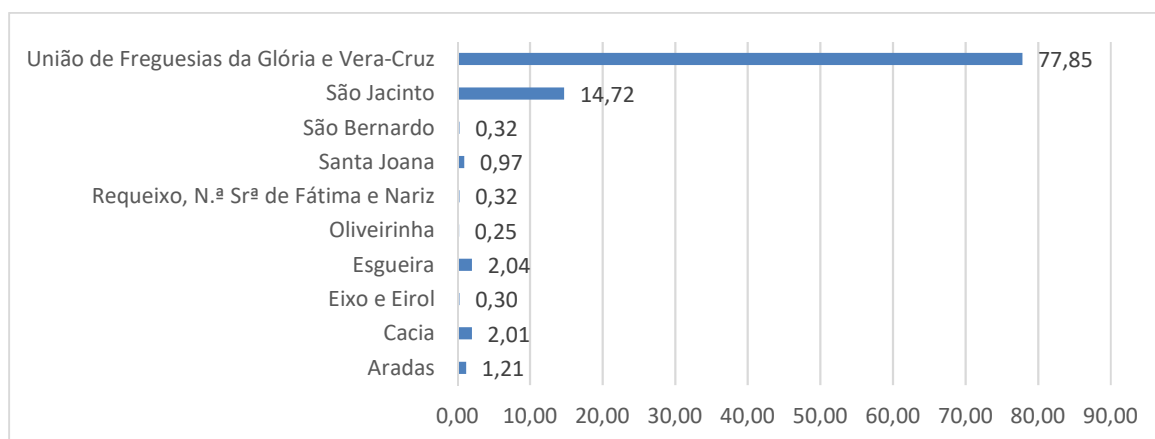


Gráfico 23 - Concentração relativa da oferta de alojamento a turistas, por freguesia (%)
Fonte: RNT e SIGTURISMO (ITP) [consultado em 06-01-2025]

Analisando a capacidade de alojamento a turistas face ao nº de habitantes segundo o Censos de 2021, a oferta de empreendimentos turísticos do Município de Aveiro, encontra-se nas freguesias de Glória e Vera Cruz, de São Jacinto e de Cacia.

A freguesia de Glória e Vera Cruz, corresponde à zona centro da cidade, reúne uma capacidade 69,60% de camas/utente, em empreendimentos turísticos, e uma capacidade de 135,20% utentes, em unidades de Alojamento Local. A freguesia de São Jacinto com o seu parque de campismo destaca-se pela capacidade de oferta de empreendimentos turísticos em 738,80% e Cacia por ser única freguesia descentralizada com oferta hoteleira.

A oferta de unidades Alojamento Local encontra-se espalhada por todas as freguesias do Município e, em exclusivo) nas freguesias de São Bernardo; Santa Joana; Requeixo, Nª Srª de Fátima e Nariz; Oliveirinha; Esgueira; Eixo e Eirol; e Aradas, ainda que com valores muito inferiores aos da Glória e Vera Cruz e São Jacinto (135,20% e 113,50%, respetivamente).

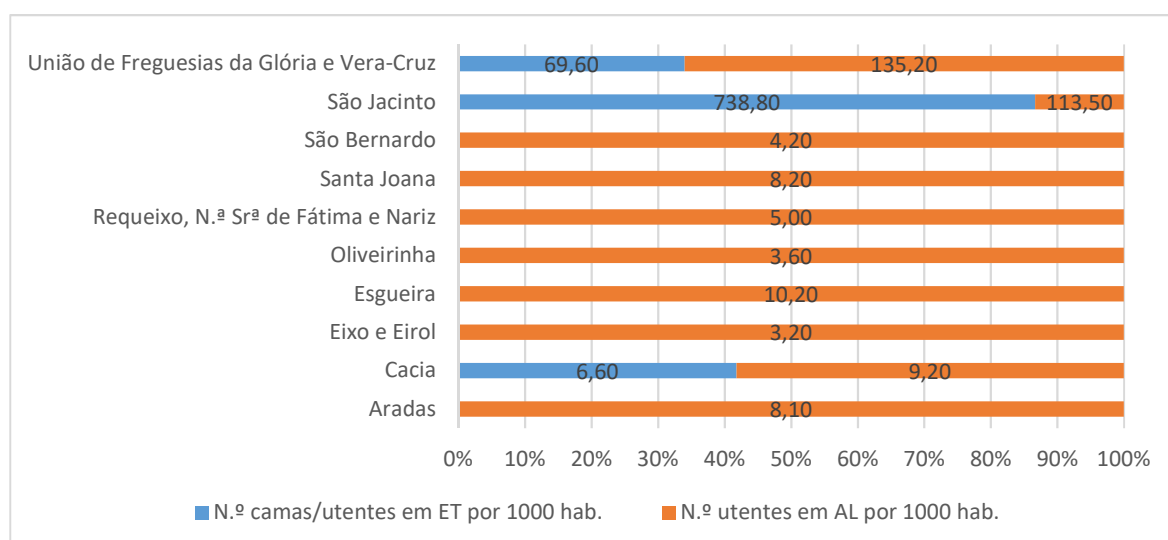


Gráfico 24 - Capacidade total de alojamento a turistas, por 1000 habitantes, por freguesia (%)
Fonte: RNT e SIGTURISMO (ITP) [consultado em 06-01-2025]

A capacidade de alojamento do Município, por cada 1000 habitantes, é de 67,50%, face a 69,40 % do Centro (NUT II) e 116,40% de Portugal Continental. Este valor, é superior ao da Região que se encontra nos

62,40% e muito próximo do valor da região Centro 69,40%) e um pouco distante da média nacional, que sabemos centraliza muito nos centros urbanos de maior escala como Lisboa, Porto e no Algarve.

N.º camas/utentes em ET e AL por 1000 hab	Portugal Continental (NUT I)	Centro (NUT II)	Ria de Aveiro (NUT III)	Aveiro
	116,40	69,40	62,40	67,50

Quadro 14 - Capacidade total de alojamento a turistas, por 1000 habitantes
Fonte: RNT e SIGTURISMO (ITP) [consultado em 06-01-2025]

A capacidade de alojamento a turistas por Km² é um indicador útil para avaliar a distribuição e a concentração da oferta turística numa área geográfica específica, podendo ter várias implicações importantes para o planeamento, gestão e sustentabilidade do turismo, tanto a nível local quanto regional. Medir a capacidade de alojamento turístico por Km² permite avaliar a densidade de turistas, identificar áreas de alta pressão turística, melhorar a distribuição geográfica dos fluxos turísticos e garantir que o turismo se desenvolva de forma equilibrada e sustentável.

Conseguimos assim perceber que a oferta de alojamento turístico se encontra centralizada na União de freguesias da Glória e Vera Cruz (zona centro da cidade), claramente uma área de alta pressão turística, reunindo 95,90% da oferta de alojamento do Município, seguida da freguesia de São Jacinto que se encontra atingir quase 50% da sua capacidade.

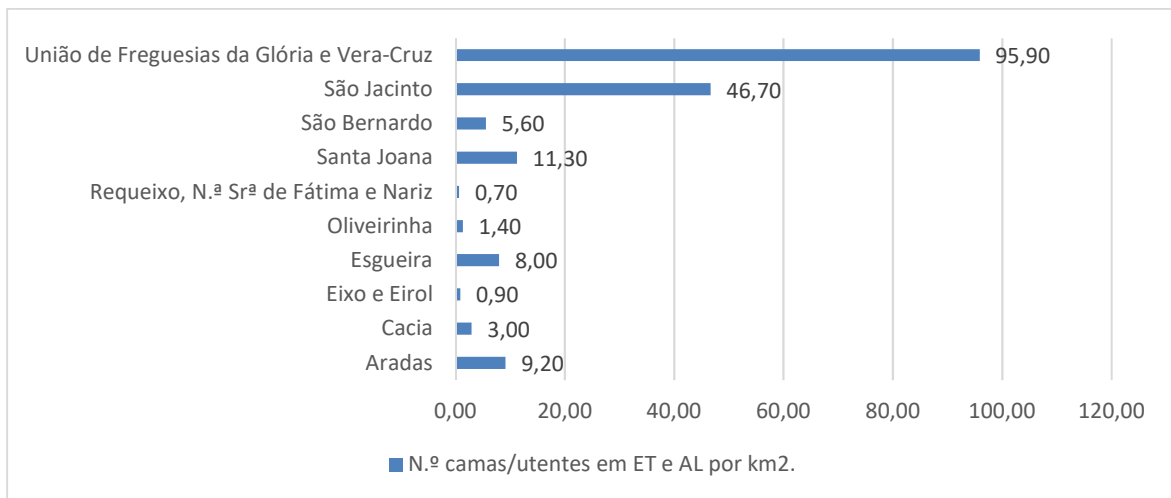


Gráfico 25 - Capacidade total de alojamento a turistas em Aveiro, por Km², por freguesia
Fonte: RNT e SIGTURISMO (ITP) [consultado em 06-01-2025]

EQUIPAMENTOS, INFRAESTRUTURAS E ATIVIDADES TURÍSTICAS

O número de equipamentos, infraestruturas e atividades turísticas é outro indicador que permite medir a competitividade e a capacidade do Município em atender às necessidades dos turistas, e a longo prazo, também contribuir para as medidas de planeamento e gestão sustentável é a aferição do número de equipamento, infraestruturas e atividades turísticas.

A oferta do número de balcões de agências de viagens e turismo é de 17% e de agentes de animação turística é 37%. A restante oferta caracteriza a oferta da animação turista que o Município onde se destacam os equipamentos de turismo cultural (22%), seguidos do Turismo Religioso e Náutico, ambos com 8% e logo de seguida os de Turismo de Natureza com 7%. Os equipamentos que se integram no Turismo de Negócios

rondam os 5%, no entanto são responsáveis por trazer grandes eventos e milhares de visitantes ao longo de todo o ano ao Município, certamente funcionando como um dos produtos que contribuem para atenuar a sazonalidade no Município.

ANIMAÇÃO TURISTICA	
Agentes de Animação Turística	80
VIAGENS E TURISMO	
Balcões Agências de Viagens e Turismo	37
TURISMO NAUTICO	
Centro de Alto Rendimento de Surf	1
Spot para prática Surf - Praia de S. Jacinto	1
Estação Náutica	1
Cais de atracação nos Canais Urbanos	14
Doca de recreio	1
PARQUES TEMÁTICOS	
Parque temático	1
TURISMO RELIGIOSO	
Principais Igrejas	18
Altars Marianos	1
TURISMO DE NEGÓCIOS	
Sala de reuniões em empreendimentos turísticos	6
Sala de reuniões em espaços culturais	7
TURISMO DE NATUREZA	
Reserva Natural	1
Centro de interpretação Ambiental	2
Miradouros	3
Parques	8
Percursos Pedestres de GRota	3
ESCOLAS DE TURISMO	
Escolas com oferta de formação em Turismo	3
TURISMO CULTURAL	
Galerias de Arte	8
Museus	8
Biblioteca e Arquivos	8
Salas de espetáculo	5
Outros equipamentos (ex. juntas freguesia; centros paroquiais)	20

Quadro 15 – Número de equipamentos, infraestruturas e atividades turísticas
Fonte: SIGTURISMO (ITP) [consultado em 06-01-2025] e documentos da STurismo

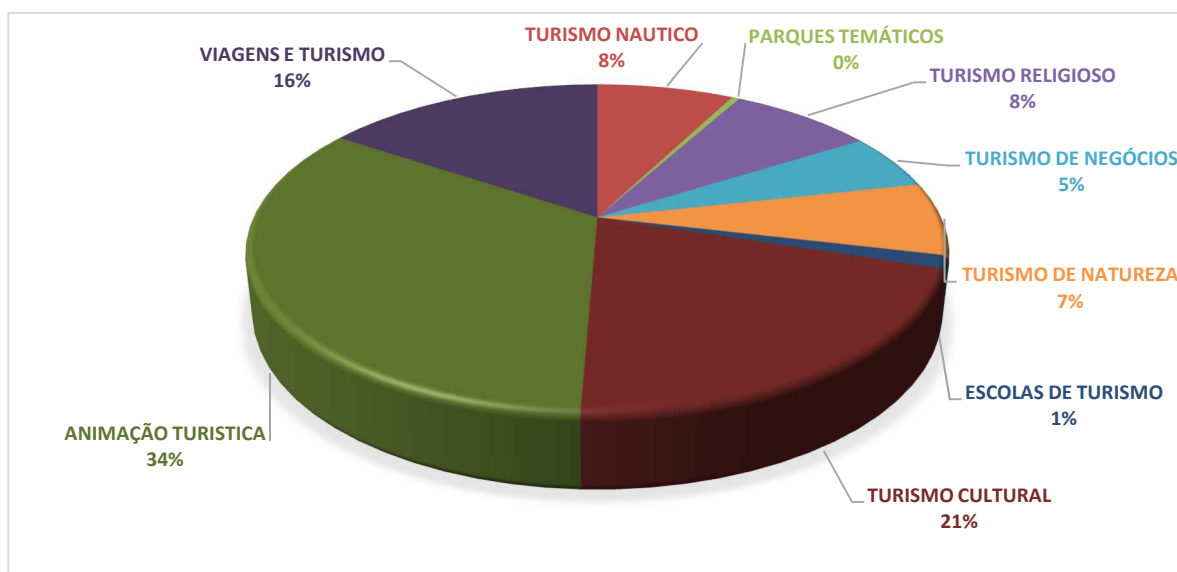


Gráfico 26 - N.º de equipamentos turísticos por tipologia (%)
Fonte: SIGTURISMO (ITP) [consultado em 06-01-2025] e documentação da STurismo

A freguesia de Glória e Vera Cruz concentra a maior quantidade de **agentes de animação turística (AAT)** e de **balcões de agências de viagens** com uma percentagem superior ao restante território municipal, próxima dos 70%, sendo procedida pela de São Bernardo, no nº de balcões de agências de viagens, e de Esgueira, no número de estabelecimentos de agentes de animação turística.

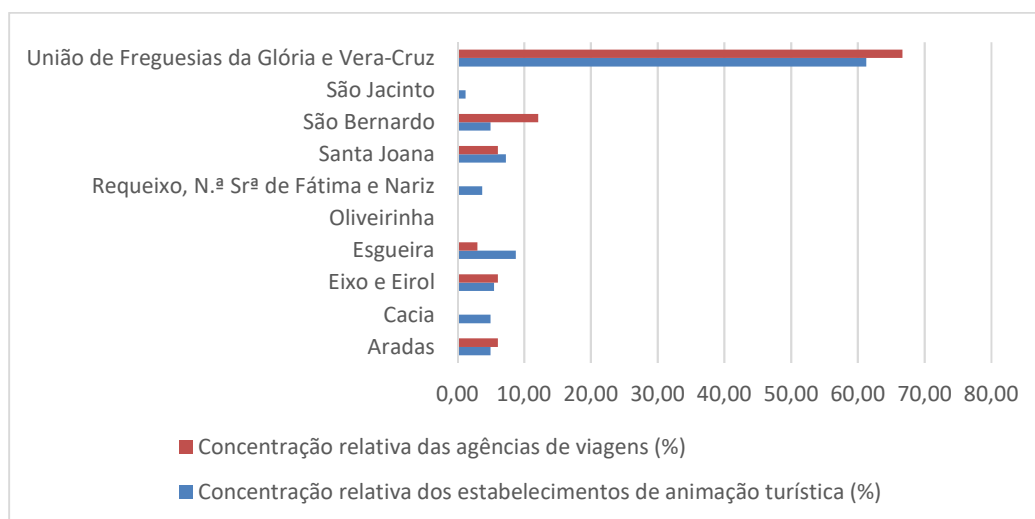


Gráfico 27 - Concentração relativa das agências de viagens e de AAT, por freguesia (%)
Fonte: RNT e SIGTURISMO (ITP) [consultado em 06-01-2025]

PROCURA TURÍSTICA

Quanto aos indicadores de procura turística, conseguiu-se apurar que o número de hóspedes do concelho de Aveiro em 2024, contabilizados até ao momento é de 258 673, 190 752 registados em hotelaria e 67 921 nas unidades de Alojamento Local.

Embora com menos incidência, continua-se a assistir a uma maior concentração de turismo alojado em Aveiro nos meses de época alta, com especial enfoque em agosto com 43 558 dormidas registadas nos espaços hoteleiros e 19 790 nas unidades de alojamento local. No total foram contabilizadas, entre janeiro e dezembro de 2024, 452 699 dormidas em Aveiro (hotelaria + alojamento local).

A preferência dos turistas para pernoitar são os estabelecimentos hoteleiros, uma vez que o número de dormidas neste tipo de alojamento é superior ao número de dormidas em alojamento local, tendo-se mantido esta propensão ao longo de todo os meses.

Nos anos de 2022 e 2023, a taxa de ocupação de camas em alojamento turístico do Município (proporção de camas ocupadas em relação ao total de camas disponíveis) subiu para valores na ordem dos 50%, valores estes superiores aos valores registados na pré- pandemia. No entanto, quanto à estada média verifica-se esta apresenta valores baixo é ligeiramente maior nas unidades de alojamento local (1,8) do que nos estabelecimentos hoteleiros (1,7). Esta tendência também se regista nas NUT Região de Aveiro e NUT Centro, onde os valores da estada média são também ligeiramente mais elevados, invertendo-se apenas quando se analisa os valores do panorama nacional, onde a estada já ultrapassa os dois dias.

Efetuada uma análise aos valores do nº de dormidas em alojamento turístico nos últimos 10 anos, é notória a sua linha de crescimento, tendo esta sido quebrada nos anos da Pandemia (2020 e 2021), contudo a taxa de sazonalidade, ainda que tendo vindo a reduzir, continua elevada, tendo-se registado o valor de 34,5%, em 2023. Fazendo uma análise comparativa com os valores dos Municípios vizinhos, Aveiro destacou-se uma vez mais na receção de hóspedes e do nº de dormidas nos seus estabelecimentos de alojamento turístico.

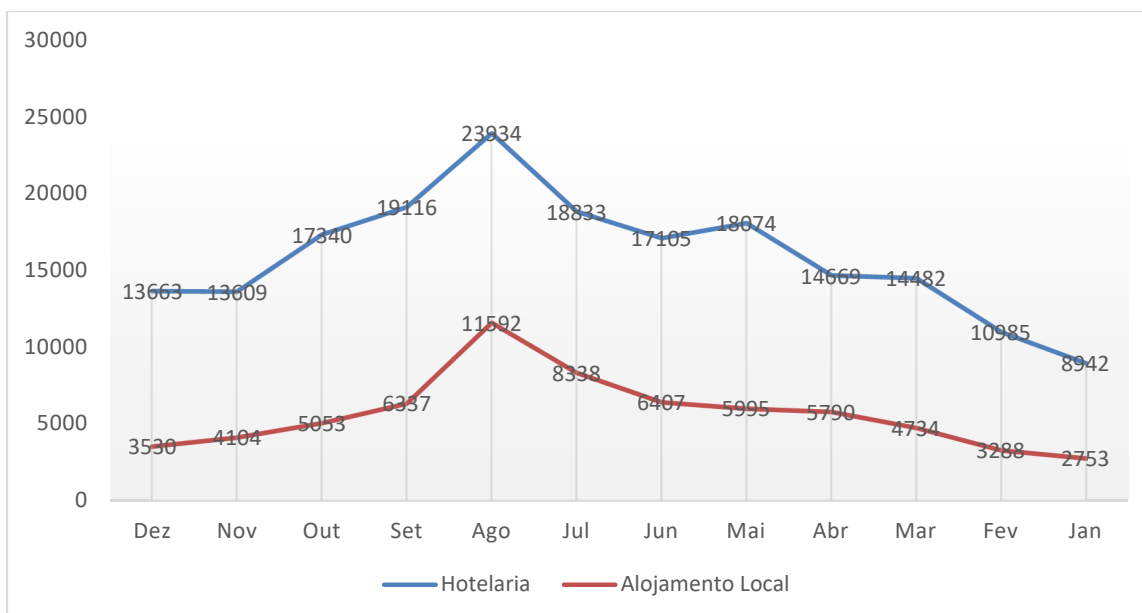


Gráfico 28 - N.º de hóspedes em alojamento turístico no Município, por mês
Fonte: Hóspedes (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Segmento (alojamento turístico); Mensal – INE [consultado em 20-03-2025]

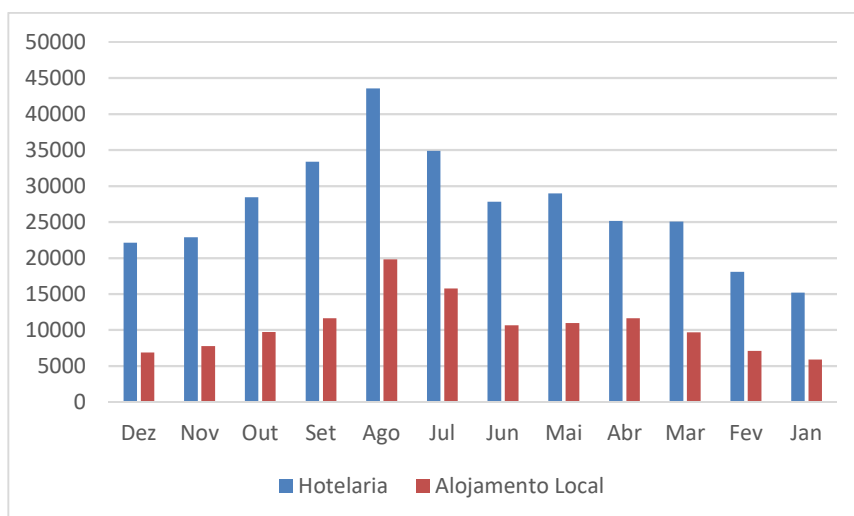


Gráfico 29 - N.º de dormidas em alojamentos turísticos no Município

Fonte: Dormidas (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Segmento (alojamento turístico); Mensal – INE [consultado em 20-03-2025]

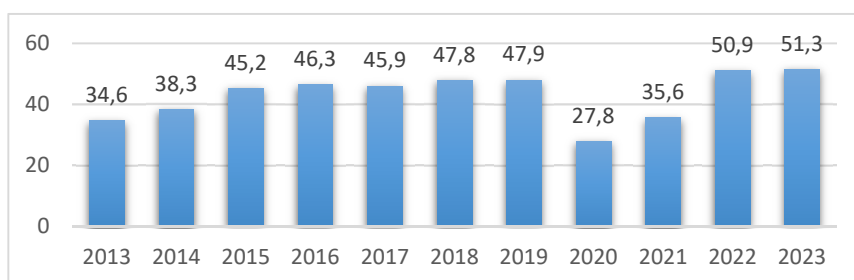


Gráfico 30 - Taxa de ocupação – cama em alojamento turístico, em Aveiro (2013 -2023).

Fonte: SIGTURISMO | INE (Incluem dormidas em Hotéis, Apartamentos Turísticos, TER e Alojamento Local com mais de 10 camas) [consultado em 09-01-2025]

* Até ao momento, dados de 2024 ainda não disponíveis para o concelho de Aveiro

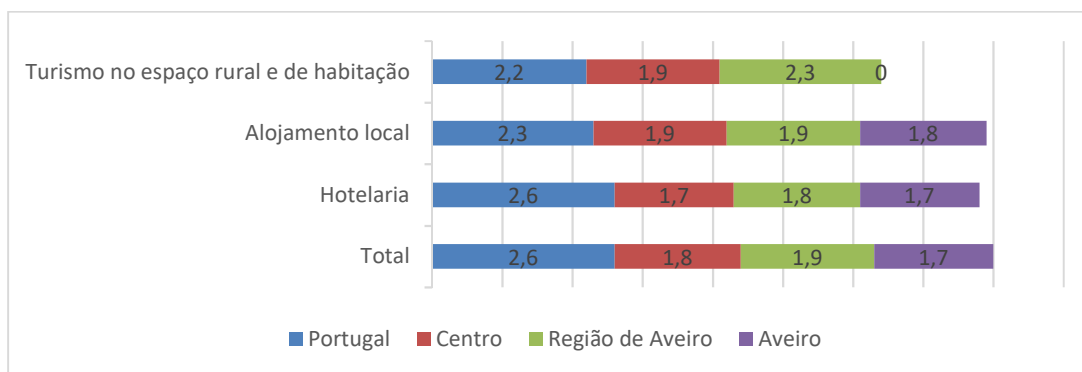


Gráfico 31 - Estada média (n.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico, em 2023

Fonte: SIGTURISMO | INE (Incluem dormidas em Hotéis, Apartamentos Turísticos, TER e Alojamento Local com mais de 10 camas) [consultado em 09-01-2025]

* Até ao momento, dados de 2024 ainda não disponíveis para o concelho de Aveiro

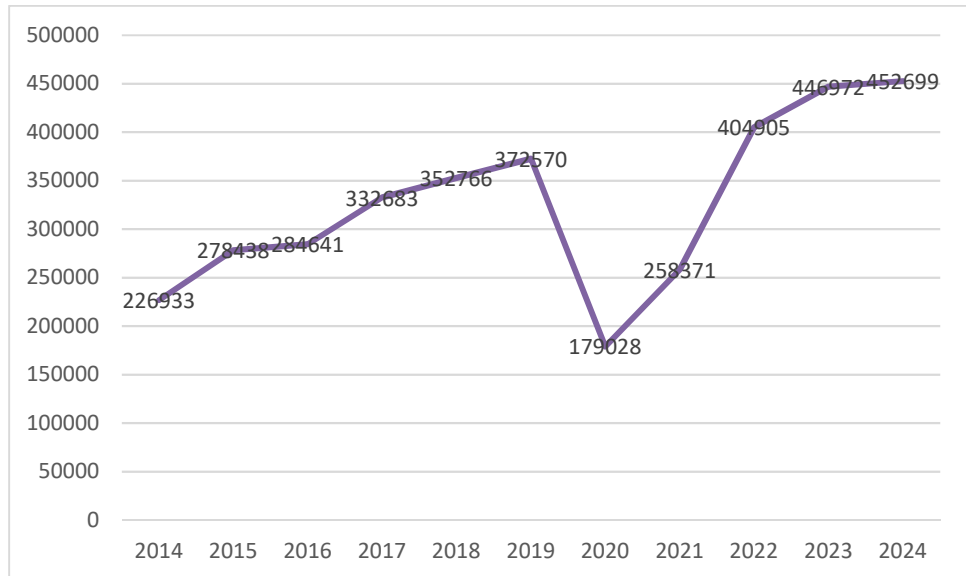


Gráfico 32 - Evolução do n.º de dormidas em alojamento turístico em Aveiro
Fonte: SIGTURISMO | INE (Incluem dormidas em Hotéis, Apartamentos Turísticos, TER e Alojamento Local com mais de 10 camas) [consultado em 20-03-2025]

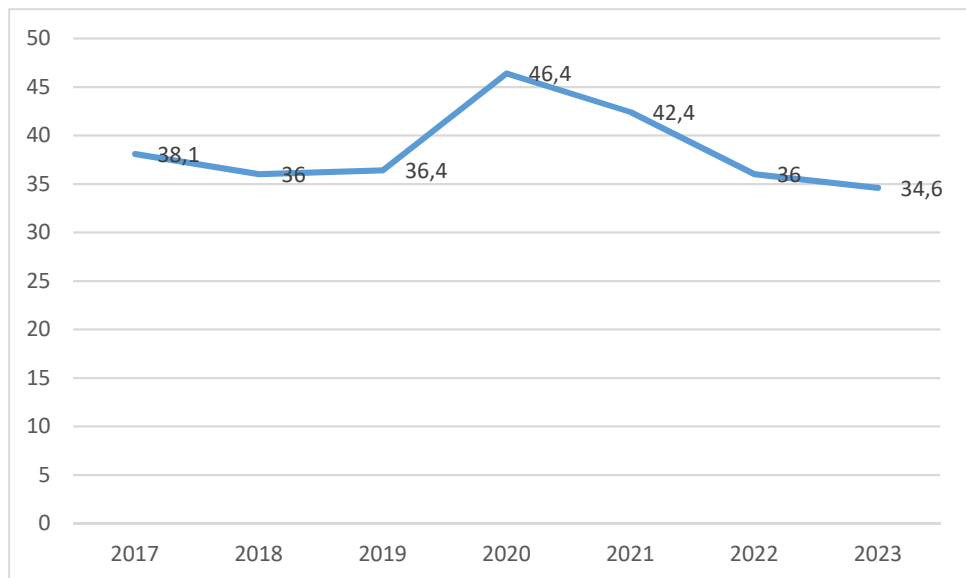


Gráfico 33 Taxa de sazonalidade em Aveiro (%)
Fonte: SIGTURISMO | INE (Incluem dormidas em Hotéis, Apartamentos Turísticos, TER e Alojamento Local com mais de 10 camas) [consultado em 09-01-2025]
* Dados disponíveis até ao momento

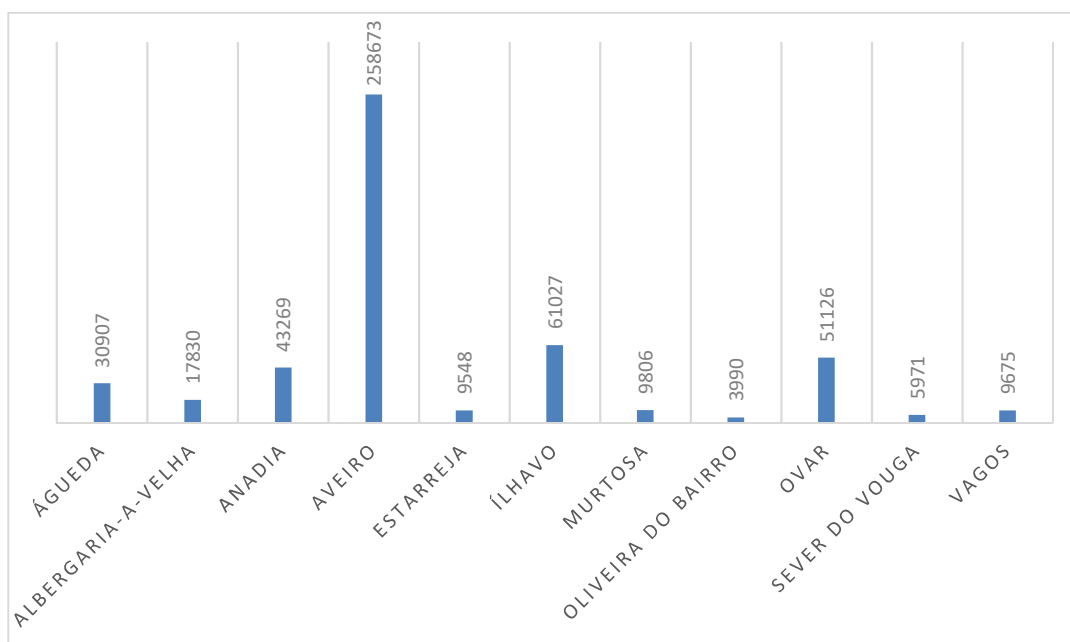


Gráfico 34 - N.º de hóspedes em alojamento turístico na Região de Aveiro, 2020-2024
Fonte: SIGTURISMO | INE (Incluem dormidas em Hotéis, Apartamentos Turísticos, TER e Alojamento Local com mais de 10 camas) [consultado em 20-03-2025]

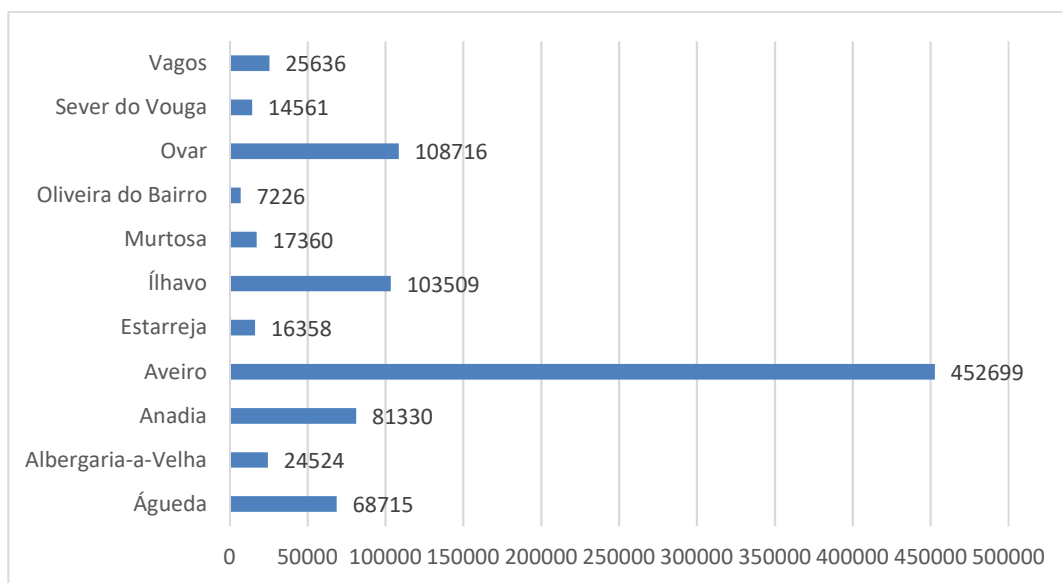


Gráfico 35 - Total do n.º de dormidas, por Município da Região de Aveiro, 2024
Fonte: SIGTURISMO | INE (Incluem dormidas em Hotéis, Apartamentos Turísticos, TER e Alojamento Local com mais de 10 camas) [consultado em 20-03-2025]

WELCOME CENTER AVEIRO (POSTO DE TURISMO DA TURISMO CENTRO DE PORTUGAL)

Apresentam-se os dados fornecidos pelo Turismo Centro de Portugal referente aos atendimentos efetuados no posto de turismo de Aveiro, o Welcome Center Aveiro, em 2024. Efetuaram-se 41 673

atendimentos, 39 338 (94%) a estrangeiros e 2335 (6%) a visitantes nacionais. O TOP 5, das nacionalidades estrangeiras são as seguintes: Espanha, 22 311; França, 7158; Alemanha, 1355; Itália, 1185; e EUA, 1024.

O período de maior afluência de visitantes verificou-se entre os meses de julho a setembro, tendo atingido o seu pico no mês de agosto com 10 766 atendimentos. O período da Páscoa, que em 2024 se verificou no final de março, marca o início da linha de crescente do nº de visitantes, e os meses de janeiro e fevereiro os de menor volume de visitantes.

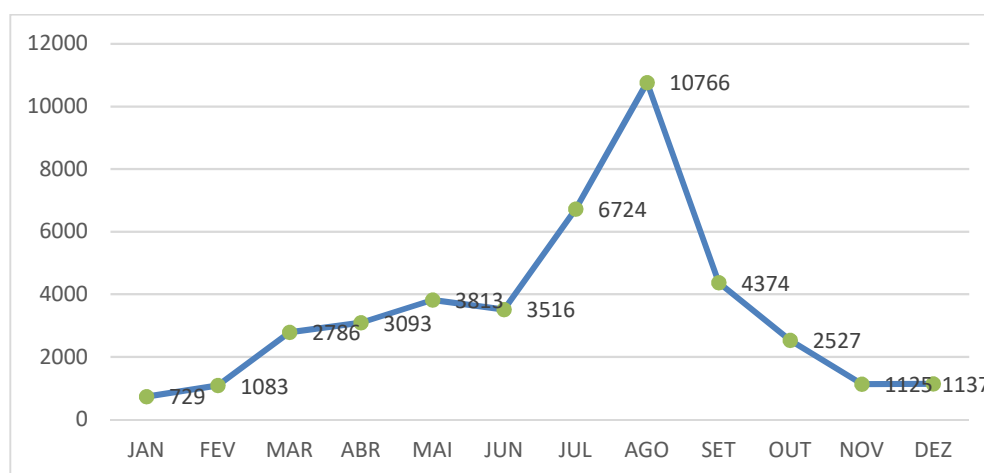


Gráfico 36 - N.º de atendimentos no Welcome Center Aveiro, por mês, 2024

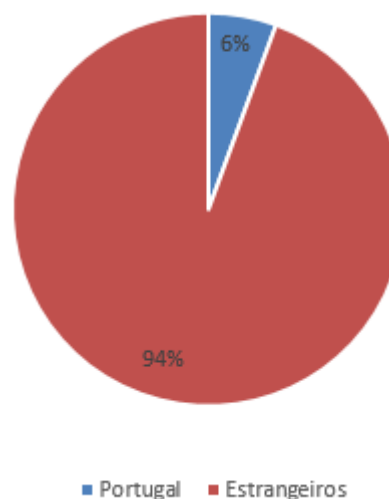


Gráfico 37 - Nacionalidade dos visitantes do Welcome Center Aveiro, em 2024

4.2.2. Base económica e emprego

SOCIOECONOMIA - EMPREGO	
Indicador	População residente ativa/taxa de atividade/taxa emprego e desemprego
Unidade de medida	Número / %
Periodicidade	Decenal
Fonte de informação	INE
Doc. De referência	Censos 2011 e 2021
Referência temporal	2011-2021
Referência geográfica	Município, freguesias
Descrição do indicador	População com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada). tx de atividade é a relação entre a população ativa e a população total em idade ativa ts de emprego/desempregos é a relação da população empregada/desempregada com a população ativa

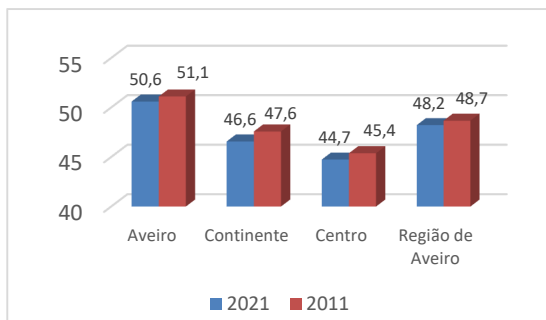


Gráfico 38 - Taxa de atividade

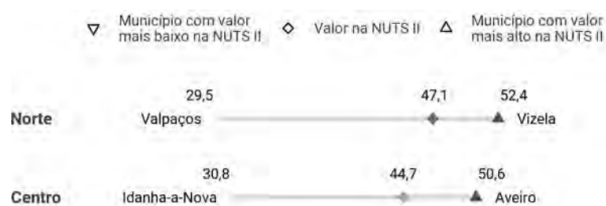


Gráfico 39 - Taxa de atividade
Fonte: INE- censos 2021- resultados definitivos, pdf p 47

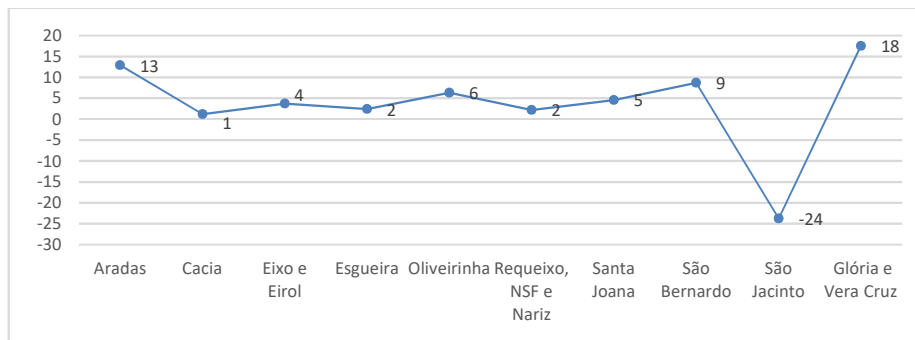
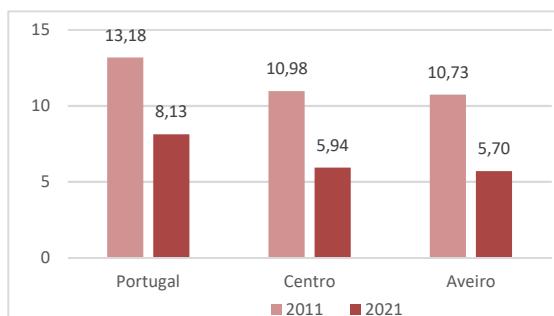


Gráfico 40 - Evolução da população residente ativa por freguesias entre 2011 e 2021 (%)

	pop. resid. 15 ou + anos	população ativa			população inativa				
		total	empregada	Desempregada	estudantes	Doméstica	Reformada	Incapacitada	Outros
Continente	8591212	4590360	4220423	369937	642738	285579	2297887	138613	636035
Centro	1963840	996554	936569	59985	141994	71847	590252	34534	128659
Região de Aveiro	321016	177169	167355	9814	23085	12627	81018	6364	20753
Aveiro	70463	40964	38628	2336	5579	2344	15993	1069	4514

Quadro 16 - População residente com 15 ou mais anos, por condição perante o trabalho, 2021-
Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação

	Taxa emprego	Taxa desemprego
Continente	49,1	8,1
Centro	47,6	5,9
Região de Aveiro	52,1	5,5
Aveiro	54,8	5,7



Quadro 17 - Taxas emprego e desemprego (%)

Gráfico 41 - Taxa de desemprego (%)

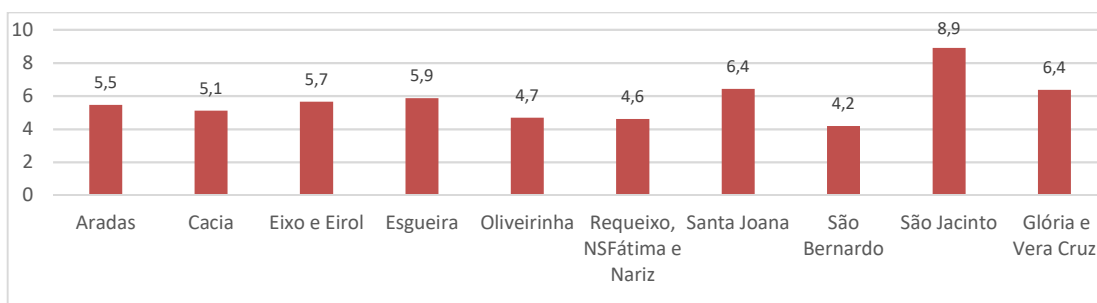


Gráfico 42 - Taxa de desemprego (%), por freguesia, em 2021

Análise:

- Aveiro apresentou em 2021 uma taxa de atividade de 50,6 %, verificando um ligeiro decréscimo em relação a 2011 (51,1%), sendo aliás este o comportamento generalizado registado, sendo que Aveiro assinalou a maior taxa de atividade, face ao valor verificado na Região, Centro e Continente.
- Na última década censitária verificou-se um aumento da população ativa baixo a moderado nas várias freguesias, o que reflete alguma estabilidade no mercado de trabalho local e indica potencial para novas iniciativas e desenvolvimento económico e maior inclusão e expansão do mercado de trabalho. A maior concentração e crescimento verificou-se na freguesia de Glória e Vera Cruz (18%), salientando-se ainda o crescimento verificado em Aradas e S. Bernardo, respetivamente, de 13% e 9%.
- Salienta-se a relevância da redução verificada na freguesia de S. Jacinto (24%) da sua população residente ativa na última década censitária, situação que sugere desafios económicos, declínio populacional e falta de oportunidades de trabalho, representando uma área crítica que carece de políticas públicas que incentivem o desenvolvimento económico e a retenção da população ativa.
- A população não ativa ascendia a 29.499 indivíduos, representando 36,4% do total da população residente, valor inferior ao registado no continente (40,6%).
- A taxa de emprego em Aveiro e em 2021 foi de 54,8%, ultrapassando a taxa de 49,1% registada no continente.
- Aveiro registou em 2021 uma taxa de desemprego de 5,7%, enquanto que no continente esta taxa atingiu os 8,1%. Glória e Vera Cruz e Esgueira, sendo as freguesias que registam maior concentração de população ativa, apresentam valores ligeiramente superiores à média do Município. Os valores mais baixos registaram-se em S. Bernardo, Aradas e Requeixo, NSFátima e Nariz. O valor expressivo e mais elevado (8,9%) registado em S. Jacinto indica desafios específicos, face ao menor dinamismo económico ou ramos de atividade mais vulneráveis. Esta disparidade entre as freguesias poderá ser explicada por fatores como diferenças na base económica local, disponibilidade de serviços, mobilidade de mão de obra e infraestruturas.
- Em relação ao verificado em 2011, Aveiro teve uma redução da taxa de desemprego, alinhada ao comportamento da região Centro e do país, o que reflete uma recuperação económica, possivelmente influenciada por políticas públicas, investimentos e crescimento em setores como turismo, tecnologia e exportações, sugerindo que Aveiro enfrentou bem os desafios económicos e melhorou o seu mercado de trabalho.

SOCIOECONOMIA – EMPREGO	
Indicador	População residente empregada segundo o setor de atividade
Unidade de medida	Número / %
Periodicidade	Decenal
Fonte de informação	INE
Doc. De referência	Censos 2021
Referência temporal	2021
Referência geográfica	Município, freguesias
Descrição do indicador	“Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava nas situações estabelecidas ao nível de emprego.”

Freguesias	população empregada						
	Total	Primário	%	Secundário	%	Terciário	%
Aradas	4939	52	1.1	1458	29.5	3429	69.4
Cacia	3194	30	0.9	1337	41.9	1827	57.2
Eixo e Eirol	3003	38	1.3	1196	39.8	1769	58.9
Esgueira	6579	49	0.7	2060	31.3	4470	67.9
Oliveirinha	2160	49	2.3	846	39.2	1265	58.6
Requeixo, NSFátima e Nariz	2006	55	2.7	906	45.2	1045	52.1
Santa Joana	3676	31	0.8	1183	32.2	2462	67.0
São Bernardo	2610	23	0.9	736	28.2	1851	70.9
São Jacinto	276	18	6.5	89	32.2	169	61.2
Glória e Vera Cruz	10185	90	0.9	2152	21.1	7943	78.0

Quadro 18- População empregada segundo o setor de atividade por freguesia no concelho, em 2021

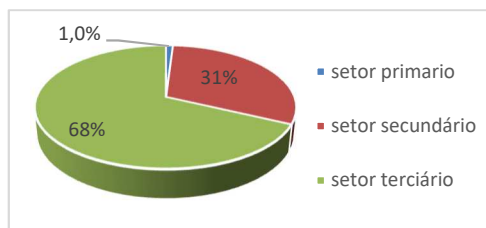


Gráfico 43 - População ativa residente em Aveiro, segundo o setor de atividade, em 2021

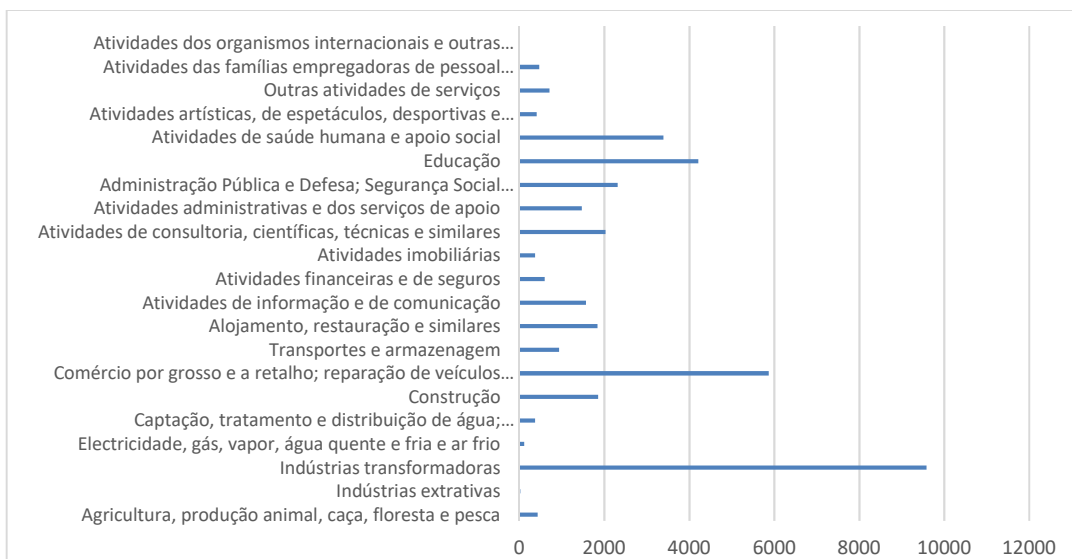


Gráfico 44- População empregada (N.º) por atividade económica (CAE Rev. 3), 2021

Análise:

Setor primário (agricultura, pesca, floresta) – Baixa representatividade geral

- É o setor menos representativo da ocupação da população empregada em todas as freguesias. A freguesia de São Jacinto é a que apresenta a maior proporção (6,5%) da sua população empregada neste setor, eventualmente associada à sua vocação pesqueira. Seguem-se as freguesias de Requeixo, NSFátima e Nariz e de Oliveirinha, com uma representação da sua população empregada neste setor de cerca de 2,7% e 2,3 % respetivamente.
- Glória e Vera Cruz, sendo uma das freguesias que apresenta menor proporção de população empregada neste setor (0.9%), em valor absoluto, por concentrar mais pessoas, também é a que contribui com mais mão de obra neste setor (90 pessoas), seguida de Requeixo, NSFátima e Nariz com 55 pessoas e de Esgueira e Oliveirinha, cada uma com 49 pessoas.

Setor secundário – grande contribuição económica em algumas freguesias

- Destaque para a representação deste setor na ocupação da população empregada da freguesia de Requeixo, NSFátima e Nariz com 45.2%, seguida da freguesia de Cacia com 41.9%, Eixo e Eirol com 39.8% e Oliveirinha com 39.2%. Em contraponto, as freguesias de Glória e Vera Cruz é a menos representativa na ocupação da sua população neste setor, seguida de S. Bernardo e Aradas.
- Em valor absoluto, Glória e Vera Cruz, à semelhança do setor primário, é também a que contribui com mais população empregada neste setor de atividade com 2152 pessoas, seguida de Esgueira (2060 pessoas), Aradas (458 pessoas) e Cacia (1337 pessoas).

Setor Terciário - Predomínio em todas as freguesias

- O setor terciário é amplamente dominante em todas as freguesias, refletindo a importância dos serviços e atividades relacionadas à economia moderna.
- Glória e Vera Cruz lidera com 7.943 pessoas empregadas no setor terciário, sendo a maior concentração absoluta e, simultaneamente, a que representa a maior proporção da sua população empregada neste setor (78%).
- Esgueira também possui uma expressiva concentração de pessoas no terciário (4.470 pessoas), apresentando uma proporção da sua população empregada neste setor próxima dos 68%.

-
- Glória e Vera Cruz apresenta a maior concentração de população empregada em todos os setores, refletindo sua centralidade económica e urbana.
 - Esgueira é o segundo maior “polo” que contribuiu com mais mão de obra, especialmente no setor secundário e terciário.
 - São Jacinto regista os números mais baixos em todos os setores, com apenas 276 pessoas empregadas no total, o que sugere necessidade de políticas de desenvolvimento local.
-

SOCIOECONOMIA – EMPREGO	
Indicador	População empregada por nível de escolaridade
Unidade de medida	Porcentagem/valor absoluto
Periodicidade	Anual
Fonte de informação	INE
Doc. De referência	Censos 2021
Referência temporal	2021, 2024
Referência geográfica	Município, freguesias

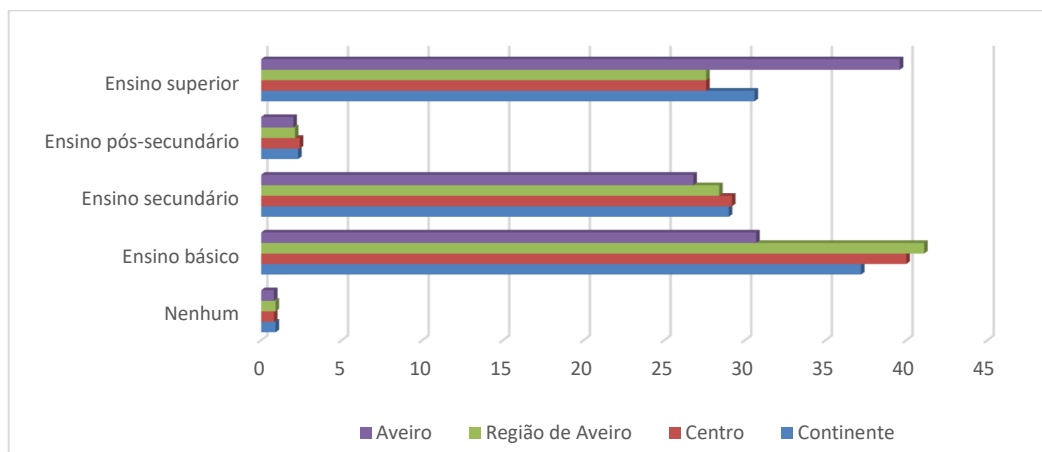


Gráfico 45 - Proporção da População empregada (%) por Nível de escolaridade mais elevado completo
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

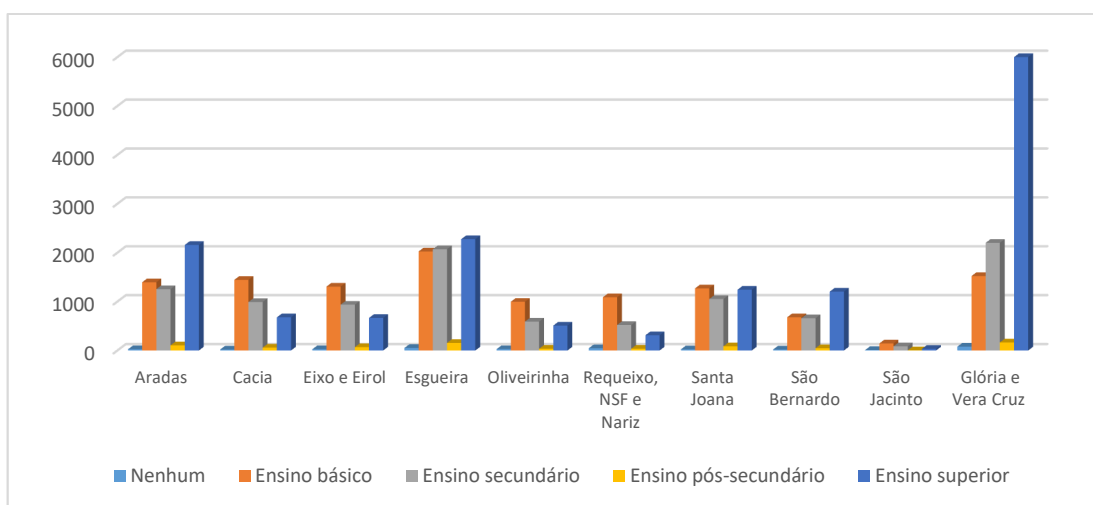


Gráfico 46 - População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Nível de escolaridade mais elevado completo
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Análise:

- Aveiro salienta-se pela elevada representatividade de população empregada com o nível de ensino superior completo (39,6%), face aos outros níveis de ensino e face ao verificado no continente (30,6%). As freguesias mais urbanas são as que verificam maior expressão de população com o nível superior completo, com destaque para a freguesia de Glória e Vera Cruz.
- O nível de ensino básico completo apresenta ainda alguma expressão, correspondendo a 30,7% da população empregada, sendo, no entanto, onde se verifica a menor representatividade, face aos outros âmbitos de análise, uma vez que no continente representa cerca de 37,2% da sua população empregada tem apenas este nível de ensino completo.

SOCIOECONOMIA - Condições de vida	
Indicador	Poder de Compra per capita
Unidade de medida	Número
Periodicidade	bienal
Fonte de informação	INE
Doc. De referência	<i>Estudo sobre o poder de compra concelhio</i>
Referência temporal	2004 - 2021
Referência geográfica	Município
Descrição do indicador	Reflete o poder de compra manifestado regularmente, em termos per capita, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor de Portugal (Portugal = 100)

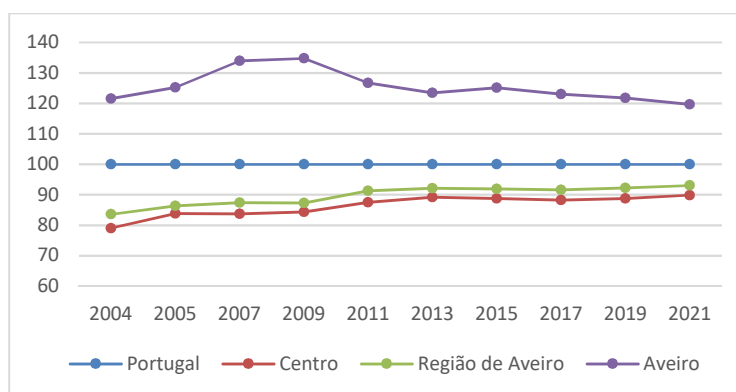


Gráfico 47 - Poder de compra *per capita*
fonte: Bienal - INE, Estudo sobre o poder de compra concelhio



Figura 14 - Indicador Poder de Compra *per Capita*

Análise:

- Aveiro apresentou sempre, desde 2004, um poder de compra *per capita* superior à média nacional ao invés do que aconteceu com as regiões de Aveiro e Centro, mantendo-se sempre acima do valor de referência, contrariamente ao que acontece com os outros territórios de análise, sendo que, embora se verifique um sentido inverso do movimento, todos tendem para uma aproximação do valor de referência nacional.
- Aveiro foi quem apresentou maiores oscilações e afastamento do valor de referência nacional ao longo do período expresso no gráfico.

SOCIOECONOMIA - BASE ECONÓMICA	
Indicador	Nº empresas segundo o setor de atividade e o CAE
Unidade de medida	Número e Percentagem
Periodicidade	Anual
Fonte de informação	INE
Doc. De referência	Empresas (N.º) por Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)
Referência temporal	2019-2022
Referência geográfica	Município

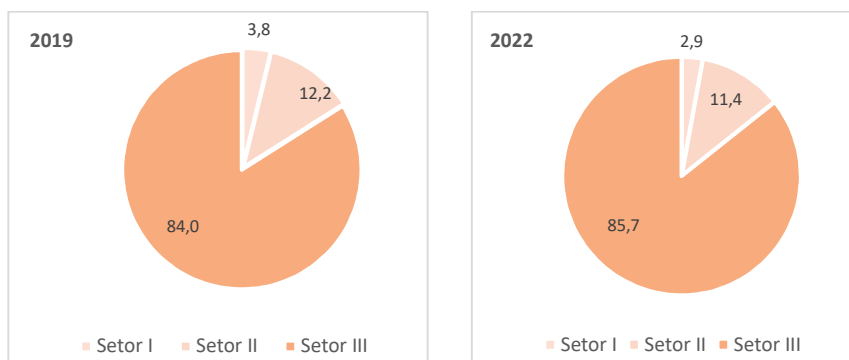


Gráfico 48 - Peso (%) de cada setor de atividade em Aveiro em 2019 e 2022

Setor de atividade	Classificação de atividade económica	Nº de empresas				variação
		2019	2020	2021	2022	2019-2022
Setor I	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	385	365	340	333	-13,5
Setor II	Indústrias extrativas	5	7	7	7	40
	Indústrias transformadoras	574	532	542	553	-3,7
	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	51	54	49	83	62,8
	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	8	9	9	8	0
	Construção	597	602	631	658	10,2
Setor III	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1777	1778	1748	1738	-2,2
	Transportes e armazenagem	121	157	218	292	141,3
	Alojamento, restauração e similares	766	792	773	789	3
	Atividades de informação e de comunicação	265	284	310	342	29,1
	Atividades imobiliárias	269	405	460	490	82,2
	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1346	1358	1422	1486	10,4
	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1640	1582	1732	2035	24,1
	Educação	712	696	713	756	6,2
	Atividades de saúde humana e apoio social	826	838	887	964	16,7
	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	310	300	319	368	18,7
	Outras atividades de serviços	476	497	518	582	22,3

Quadro 19 - Número de empresas por sector de atividade em Aveiro, entre 2019 e 2022

Análise:

Setor I (Agricultura, Pesca, Floresta)

- Tende para uma diminuição gradual no número de empresas do setor primário, que passou de 385 empresas, em 2019, para 333, em 2022, traduzindo uma perda de representatividade do nº de empresas deste setor no total de empresas do Município. Esta diminuição contínua do nº de empresas no setor primário, refletirá uma mudança de ramos de atividade e migração para outros setores.

Setor II (indústria e Construção)

- A redução percentual do setor está particularmente associada à indústria transformadora, uma vez que foi o único ramo de atividade a verificar uma redução neste setor entre 2019 e 2022. Em contraponto, as empresas ligadas à eletricidade e gás e as empresas do ramo da construção apresentaram um crescimento de, respetivamente, 62,8 e 10,2%, evidenciando recuperação neste segmento e revelando algum dinamismo dentro das atividades deste setor.
- O aumento verificado no ramo da eletricidade, gás e água, para além de acompanhar a tendência da construção traduz o investimento em infraestrutura e energias renováveis.
- *Construção e Energia* são os segmentos mais dinâmicos, enquanto as *Indústrias Transformadoras* enfrentam desafios de recuperação.

Setor III (Serviços)

- Este setor foi o único que verificou um aumento do nº de empresas no período de 2019-2022, refletindo a Consolidação como principal setor de atividade, com aumento expressivo de empresa em áreas como:
 - Transportes e Armazenagem- Crescimento de 141,3%, refletindo a expansão do setor logístico, impulsionado pelo comércio eletrónico;
 - Atividades Imobiliárias: Crescimento de 82,2%, mostrando a recuperação e dinamização do mercado imobiliário;
 - Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio - Crescimento de 24%.
 - A Importância crescente das atividades de Saúde Humana e Apoio Social está associada ao envelhecimento populacional e foco na saúde.
 - As atividades *Artísticas, de Espetáculos, desportivas e Recreativas*, também verificaram recuperação após a pandemia, com crescimento de 15,36% (2021-2022).
 - O Setor de Serviços assume-se como o motor económico de Aveiro, salientando o ramo de *Transportes, Atividades Imobiliárias, e Serviços de Apoio* que lideram o crescimento, confirmando a transição para uma economia terciária.
-

SOCIOECONOMIA - BASE ECONÓMICA	
Indicador	Nº de trabalhadores nas empresas segundo o setor de atividade e o CAE
Unidade de medida	Número e percentagem
Periodicidade	Anual
Fonte de informação	INE
Doc. De referência	Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)
Referência temporal	2019, 2020, 2021, 2022
Referência geográfica	Município

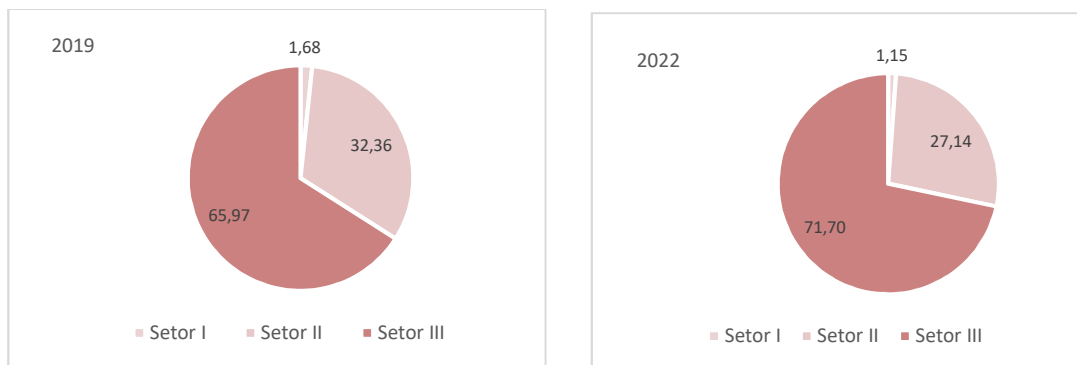


Gráfico 49 - Percentagem de trabalhadores por sector de atividade no concelho em 2019 e 2022

Sector de atividade	Classificação de atividade económica	2019	2020	2021	2022	Taxa Variação 2019-2022
Sector I	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	557	499	482	478	-14,18
Sector II	Indústrias extrativas	9	15	9	8	-11,11
	Indústrias transformadoras	8605	8254	8831	8712	1,24
	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	110	110	104	139	26,36
	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	285	286	286	295	3,51
	Construção	1746	1847	1916	2086	19,5
Sector III	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	5688	5674	5677	5721	0,58
	Transportes e armazenagem	467	464	509	585	25,27
	Alojamento, restauração e similares	2894	2863	2782	3098	11,36
	Atividades de informação e de comunicação	1716	1709	1763	1839	4,31
	Atividades imobiliárias	588	665	715	817	14,27
	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	3137	3145	3195	3402	6,48
	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	3307	5212	8656	9601	10,92
	Educação	1088	1066	1089	1163	6,80
	Atividades de saúde humana e apoio social	1816	1902	1989	2112	6,18
	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	425	440	444	517	16,44
	Outras atividades de serviços	802	806	792	840	6,06

Quadro 20 - Número de trabalhadores nas empresas por atividade e setor no concelho, entre 2019 e 2022

Análise

Setor I:

- Diminuição contínua do nº de trabalhos desde 2019, reforçando o declínio do setor primário, devido à mecanização e abandono gradual da atividade agrícola.

Setor II:

- *A Energia e Construção, na senda do comportamento verificado do nº de empresas, também se apresentam como os segmentos de atividade mais dinâmicos ao nível do nº de trabalhadores.*
- O ramo da *Construção* verificou um crescimento contínuo de trabalhadores ao longo dos anos, traduzindo uma recuperação económica e aumento na procura de habitação e infraestrutura.
- O ramo da *Energia*, por sua vez, evidencia uma expansão significativa, provavelmente ligada a investimentos em infraestrutura energética, com a respetiva tradução do número de empregos.
- *As Indústrias Transformadoras* enfrentam desafios de recuperação, tendo mostrado resiliência após um início de declínio verificado do ano 2019 para 2020.
- Os ramos deste Setor com maior número de trabalhadores são as Industrias transformadoras e a Construção.

Setor III:

- Destacou-se pela diversificação e recuperação, especialmente nas atividades de *Transportes, Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas, Atividades Imobiliárias, Alojamento, restauração e similares e de Atividades administrativas e Serviços de Apoio* (maior procura por serviços terceirizados e apoio empresarial), que lideram o crescimento do nº de trabalhadores, confirmando a transição para uma economia baseada em serviços, bem como a migração de trabalhadores dos outros setores de atividade.
 - No *Comércio por Grosso e a Retalho* verificou-se uma estabilidade do nº de trabalhadores ao longo dos anos, com crescimento acumulado modesto de 0,58%.
 - Os ramos deste Setor que ocupam mais trabalhadores são as *Atividade Administrativas e dos Serviços de Apoio*, seguido do *Comércio por Grosso/ Retalho e Reparação De Veículos, do Atividades de consultoria, científicas e técnicas e do Alojamento, Restauração e Similares*.
-

SOCIOECONOMIA- BASE ECONÓMICA	
Indicador	Volume de negócios das empresas segundo o setor de atividade e o CAE
Unidade de medida	€
Periodicidade	Anual
Fonte de informação	INE
Doc. De referência	Volume de negócios (€) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)
Referência temporal	2019, 2020, 2021, 2022
Referência geográfica	Município
Descrição do indicador	Evolução do volume de negócios das empresas segundo o setor de atividade e a classificação de atividade económica (CAE), no concelho, entre 2019 e 2022.

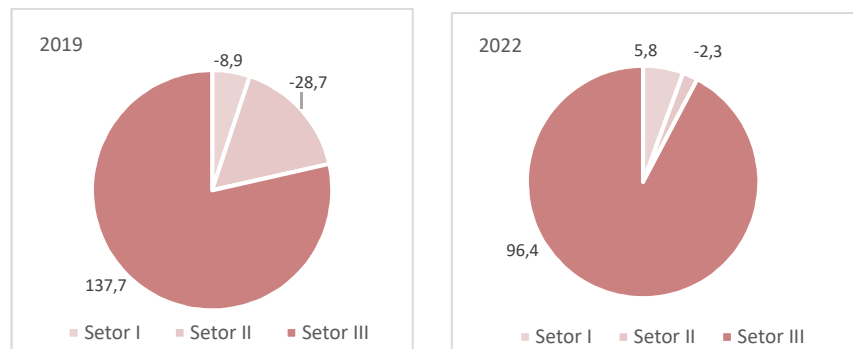


Gráfico 50 - Percentagem do volume de negócios por sector de atividade no concelho em 2019 e 2022

Sector de atividade	Classificação de atividade económica	2019	2020	2021	2022
Sector I	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	19 327 945	18 862 016	21 598 121	25 248 148
Sector II	Indústrias extrativas	133 292	179 887	116 911	62 975
	Indústrias transformadoras	1 255 501 695	1 031 616 690	1 263 649 614	1 565 769 249
	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	51 013 303	45 346 923	44 310 871	44 100 006
	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	66 397 714	64 546 791	67 921 766	75 856 911
	Construção	115 755 543	103 031 533	163 216 920	170 555 348
Sector III	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	921 801 125	846 749 190	928 298 164	1 070 750 736
	Transportes e armazenagem	38 220 829	33 807 187	4 334 238	55 743 141
	Alojamento, restauração e similares	111 993 120	75 941 336	91 365 130	136 862 684
	Atividades de informação e de comunicação	184 198 381	214 340 655	26 629 2126	357 740 060
	Atividades imobiliárias	35 856 415	60 774 615	77 263 248	78 303 144
	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	112 606 481	11 585 5079	127 128 614	151 132 226
	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	5 441 7405	78 041 684	144 178 020	169 719 781
	Educação	13 360 470	12 315 390	14 662 650	17 152 971
	Atividades de saúde humana e apoio social	73 503 927	72 223 385	92 351 160	95 515 762
	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	19 503 698	9 819 395	13 848 936	26 798 460
	Outras atividades de serviços	16 944 547	19 676 564	23 865 286	23 649 833

Quadro 21 - Volume de negócios (milhões de euros) das atividades económicas por atividade e setor em Aveiro (2019-2022)

Setor de atividade	Classificação de atividade económica	2019 - 2020	2020 - 2021	2021 - 2022	2019 - 2022
Setor I	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	-2,41	14,51	16,90	30,6
Setor II	Indústrias extrativas	34,96	-35,01	-46,13	-52,8
	Indústrias transformadoras	-17,83	22,49	23,91	24,7
	Elettricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-11,11	-2,28	-0,48	-13,6
	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	-2,79	5,23	11,68	14,2
	Construção	-10,99	58,41	4,50	47,3
Setor III	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	-8,14	9,63	15,35	16,2
	Transportes e armazenagem	-11,55	28,22	28,60	45,8
	Alojamento, restauração e similares	-32,19	20,31	49,80	22,2
	Atividades de informação e de comunicação	16,36	24,24	34,34	94,2
	Atividades imobiliárias	69,49	27,13	1,35	118,4
	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2,88	9,73	18,88	34,2
	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	43,41	84,74	17,72	211,9
	Educação	-7,82	19,06	16,98	28,4
	Atividades de saúde humana e apoio social	-1,74	27,87	3,43	29,9
	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	-49,65	41,04	93,51	37,4
	Outras atividades de serviços	16,12	21,29	-0,90	39,6

Quadro 22 - Peso do volume de negócios das atividades económicas dentro de cada setor de atividades em Aveiro (2019 – 2022) (%)

Análise:

Setor I

- A Agricultura demonstra resiliência, passando 19,3 milhões em 2019 para 25,2 milhões em 2022. Sendo o setor com menor volume de negócios registou um aumento de 30,6% neste período.
- Apesar deste setor traduzir uma tendência decrescente, quer da sua expressão na ocupação da população empregada, quer na significativa redução do nº de empresas representativas deste setor, em termos de volume de negócio apresentou um desempenho positivo com alguma relevância, o que poderá traduzir uma aposta na inovação e mecanização de algumas empresas de maior dimensão

Setor II

- Este Setor teve um desempenho positivo de crescimento do volume de negócios sólido, com destaque para a *Indústria Transformadora*, com o maior volume de negócios e recuperação registadas, retomando de uma queda em 2020 para um forte crescimento em 2022 (24%), seguido da *Construção*, com o maior crescimento em 2021 (58,4%). Em contrapartida, a *Elettricidade, Gás e Vapor*, registou uma queda gradual de 13,5%.

Setor III

- Este setor mostrou recuperação e expansão em todos os segmentos de atividade, salientando-se a recuperação do volume de negócios verificado no período de 2019-2022, nas *Atividades Administrativas e de Serviços de Apoio*, com um crescimento de 221,9%, seguida das *Atividade Imobiliárias* e das *Atividades de Informação e Comunicação* com crescimentos, respetivamente, de 118,4% e 94,4%. O Alojamento, Restauração e Similares, após o forte impacto negativo em 2020 (queda para 75,9 milhões) associado à pandemia, teve neste contexto uma recuperação robusta para 136,8 milhões em 2022.
- Já em termos de volume de negócio foi o *Comércio por Grosso e a Retalho que mais se destacou* com o valor 1,07 mil milhões em 2022, impulsionado pelo aumento do comércio eletrónico e logística, seguido das *Atividades de Informação e Comunicação*, refletindo um crescendo de investimento em tecnologia e digitalização e das *Atividades Administrativas e de Serviços de Apoio* que, a par do importante crescimento registado, atingiram, respetivamente, os 357,7 milhões e 169,7 milhões de euros em 2022.

4.2.3. Estrutura socioeconómica - Síntese

A análise da estrutura socioeconómica permite identificar uma tendência de consolidação do setor terciário como motor dominante da economia local, refletindo a crescente terciarização das atividades económicas, a modernização do tecido empresarial e a alteração dos padrões de emprego e de qualificação da população ativa.

A base económica de Aveiro revela um ecossistema empresarial dinâmico, ainda que com desafios significativos no setor primário, onde se observa uma redução contínua do número de empresas e de trabalhadores. Esta retração é parcialmente compensada por uma ligeira recuperação do volume de negócios, indiciando uma reestruturação do setor através da introdução de inovação, mecanização e especialização. Por outro lado, o setor secundário mostra-se heterogéneo, enquanto as indústrias transformadoras mantêm um peso relevante, enfrentam dificuldades de crescimento, em contrapartida, os subsectores da construção e da energia registaram uma evolução positiva, refletindo investimentos em infraestruturas e habitação.

O setor terciário confirma-se como o eixo central da economia em Aveiro, sendo responsável pela maioria das empresas, da força de trabalho e do volume de negócios. Atividades como os transportes e armazenagem, serviços administrativos, imobiliária, saúde, educação e tecnologias de informação registaram um crescimento acentuado, revelando a transição do município para uma economia baseada no conhecimento, serviços especializados e inovação. Esta realidade é sustentada por um elevado nível de qualificação da população empregada, em que se destaca uma significativa percentagem com ensino superior completo, sobretudo nas freguesias urbanas, como Glória e Vera Cruz.

No domínio do emprego, observa-se uma taxa de atividade relativamente estável, com valores que se mantêm acima da média regional e nacional, o que evidencia uma base de população ativa resiliente. A taxa de desemprego apresenta uma trajetória decrescente, refletindo a recuperação económica na última década e o impacto de políticas públicas e investimentos locais. Contudo, subsistem assimetrias territoriais assinaláveis a evidenciarem fragilidades estruturais que carecem de estratégias de revitalização socioeconómica, em particular na freguesia de São Jacinto.

As condições de vida em Aveiro apresentam-se globalmente favoráveis, com um poder de compra *per capita* sistematicamente acima da média nacional. Este indicador revela a capacidade económica dos seus residentes e a capacidade de atração do Município como território competitivo, não apenas na ótica do investimento, mas também da fixação de população qualificada.

Importa ainda destacar a relevância crescente do Turismo como setor estratégico na configuração socioeconómica do território. Aveiro tem vindo a consolidar-se como destino turístico, com uma forte expansão da capacidade de alojamento, em especial no Alojamento Local, e com uma oferta diversificada de equipamentos culturais, de natureza e de negócios. Esta dinâmica não só reforça o papel do setor nos indicadores económicos como também acentua a centralidade urbana da freguesia de Glória e Vera Cruz, concentrando a maioria da oferta e da procura turística.

Em suma, a estrutura socioeconómica de Aveiro apresenta um perfil de transição para uma economia de serviços com forte componente urbana e tecnológica, onde coexistem dinâmicas de crescimento com desafios de coesão territorial e equidade no acesso às oportunidades. A consolidação deste modelo exigirá, no futuro, uma articulação estratégica entre políticas de desenvolvimento económico, inovação, habitação, mobilidade e inclusão social, tendo por base uma abordagem territorial integrada e sustentável.

4.3. HABITAÇÃO

A habitação é um elemento essencial da ocupação do território e do desenvolvimento dos aglomerados populacionais, assumindo um papel central na definição e na implementação de políticas sociais e marcando profundamente a qualidade de vida dos cidadãos.

A informação estatística constitui uma forma de conhecimento imprescindível à definição das políticas públicas e essencial na tomada das decisões dos vários agentes económicos e dos cidadãos. A disponibilização dos resultados definitivos do XVI Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação (Censos 2021) constitui uma oportunidade para avaliar as transformações ocorridas nas últimas décadas no património edificado. In INE, “O parque habitacional: análise e evolução” 2011-2021

Em matéria de Habitação, registe-se a importância crescente da intervenção do Poder Central e Local, evidenciando-se as alterações do quadro legislativo que visa a diversificação das medidas no âmbito da habitação e do imobiliário, regulando e ampliando respostas e apoios, bem como penalizações fiscais no intuito de incentivar a dinamização do mercado habitacional nas suas várias vertentes. Esta intervenção revela-se essencial na ocupação e desenvolvimento dos territórios e respetivos aglomerados populacionais, com repercussões significativas no processo de inclusão de grupos sociais mais vulneráveis e na qualidade de vida dos cidadãos, reconhecendo o enfoque nas pessoas e no nível de desenvolvimento global de um município.

Nos últimos anos deparamo-nos com profundas alterações no setor habitacional, as quais evidenciam a necessidade de criar medidas heterogéneas que permitam alargar e diversificar o leque de respostas de apoio à habitação, por forma a promover respostas habitacionais adequadas e acompanhar a dinâmica da procura e oferta da habitação, afirmando-se esta como área estratégica fundamental ao desenvolvimento das cidades, bem como à sua competitividade e revitalização. A habitação social permanece como vetor essencial ao equilíbrio dos territórios, representando uma das respostas imprescindíveis às populações que, por razões de vária ordem não conseguem aceder ao mercado regular de arrendamento ou aquisição de imóvel para residência do seu agregado familiar.

Neste quadro, a elaboração do **Plano Municipal de Desenvolvimento Habitacional**, constituindo-se como um programa transversal da política municipal de habitação, estabelece objetivos, instrumentos e medidas estratégicas ajustadas à realidade e necessidades locais, visando promover a salvaguarda do acesso à habitação de todos os segmentos sociais. O documento integra referências à Estratégia Local de Habitação (ELH), em elaboração e que consubstancia uma candidatura ao “1.º Direito”- Programa de Apoio ao Acesso à Habitação e à Carta Municipal de Habitação, que se arroga como instrumento de planeamento e ordenamento do território no setor da habitação, territorializando a ELH, abordando também matérias relacionadas, designadamente, com a bolsa de habitação para alojamento temporário, medidas fiscais e apoios ao desenvolvimento de operações de construção a custos controlados.

Neste âmbito, procura-se caracterizar o parque habitacional e perceber quais as dinâmicas do sector da habitação nos aspetos considerados mais relevantes, possibilitando informar a formulação das políticas públicas de habitação e reabilitação urbana, ou orientar as opções dos agentes económicos que atuam no segmento da construção e da reabilitação de edifícios habitacionais. Para o efeito recorreu-se aos dados dos Censos de 1991, 2001, 2011 e 2021, assim como à informação sobre habitação social. Este estudo visa ainda caracterizar de forma sumária o edificado, nomeadamente, ao nível de tipo de utilização, época de construção e número de pisos.

4.3.1. Parque habitacional

Para a programação da ocupação urbana é importante perceber algumas dinâmicas do parque habitacional, avaliando a tendência de evolução verificada. Neste âmbito, face aos dados mais recentes disponíveis, procedeu-se a uma análise do número de edifícios em função da tipologia e dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, face ao regime de ocupação.

A observação das unidades estatísticas Edifício e Alojamento, apresentada de seguida, permite conhecer algumas características do parque habitacional. Neste âmbito, o resultado dos Censos 2021, se comparados com o registado nos Censos 2011, refletem, na generalidade, um brando crescimento do número de edifícios.

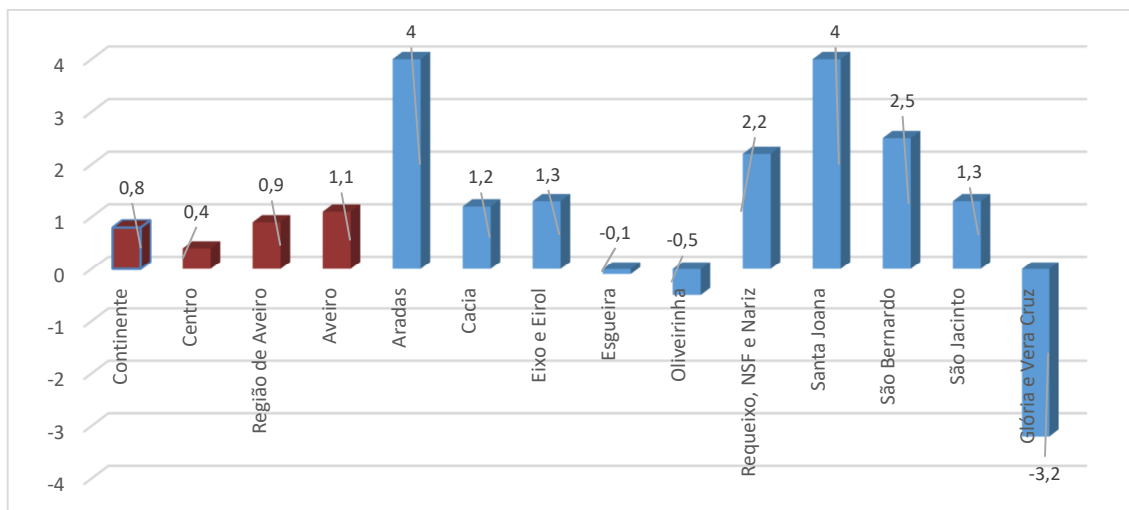


Gráfico 51 - Taxa de variação dos edifícios (2011 - 2021) (%)
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Ainda assim, neste cenário Aveiro destaca-se superlativamente em relação ao verificado no continente, Região de Aveiro e Centro, ainda assim um aumento apenas de 1,1%. Em Aveiro, a maior dinâmica ocorreu nas freguesias de Aradas e de Santa Joana, seguida de S. Bernardo, correspondendo também às que apresentam maior concentração de edifícios e pessoas. A área mais central da cidade (freguesia de Glória e Vera Cruz) verificou um decréscimo de 3,2%, o que reflete a aposta na reabilitação e valorização do existente, onde edifícios antigos são demolidos para dar lugar a novos projetos.

	Total		2011-2021		Edifício com 1 alojamento		Edifício com 2 ou mais alojamentos	
	2021	2011	Nº	%	2021	2011	2021	2011
Continente	3 381 968	3 353 610	28358	0,8	2 917 752	2 909 440	464 216	444170
Centro	1 116 787	1 111 952	4835	0,4	1 028 624	1 029 54	88 163	82410
Região de Aveiro	142 828	141 487	1341	0,9	129 881	137 415	12 947	12506
Aveiro	23 058	22 817	241	1,1	19 601	19 480	3 457	3337

Quadro 23 - Edifícios (N.º)
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Neste âmbito, evidencia-se ainda o predomínio generalizado dos edifícios com um alojamento, que em Aveiro correspondem a 85% do total de edifícios, enquanto que no continente este valor apresenta-se ligeiramente superior, representando 86,3%.

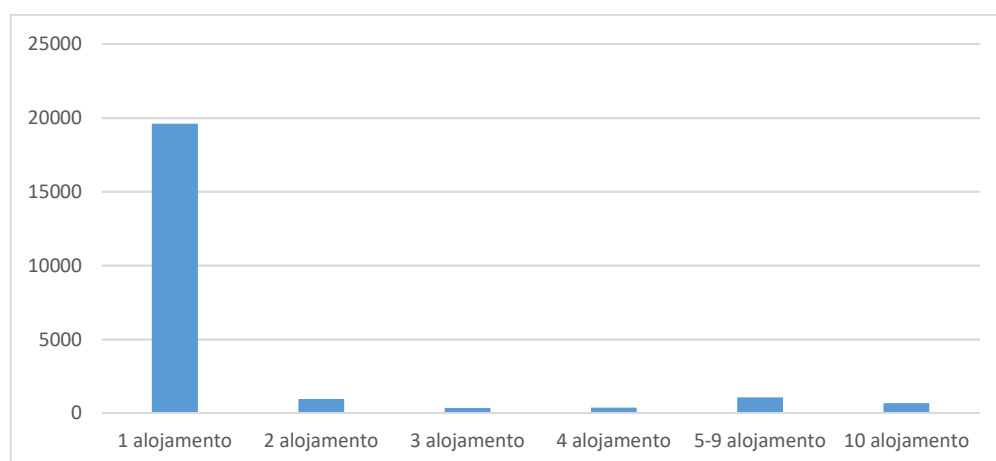


Gráfico 52 - Edifícios por nº de alojamentos

No seu conjunto, os edifícios com um ou dois alojamentos representam 89% do total de edifícios recenseados. Os edifícios com três e mais alojamentos constituem 11,1% do parque habitacional de Aveiro e os que têm cinco a nove alojamentos totalizaram 4,6%, estando estes últimos associados às áreas urbanas ou mais densamente povoadas.

Os edifícios com 10 ou mais alojamentos, embora menos comuns, ainda constituem 3% do total, estando naturalmente concentrados na freguesia de Glória e Vera Cruz, conforme representado no gráfico em baixo, correspondendo a 12,5% do total de edifícios desta freguesia, seguido de Esgueira com 3,6%.

A freguesia de Glória e Vera Cruz, pela sua centralidade, evidencia a menor prevalência de edifícios unifamiliares em contraponto com o destaque do número de edifícios com mais de 3 alojamentos.

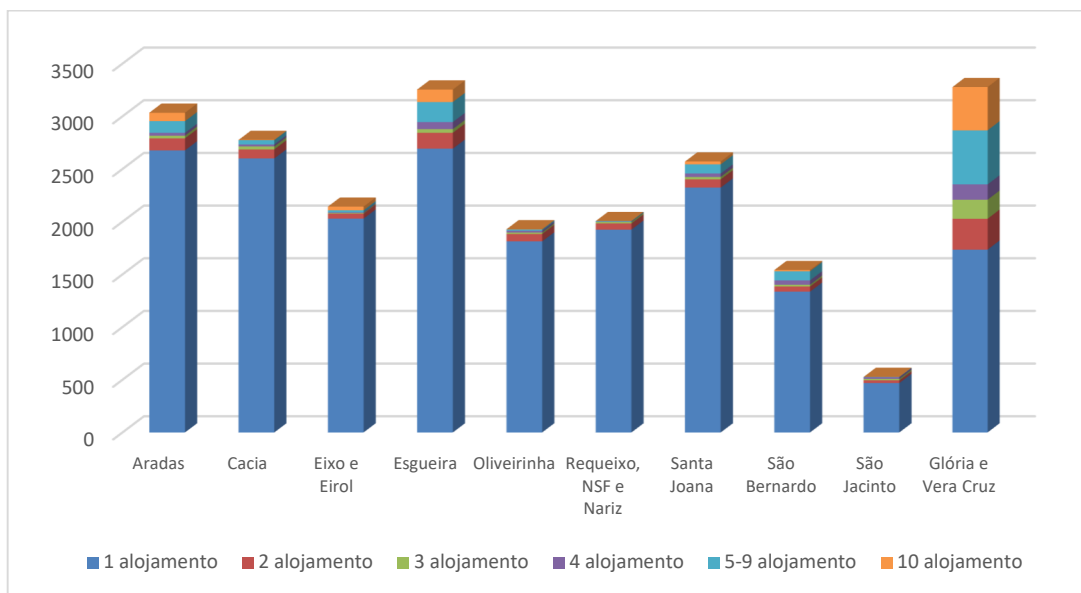


Gráfico 53 - Nº de alojamentos por edifício, nas freguesias

Relativamente à utilização dos edifícios, e nos diversos níveis de análise, a totalidade dos edifícios existentes são *exclusivamente residenciais*, representando em Aveiro e no continente, respetivamente, 99% e 99,2%. Apenas a freguesia de Glória e Vera Cruz, portanto a área mais central da cidade, registou edifícios

principalmente não residenciais. Salienta-se o aumento, em Aveiro e na última década censitária, de cerca de 10% de edifícios *exclusivamente residenciais*, face aos valores registados no continente, centro e região de Aveiro, que não ultrapassaram, respetivamente, os 7,5%, 6,3% e 7,7%.

		Edif. exclusivamente residencial (100%)	Variação 2021-2020 %	Edif. principalmente residencial (de 50% a 99%)	Edif. principalmente não residencial (até 49%)
2021	Continente	3356711	7,5	24025	1232
	Centro	1113330	6,3	3320	137
	Região de Aveiro	142390	7,7	429	9
	Aveiro	22833	9,9	218	7
2011	Continente	3121458		207292	24860
	Centro	1046903		57875	7174
	Região de Aveiro	132241		8216	1030
	Aveiro	20772		1870	175

Quadro 24 - Edifícios por tipo de utilização

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

No que se refere ao número de pisos, de acordo com os dados dos censos de 2021, os edifícios com um ou dois pisos representavam 81,3% do total de edifícios (41,9% com um piso e 39,4% com dois pisos). Dos restantes edifícios, 10,6% eram constituídos por três pisos e 8,1% possuíam mais de quatro pisos.

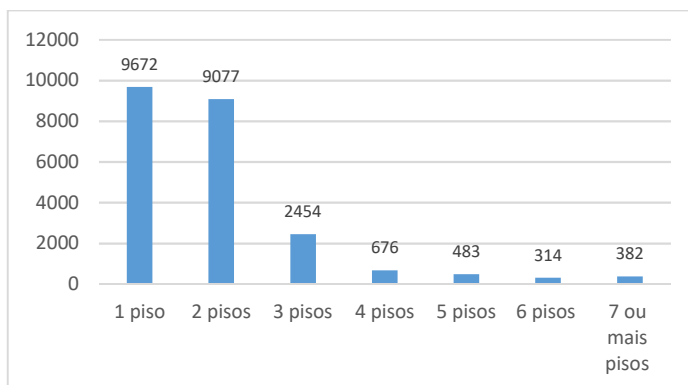


Gráfico 54 - Distribuição do total de edifícios segundo o nº de pisos em Aveiro - 2021

Desta análise, ao nível das freguesias, a Glória e Vera Cruz, pela sua centralidade, revela a menor prevalência de edifícios com 1 piso, ainda assim, apresenta uma importante expressão de edifícios com 2 pisos, o que traduz uma cidade pouco densificada.

Por outro lado, esta freguesia é, naturalmente, a que apresenta maior concentração de edifícios com 3 pisos e mais, com destaque para a presença de edifícios com 7 pisos ou mais (257), situação que só ocorre, embora com menor expressão, nas freguesias de Esgueira (53 edifícios), Aradas (46 edifícios), Eixo e Eirol (22 edifícios) e, por fim, Santa Joana com apenas 4 edifícios, conforme expresso no gráfico seguinte.

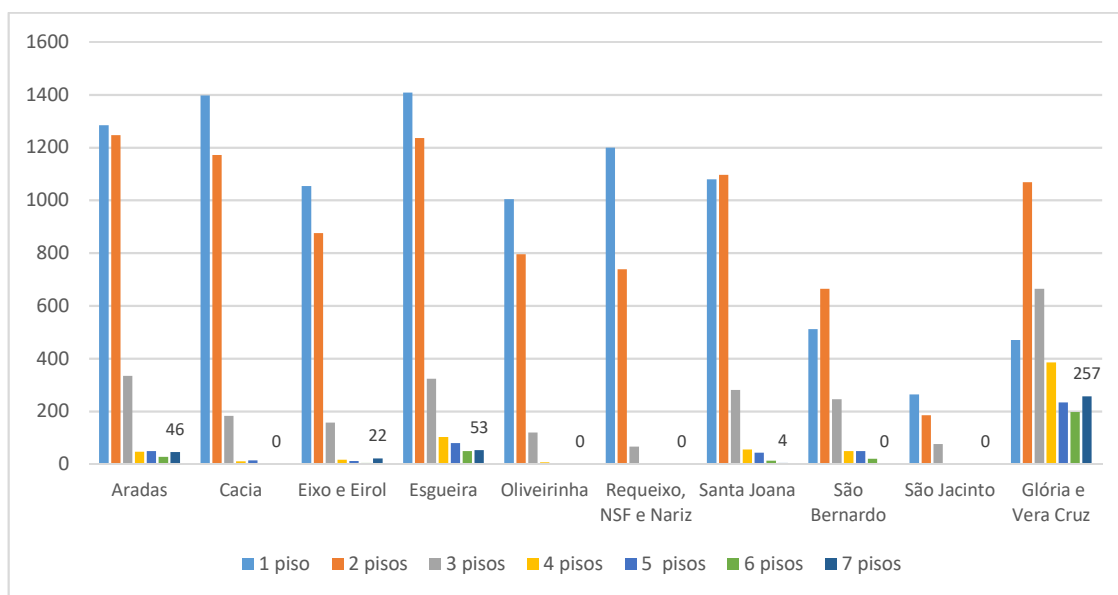


Gráfico 55 - Distribuição do total de edifícios segundo o nº de pisos por freguesia - 2021

Se analisarmos a construção ocorrida na última década (749 edifícios) (quadro seguinte) revela a manutenção da opção por uma estrutura do edificado centrada nos edifícios com um ou dois pisos, que no seu conjunto representam 75% do total de edifícios construídos, embora com um peso ligeiramente inferior ao do total do parque habitacional (81,3%), verificando-se também uma inversão na dominância de 1 piso para um maior nº de edifícios com de 2 pisos.

	Até 1945	De 1946 a 1980	De 1981 a 2000	De 2001 a 2010	De 2011 a 2021
23058	2143	8558	7853	3755	749

Quadro 25 - Total de edifícios, segundo a época de construção

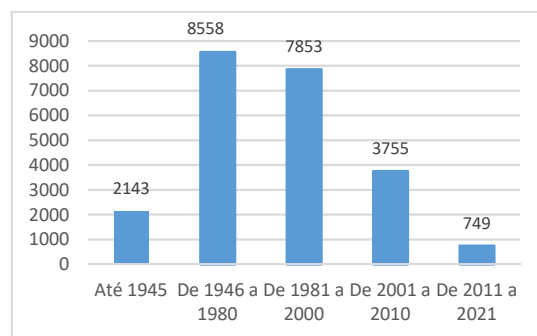


Gráfico 56 – Total de edifícios, segundo a época de construção

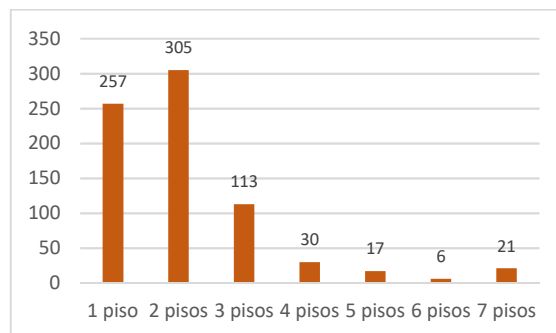


Gráfico 57 - Edifícios construído segundo o nº de pisos (2011-2021)

De acordo com os dados disponíveis no INE, da análise do número de fogos licenciados em construções novas para habitação familiar por tipologia do fogo, com referência ao período de 2020 a 2023, verificou-se sempre a prevalência da tipologia de fogo T3 face às outras tipologias, tendo sido registada em 2023 a sua maior expressão (44,5%), seguida da tipologia T2 (25%).

	T0 e T1	T2	T3	T4
2023	11	25	44,5	19,5
2022	27,5	18	39,3	15
2021	30,7	22,7	31,8	14,8
2020	51,5	15,6	25	7,9

Quadro 26 - Proporção do n.º de fogos licenciados por tipologia, no Município (%)

Da análise do quadro, sobressai a variação da proporção referente à tipologia T0 e T1 ao longo dos anos, que em 2020 atingiu o maior valor, ao apresentar 51,5% do total de fogos licenciados nesse ano, tendo sido quase 5 vezes superior ao que foi registado em 2023, que ficou pelos 11%. Neste âmbito, constata-se o predomínio desta tipologia no Município desde 2020 a 2023, sendo que neste último ano se verifica uma inversão, com superioridade no Continente e no Centro.

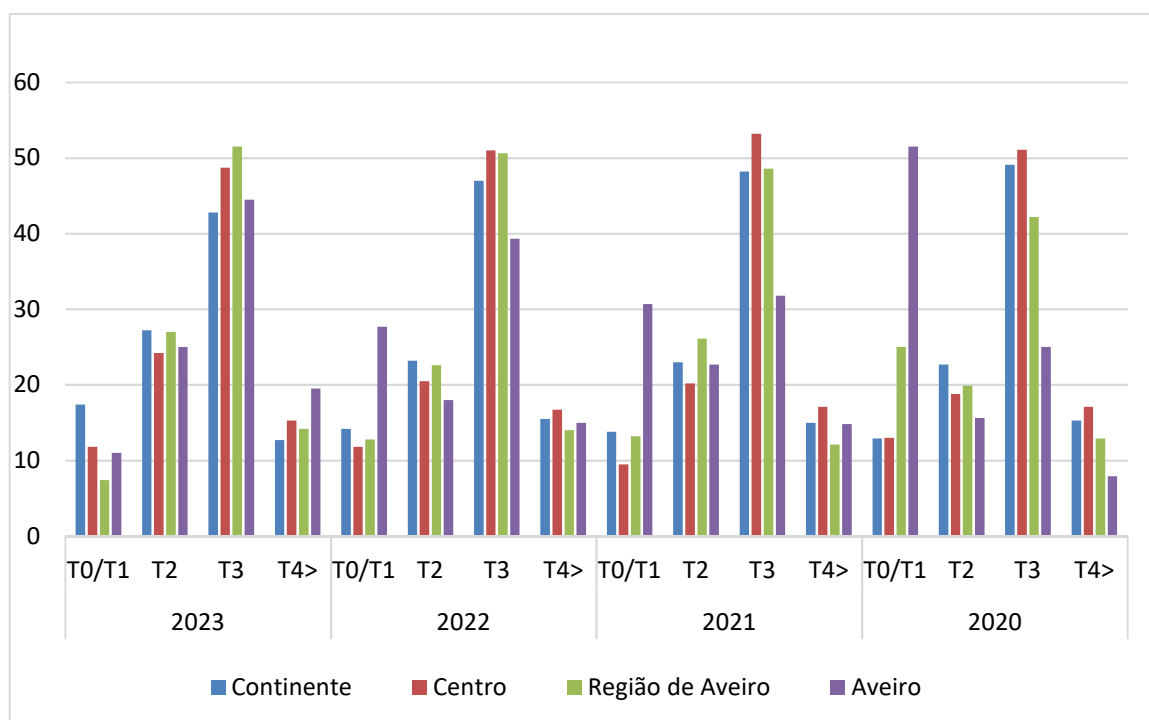


Gráfico 58 - Variação da distribuição por tipologias entre 2020 e 2023

Esta dinâmica/comportamento ocorreu, essencialmente, na freguesia de Glória e Vera Cruz, onde, conforme se pode verificar nos gráficos seguintes, em 2020 a proporção dos fogos licenciados de tipologia T0 e T1 foi de 87,7%, tendo descido em 2023 para 32%. Em contraponto, a tipologia T3 passou de 1% para 35%, em 2023, tendo sido a tipologia mais representativa neste ano.

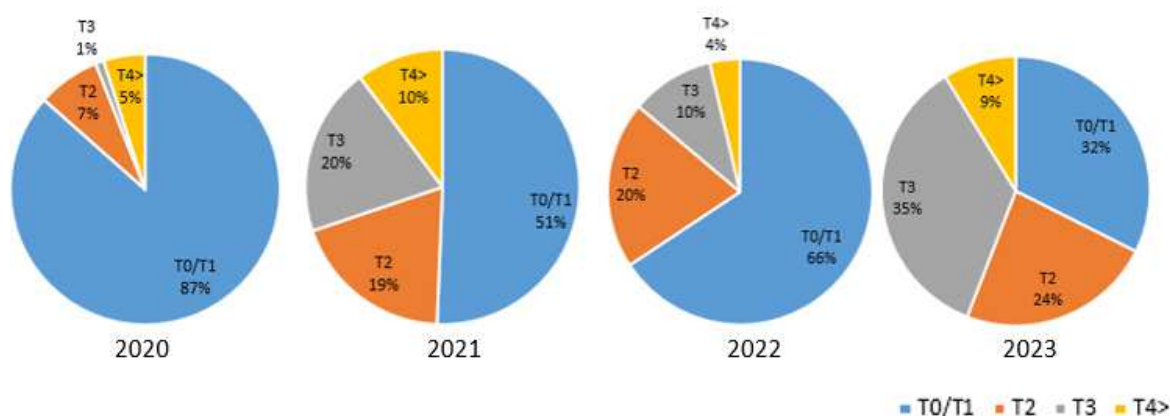


Gráfico 59 -Proporção do n.º de fogos licenciados por tipologia, na freguesia de Glória e Vera Cruz
Fonte: INE - Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios

Da análise ao parque habitacional, por época de construção, verifica-se que mais de metade dos edifícios existentes em 2021, tinham sido construídos após 1980 (53,6%). A maior parte dos edifícios foi construída no período de 1981 a 2000 (34,1%) e apenas 19,5% do parque habitacional é mais recente (após 2001). Entre 2011 e 2021, apenas 749 edifícios foram construídos, valor significativamente inferior ao verificado nos períodos anteriores, correspondendo a apenas 3,2% do parque habitacional, de acordo com os Censos 2021.

Numa análise e interpretação mais detalhada nas diferentes épocas de construção no Município verifica-se que:

- Até 1945 o número de edifícios foi de 2.143 (9,3% do total), reflete as construções mais antigas, algumas das quais representativas do património histórico. A sua pouca representatividade será atribuída, por um lado, à substituição de edifícios, e por outro, indicia que parte do parque edificado terá sido renovado, preservado e valorizado.
- De 1946 a 1980 o número de edifícios era de 8.558 (37,1% do total), período com maior número de construções, provavelmente impulsionado pelas diversas fases de crescimento urbano e económico, ocorridas neste período. Edifícios desta época tendem a necessitar de maior manutenção ou requalificação.
- De 1981 a 2000 o número de edifícios registado foi de 7.853 (34,0% do total), o que representa o segundo período mais significativo de construção, coincidindo com a modernização e expansão urbana do final do século XX.
- De 2001 a 2010 o número de edifícios foi de 3.755 (16,3% do total), denunciando uma redução no ritmo de construção em comparação aos períodos anteriores, possivelmente devido à estabilização do mercado imobiliário, sugerindo maior foco na utilização e modernização de edificações existentes.
- De 2011 a 2021 o número de edifícios foi de 749 (3,2% do total), representando o menor número de construções, reflexo da crise económica de 2008 e das mudanças nas dinâmicas habitacionais, com foco em requalificação e densificação urbana e eficiência energética.

Esta mesma análise ao nível das freguesias, denota o maior ritmo de construção até 1945 na freguesia de Glória e Vera Cruz, seguida da freguesia de Aradas. Nos períodos de 1946-2000, verificou-se uma dinâmica de construção mais expressiva na freguesia de Glória e Vera Cruz e na freguesia de Esgueira, logo seguida das freguesias de Aradas e de Cacia.

O ritmo de construção na última década foi o mais baixo em todas as freguesias.

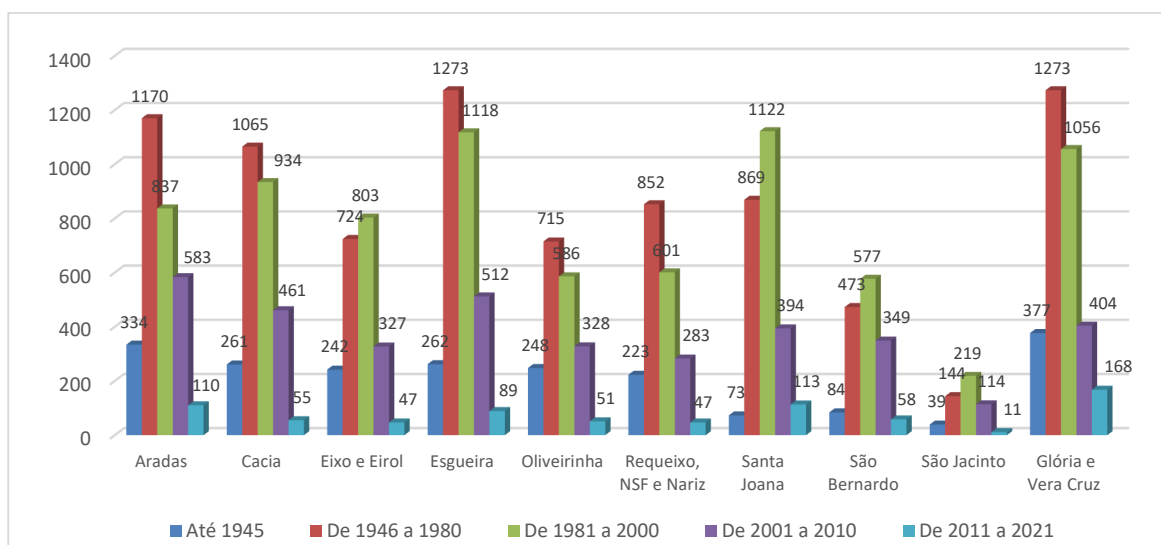


Gráfico 60 - Edifícios (N.º) por Época de construção
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Da análise do parque habitacional, relativo aos alojamentos verifica-se que, do total de alojamentos do município, 42352 são familiares clássicos, o que representa a quase totalidade dos alojamentos registados, verificando-se um acréscimo total de 1678 alojamentos na última década, correspondendo a um aumento de 4,1%.

	2021		2011		Variação Total (%)
	total	aloj. familiares	total	aloj. familiares	
Aveiro	42352	42283	40674	40570	4,1
Aradas	5245	5240	4895	4888	7,2
Cacia	3243	3243	3182	3180	1,9
Eixo e Eirol	2933	2931	2868	2865	2,3
Esgueira	6548	6543	6429	6422	1,9
Oliveirinha	2163	2160	2136	2132	1,3
Requeixo, NSF e Nariz	2136	2135	2055	2055	3,9
Santa Joana	3683	3679	3510	3505	4,9
São Bernardo	2361	2357	2280	2273	3,6
São Jacinto	648	647	638	637	1,6
Glória e Vera Cruz	13392	13348	12681	12613	5,6

Quadro 27 - Nº de alojamentos por freguesia

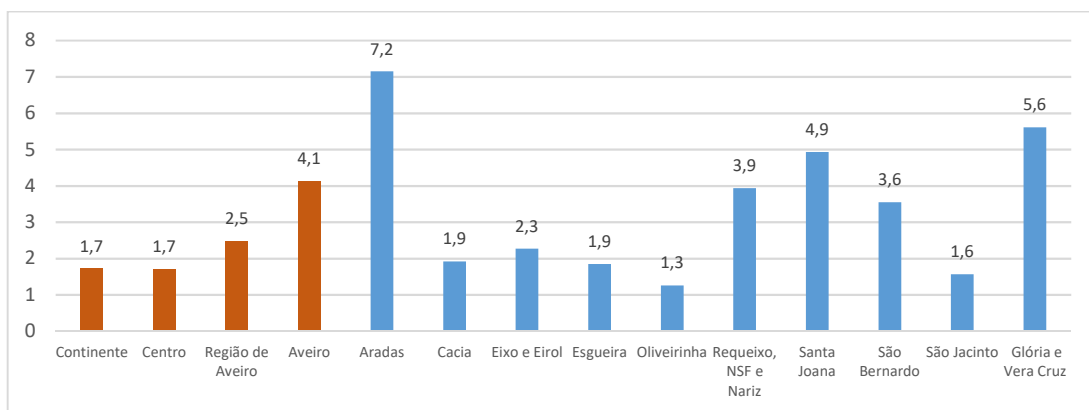


Gráfico 61 - Taxa de variação dos alojamentos (2011 - 2021) (%)
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Aveiro com o acréscimo de alojamentos verificado na última década censitária, apresenta um valor superior ao dobro da média nacional, refletindo o maior dinamismo no mercado habitacional familiar, sendo que as freguesias mais urbanas, como Aradas (7,2%) e Glória e Vera Cruz (5,6%), são as principais responsáveis por impulsionar esse crescimento. A freguesia de Santa Joana (4,9%), também registou um importante crescimento, indicando uma área atrativa para famílias. As freguesias de Oliveirinha (1,3%), São Jacinto (1,6%) e Esgueira (1,9%), apresentam crescimento tímido, o que pode estar relacionado à menor densidade populacional, limitações de espaço para novas construções ou menor procura.

Da análise da dinâmica dos edifícios e alojamentos, importa revelar o aumento generalizado do número de edifícios e alojamentos, salientando o crescimento expressivo do nº de alojamentos face ao nº de edifícios, com maior evidência no município, relativamente à Região e Continente.

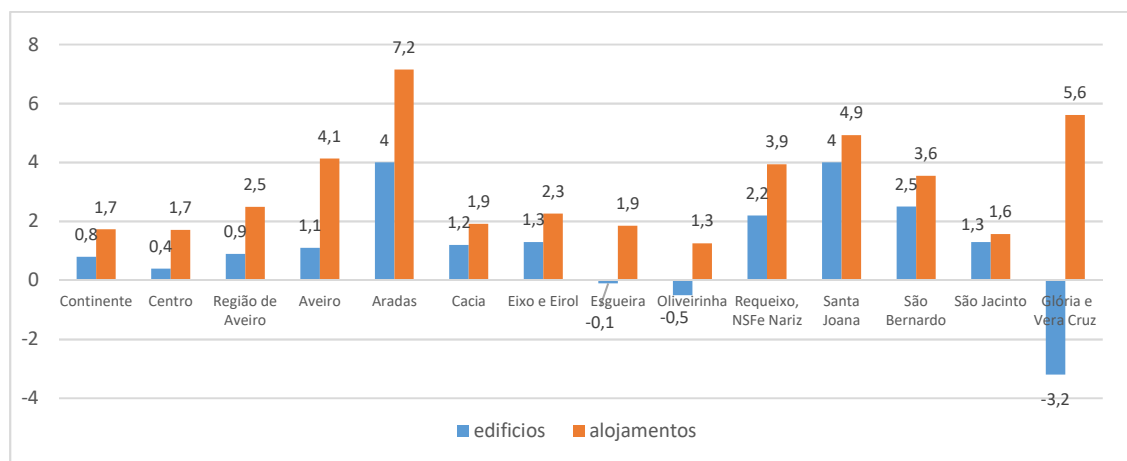


Gráfico 62 - Taxa de Variação do n.º de edifícios e de alojamentos 2011-2021 (%)

Desta tendência de crescimento, exceciona-se a redução registada do nº de edifícios na freguesia de Glória e Vera Cruz, em contraponto com o aumento expressivo dos alojamentos. Este facto, refletirá a dinâmica de renovação do parque habitacional que se tem verificado no centro da cidade, traduzido pela substituição de várias habitações unifamiliares por edifícios de tipologia multifamiliar. Importa salientar que ao nível das freguesias, Aradas e Santa Joana foram as que verificaram maior dinâmica de crescimento, tanto de alojamentos como de edifícios.

Face à redução do nº de edifícios registado na última década na freguesia de Glória e Vera Cruz, elaborou-se o gráfico seguinte (face aos dados disponíveis) que traduz a tipologia das obras requeridas nos edifícios licenciados na freguesia a partir do ano 2014. Verifica-se que, de 2014 até 2017, os licenciamentos para obras de ampliação, alteração e reconstrução sobrepuseram-se à construção nova (note-se que a proposta de delimitação da ARU de Aveiro foi publicada em 2016), situação que se inverteu a partir de 2018, altura em que a construção nova começou a assumir maior expressão, com destaque para os anos 2020 e 2021.

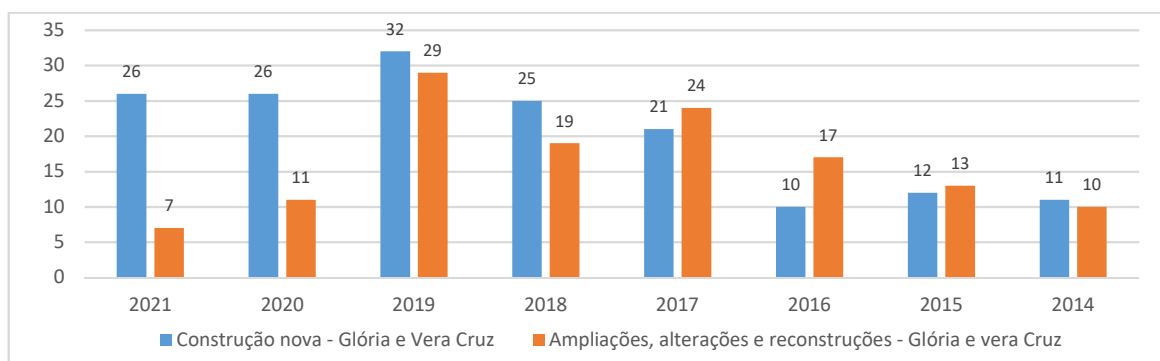


Gráfico 63 - Edifícios licenciados (N.º) por Tipo de obra
Fonte: INE, Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios

Verifica-se ainda que em Aveiro se reforçou ligeiramente o peso da primeira habitação, em detrimento das residências secundárias e de alojamentos vazios. Ao nível das freguesias mais urbanas, esta tendência é evidente, com maior expressão no centro da cidade.

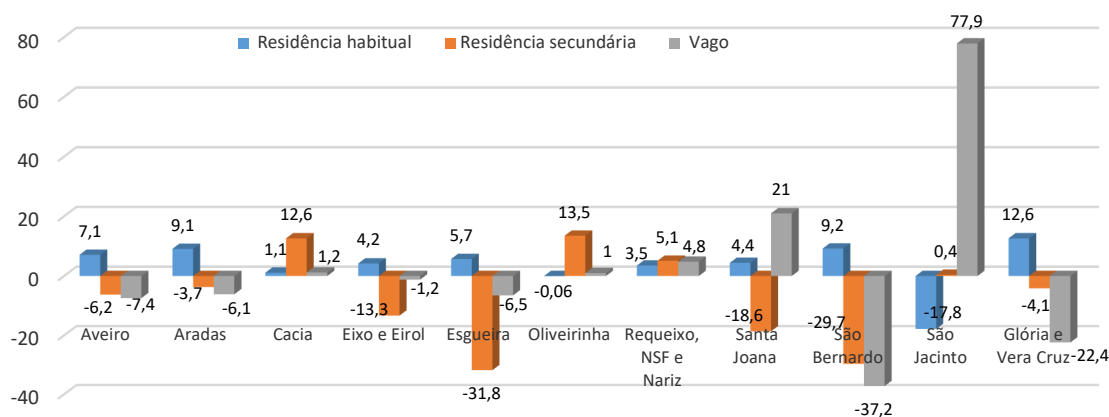


Gráfico 64 - Variação alojamentos por forma de ocupação 2011-2021 (%)

A proporção de alojamentos *vagos* tem ainda alguma expressão na generalidade das freguesias, bem com a *residência secundária*, com especial destaque para a freguesia de S. Jacinto, que pela sua proximidade à praia, induz a uma maior sazonalidade, bem como, pela escassez de atividades económicas e oferta de emprego, que se reflete numa fraca dinâmica económica e demográfica, já analisada nos pontos anteriores.

	Total	Residência habitual		Residência secundária		Vago	
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Aveiro	42182	32853	77,9	4713	11,2	4616	10,9
Aradas	5208	4090	78,5	623	12,0	495	9,5
Cacia	3205	2606	81,3	262	8,2	337	10,5
Eixo e Eirol	2930	2409	82,2	203	6,9	318	13,2
Esgueira	6535	5429	83,1	463	7,1	643	9,8
Oliveirinha	2155	1679	77,9	177	8,2	299	13,9
Requeixo, NSF e Nariz	2132	1665	78,1	215	10,1	252	11,8
Santa Joana	3674	3088	84,1	204	5,6	382	10,4
São Bernardo	2349	2040	86,8	118	5,0	191	8,1
São Jacinto	647	326	50,4	235	36,3	86	13,3
Glória e Vera Cruz	13347	9521	71,3	2213	16,6	1613	12,1

Quadro 28 - Alojamentos familiares clássicos (N.º) e Forma de ocupação; Decenal
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Salienta-se também que o número de habitantes por alojamento familiar clássico tem vindo a decrescer na generalidade, registando-se em Aveiro uma média de 2,46 indivíduos por alojamento, valor ligeiramente inferior ao verificado no continente, ainda assim foi no continente que se verificou a maior descida.

	Ano 2021	Ano 2011
\	2.48	2.63
Centro	2.46	2.60
Região de Aveiro	2.45	2.73
Aveiro	2.46	2.57

Quadro 29 - indivíduos por residência habitual; Fonte: INE - Censos 2021

No que se refere ao regime de ocupação dos alojamentos familiares clássicos, verifica-se que, em 2012 e em Aveiro, 66 % dos alojamentos são ocupados *pelo proprietário*. Embora se verifique que a maioria dos alojamentos familiares de residência habitual seja ocupada por *proprietário ou coproprietário*, evidencia-se uma forte presença do *arrendamento*, que será justificado pela presença de estabelecimentos de ensino superior, que impulsionam a dinamização deste setor, com destaque para a freguesia de Glória e Vera Cruz, onde 40% dos alojamentos familiares clássicos são ocupados por arrendatários ou subarrendatários, um contexto certamente influenciado pela sua centralidade e proximidade ao Campus Universitário.

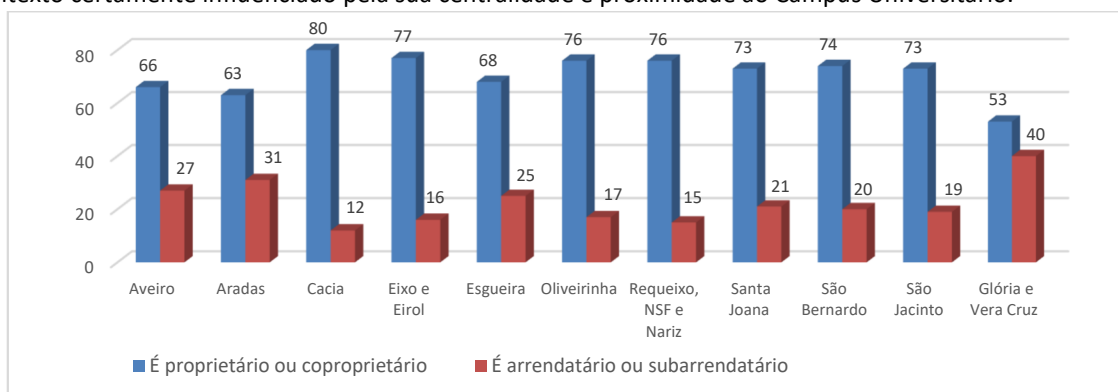


Gráfico 65 - Proporção de Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º) e regime de ocupação
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Na última década dos censos verifica-se que o regime de ocupação dos alojamentos pelo *proprietário* reduziu, na generalidade, verificando-se que em Aveiro, passou de uma representação de cerca de 72% para 66% do total de alojamentos registados o que corresponde a um decréscimo de 0,6%. O aumento verificado nas freguesias de Glória e Vera Cruz e de S. Bernardo contraria esta tendência, ao registar um aumento de alojamentos ocupados pelo *proprietário* de 4,8% e 2,2%, respetivamente. Por sua vez, os alojamentos *arrendados* registaram um aumento generalizado, face ao verificado em 2011, correspondendo em Aveiro a um aumento de cerca de 24% do total de alojamentos.

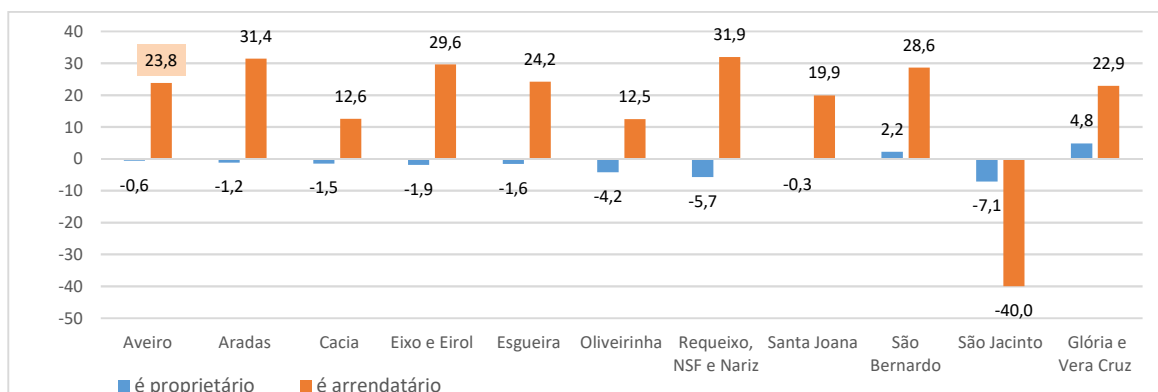


Gráfico 66 - Variação de Alojamentos familiares clássicos de residência habitual e Regime de ocupação 2011-2021(%)
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

4.3.2. Habitação social

No que reporta à intervenção do Município no âmbito da habitação social é de referenciar a importância desta resposta social como suporte essencial a famílias que, devido à sua situação socioeconómica e familiar, não conseguem, pelos seus próprios meios, assegurar o pagamento de uma habitação no mercado habitacional regular, constituindo-se a habitação social como um recurso essencial para que estas famílias possam aceder a condições de habitabilidade condignas.

Neste seguimento, é de referenciar as características do parque de habitação social, ou seja, do edificado destinado à atribuição em Regime de Arrendamento Apoiado, implantado no Município, o qual é atualmente constituído por 872 fogos, número que agrupa as habitações sociais propriedade municipal (568) e as do IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (304). No caso do edificado de habitação social propriedade do Município, este encontra-se distribuído por 7 freguesias e integra 16 Bairros/Urbanizações, constituídos quer por habitações multifamiliares, quer unifamiliares. Os maiores empreendimentos de habitação social observam-se na União de Freguesias Glória e Vera Cruz, onde estão implantados o Bairro Social de Santiago e a Urbanização de Santiago, que integram 554 habitações sociais sob a gestão municipal.

De realçar que o edificado de habitação social gerido pelo Município sofreu, recentemente, uma pequena alteração com a permuta celebrada em abril de 2023, com o IHRU, através da qual o património habitacional anteriormente detido pela CMA nos Bairros do Caião e do Griné (12 fogos) passou para a posse do IHRU, tendo a CMA passado a gerir 7 novas frações no Bairro Social de Santiago – PIAS. Acresce referenciar a demolição de uma habitação no Bairro Social de São Jacinto, que não reunia condições de habitabilidade, nem de reabilitação, tratando-se de casa de pré-fabricação ligeira, em madeira, com mais de 40 anos, que ao longo dos anos não foi objeto de obras de conservação.

No quadro seguinte estão identificadas as habitações sociais propriedade municipal.

Tipologias						Total	
Freguesia / Designação	Ano	T1	T2	T3	T4	de Fogos	Devolutos
Cacia		2	5	11	2	20	1
Urbanização de Cacia	2009	2	5	11	2	20	1
Esgueira		2	11	9	8	30	9
Bairro Social da Bela Vista	1979	1	2	-	4	7	1
Bairro Social do Paço	1977	-	-	-	1	1	-
Pré-fabricado Agrad do Norte	2000	-	1	-	1	2	-
Urbanização de Mataduchos	1994	1	4	3	2	10	5
Urbanização de Taboeira	1994	-	4	6	-	10	3
Oliveirinha		-	2	3	1	6	0
Urbanização de Quintãs	1999	-	2	3	1	6	0
Santa Joana		-	7	4	2	13	0
Bairro Social da Cova do Ouro	1974	-	1	3	-	4	-
Novo Empreendimento do Caião	2003	-	5	2	2	9	-
São Jacinto		-	18	7	-	25	0
Urbanização de São Jacinto	1994	-	18	7	-	25	0
U.F. Eixo e Eirol		-	14	7	7	28	3
Bairro Social de Eixo	1979	-	1	1	1	3	0
Urbanização de Eirol	1997	-	2	3	-	5	0
Urbanização de Eixo	1996	-	11	3	6	20	3
U.F. Glória e Vera Cruz		46	150	204	46	446	12
Bairro Social da Misericórdia	1946	-	1	-	1	2	0
Bairro Social de Santiago	1983	-	6	4	1	11	1
Urbanização de Santiago	1990	46	143	200	44	433	11
TOTAL GERAL		50	206	246	66	568	25

Quadro 30 - Habitações sociais propriedade municipal

Estes bairros, na maioria com 30 anos ou mais, não foram ao longo dos anos objeto de quaisquer obras de manutenção e conservação, observando-se a necessidade de profundas obras de reabilitação para que possam garantir condições dignas de habitabilidade aos seus residentes e, também, para que possam constituir efetiva resposta habitacional para novos inquilinos.

Neste sentido, o Município tem promovido a requalificação de vários empreendimentos de habitação social propriedade do Município, designadamente, através da intervenção nas fachadas, coberturas, colunas montante (canalização), isolamento térmico, acústico, melhorando as condições de habitabilidade, o conforto e as condições de acessibilidade. Foram objeto destas intervenções os 22 prédios da Urbanização de Santiago, onde a CMA é proprietária maioritária, a Urbanização de Quintãs e Eirol, a Urbanização de São Jacinto (ao nível das coberturas) e o Bairro Social da Cova do Ouro, para além de habitações devolutas, as quais foram objeto de reabilitação interior, procurando-se, neste caso, acompanhar a dinâmica da devolução de frações à CMA (por falecimento, desistência, integração em Lar, despejo, etc...) para que possam ser reatribuídas, com as devidas condições, a novos agregados familiares.

De realçar que as repercussões destas requalificações se refletem na melhoria destes aglomerados habitacionais, contribuindo simultaneamente para a elevação das condições de habitabilidade, e para a melhoria das dinâmicas sociais estabelecidas nestes contextos com esta população, razão pela qual se revela como essencial, um investimento de forma integrada, sistemática e continuada.

A figura seguinte apresenta as habitações sociais propriedade do Município de Aveiro distribuídas pelas freguesias do Concelho, salientando-se o maior empreendimento na União de Freguesias da Glória e Vera Cruz.

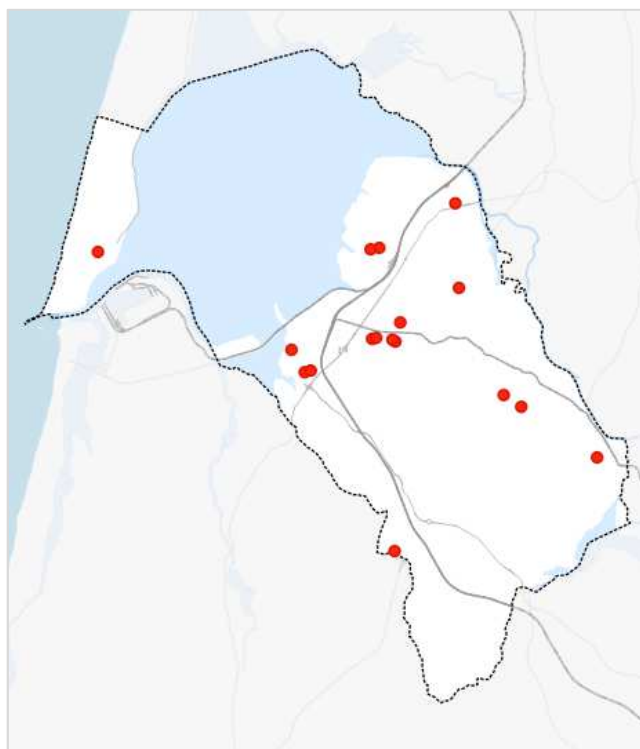


Figura 15 - Habitações sociais propriedade municipal

No âmbito das dinâmicas da procura de atribuição de habitação em regime de arrendamento apoiado e, de acordo com os registos e acompanhamento social efetuado pelo Município, observa-se um número significativo e crescente de famílias que manifestam dificuldade no acesso a uma habitação, procurando na atribuição de uma habitação com um valor de renda adequado ao seu rendimento, a solução para o seu problema.

Neste contexto, é de evidenciar que em maio de 2024 se encontravam ativos 1.225 pedidos de atribuição de habitação social, requeridos ao Município de Aveiro.

Com a abertura de concurso para atribuição de habitações em regime de arrendamento apoiado, os requerentes tiveram a oportunidade de se candidatar ao referido concurso, que visou a atribuição de habitação a mais de 60 famílias que, de entre as concorrentes, obtiveram melhor classificação, de acordo com os critérios de priorização definidos para o efeito.

De referenciar que, já após o termo do prazo de candidatura ao concurso (09/07/2024) foram formalizados junto do Município de Aveiro 148 pedidos de atribuição de habitação, verificando-se, deste modo, o seu permanente e ininterrupto aumento.

No que concerne à incidência dos pedidos de habitação por freguesia, o maior número de pedidos corresponde à União de Freguesias da Glória e Vera cruz, seguido da freguesia de Esgueira.

Os vários pedidos são integrados no registo de dinâmicas e carências habitacionais do Concelho, em atualização permanente, procedendo-se ao encaminhamento das situações mais prementes, para as respostas sociais disponibilizadas pelas instituições com intervenção no território.

Freguesia	Número de pedidos Anteriores ao Concurso (até 27/05/2024)	Número de pedidos Posteriores ao Concurso (após 09/07/2024)
Aradas	152	15
Cacia	57	8
Esgueira	222	27
Oliveirinha	34	10
Santa Joana	117	12
São Bernardo	40	6
São Jacinto	23	2
U.F. Glória e Vera Cruz	366	49
U.F. Eixo e Eirol	54	2
U.F. Requeixo, N. Sra. Fátima e Nariz	34	2
Outra	126	15
Total Geral	1225	148

Quadro 31 - N.º de pedidos de habitação ativos

Da análise qualitativa das dinâmicas e carências habitacionais das famílias do Concelho é possível observar a dificuldade de acesso ou de manutenção dos encargos mensais associados à habitação, situação frequentemente relacionada com a precariedade e instabilidade das condições laborais das famílias, que as remetem para fenómenos geradores e/ou preconizadores de pobreza.

Neste âmbito, o que antes se encarava como um problema apenas dos segmentos da população mais desfavorecidos, em que se observavam ciclos geracionais de pobreza, hoje reflete-se num novo paradigma, abrangendo uma população heterogénea, com maior qualificação, integrando famílias jovens com poucas condições para se autonomizarem e famílias que detinham uma situação económica aparentemente estável e que deixam de conseguir suportar os encargos mensais com a renda ou prestação bancária para habitação, situações frequentemente associadas a diminuição de rendimentos, desemprego, doença, divórcio e/ou situações de sobre-endividamento.

Em causa não está, propriamente, a inadequação da habitação ou a sua precariedade, mas sim o desequilíbrio entre os encargos mensais que lhe estão associados e os rendimentos das famílias, constatando-se a exponencial inflação dos valores de arrendamento no mercado regular, em oposição à fraca melhoria da situação financeira dos agregados familiares que vêm dificultadas as suas condições de

subsistência e de manutenção dos contratos de arrendamento ou do cumprimento de prestações de crédito à habitação.

Por esta razão, tem-se observado que as famílias recorrem à procura da atribuição de habitação social, como forma de garantir o acesso a uma habitação condigna, cujo valor da renda seja compatível com a sua situação socioeconómica.

Importa referir que as características e dinâmicas das famílias evidenciam a necessidade de reformulação e diversificação da tipologia de apoios nesta matéria, uma vez que a atribuição de habitação social, por si só, é insuficiente para atender/solucionar as carências de habitação da população, ficando bastante aquém das necessidades identificadas.

Apesar de se reconhecer que a atribuição de habitação social não permite colmatar as carências de habitação identificadas, surge como um contributo importante para as famílias mais vulneráveis, sendo de referenciar que entre 2020 e 2024, o Município procedeu ao realojamento de 75 agregados familiares em situação de carência habitacional, provenientes das 10 freguesias do Concelho, conforme se apresenta no quadro infra.

Freguesias	N.º de Realojamentos
Aradas	12
Cacia	3
Eixo & Eirol	6
Esgueira	10
Fora do concelho	2
Oliveirinha	7
S. Jacinto	1
Santa Joana	4
São Bernardo	3
U.F. Glória e Vera Cruz	25
U.F. Requeixo, N.ª Sra. Fátima, Nariz	2
Total 2020_2024	75

Quadro 32 - Realojamentos [2020 – 2024]

Neste seguimento e nos termos da atual redação da Lei n.º 81/2014 de 19 de dezembro, o Município promoveu um Concurso por Classificação para a Atribuição de Habitações em Regime de Arrendamento Apoiado, iniciado em 27 de maio, o qual visou a atribuição de habitações sociais implantadas nas Urbanizações de Santiago (55), Cacia (3) Eirol (2), Quintãs (3) e São Jacinto (3), tendo-se rececionado 618 candidaturas, das quais, conforme critérios definidos para o efeito, foram admitidas um total de 527 candidaturas. Decorrente da implementação do Concurso e face à conclusão das obras de reabilitação em 44 habitações que integraram o mesmo, em 17 de dezembro procedeu-se à sua entrega e celebração dos respetivos contratos administrativos de arrendamento apoiado com os candidatos efetivos correspondentes.

Acresce referir que a entrega das restantes habitações que integraram o Concurso, se encontra condicionada à conclusão das respetivas obras de reabilitação, por forma a garantir as condições de habitabilidade adequadas, situação devidamente prevista no programa do procedimento do Concurso.

A atribuição das 3 habitações na Urbanização de Quintãs, a qual ocorreu por motivos imperiosos e excecionais, enquadrados no regime de exceção previsto no n.º 2 do artigo 9º do Regulamento Municipal das Habitações Sociais Propriedade do Município de Aveiro. Estas habitações foram atribuídas a 3 famílias residentes na freguesia de Oliveirinha, em habitações com mais de 40 anos, que nunca foram objeto de obras estruturais, que apresentavam condições de conforto e habitabilidade precárias, que evidenciavam deficiências associados à idade das construções, à fragilidade dos materiais utilizados e ao fraco isolamento térmico, tendo o Município assumido a sua demolição, para operação de qualificação urbana, visando,

concomitantemente, a melhoria das condições habitacionais dos residentes e do espaço urbano onde as construções se encontravam edificadas.

Para além destes realojamentos, o Município procedeu ao realojamento de mais 9 famílias oriundas do Património dos Pobres, o que perfaz um total de 75 realojamentos entre 2020 e 2024.

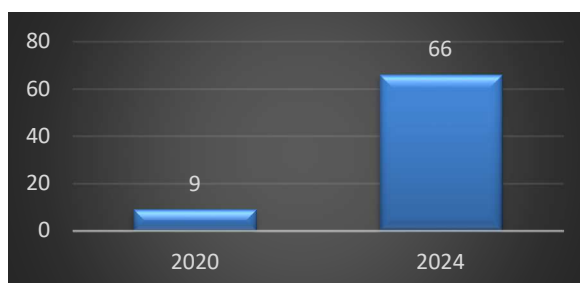


Gráfico 67 - N.º de Realojamentos efetivados entre 2020-2024

A atribuição destas habitações foi antecedida de empreitada de reabilitação dos imóveis a atribuir, visando a melhoria da qualidade de vida das famílias objeto do realojamento, quer através da aplicação de uma renda apoiada, calculada com base nos rendimentos das famílias, quer através da promoção de condições de habitabilidade condignas. Esta atribuição, apesar de representar o primeiro passo para a melhoria da qualidade de vida e estabilização da situação habitacional e financeira das famílias, deixa evidenciar a necessidade de uma intervenção sistemática e abrangente junto destas famílias, designadamente no que reporta às áreas de educação/formação, saúde, emprego, entre outras, sendo imprescindível um trabalho de acompanhamento, de proximidade e contínuo.

Estas famílias, agora alojadas em habitações sociais, irão continuar a ser objeto de acompanhamento social pelas equipas técnicas do serviço municipal de habitação social, em estreita articulação e parceria com as instituições existentes no território. No âmbito da gestão dos empreendimentos de habitação social importa salientar a dinâmica relacionada com a necessidade de adequar as características dos imóveis às necessidades das famílias residentes em habitação social, tendo-se realizado a transferência de 13 famílias para habitações com tipologia adequada à composição do agregado familiar, de andares inferiores por motivos de saúde e dificuldades de locomoção, ou para habitações com melhores condições de habitabilidade. Acresce referenciar a conclusão de 4 transferências provisórias, promovidas para efeitos de reabilitação das habitações atribuídas aos respetivos agregados familiares, no âmbito da empreitada de requalificação das urbanizações de Eirol e Quintãs.

Os múltiplos desafios económicos, funcionais, ambientais e sociais que se colocam à política de habitação e à reabilitação têm evidenciado ao longo dos anos, a premência de uma abordagem integrada flexível e dinâmica, adaptada às reais necessidades das famílias e às características específicas do edificado, territórios e comunidades.

A política pública de habitação em Portugal tem-se focado essencialmente na disponibilização de habitação para grupos sociais mais vulneráveis e carenciados, verificando-se uma lacuna no apoio público para as famílias que, apesar de terem uma situação económica mais favorável, não conseguem aceder ao mercado regular de habitação, sem que isso represente uma sobrecarga no orçamento familiar e, por conseguinte, na assunção das restantes despesas correntes.

Vários fatores têm contribuído para que este modelo de intervenção no domínio da habitação esteja desajustado das atuais carências habitacionais e perfil das famílias que procuram aceder a uma habitação, urgindo a amplificação e diversificação de respostas neste setor, que incorpore de forma sustentável as realidades emergentes no território, que seja transversal às várias dimensões que abarcam esta temática e que envolva outras entidades, de cariz público e/ou privado.

4.3.3. Habitação - Síntese

O parque habitacional revela uma significativa diversidade tipológica refletindo as transformações socioeconómicas e demográficas ocorridas nas últimas décadas. A última década censitária refletiu uma dinâmica positiva generalizada do nº de edifícios e alojamentos, com maior evidência no município, relativamente ao Região e Continente, seguindo a mesma tendência de evolução dos indicadores socioeconómicos.

A elevada proporção de edifícios construídos antes de 1990 traduz um edificado envelhecido, com défices de qualidade construtiva e energética, exigirá uma abordagem integrada, que promova a reabilitação urbana e a renovação do parque habitacional existente, assentes em programas de reabilitação com apoio público e em incentivos fiscais e logísticos à reabilitação de edifícios devolutos, sobretudo nas ARU, de forma a mitigar fenómenos de obsolescência e a incentivar a qualificação dos tecidos urbanos consolidados.

Simultaneamente, impõe-se a criação de novas soluções habitacionais que respondam às necessidades emergentes, nomeadamente ao nível do arrendamento acessível, da mobilidade residencial e das novas formas de coabitação.

O Plano Municipal de Habitação (PMH), enquanto instrumento estratégico de resposta às carências habitacionais diagnosticadas, deve constituir o eixo estruturador da política local, articulando-se com o 1.º Direito e outras medidas nacionais de apoio, prevendo a adoção de critérios territoriais diferenciados e de soluções arquitetónicas sustentáveis, garantindo a coerência entre as dimensões social, ambiental e urbanística da política de habitação.

A habitação social desempenha um papel central na resposta às vulnerabilidades habitacionais, assegurando o direito à habitação em condições dignas para famílias em situação de carência económica ou de exclusão social. Em Aveiro, a oferta é ainda limitada e concentrada em certos bairros, onde a intervenção da ação social é desenvolvida no sentido de combater fenómenos de segregação socioespacial e a facilitar a integração plena das comunidades.

O aumento da procura por soluções habitacionais acessíveis exige uma resposta proactiva que inclua uma diversificação das soluções públicas, designadamente através de:

- Reabilitação e reconversão de património municipal devoluto;
- Promoção de novos empreendimentos com base em modelos de renda apoiada e renda acessível;
- Reforço da articulação com as redes locais de apoio social, promovendo o acompanhamento de proximidade;
- Desenvolvimento de instrumentos de gestão ativa do parque público de arrendamento.

A estratégia de habitação social deve, assim, abandonar uma lógica exclusivamente assistencialista e passar a integrar os princípios da inclusão territorial, da coesão social e da sustentabilidade.

5. DINÂMICAS DOS SISTEMAS TERRITORIAIS

As dinâmicas dos sistemas territoriais envolvem múltiplas componentes, complexas e interdependentes, que influenciam o desenvolvimento e a organização do espaço urbano e que são determinantes para a construção de cidades e territórios mais resilientes e adaptáveis às mudanças sociais e ambientais, promovendo um desenvolvimento sustentável e inclusivo, orientado por princípios de sustentabilidade, procurando minimizar os impactos negativos e promover um crescimento equilibrado.

Nesta análise faz-se uma abordagem direcionada aos vários sistemas (ambiental, urbano e riscos), reconhecida a importância de cada um e das interações entre todos.

No **sistema ambiental**, estando subjacente a gestão de recursos naturais, a preservação dos ecossistemas e a mitigação de impactos ambientais, é dada ênfase aos elementos naturais identitários e distintivos do Município: de uma forma geral, a paisagem e os valores ecológicos e, de forma mais específica, a Ria de Aveiro, o Baixo Vouga Lagunar e a Pateira de Requeixo/Fermentelos, bem como se referem as componentes relativas ao abastecimento de água para consumo humano, tratamento de águas residuais domésticas, qualidade do ar, ruído e produção e valorização de resíduos urbanos.

É de notar que, para as matérias de abastecimento de água para consumo humano e tratamento de águas residuais domésticas, a informação conseguida resulta dos relatórios anuais publicados pelas entidades gestoras AdRA e ADCL (normalmente de forma global ou com apresentação gráfica comparativa, mas sem detalhe por município), cruzada com os REA - Relatórios do Estado Ambiente, disponibilizados pela Agência Portuguesa do Ambiente e entidade reguladora ERSAR.

O **sistema urbano** abrange a organização espacial e funcional do território, onde o planeamento tem o papel de estabelecer o equilíbrio entre desenvolvimento urbano e qualidade de vida, promovendo a inclusão social e a diversidade funcional das áreas urbanas e onde as dinâmicas são influenciadas por fatores tão diversos, como os que decorrem do uso do solo e da distribuição de equipamentos (desportivos, educativos, culturais, sociais e de saúde) face à densidade populacional, infraestruturas estruturantes e das acessibilidades, mobilidade e transportes.

O **sistema de risco** envolve a identificação e a gestão de fenómenos e ameaças, quer sejam naturais, resultantes da ação humana ou social ou mistos, e que podem afetar a segurança e a integridade das pessoas e dos territórios. A análise de risco é fundamental para o planeamento e permite que as cidades se preparem e se adaptem a eventos adversos, sendo essencial o estabelecimento de medidas de mitigação e planos de emergência para proteção das populações e para garantia da resiliência urbana.

5.1. SISTEMA AMBIENTAL

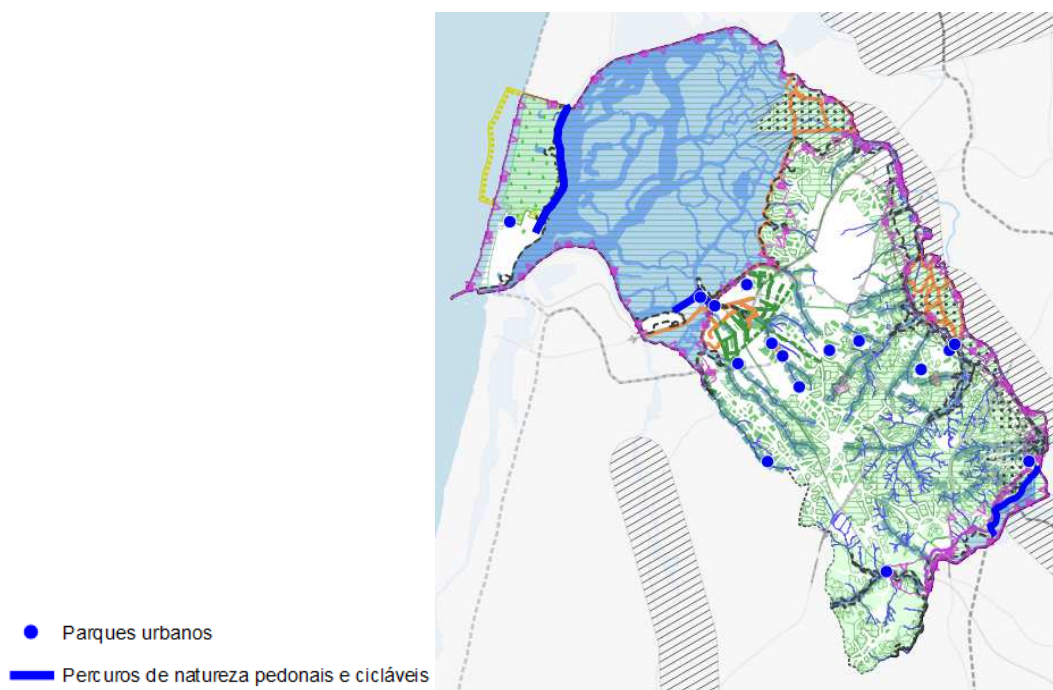


Figura 16 - Carta da Estrutura Ecológica (PDM) / intervenções programadas

A Estrutura Ecológica (EE) identifica áreas com valor natural que devem ser preservadas e requalificadas de forma a garantir conectividade entre os vários ecossistemas da malha urbana e do espaço rural, em coerência com a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), referenciada nos documentos de elaboração do PROTC, e consiste num conjunto de áreas de mais-valia ambiental e de corredores ecológicos, tidos como o garante de uma rede de conectividade entre os diversos ecossistemas, visando a proteção dos valores e recursos naturais, recursos hídricos, culturais, agrícolas e florestais e contribuindo para uma maior recuperação dos habitats e das espécies face às alterações climáticas.

Nas áreas de mais-valia ambiental distinguem-se as áreas classificadas integrantes da Rede Nacional de Áreas Protegidas, Rede Natura 2000 e outras derivadas de convenções internacionais, como é o caso das Zonas Húmidas - RAMSAR.

Os corredores ecológicos estruturantes, que assentam nas principais linhas de água, e o corredor ecológico secundário, identificado pelo Plano de Ordenamento Florestal Centro Litoral, salvaguardam também a ligação e os intercâmbios entre diferentes áreas nucleares de conservação, promovendo a continuidade espacial e a conectividade das componentes da biodiversidade.

Por forma a assegurar a compatibilização das funções de proteção, regulação e enquadramento com os usos produtivos, o recreio e lazer e o bem-estar das populações, através da definição dos parâmetros e das condições de ocupação e de utilização do solo, a EE integra os Espaços Verdes, os Espaços Naturais e as restantes subcategorias do Solo Rústico (Espaços Agrícolas e Espaços Florestais).

Neste âmbito, têm vindo a ocorrer intervenções no território que se harmonizam com os objetivos e critérios de sustentabilidade inerentes à definição da estrutura ecológica. São disso exemplo os projetos de novos parques urbanos e de qualificação dos existentes – Parque de Vilar, Parque de S. Bernardo, Parque da Balsa, Parque Aventura, Parque da FIDEC, os parques de merendas espalhados pelas freguesias, a área de lazer junto à ponte da Vessada, a pista ciclável de S. Jacinto que associa a prática de desporto ao lazer e usufruto da paisagem.

5.1.1. Paisagem e valores ecológicos

A situação geográfica de Aveiro e os espaços naturais onde se insere constituem uma forte componente identitária. De facto, a frente marítima com a Reserva Natural das Dunas de S Jacinto, o vasto ecossistema da laguna Ria de Aveiro e respetivos canais urbanos, a Pateira de Requeixo/Fermentelos, os cursos de água como Rio Vouga, Ribeiro do Pano, e as múltiplas Ribeiras da Horta, Eirinha, Esgueira e Buragal, as quais constituem importantes bacias de drenagem para a Ria, conferem no seu todo um vasto conjunto de valores naturais que interagem com o tecido urbano, nas suas múltiplas valências de atividade e desenvolvimento.

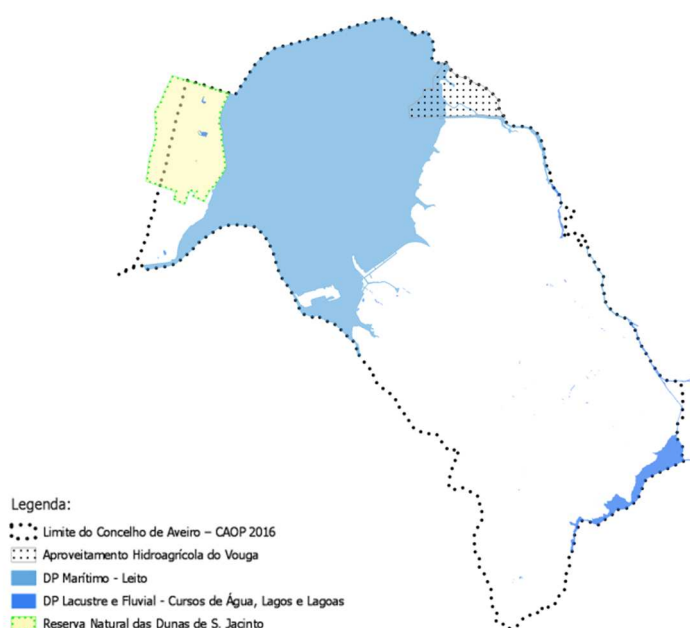


Figura 17 - Valores ecológicos

A água constitui o elemento mais presente e marcante no Município, pelo papel que assume na estruturação do território e nas formas do desenho urbano, ou mesmo no tipo de povoamento e de atividades instaladas. A Ria de Aveiro é o expoente maior desta componente, apresentando uma largura e comprimentos máximos de cerca de 8,5 e de 45 Km, respetivamente, com uma área molhada de, aproximadamente, 66 Km² na baixa-mar e de cerca de 83 Km² na preia-mar.

Aveiro integra diversas zonas com grande valor ecológico, algumas constituindo-se como Áreas Classificadas que integram a Rede Natura 2000 ou que são classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português, como é o caso da Convenção sobre Zonas Húmidas, designada por Convenção RAMSAR. Neste âmbito, assinala-se a Ria de Aveiro como Zona de Proteção Especial (ZPE) e Sítio de Importância Comunitária (SIC), a Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto, a área do Baixo Vouga Lagunar, a Pateira de Requeixo/Fermentelos, destacando-se todas pela sua singularidade e identidade única da paisagem, pela utilização e aproveitamento do território em função das suas potencialidades naturais, tal como, seguidamente, se descrevem de forma individualizada.

5.1.2. Ria de Aveiro

A Ria de Aveiro constitui um dos mais notáveis acidentes geográficos da costa do continente português e é uma das mais extensas zonas húmidas costeiras de grande importância ecológica. No que diz respeito às suas características biofísicas, a caracterização da Ria de Aveiro descrita na Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008 destaca “...a existência de extensas áreas de sapal, salinas, áreas significativas de caniço e importantes áreas de Bocage, associadas a áreas agrícolas, onde se incluem as abrangidas pelo aproveitamento hidroagrícola do Vouga. Estas áreas constituem importantes locais de alimentação e reprodução para diversas espécies de aves...”, razão pela qual esta zona se encontra classificada no âmbito da Rede Natura 2000, ao abrigo da Diretiva Aves, como Zona de Proteção Especial (ZPE) – PTZPE0004, cuja definição corresponde a um território de 51 407 ha, com uma área marinha de 20.737 ha.

De acordo com Plano de Gestão das bacias hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis - PGRH (RH4), a laguna Ria de Aveiro encontra-se dividida em duas massas de águas de transição: a norte, com o código PT 04VOU0547, e a sul com o código PT04VOU0550, as quais obtiveram classificação de estado global de 3 (inferior a Bom) e estado químico de Bom.

Do Relatório APA de Estado do Ambiente – REA’ 2024, em convergência com o relatório do 3.º Ciclo de planeamento 2022-2027 do PGRH (RH4), datado de maio de 2023, verifica-se uma diminuição generalizada das massas de água superficiais com estado global “bom ou superior”. No caso das massas de água do Município de Aveiro há um forte contributo da situação de acumulação dos efeitos de eutrofização, devido a efluentes industriais, fosfatos e nitratos provenientes da atividade agrícola, que tem provocado um crescimento exponencial das espécies aquáticas invasoras como a *pinheirinha* e os *Jacintos-de-água*.

Importa salientar que no 3.º ciclo houve uma atualização dos sistemas de classificação das massas de água que incluiu um maior número de elementos biológicos, bem como a conclusão dos exercícios de intercalibração, a par da adoção de limiares e normas mais restritivos. Assim, considera-se que a comparação entre o 2.º e o 3.º ciclo não deve ser efetuada de forma linear, funcionando apenas como um indicador.

No designado Salgado da Ria de Aveiro, que ocupa uma área de cerca de 1500 ha, chegou a estar em atividade 270 marinhas, sendo que, atualmente, cerca de 5% deste espaço foi reconvertido, predominantemente, para explorações de aquacultura semi-intensiva, estando a restante área votada ao abandono (fonte: IPIMAR). Tal implica uma degradação que, para além do aspeto económico, tem também reflexos ambientais negativos na hidrodinâmica lagunar. Só a simples destruição física das motas afeta os canais contíguos e não favorece a renovação da água, registando-se uma crescente degradação e assoreamento desses espaços.

O enorme potencial biológico da Ria de Aveiro decorre da presença do elemento marinho e dulçaquícola, fazendo com que apresente uma grande variedade de biótopos (águas livres, ilhas com vegetação, praias de vasa e lodos, sapais, salinas, matas ribeirinhas, campos agrícolas, dunas) e uma elevada diversidade de espécies, sobretudo de aves. Estes biótopos apresentam-se como importantes locais de alimentação e reprodução para diversas espécies de aves (mais de 200 espécies registadas), hospedando regularmente mais de 20 000 aves aquáticas durante o inverno, com particular destaque para o elevado número de aves limícolas, sendo de notar a ocorrência de pato-preto (*Melanitta nigra*) - e pilrito-comum (*Calidris alpina*). As populações nidificantes de borrelho-de-coleira-interrompida (*Charadrius alexandrinus*) e residente de pato-real (*Anas platyrhynchos*) são significativas a nível nacional, bem como 1% da população biogeográfica de Alfiate (*Recurvirostra avosetta*). De destacar ainda que a ZPE suporta cerca de 60% da população nidificante em Portugal da Garça-vermelha (*Ardea purpurea*) e várias espécies de passeriformes migradores, bem como altas concentrações de espécies de importância comunitária, listadas no anexo B-I da Diretiva Habitats

De acordo com o Anexo I da Diretiva 2009/147/CE de 2010, na ZPE são definidas orientações de gestão para as espécies de aves que aí ocorrem.

A ZPE/ZEC da Ria de Aveiro sendo considerada como uma das zonas húmidas mais importantes do país, alberga grande diversidade de comunidades vegetais halófilas e sub-halófilas numa extensa área estuarina, representando, consequentemente, a área mais importante de ocorrência do habitat 1130 (Estuários) na zona norte do País. De destacar ainda que a área onde o habitat 1330 (Prados salgados atlânticos- *Glauco-Puccinellietalia maritimae*) apresenta maior expressão no território nacional é a Ria de Aveiro. Apesar da sua

representação pontual ao longo da costa, também se encontra na Ria de Aveiro o habitat 2170 Dunas com *Salix repens ssp. argentea* (*Salicion arenariae*), que consiste em matagais densos dominados por salgueiro arbustivo de *Salix arenaria* em depressões dunares (dunas secundárias), possuindo uma importante capacidade de estabilização dos sistemas dunares.

Na área de ZEC, relativamente às espécies de flora com relevância pelo seu estatuto de proteção, encontram-se as seguintes espécies: *Arnica Montana* (B-V), *Cladina ciliata* (B-V), *Cladina portentosa* (B-V), *Jasione lusitanica* (B-II e B-IV), *Myosotis lusitanica* (B-II e B-IV), *Narcissus bulbocodium* (B-V), *Ruscus aculeatus* (B-V).

Relativamente à fauna, são alvo de orientações as espécies da ZPE/SIC, como sendo o Sável (*Alosa alosa* – código 1102), a Savelha (*Alosa fallax* - código 1103), o Barbo (*Barbus bocagei*), a Verdemã (*Cobitis palúdica* - código 5302), a boga-do-norte (*Chondrostoma duriense*), lampreia do riacho (*Lampetra planeri* – código 1096), Lampreia marinha (*Petromyzon marinus*- código 1095), Ruivaco (*Rutilus macrolepidotus*- código 1135), Sapo-corredor (*Bufo calamita*), a Rã-de-focinho-pontiagudo (*Discoglossus galganoi* – código 1194)), a Rela-comum (*Hyla arborea*), o Sapo-de-unha-negra (*Pelobates cultripes*), a Rã-ibérica (*Rana ibérica*), a Rã-verde (*Rana perezi*), o Tritão-marmorado (*Triturus marmoratus*), o Lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi* – código 1259,) o Morcego-hortelão (*Eptesicus serotinus*), a Lontra (*Lutra lutra* – código 1355), o tourão (*Mustela putorius*), o Morcego – anão (*Pipistrellus pipistrellus*).

5.1.3. Baixo Vouga Lagunar

O Baixo Vouga Lagunar, com uma área de 4600 ha, corresponde a uma área de transição ambiental de sistemas húmidos de água doce e água salgada, onde se intercetam os sistemas naturais e os humanos, conferindo-lhe uma dimensão urbana/rural, pela proximidade de alguns aglomerados onde se registam determinadas funções de indústria/serviços, e em que as práticas ligadas à agricultura e à pecuária, bem como a pesca, criam uma complexidade de utilizações e de gestão num sistema com um enorme potencial produtivo e mesmo recreativo, de características singulares, mas ecologicamente frágil.

A dimensão ambiental é refletida no elevado valor conservacionista das muitas das espécies existentes na área e que, dada a sua integração na Zona de Proteção Especial (ZPE) da Ria de Aveiro, estão abrangidas pelas respetivas medidas de proteção das convenções ou diretivas comunitárias.

Com vista a preservar a variedade de biótopos existentes, torna-se necessário manter a variedade dos cultivos e operações culturais nos campos agrícolas, apesar de, nos últimos anos, se ter vindo a verificar um certo abandono da atividade agrícola, traduzido numa redução das culturas temporárias e num aumento das pastagens para criação de gado, essencialmente, bovino. Este contexto resulta da persistência de diversos fatores, entre os quais, desde logo a dimensão reduzida das parcelas agrícolas que não permitem a mecanização e consequente rentabilidade da atividade agrícola, a par da idade cada vez mais avançada dos agricultores e ainda a própria destruição, face ao envelhecimento das infraestruturas (diques, valas e caminhos).

Por outro lado, a invasão salina é também um fator muito importante na mudança deste sistema, que importa reverter rapidamente, através das obras necessárias para impedir o avanço da água salgada, numa perspetiva integrada de adaptação às alterações climáticas e de preservação dos aspetos funcionais e de valorização da paisagem.

Na diversidade paisagística do Baixo Vouga Lagunar ressalta o mosaico Bocage, como uma característica intrínseca desta área, desempenhando um papel específico no equilíbrio ecológico e ambiental, pois constitui o habitat de muitas espécies de plantas, mamíferos, anfíbios e répteis e até local de ninhos de aves de rapina.

O Bocage define-se como uma agroecossistema, uma estrutura com uma certa complexidade, que não pode ser classificada nem como aberta (pastagem permanente, campo agrícola), nem como fechada (bosque ou bosque), uma vez que compreende elementos de ambos.

É uma paisagem combinada de pequenas parcelas irregulares de terrenos de cultivo e prados, limitados por sebes vivas, compostas por linhas de arbustos e árvores (Salgueiros, Amieiros, Carvalhos, Sabugueiros) plantadas e geridas pelos próprios agricultores, normalmente associadas a valas do sistema hidráulico e que, para além de desempenharem a função de delimitação da propriedade e fixação dos taludes das valas e caminhos, têm como funcionalidade a proteção do gado e das culturas contra os efeitos dos ventos dominantes nestas parcelas agrícolas.

A sua manutenção tem-se revelado cada vez mais difícil face aos fatores de abandono atrás enunciados, mas pelo valor patrimonial de sistema artificial raro, importa encetar esforços no sentido da sensibilização para a sua valorização e preservação.

Assim, e com vista à preservação desta área, estão em desenvolvimento três projetos de relevo:

1. A Ponte Açude do Rio Novo do Príncipe, em plena obra, com mais de 50% de execução, que tem por objetivo defender a os terrenos agrícolas do Baixo Vouga Lagunar da entrada da água salgada e da progressão da cunha salina, permitindo também a deslocação das espécies piscícolas a montante e o armazenamento de água nos períodos de estiagem.

2. O Sistema de Defesa Primário do Baixo Vouga Lagunar, com Declaração de Impacte Ambiental (DIA) emitida em 2023 e financiamento previsto PDR 2020/ PEPAC (Plano Estratégico da PAC 2023-2027) / Fundo Ambiental, encontra-se adjudicado, e visa permitir o melhor aproveitamento das potencialidades agrícolas da região, salvaguardando um ecossistema único e de reconhecida biodiversidade.

3. A obra de Reabilitação da Margem Esquerda do Rio Novo do Príncipe em início de execução com financiamento do Programa Regional do Centro – Centro 2030, sendo que o projeto contempla o reforço e alteamento, proporcionando uma plataforma com dimensão para acesso de viaturas de serviço, com tratamento paisagístico como forma de minimização do impacte visual e valorização das áreas intervencionadas.

5.1.4. Pateira de Requeixo /Fermentelos

A Pateira de Requeixo/Fermentelos é uma lagoa de água doce com cerca de 163 ha e integra os concelhos de Águeda, Oliveira do Bairro e Aveiro, na União de Freguesias de Requeixo, Nariz e N.ª Sr.ª Fátima, e é uma zona húmida de elevada riqueza ecológica, paisagística e social. Em 2 de fevereiro de 2013 a Pateira de Fermentelos foi incluída na rede de Zonas Húmidas de Importância Internacional – RAMSAR, sendo considerada a “maior lagoa natural da Península Ibérica”, assumindo elevado valor para o equilíbrio dos sistemas naturais da zona.

Elemento de grande importância para as populações locais, no contexto natural, socioeconómico, cultural e turístico, com particular relevo para a avifauna com estatuto de proteção, assim como no ciclo da água, nomeadamente para o balanço hídrico das reservas aquíferas, especialmente para o aquífero cretácico de Aveiro.

Localiza-se também em área sensível e importante zona húmida da REDE NATURA 2000 (Zona de Proteção Especial da Ria de Aveiro - PTZPE0004), em termos ecológicos, botânicos, zoológicos e hidrológicos, e integra ainda, a o sítio Ria de Aveiro PTCON0061, incluído na lista nacional de sítios.

A Pateira é composta por um sistema lacustre dos rios Águeda e Cértima, planícies periodicamente inundadas, onde ocorrem importantes mosaicos de habitats de zonas húmidas, caniçais e pântanos prados-junciais, zonas de paul, zonas ripícolas, arrozais, bem como de mata ciliar.

Estes mosaicos, devido às suas potencialidades únicas de refúgio, alimentação e reprodução para as várias espécies da fauna e avifauna, suportam populações importantes de aves migratórias e espécies ameaçadas de aves, como a garça-vermelha (*Ardea purpurea*) - nidifica na área uma das maiores colónias do país normalmente constituída por 40 a 50 casais, garçote (*Ixobrychus minutus*), águia-sapeira (*Circus aeruginosus*), Camão (*Porphyrio porphyrio*), Milhafre-preto (*Milvus migrans*) e o Guarda-rios (*Alcedo atthis*), para além da garça-pequena (*Ixobrychus minutus*), milhafre-preto (*Milvus migrans*), alfaiate (*Recurvirostra avosetta*), entre outros.

Aparecem aqui ainda doze espécies com estatuto Vulnerável, entre elas o garçote (*Ixobrychus minutas*), a águia-sapeira (*Circus aeruginosus*), o camão (*Porphyrio porphyrio*). É ainda um local especialmente importante para várias espécies de patos: arrabio (*Anas acuta*), patocolhereiro (*Anas clypeata*), marrequinho (*Anas crecca*), piadeira (*Anas penelope*), pato-real (*Anas platyrhynchos*).

Verifica-se que o habitat natural que ocorre em maior abundância é o Habitat 91E0pt3 – Bosques paludosos de amieiros e/ou borrazeira-negra (*Salix atrocinerea*) (habitat prioritário), sendo que, nos bosques paludosos existentes na Pateira de Fermentelos a dominância é de salgueiro-preto (*Salix atrocinerea*).

Na lagoa e no seu sistema de água adjacente, os peixes também encontram condições ecológicas favoráveis para refúgio e desova durante a época de reprodução. A zona húmida tem um papel importante na recarga dos aquíferos, controle de inundações, sedimento de captura e manutenção do abastecimento de água para ambos os ecossistemas naturais e artificiais.

Insere-se numa área predominantemente agrícola, com proximidade de pequenos aglomerados populacionais, onde a prática de uma agricultura drenante e a recolha constante do moliço (para posterior utilização como adubo natural), permitiu a manutenção de uma significativa superfície livre de água e impediu o avanço do pântano.

Este equilíbrio, entre a atividade agrícola e a recolha do moliço, conduziu a uma paisagem humanizada de elevada organização e diversidade, na qual a lagoa atingia a sua maior dimensão. No entanto, as alterações económicas e sociais operadas nos anos 60 reduziram progressivamente a prática de recolha do moliço, permitindo assim o seu livre desenvolvimento. Este processo foi ainda grandemente acelerado pela descarga de esgotos, efluentes orgânicos e industriais e drenagem dos terrenos agrícolas envolventes. Assiste-se, atualmente, à proliferação de Jacinto-de-água (*Eichhornia crassipes*) que tem elevado impacto no equilíbrio ambiental e paisagístico da pateira.

No combate às Espécies Aquáticas Invasoras, que se têm vindo a expandir da lagoa Pateira de Requeixo/Fermentelos até ao Rio Vouga, foi submetida uma candidatura ao Fundo Ambiental, de que resultou, em 2022, num protocolo de cooperação com a APA-Centro e os três municípios que fazem fronteira com a massa de água - Águeda, Aveiro e Oliveira do Bairro.

Em novembro de 2024 foi aprovada a criação da “RIA VIVA E LITORAL DA REGIÃO DE AVEIRO”, que irá dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela Polis Litoral Ria de Aveiro, prevendo investir, numa primeira fase, cerca de 90 milhões de euros de fundos comunitários do Programa Operacional temático de Ação Climática e Sustentabilidade 2030 e Fundo Ambiental, tendo o seu desassoreamento como uma das intervenções prioritárias. Além da Ria de Aveiro, da Pateira de Fermentelos e da Zona Costeira Atlântica, a área de intervenção passa a integrar também os principais rios da região de Aveiro (Vouga, Águeda, Cértima e Levira), o que poderá representar um forte contributo na despoluição e reabilitação do Rio Cértima e Rio Levira que alimentam a lagoa Pateira de Requeixo/Fermentelos, proporcionando dessa maneira a sua requalificação ambiental e preservação da sua importante biodiversidade.

5.1.5. Reserva Natural das Dunas de São Jacinto

A Reserva Natural das Dunas de São Jacinto (RND SJ), situa-se na freguesia de São Jacinto, no Haff Delta de Aveiro, no extremo da restinga entre Ovar até São Jacinto, disposta num dos mais impressionantes fenómenos naturais da faixa litoral setentrional portuguesa, entre o cordão de areia que separa a Ria de Aveiro do Oceano Atlântico e constituem uma linha de proteção contra a intensidade dos ventos e os avanços do mar, e, também, dotada de uma importante área florestal, a Mata Nacional de São Jacinto, cuja plantação inicial remonta a 1888, com o objetivo de fixar as areias.

Com os objetivos de salvaguardar o património geomorfológico, florístico e faunístico das formações dunares e uma colónia de garças, na altura a mais setentrional do país, a RND SJ foi fundada a 6 de março de 1979, através do decreto Decreto-lei 41/79, de 6 de março, tendo sido objeto de reclassificação pelo Decreto Regulamentar n.º 46/97, de 17 de novembro, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 24/2004, que estabeleceu os seus atuais limites.

Em 1997, aquando a sua reclassificação, assumiu novos objetivos, dos quais se destaca a proteção do ecossistema dunar e do património natural a ele associado, de promoção de ações de sensibilização ambiental bem como de divulgação dos seus valores naturais, estéticos e científicos.

A RNDSJ está dotada de Plano de Ordenamento, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2005, de 21 de março, que estruturaram os objetivos da área protegida da seguinte forma:

- Promover a conservação do ecossistema dunar e dos seus habitats e espécies;
- Assegurar a conservação e a valorização do património natural da área protegida e da zona de proteção especial em que se encontra integrada;
- Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural da zona em que se insere, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas;
- Assegurar a informação, sensibilização, formação e participação do público, bem como incentivar e mobilizar a sociedade civil para a conservação dos ecossistemas dunares e zonas húmidas litorais.

Para além de integrar a Rede Nacional de Áreas Protegidas, a RNDSJ insere-se na Zona de Proteção Especial da Ria de Aveiro (PTZPE0004) e na Zona Especial de Conservação da Ria de Aveiro (PTCON0061), áreas integradas na Rede Natura 2000.

Uma parte substancial da RNDSJ, que é área pública do domínio privado do Estado, está sob jurisdição do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.) e está classificada como Mata Nacional, no âmbito do Regime Florestal, englobando também as áreas de continuidade – sendo estas a Reserva Ecológica Nacional (REN), a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e o domínio público hídrico (DPH).

Relativamente aos valores naturais, a nível da flora destaca-se uma grande variedade de habitats com duas grandes comunidades vegetais: as comunidades dunares, em equilíbrio com a dinâmica das areias dunares e dos ventos, a elevada salinidade do meio, as amplitudes térmicas e a falta de nutrientes no solo e as comunidades florestais, estabelecidas e adaptadas às areias estabilizadas, à menor salinidade do meio, a um solo mais desenvolvido e mais protegidas dos ventos dominantes com um grande número de espécies plantadas, mas também de espécies espontâneas.

Estas comunidades correspondem a habitats protegidos, alguns dos quais são considerados habitats prioritários, que constam dos anexos da Diretiva Habitats, transposta para o direito nacional pelo Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de abril, na redação atual, constituídas por espécies de relevo dunares. A presença das comunidades florestais, arbóreas e arbustivas, inicia-se na duna secundária, e estende-se pelas areias estabilizadas pós-dunares até às margens da ria. Nas zonas de cota mais baixa, estabeleceram-se espécies arbóreas ripícolas e espécies espontâneas típicas de zonas húmidas.

A nível da fauna, estão referenciadas 105 espécies de avifauna de ocorrência regular, das quais se destacam os larídeos, as aves limícolas. Já as lagoas naturalizadas são o refúgio e área de alimentação de anatídeos residentes, como o pato-real (*Anas platyrhynchos*), onde nidifica, e de diversas espécies de anatídeos invernantes, entre outros. Na classe dos mamíferos estão caracterizadas dez espécies de mamíferos, com destaque para a gineta (*Genetta genetta*) e raposa (*Vulpes vulpes*), vários micromamíferos, como o rato-do-campo (*Apodemus sylvaticus*) que servem de alimento a muitos animais, esquilos (*Sciurus vulgaris*) e seis espécies de morcegos.

Nos reptéis estão descritas apenas quatro espécies com destaque para a lagartixa-de-bocage (*Podarcis bocagei*), um endemismo ibérico. Nas lagoas e charcos temporários caracterizam-se dez espécies de anfíbios com destaque para os endemismos ibéricos, rã-de-focinho-pontiagudo (*Discoglossus galganoi*) e a relabílica (*Hyla molleri*).

As espécies de invertebrados que ocorrem na reserva não foram até ao momento inventariadas, estando a decorrer alguns estudos de inventariação.

Com o intuito de dar a conhecer os valores naturais e sensibilizar para a sua proteção e valorização, e ordenar a visita, a área protegida dispõe de um conjunto de infraestruturas de apoio à visita: a Casa Florestal de S. Jacinto, que serve de apoio aos técnicos, o Centro de Interpretação, o Centro de Acolhimento,

estes reabilitados através do projeto Programa “Polis Litoral”, inaugurados em 2019, e o Trilho da Descoberta da Natureza.

O Centro de Interpretação, aberto ao público, tem patente uma exposição sobre os valores da RND SJ e da região. Neste também é possível realizar no auditório palestras e reuniões e atividades/ sessões de educação ambiental numa sala de apoio.

O Centro de Acolhimento tem o intuito de alojar os visitantes ou voluntários que necessitem de pernoitar. Tem capacidade para albergar 22 pessoas, pois dispõe de camas em camaratas e é equipado com cozinha e balneários.

O Trilho da Descoberta da Natureza é um trilho que permite ao visitante interpretar os valores naturais existentes na RND SJ. É composto pelos percursos pedestres e por infraestruturas complementares: os observatórios para observação de fauna, o passadiço sobrelevado de acesso ao cordão dunar e os painéis de interpretação da biodiversidade.

De forma a integrar uma gestão mais articulada a cada área protegida, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio, previu, na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, a adoção de Modelos de Cogestão das áreas protegidas, estimulando a integração das entidades presentes no território para atuar nos eixos da promoção, da sensibilização e da comunicação da área protegida.

A Comissão de Cogestão da RND SJ, determinada através do Despacho n.º 3024/2021, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 55, de 19 de março de 2021, alterada pela Lei n.º 63/2023, de 16 de novembro, que revê o modelo de cogestão de áreas protegidas, é composta pelas seguintes entidades: o Município de Aveiro, que preside à Comissão de Cogestão, o Instituto Conservação da Natureza e Florestas do Centro, a Universidade de Aveiro, a Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, a Associação Florestal do Baixo Vouga, a Associação Portuguesa de Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos, o RAIZ — Instituto de Investigação da Floresta e Papel e a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR). A Comissão de Cogestão tem como instrumento orientador de gestão “O Plano de Cogestão da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto 2023-2025” que constitui o referencial estratégico da gestão da Área Protegida para o período 2023 – 2025, e visa criar uma dinâmica partilhada de valorização da área protegida, tendo por base a sua sustentabilidade nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural com incidência específica nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação.

Durante os 4 anos vigentes da Cogestão, ambicionava-se que o número de visitação seria de crescimento, daí resultou várias atividades abertas ao público em geral, com várias visitas guiadas e atividades de educação ambiental no âmbito do PAEMA- Programa de Ação Educativa do Município de Aveiro (PAEMA) e outros grupos escolares e turísticos e no âmbito das festividades do Município, ECOAVENTURA e Festival das Dunas. Também de forma a envolver a comunidade, foram realizadas várias ações de voluntariado de valorização da área protegida, como plantação de árvores, apanha de sementes de espécies chave e remoção de espécies invasoras. Contudo, a fase de discussão dos diferentes aspetos da cogestão entre as diversas entidades, a adaptação à mudança dos recursos humanos do ICNF, e ainda condições meteorológicas, com encerramento dos trilhos nos meses janeiro a abril, tem-se verificado alguma constância no número de visitantes, conforme consta na tabela abaixo.

No quadro seguinte encontra-se a estatística de visitação nos anos vigentes da Comissão de Cogestão.

ANO	VISITAS GUIADAS	VISITAS LIVRES	TOTAL ANUAL
2021	783	2935	3718
2022	1472	4158	5630
2023	480	3773	4253
2024	280	3410	3690
Total	3015	14276	17291

Quadro 33 - Estatística de visitas livres e visitas guiadas desde a implementação do Modelo de cogestão na RND SJ

5.1.6. Abastecimento de água para consumo humano

Todos os aglomerados estão cobertos pela disponibilidade de rede e as estações elevatórias localizam-se em S. Jacinto, Cacia, Oliveirinha, Mamodeiro, Nariz e Gloria e Vera-Cruz.

As captações de água subterrânea distribuem-se pelas freguesias de S. Jacinto, Cacia, Esgueira, Santa Joana, S. Bernardo, Aradas, Oliveirinha, Requeixo/N.S.Fátima/Nariz e Glória/Vera Cruz.

A capacidade de reserva total do sistema é de 16 950m³ distribuída atualmente por cinco subsistemas (S. Jacinto, Cidade, Cacia, Nariz e Silval), destacando-se este último pela maior capacidade de reserva total – cerca de 11.000 m³.

Para além destas origens, o abastecimento de água é ainda, e sobretudo, garantido pelo Sistema Regional do Carvoeiro/Águas do Vouga. S. Jacinto é servido pelo setor norte e o concelho é atravessado por uma adutora principal, pertencente ao setor sul que abastece os municípios de Aveiro, Ílhavo, Oliveira do Bairro e Vagos, recentemente objeto de intervenção.

Em termos de qualidade, o Programa de Controlo da Qualidade da Água (disponível em <https://www.adra.pt/qualidade-da-agua>), tem vindo a demonstrar, ano após ano, padrões elevados (99.95%) na qualidade da água para consumo humano.

Os consumos de água que se mantinham constantes de 2014 a 2016, registaram um primeiro aumento significativo em 2017, mantendo essa tendência em 2019, com valor de consumo per capita da ordem dos 186,50 l/hab/dia, convergente com a média nacional de 187 l/hab/dia, tendo vindo a verificar-se uma tendência de diminuição até ao ano 2023 com um valor de 166,59 l/hab/dia.

	2014	2015	2016	2017	2019	2023
Consumos totais de água – Município (m ³)	4.108.350	4.098.698	4.148.641	4.341.196	5.342.720	4.853.364
Consumo per capita (l/hab/dia)	146,06	145,72	147,49	154,34	186,50	166,59

Quadro 34 - Consumos água Município de Aveiro 2014 a 2023

A par dos consumos reais, torna-se igualmente importante assegurar a diminuição das perdas na rede, e o controle dos caudais de águas pluviais, como aliás referido nas medidas de ação constantes no Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) aprovado em maio de 2024, designadamente medida A6.2.

Em termos da entidade gestora AdRA, os valores de perdas na rede em 2024, conforme consta no relatório anual ERSAR, são da ordem dos 19,4 %, incluindo perdas reais e aparentes, o que configura um bom indicador em comparação com os valores à escala nacional, com valores médios da ordem dos 30%, em que se continuam a registar valores superiores a 50%, representando um total de água desperdiçada no ano de 2023, em Portugal, de cerca de 170 milhões de metros cúbicos de água.

5.1.7. Tratamento de águas residuais domésticas

Relativamente ao tratamento de águas residuais domésticas verifica-se uma cobertura total do território, com 100% da população com acesso. Os efluentes do concelho são encaminhados e tratados nas ETAR Norte (69% do total), ETAR Sul (30% do total) e ETAR de S. Jacinto (1% do total), até ao nível de tratamento secundário, sendo depois encaminhados para o exutor submarino, em S. Jacinto.

Em 2019, foram contabilizados pela AdRA 3.948.277 m³ de águas residuais encaminhados para os sistemas de tratamento em alta, tendo esse valor subido para 4.264.591 m³ em 2023.

5.1.8. Qualidade do Ar

No ano de 2022, e em linha com a avaliação média nacional verificou-se um decréscimo de 3,3% de dias com qualidade “Muito bom” e “Bom” em relação ao ano anterior e um aumento de 0,9% na percentagem de dias com classificação de “Fraco” e “Mau”, indicando um ligeiro agravamento do estado da qualidade do ar face a 2021, decorrente da supressão das medidas de restrição à mobilidade e à atividade económica impostas durante o período da pandemia por COVID-19.

Atenda-se que, desde o ano de 2019, se verificou uma alteração metodológica, com o objetivo de alinhar o referencial nacional com os valores recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Assim, passaram a considerar-se valores mais restritivos em alguns intervalos das respetivas classes de concentração de cada poluente, particularmente no intervalo de concentrações da classe “Médio” para o poluente ozono, um dos principais poluentes responsáveis pela cor do índice (pior resultado), deixando de se usar o referencial nessa classe de 120 µg/m³ para passar a ser de 100 µg/m³, conduzindo a um aumento do número de dias com classificação “Médio” e a uma consequente diminuição dos dias com classificação “Bom”.

A análise relativa ao período entre 2002 e 2022 permite identificar uma tendência decrescente na percentagem de dias com classificação de “Fraco” e “Mau”, tendo diminuído de cerca de 16,8% dos dias em 2005 para 3,3% dos dias em 2022. Na última década, verifica-se uma tendência de manutenção da ordem de grandeza dessas ocorrências entre 1,5% e 3,5%.

Para além dos dados oficiais tratados e validados pela CCDD-Centro, foi implementada, em 2023, no âmbito do projeto Aveiro STEAM City, na zona central da cidade, uma rede de sensores para monitorização dos parâmetros de qualidade do ar, que permitirá um melhor conhecimento, ao nível local, dos níveis de concentração de poluentes como CO(x), NO(x), Ozono, partículas, entre outros, contribuindo para uma melhor gestão e planeamento urbano ao nível da mobilidade, espaços verdes, e edificações. Após um período de testes, pretende-se prosseguir com o seu regular funcionamento, e onde a Universidade de Aveiro poderá ter um papel preponderante, quer no tratamento dos dados, quer na própria calibração e manutenção dos equipamentos instalados.

5.1.9. Ruído

De acordo com os resultados apresentados no último estudo ‘Mapa de Ruído do Concelho de Aveiro’, realizado pelo laboratório acreditado ECO14 – Serviços e Consultadoria Ambiental, Lda., em junho de 2019, relatório n.º MR.3028/19-CM, de 4 de julho, constata-se que a principal fonte de ruído do Concelho de Aveiro, quer qualitativa quer quantitativa, corresponde ao tráfego rodoviário, com a existência de zonas habitacionais consolidadas junto a corredores de circulação importantes.

As vias rodoviárias mais ruidosas são a A1, a A25 e a A17, tendo decorrido, durante os meses de janeiro e fevereiro de 2024, os processos de consulta pública dos **Planos de Ação de Ruído** destas vias, em que o Município participou, contribuindo para uma melhor definição das medidas de minimização previstas. Para além destas, existem outras vias rodoviárias estruturantes de ligação a concelhos vizinhos, com destaque para a Avenida Europa, seguidas das ex-EN 230, ligando a Águeda, e Estrada de S. Bernardo (antiga EN 235) e designada Variante de Mamodeiro (EN 235) com volumes de tráfego de relevo, de que resultam emissões ruidosas apreciáveis.

Também o tráfego ferroviário tem um impacto ruidoso relevante sobre as áreas adjacentes ao traçado da Linha do Norte. Relativamente ao ruído industrial, verificou-se que as indústrias, no geral, não têm uma importância direta assinalável, especialmente quando comparadas com o tráfego rodoviário e à escala de todo o concelho. Numa escala mais localizada, as emissões sonoras derivadas destas fontes poderão ser, de acordo com os resultados obtidos, suscetíveis de ocasionarem algumas situações de conflito, principalmente em áreas de implantação de indústrias de média dimensão próximas de edifícios habitacionais. Há ainda a considerar a sua importância indireta, designadamente nos fluxos de tráfego rodoviário que lhes estão associados, pelo que a sua localização é extremamente importante também no planeamento do ponto de vista acústico.

As estimativas efetuadas no âmbito do presente estudo, tendo como base a proposta de classificação acústica do Município de Aveiro, apontam para que:

- Cerca de 94,7% e 93,4% da população está exposta a níveis de ruído ambiente compatíveis com a classificação de zona proposta, para os indicadores Lden e Ln, respetivamente;
- Cerca de 5,9% e 6,7% da população está exposta a níveis de ruído ambiente que estão até 5 dB(A) acima da classificação de zona proposta, para os indicadores Lden e Ln, respetivamente;
- E somente 2,2% e 3,2% da população estão em locais com níveis sonoros que excedem em 5 ou mais dB(A), os valores regulamentares da classificação de zona proposta, para os indicadores Lden e Ln, respetivamente;
- Cerca de 95,0% e 93,7% dos recetores sensíveis estão expostos a níveis de ruído ambiente compatíveis com a classificação de zona proposta, para os indicadores Lden e Ln, respetivamente;
- Cerca de 5,7% e 6,6% dos recetores sensíveis estão expostos exposta a níveis de ruído ambiente que estão até 5 dB(A) acima da classificação de zona proposta, para os indicadores Lden e Ln, respetivamente;
- E somente 2,2% e 3,2% dos recetores sensíveis estão em locais com níveis sonoros que excedem em 5 ou mais dB(A), os valores regulamentares da classificação de zona proposta, para os indicadores Lden e Ln, respetivamente.

5.1.10. Produção e valorização de resíduos urbanos

A gestão dos resíduos urbanos (RU) no concelho de Aveiro caracteriza-se atualmente pela recolha, transporte e deposição dos resíduos indiferenciados na Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico sita em Eirol, sob exploração do sistema intermunicipal ERSUC.

O Município de Aveiro registou, em 2024, um crescimento notável na recolha seletiva de resíduos para reciclagem, consolidando os resultados de uma estratégia sustentável implementada pelo Município nos últimos anos. A recolha seletiva total aumentou 35%, passando de 5.511 toneladas em 2023 para 7.464 toneladas em 2024, com destaque para o significativo incremento nos biorresíduos em estabelecimentos do canal HORECA (hotelaria, restauração e cafés), cantinas de estabelecimentos de ensino, IPSS, entre outros locais. Relativamente aos biorresíduos, foram recolhidas 406 toneladas em 2023 e 1.048 em 2024 – ou seja, mais do dobro. No caso da recolha seletiva tráfego porta-a-porta, em 2023 foram recolhidas 1.087 toneladas de resíduos, valor que duplicou no ano seguinte, passando para as 2.357 toneladas. Este aumento é o resultado de projetos de recolha de resíduos porta-a-porta, implementados pelo Município de Aveiro em 2023, com a ERSUC. Atualmente estão abrangidas mais de 5.500 moradias e 331 hotéis, restaurantes, cafés, e outros estabelecimentos ligados ao canal HORECA.

A par destes projetos, a CMA tem realizado várias ações de sensibilização, junto das comunidades, para a importância da reciclagem e da compostagem doméstica.

A criação do ecocentro municipal, em 2022, um investimento da CMA que potenciou a receção e separação de resíduos, foi outra aposta ganha. Em 2024 o ecocentro da CMA recebeu 1.048 toneladas de resíduos, mais 642 toneladas do que no ano anterior – em 2023, no qual se contabilizaram 406 toneladas.

Aveiro registou uma taxa de reciclagem de 17,87% em 2024, um aumento significativo face aos 13,69% de 2023 e aos 7,92% de 2018.

O volume total de resíduos urbanos recolhidos em 2024 foi de 41.776 toneladas, mais 1.513 toneladas do que em 2023. Este crescimento de produção de resíduos conseguiu ser “desviado” para os resíduos seletivos, pois os resíduos urbanos indiferenciados voltaram a registar uma redução. Entre 2018 e 2024 os resíduos urbanos indiferenciados diminuíram mais de 2.200 toneladas, resultado das políticas de gestão ambiental implementadas pela CMA.

No mesmo período (2018-2024) registou-se um aumento de 4.320 toneladas na recolha de resíduos urbanos seletivos, passando de 3.144 para 7.464 toneladas. Entre 2023 e 2024, foram recolhidas mais 1.953 toneladas de resíduos urbanos seletivos: em 2023, contabilizaram 5.511 toneladas e no ano passado 7.464.

Em matéria de gestão de resíduos foram definidas novas metas com a entrada em vigor do diploma do Regulamento Geral de Gestão de Resíduos – RGGR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, na sua redação atual, e tendo em conta as suas alterações, que entrou em vigor a 1 de julho de 2021, nomeadamente:

- Reduzir em 5% a quantidade de resíduos urbanos produzidos por habitante face aos valores de 2019 até 2025 e 15% até 2030;
- Obrigação de recolha seletiva para biorresíduos até 31 de dezembro de 2023, contando para o cálculo da taxa de reciclagem apenas os biorresíduos recolhidos seletivamente;
- Metas de preparação para reutilização e reciclagem de RU, medidas em relação aos RU totais, de 55% em 2025, de 60% em 2030 e, 65% em 2035;
- Metas de aumento da reciclagem de resíduos de embalagem, medidos no reciclador: a 31 de dezembro 2025 de 60% e de 70% em 2030, bem como proibição de deposição em aterro de resíduos recicláveis a partir de 2030;
- Meta de redução em aterro para o máximo de 10% do total de RU gerados até 2035;
- As tarifas devem ser aplicadas sobre a quantidade de resíduos recolhidos, medida em unidades de peso ou estimada pelo volume de contentorização. A partir de 1 de janeiro de 2025 para utilizadores não domésticos e a partir de 1 de janeiro de 2030 para utilizadores domésticos, as tarifas devem deixar de ser indexadas ao consumo de água, devendo ser implementados sistemas PAYT (Pay-as-You-Trough);
- No caso dos resíduos depositados em aterros, o valor da TGR é desagravado nos seguintes termos:
 - 10% se o Município demonstrar ter separado e reciclado na origem ou recolhido seletivamente 5% dos biorresíduos;
 - 30% se o Município demonstrar ter separado e reciclado na origem ou recolhido seletivamente 15% dos biorresíduos;
 - 50% se o Município demonstrar ter separado e reciclado na origem ou recolhido seletivamente 30% dos biorresíduos;
 - Elaboração de planos municipais, intermunicipais e multimunicipais de ação sobre resíduos urbanos, no prazo máximo de 120 dias.

Conforme foi referido, no Município de Aveiro a recolha seletiva de embalagens de papel/vidro/embalagens está concessionada em regime de exclusividade à ERSUC, mas a recolha seletiva de biorresíduos, roupa usada, OAU (óleos alimentares), o ecocentro municipal e a recolha indiferenciada são da

gestão do Município, fazendo sentido elaborar-se um plano municipal, em estreita articulação com a ERSUC. Este plano foi elaborado e aprovado pela Agência Portuguesa do Ambiente a 05/12/2024.

A ERSUC também elaborou o seu PAPERSU que foi atualizado face aos objetivos e metas estipulados neste novo RGGR, que transpõe as Diretivas Europeias mais recentes em matéria de resíduos urbanos.

5.2. SISTEMA URBANO

5.2.1. Serviços e Equipamentos

No Município de Aveiro localiza-se um conjunto alargado de serviços e equipamentos ao nível da Governança, da Administração e do Apoio ao cidadão, que o demarcam na hierarquia das redes urbanas como um centro urbano de nível superior.

Registam-se também serviços de Cartórios Notariais, Repartição de Finanças, Conservatórias do Registo Civil e Predial e Loja do Cidadão, na cidade, que integra diversas entidades e empresas públicas e em todas as freguesias existe edifício próprio destinado a sede da Junta de Freguesia.

Ao nível da Justiça, o Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro, cujas competências territoriais abrangem variados municípios da região, integra competências especializadas, designadamente, no âmbito cível, criminal, família e menores e trabalho, e ainda a Procuradoria da República da Comarca, o Departamento de Investigação e Ação Penal, entre outros.

A Polícia de Segurança Pública tem o seu comando distrital em edifício próprio na freguesia de Santa Joana, no Griné e uma esquadra instalada na Praça Marques de Pombal.

De seguida apresenta-se uma caracterização dos demais equipamentos e serviços ao nível do desporto, educação, cultura, saúde e rede de serviços e equipamentos sociais – RSES, contextualizando a sua abrangência territorial, o ponto de situação e a realização de atividades e iniciativas nos respetivos âmbitos e competências.

5.2.1.1. DESPORTO

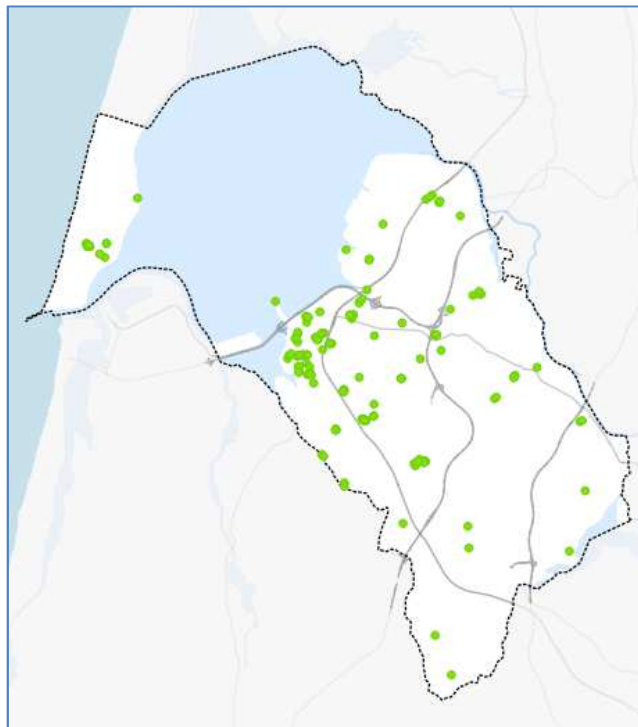


Figura 18 - Equipamentos desportivos

No que respeita aos equipamentos desportivos, de uma forma geral, verifica-se uma distribuição equilibrada face à população que servem, existindo uma rentabilização total dos mesmos, nomeadamente

dos pavilhões escolares que se encontram afetos às Associações Desportivas após o horário letivo e aos fins de semana. Tem existido investimento em infraestruturas de acesso livre por todo o Município, quer no centro quer na periferia (Nariz, Santa Joana, etc), embora ainda existam algumas infraestruturas em processo de recuperação para ficarem acessíveis a todos, como por exemplo a Piscina de Cacia e o Polidesportivo e a Piscina do Carcho, na freguesia de Aradas.

A necessidade premente de mais espaços desportivos cobertos será colmatada com o *Pavilhão-Oficina*, bem como a futura Piscina municipal já projetada para as imediações do Estádio Municipal de Aveiro - Mário Duarte.

A construção do Pavilhão Municipal – Oficina do Desporto é considerado um investimento de elevada relevância e importância para o Município, resolvendo um passivo grave de inexistência de um pavilhão municipal, colmatando as necessidades dos Clubes e Associações no trabalho que desenvolvem na formação de jovens, assim como para a dinamização de vários projetos municipais destinados à comunidade escolar e aos seniores.

O projeto contempla 4 campos polidesportivos (para a prática de diversos desportos coletivos), sendo um desses campos envolvido por bancadas, com uma capacidade para receber público num total de 2.500 pessoas, 1 ginásio polivalente (para modalidades individuais), instalações adequadas para os técnicos/treinadores, instalações para uso dos Clubes e Associações, salas para reabilitação de atletas, salas de formação, auditório e sala de estudo, tendo o Executivo Municipal aberto concurso público internacional para a sua construção.

Também ao nível de grandes estruturas há a salientar a construção do Complexo de Campos de Treinos do Estádio Municipal de Aveiro - Mário Duarte, a colocação de relvados sintéticos em alguns campos de futebol, a reabilitação profunda do Pavilhão Mariana Lopes, agora Municipal, e da Piscina Municipal Diogo Carvalho, assim como do Pavilhão Municipal de São Bernardo, sendo que todas estas infraestruturas foram contratualizadas com os respetivos Clubes residentes para assumirem a sua gestão diária.

De destacar, igualmente, o Centro de Alto Rendimento (Surf) de São Jacinto (CARSURF), de apoio à prática das modalidades de Surf, Bodyboard e Longboard, apresenta uma localização privilegiada, junto ao complexo desportivo de São Jacinto e próximo do mar e da ria, dispondo de acesso por via aquática, assegurado diariamente através do serviço de ferryboat elétrico, o *Salicórnia*, tanto para o transporte de passageiros como de veículos, bem como por via terrestre, pela estrada nacional N327.

O CARSURF, com gestão municipal, detém uma área de alojamento com capacidade para 30 pessoas: seis quartos para quatro praticantes e um quarto para seis praticantes, dispondo ainda de um refeitório, sala de reuniões, sala polivalente – equipada digitalmente com uma smartboard e computadores - hangar, vestiários, balneários, sanitários, lavandaria, arrumo e área técnica, valências que permitem a realização de eventos nacionais e internacionais, formação inicial e avançada de praticantes, formação de técnicos e realização de estágios, pretendendo-se que o mesmo se venha a afirmar como um elemento de promoção da prática desportiva, bem como de promoção turística do território potenciando a dinamização da economia local, permitindo o apoio à organização de qualquer outra modalidade desportiva.

O quadro seguinte reflete a disponibilidade e a distribuição das diferentes tipologias de instalações desportivas nas freguesias do Município.

Algumas freguesias apresentam uma oferta diversificada, enquanto outras possuem um número mais reduzido e menor variedade de infraestruturas. A concentração das instalações desportivas é mais evidente nas áreas urbanas, refletindo a densidade populacional e a maior procura por atividades desportivas.

	Aradas	Cacia	Eixo e Eirol	Esgueira	Oliveirinha	Requeixo, NSFátima, Nariz	São Bernardo	São Jacinto	Stª Joana	Glória Vera Cruz	TOTAL
Pavilhão	2	2	1	3	2	-	2	1	-	5	18
Piscina	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	3
Pista de Atletismo	-	-	-	1	1	-	-	-	-	2	4
Campo de Ténis/padel	1	-	-	-	1	-	4	1	-	7	15
Grande Campo	1	1	2	9	1	3	1	-	1	2	21
Pequeno Campo	3	2	3	8	3	4	5	6	4	24	62
Instalação Especial	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	3
Sala de Desporto	1	1	1	2	1	-	2	1	-	9	17
TOTAL	8	6	7	23	10	7	14	10	5	53	143

Quadro 35 - Número de equipamentos por tipologia, em 2024

As freguesias com maior oferta são Glória e Vera Cruz e Esgueira, com 53 e 23 instalações, respetivamente, destacando-se pela diversidade e quantidade de infraestruturas. No lado oposto, encontram-se as freguesias de Cacia, com 6 instalações, e Santa Joana, com 5 instalações, que apresentam uma oferta significativamente mais limitada. Essa discrepância encontra-se associada a fatores como a dimensão territorial e a densidade da população residente.

Ao analisar a distribuição por tipologia de instalações, verifica-se que os pequenos campos, num total de 62, são as infraestruturas mais comuns, o que sugere um incentivo à prática desportiva de proximidade e comunitária.

Os grandes campos, num total de 21, estão distribuídos por todas as freguesias, com exceção de São Jacinto, o que evidencia a predominância do futebol no Município. No que diz respeito aos pavilhões desportivos, num total de 18, estes estão presentes na maioria das freguesias, com exceção de Requeixo, N. Sra. de Fátima e Nariz, e Santa Joana. As freguesias com maior número de pavilhões são Glória – Vera Cruz e Esgueira, reforçando a centralização de infraestruturas desportivas nestas áreas.

Em conclusão, a análise demonstra que todas as freguesias possuem, no mínimo, um pequeno campo e que, com exceção de São Jacinto, todas dispõem de pelo menos um grande campo. No entanto, a distribuição das infraestruturas desportivas não é homogénea, sendo evidente a concentração em freguesias urbanas como Glória – Vera Cruz e Esgueira. Essa desigualdade pode estar relacionada com a densidade populacional e a procura desportiva, mas também pode representar um desafio para o acesso equitativo à prática desportiva em algumas freguesias.

O Município de Aveiro tem investido fortemente em eventos desportivos, apresentando uma agenda diversificada (25 eventos distribuídos por 11 modalidades), tal como se evidencia no quadro seguinte, com o objetivo de apoiar e promover diversas modalidades, além de divulgar as Associações e Clubes Aveirenses, fomentando a prática desportiva e incentivando a participação e o envolvimento da comunidade.

N.º	Tipologia	Evento
2	Atividades Náuticas	Festival Dunas de São Jacinto
		Projeto Atividades Náuticas no Município de Aveiro
1	Automobilismo	Rali Santa Joana - Ponto Urbano
4	Canoagem	Campeonato Regional de Mar
		Regional de Esperanças
		Lusco Fusco Cidade de Aveiro
		III Grande Maratona da Ria de Aveiro
2	Ciclismo	Aveiro Spring Classic
		Rota da Mamoa
6	Corrida	Maratona da Europa
		Corrida das Areias
		Corrida São Silvestre Cidade de Aveiro
		3.ª Edição do Corta Mato Concelhio
		4.ª Edição do Corta Mato Concelhio
1	Futebol	Aveiro Cup
1	Judo	Judo na Escola
1	Patinagem	1ª Etapa do Campeonato Regional de Skate
2	Remo	Descida da Ria - I Aveiro Classic Sprints
		Regata Masters Cacia
3	Surfing	Bodyboard Invitational
		Projunior 2024
		Campeonato de Bodyboard
2	Vela	Regata da Cidade de Aveiro
		Regata Santa Joana / Universidade de Aveiro

Quadro 36 - Número de eventos desportivos por modalidade, 2024

Os **desportos náuticos** têm uma forte presença, representando **44% dos eventos**, com competições de **canoagem, remo, surfing e vela**.

Salienta-se o **Bodyboard Invitational** e com o apoio do CARSURF de São Jacinto, destaca-se a **Prova de Surf Projunior**, onde um atleta masculino conquistou, de forma antecipada, o tricampeonato nacional Sub-20.

Destaca-se também o **Projeto de Atividades Náuticas no Município de Aveiro**, destinado a todas as crianças do 4.º ano do 1.º Ciclo do Ensino Básico e dos 7.º e 8.º anos do 3.º Ciclo do Ensino Básico, incluindo as crianças com necessidades educativas especiais, do Município de Aveiro. Ao longo do ano letivo, cada turma teve a oportunidade de participar em atividades de vela, canoagem, remo ou surf, sendo o transporte assegurado pelo Município. Durante o ano letivo de 2023-2024, este projeto contou com a participação de aproximadamente 1.600 alunos.

Na modalidade de canoagem, salienta-se a **III Grande Maratona da Ria de Aveiro**, sendo uma prova de 60 km ao longo da ria, dividida em três etapas entre Aveiro e Ovar. Esta prova contou com a participação de dois atletas olímpicos, Fernando Pimenta e José Ramalho, que prestigiando o evento, no que se refere à participação de atletas de renome internacional e na modalidade de remo, teve início, em 2024, a **I Edição da Descida da Ria – Aveiro Spring Classics**, uma prova com um formato inovador, onde são disputados sprints de 1.000 metros realizados em duplas.

Na modalidade de Atletismo, na disciplina de corrida, destacam-se a **Corrida São Silvestre Cidade de Aveiro** e a **Maratona da Europa Aveiro**, um evento de referência internacional, posicionada entre as 100

melhores maratonas do mundo (95.ª posição do ranking da *World Athletics*), que ao longo das várias edições, desde 2019, tem vindo a atrair e fidelizar atletas, registando já cerca de 20.000 inscrições.

Outras modalidades que importa referenciar incluem **ciclismo** (2 eventos), **automobilismo** (Rali Santa Joana), **futebol** (Aveiro Cup) e **patinagem** (Campeonato Regional de Skate).

No âmbito das atividades desportivas direcionadas à comunidade escolar, destaca-se o **Projeto de Judo na Escola**, uma atividade conta com o apoio da Escola de Judo Nuno Delgado. Ao longo do ano letivo, são lecionadas oito sessões de judo, por técnicos especializados na área do Judo, a todas as turmas dos 3.º e 4.º anos do Ensino Básico do Município.

Ainda no campo dos eventos, o **Festival das Dunas de São Jacinto** — realizado durante três dias, em São Jacinto — oferece, além de uma vasta programação cultural, a prática de atividades náuticas como: surf, canoagem e SUP, disponíveis de forma gratuita a todos os visitantes.

Todo este calendário reflete o dinamismo desportivo da região, promovendo tanto competições de alto nível quanto eventos acessíveis à comunidade.

5.2.1.2. ENSINO

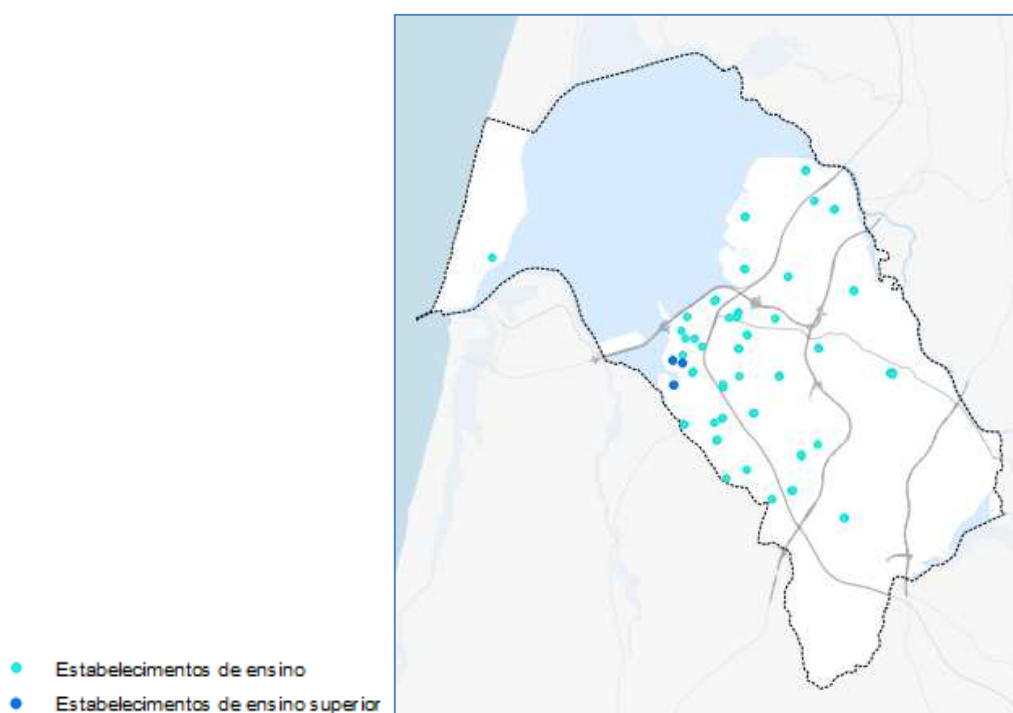


Figura 19 - Rede escolar

A **rede escolar** do Município de Aveiro integra uma grande diversidade de unidades que cobrem todo o sistema desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Universitário, a maior parte de propriedade pública e as restantes pertencentes a diversas entidades. Esta é profundamente marcada pela Universidade de Aveiro, não só pelo elevado número de alunos que a frequenta e pela sua qualidade reconhecida por muitas organizações internacionais que a posicionam numa boa posição no ranking das universidades mundiais, mas também pelos seus centros de conhecimento e pelo impulso que a sua atividade dá aos restantes níveis de ensino e à comunidade aveirense, em geral.

A rede escolar do Município de Aveiro integra um total de 42 (quarenta e dois) estabelecimentos de educação e ensino, desde a Educação Pré-Escolar (EPE) ao Ensino Secundário, incluindo o Ensino Profissional e Artístico e está organizada do seguinte modo:

- ✓ 37 Estabelecimentos de Educação e Ensino da rede pública, organizados em 7 Agrupamentos de Escolas:
 - 3 Agrupamentos de Escolas com oferta ao nível do Pré-Escolar e Ensino Básico (1.º ao 3.º Ciclos);
 - 4 Agrupamentos de Escolas com oferta ao nível do Pré-Escolar, Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º Ciclos) e Ensino Secundário.
- ✓ 1 Estabelecimento de Ensino Artístico Especializado:
 - Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, Aveiro.
- ✓ 2 Estabelecimentos de Ensino Profissional:
 - Escola de Formação Profissional em Turismo de Aveiro (EFTA);
 - Escola Profissional de Aveiro (EPA).
- ✓ 1 Estabelecimento de Ensino Particular e Cooperativo:
 - Colégio D. José I (em regime de autonomia pedagógica – com oferta desde o Pré-Escolar ao 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Profissional).
- ✓ 1 Estabelecimento de Ensino Particular:
 - Colégio Português (com oferta desde o Pré-Escolar ao 3.º Ciclo do Ensino Básico)

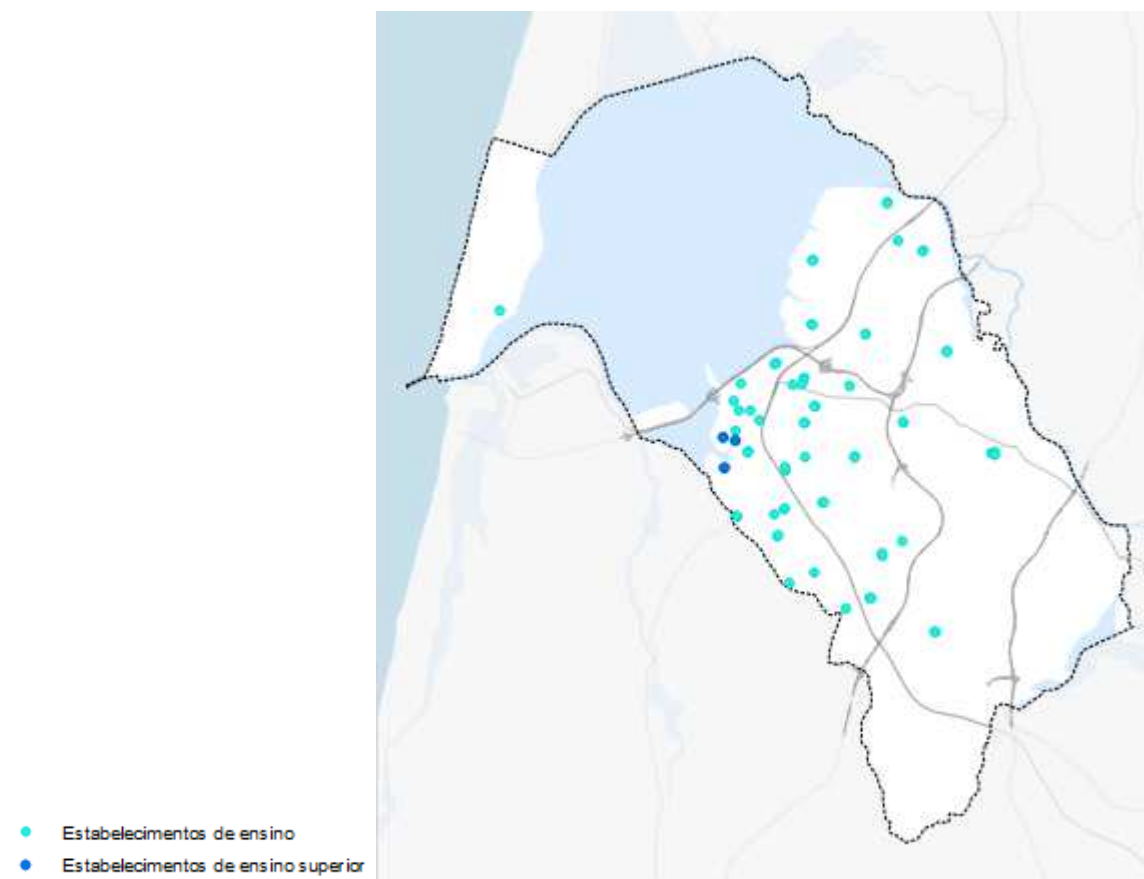


Figura 20 - Estabelecimentos de ensino

Relativamente aos sete Agrupamentos de Escolas existentes, é apresentada no quadro seguinte, a sua constituição, com referência aos estabelecimentos de educação e ensino e níveis de escolaridade.

Constituição dos Agrupamentos de Escolas do Município de Aveiro						
Estabelecimentos de Educação e Ensino por Agrupamento de Escolas		Nível de Escolaridade				
		Pré-Escolar	1.ª CEB	2.ª CEB	3.ª CEB	Secundário
Agrupamento de Escolas de Aveiro	Escola Básica das Barrocas	X	X			
	Escola Básica da Glória		X			
	Escola Básica de Santiago	X	X			
	Escola Básica de Vera Cruz		X			
	Escola Básica de São Jacinto		X			
	Escola Básica João Afonso, Aveiro			X	X	
	Escola Secundária Homem Cristo (sede)					X
Agrupamento de Escolas Dr. Mário Sacramento	Jardim de Infância da Quinta do Picado	X				
	Escola Básica do Bonsucesso	X	X			
	Escola Básica das Leirinhas	X	X			
	Escola Básica da Quinta do Picado		X			
	Escola Básica de Verdemilho	X	X			
	Escola Básica de Aradas			X	X	
	Escola Secundária Dr. Mário Sacramento				X	X
Agrupamento de Escolas de Eixo	Escola Básica de Azurva	X	X			
	Escola Básica de Eixo (sede)	X	X	X	X	
Agrupamento de Escolas de Esgueira	Jardim de Infância de Cabo Luís	X				
	Escola Básica de Alumieira	X	X			
	Escola Básica de Esgueira	X	X			
	Escola Básica da Quinta do Simão	X	X			
	Escola Básica e Secundária Dr. Jaime		X	X	X	X
Agrupamento de Escolas José Estêvão	Escola Básica dos Areais	X	X			
	Escola Básica da Presa	X	X			
	Escola Básica do Solposto	X	X			
	Escola Básica n.º 1 de São Bernardo	X	X			
	Escola Básica n.º 2 de São Bernardo		X	X	X	
	Escola Secundária José Estêvão (sede)				X	X
Agrupamento de Escolas de Oliveirinha	Jardim de Infância de Oliveirinha	X				
	Jardim de Infância das Quintãs	X				
	Escola Básica da Costa do Valado	X	X			
	Escola Básica de Nossa Senhora de Fátima	X	X			
	Escola Básica Castro Matoso, Oliveirinha		X	X	X	
Agrupamento de Escolas Rio Novo do Príncipe	Escola Básica da Póvoa do Paço	X	X			
	Escola Básica da Quintã do Loureiro	X	X			
	Escola Básica de Sarrazola	X	X			
	Escola Básica de Taboeira	X	X			
	Escola Básica Rio Novo do Príncipe, Cacia			X	X	

Quadro 37 - Estabelecimentos de educação e ensino e níveis de escolaridade

A EFTA acolhe, por ano letivo, um máximo de 300 alunos, pelo que a sua dimensão contribui significativamente para a qualidade do processo de ensino e aprendizagem. Por outro lado, a EPA é a maior escola profissional do país e desenvolve formação inicial e contínua, junto de jovens e adultos, nas mais diversas áreas técnicas e profissionais, nomeadamente nos setores da Indústria, Comércio e Serviços.

Igualmente sediada em Aveiro, temos a Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, Aveiro (EACMCGA) é o estabelecimento de ensino especializado com oferta ao nível da Música, Dança e Artes Visuais e Audiovisuais.

No Município de Aveiro, existem **5 Centros Qualifica**, sendo que um funciona na AEVA – Associação para a Educação e Valorização da Região de Aveiro. Os restantes estão sediados: na Escola Secundária José Estêvão, no Centro de Emprego e Formação Profissional de Aveiro, no CEFOSAP - Centro de Formação Sindical e Aperfeiçoamento Profissional (Aveiro), e, por fim, na AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro.

Entre outras atribuições, os Centros Qualifica têm como missão qualificar adultos pelo processo de validação e certificação de competências escolares e profissionais, possuindo ainda competências na área da informação, na orientação e encaminhamento de jovens e adultos, na integração de pessoas com deficiência e incapacidade e, ainda, na definição de uma rede de oferta qualificante promotora do emprego.

Ano Letivo	Pré-Escolar	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário Profissional /	Total	Variação do n.º de alunos por ano letivo
2020-2021	735	2901	1745	2519	2782	10682	↘
2021-2022	860	2930	1620	2795	2875	11080	↗
2022-2023	894	2942	1716	2778	2654	10984	↘
2023-2024	882	3008	1659	2823	2749	11121	↗
2024-2025	925	3057	1620	2795	2875	11272	↗

Quadro 38 - Variação do n.º de alunos por ano letivo e por nível de ensino

O crescimento do número de alunos na rede pública nos dois últimos anos letivos, apresentado no quadro acima, deve-se ao crescimento migratório, pelo que, podemos constatar que o crescimento demográfico do concelho é substancialmente influenciado pelos movimentos migratórios que têm contribuído para o elevado número de alunos estrangeiros matriculados nas Escolas do Município.

No quadro que se segue apresentamos a variação da rede de educação pré-escolar e do 1.º Ciclo do ensino Básico nos últimos 4 anos letivos. Face ao apresentado a diminuição de Crianças em alguns estabelecimentos de Educação Pré-escolar e estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico deve-se ao facto de frequentarem alunos com Necessidades de Educação Especial e a turma reduzir o número de crianças.

Ano Letivo	Pré-Escolar				1.º Ciclo do Ensino Básico			
	N.º Turmas	Capacidade*	N.º Alunos	Taxa ocupação	N.º Turmas	Capacidade *	N.º Alunos	Taxa ocupação
2021-2022	41	1025	860	84%	139	3475	2930	84%
2022-2023	41	1025	894	87%	141	3525	2942	83%
2023-2024	41	1025	882	86%	143	3575	3008	84%
2024-2025	43	1075	925	86%	145	3625	3057	84%

* 25 alunos por turma/sala

Quadro 39 - Variação da rede de educação pré-escolar e do 1.º Ciclo do ensino Básico

Apoios e Complementos educativos por tipo de intervenção

a) Ação Social

A Ação Social Escolar, ao nível da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, é da responsabilidade do Município de Aveiro, e baseia-se na atribuição de apoios de aplicação universal e diferenciada, com vista ao combate à exclusão social e ao abandono escolar, tendo como finalidade uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar

O Município de Aveiro, no âmbito da Ação Social Escolar, atribui às Crianças/Alunos que frequentam os Estabelecimentos de Educação/Ensino as seguintes medidas de apoio:

- Comparticipação na mensalidade das Atividades de Animação e Apoio à Família - Prolongamento de Horário (Crianças da Educação Pré-Escolar)
- Subsídio para aquisição de fichas de trabalho, material didático e visitas de estudo (Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico);
- Comparticipação total ou parcial no valor da refeição escolar (Crianças da Educação Pré-Escolar e Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico).

b) Refeições Escolares

O fornecimento de refeições em refeitórios escolares dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar (EEPE), do Ensino Básico e Secundário é gerido pelos Municípios, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. No Município de Aveiro, é assegurado por uma entidade certificada para o efeito, mediante a celebração de um contrato de prestação de serviços com o Município de Aveiro, resultante de um concurso público internacional lançado para o efeito.

Entende-se por serviços de fornecimento de refeições o processo que integra as etapas de planeamento, aquisição, armazenamento, preparação, distribuição e acompanhamento do serviço de refeições, para consumo nos próprios locais de confeção ou em unidades satélite (que no caso do Município de Aveiro são os Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico).

Com a concretização da descentralização de competências, o Município de Aveiro passou a gerir, também, as unidades de confeção e respetivos refeitórios localizados nos Estabelecimentos de Ensino Básico (2.º e 3.º CEB) e de Ensino Secundário.

c) Transportes Escolares

Compete ao Município de Aveiro assegurar, organizar e gerir os Transportes Escolares, de modo a garantir uma efetiva igualdade de oportunidades no acesso à Educação.

O serviço de Transporte Escolar é uma modalidade de ação social e destina-se a todos os Alunos, em idade escolar obrigatória (de acordo com o estabelecido na Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, alterada pela Lei n.º 65/2015, de 3 de julho), a frequentar os Estabelecimentos de Educação/Ensino, da rede pública, e que residam no Município de Aveiro.

d) Transportes Especiais

No âmbito da gestão da organização e controlo de funcionamento dos Transportes Escolares, o Município de Aveiro também é responsável pela gestão do Transporte de Alunos com Necessidades de Saúde Especiais. Este serviço inclui o transporte gratuito de Alunos com dificuldades de locomoção que beneficiam de medidas ao abrigo da Educação Inclusiva, independentemente da distância da sua residência ao Estabelecimento de Ensino que frequentam, sempre que a sua condição assim o exija.

e) Escola a Tempo Inteiro

A Escola a Tempo Inteiro pretende garantir que todos os tempos não letivos sejam diversificados e pedagogicamente ricos em aprendizagens, tendo como objetivo a educação plena, bem-estar e realização das Crianças. Com a Escola a Tempo Inteiro o Município pretende criar as condições necessárias para que todas as Crianças tenham igualdade de oportunidades e acesso a uma maior qualidade educativa.

De acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, compete aos Municípios a promoção e implementação das medidas de apoio às famílias, por forma a garantir uma Escola a Tempo Inteiro, designadamente:

- As Atividades de Animação e Apoio à Família (Educação Pré-Escolar);
- A Componente de Apoio à Família (1.º Ciclo do Ensino Básico);
- As Atividades de Enriquecimento Curricular (1.º Ciclo do Ensino Básico).

f) Programa Leite Escolar

Compete ao Município de Aveiro, após a concretização da descentralização de competências em matéria de Educação, assegurar o fornecimento de Leite Escolar nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

O Programa Leite Escolar tem como objetivo complementar as necessidades nutricionais das Crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos de idade, e concretiza-se através da distribuição diária e gratuita, nos dias letivos, de 20 cl de Leite Escolar, por Aluno.

5.2.1.3. SAÚDE

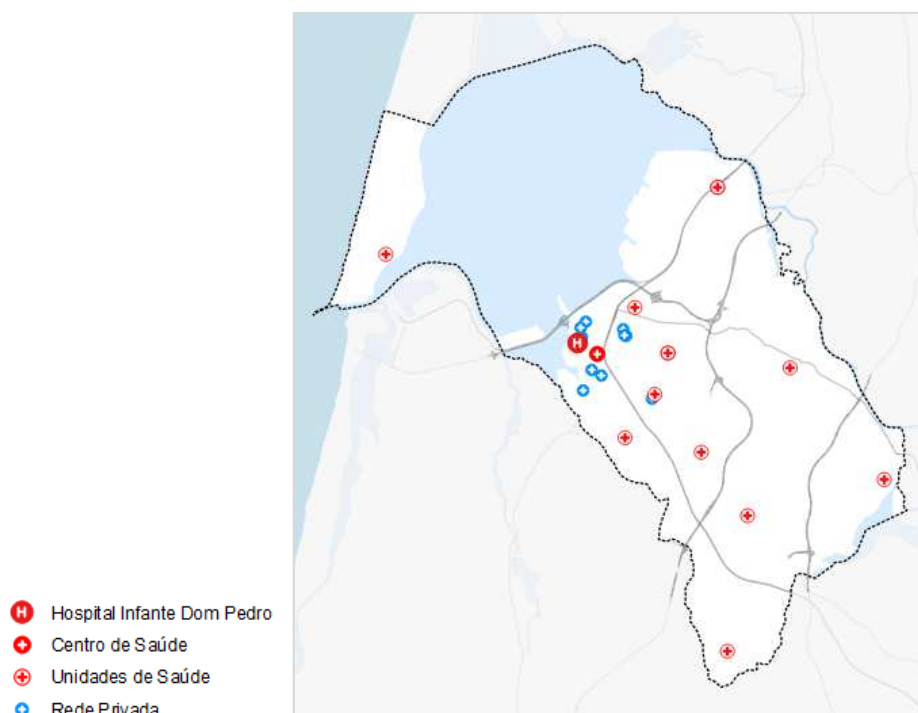


Figura 21 - Equipamentos de Saúde: Hospital, Unidades de Saúde e Centro de Saúde de Aveiro

A nível dos equipamentos de saúde, regista-se o Centro de Saúde de Aveiro, localizado numa área central da cidade e todas as freguesias dispõe de instalações em edifícios próprios ou integradas noutras construções, tendo o Município realizado um forte investimento na qualificação destes espaços, visando a melhoria na oferta e na prestação do serviço e dos cuidados de saúde a toda a população. No setor privado, regista-se ainda um hospital e várias clínicas distribuídas pela área urbana.

Até 2024, o Hospital Infante D. Pedro - Aveiro (CHBV - Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE-) foi o hospital de referência para o Município e a partir de 1 de janeiro de 2024, foi criada a Unidade Local de Saúde

da Região de Aveiro, que procedeu à integração dos Cuidados Primários dos onze municípios da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, sendo que a partir de outubro de 2024 o Centro de Saúde de Ovar e o Hospital Dr. Francisco Zagalo foram transferidos para a ULS Entre Douro e Vouga, EPE.

Com esta fusão, o modelo de governação evoluiu para um modelo colaborativo centrado no utente, que privilegia a continuidade e a integração dos serviços e cuidados prestados, de forma a “Assegurar a saúde da comunidade, garantindo o acesso a cuidados de saúde integrados, personalizados ao longo do ciclo de vida, criadores de valor e confiança, investindo na formação e investigação”.

Consultando a informação disponível no sítio eletrónico do Ministério da Saúde, apresentam-se duas “radiografias”, uma referente ao ano de 2022, enquanto CHBV e outra referente a 2024, já ULS.

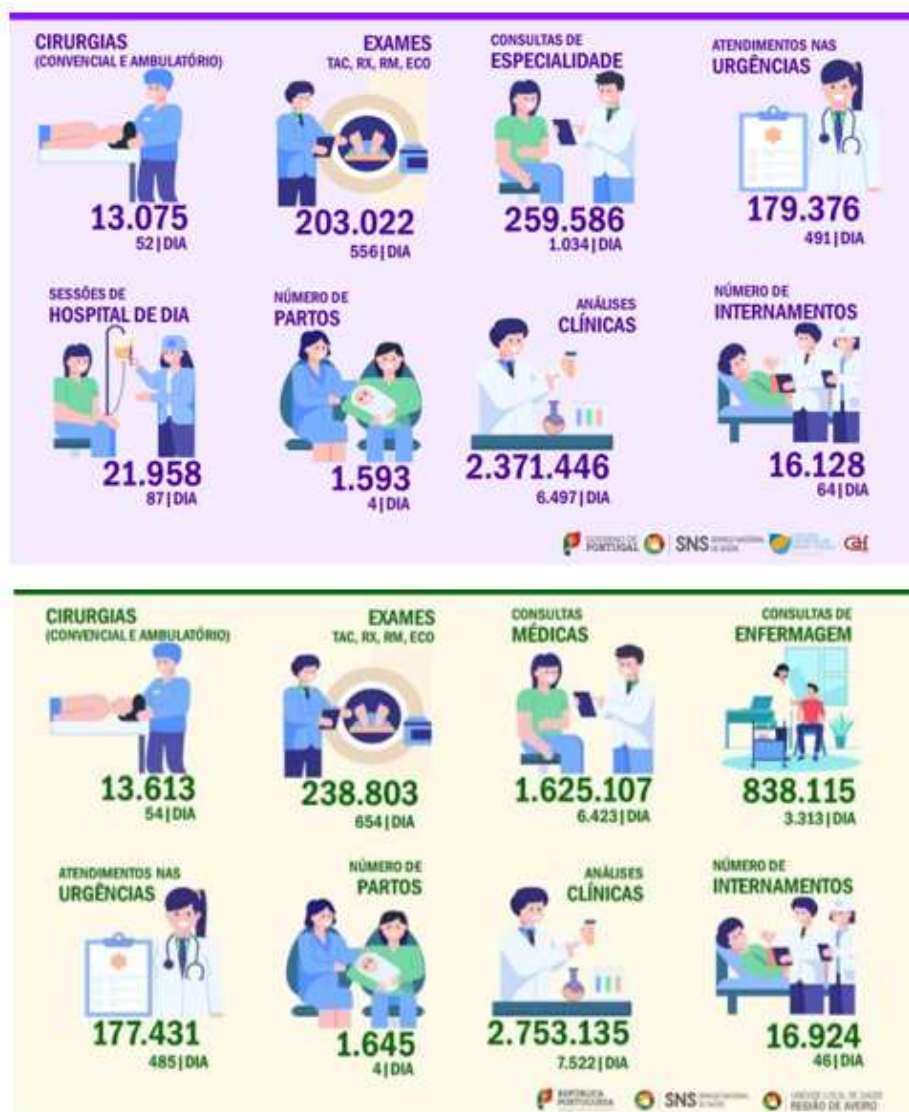


Figura 22 - O hospital em números (2022 e 2024)

Dado o grande crescimento da atividade hospitalar dos últimos anos, no Hospital Infante D. Pedro tem-se vindo a evidenciar a crescente necessidade de espaço para um correto funcionamento das diversas valências, tornando-se fundamental aumentar a capacidade e a qualidade dos serviços que presta à população, designadamente, na prestação direta dos cuidados de saúde, na investigação e no apoio às

atividades de formação, expandidas com o início do Mestrado Integrado de Medicina da Universidade de Aveiro.

No sentido de sanar este constrangimento, e visando a ampliação e qualificação do Hospital, o Município de Aveiro, assinou em 2018 um protocolo com o ainda Centro Hospital do Baixo Vouga (CHBV) e a Universidade de Aveiro (UA), para a cooperação tripartida na elaboração do programa funcional da ampliação do Hospital Infante D. Pedro com o edifício do Centro Ambulatório e do Centro Académico Clínico, assim como da requalificação do edificado existente e do respetivo Plano Diretor, tendo também disponibilizado terrenos na área onde existiram o antigo Estádio Mário Duarte e Armazéns gerais do Município, adjacentes à atual unidade hospitalar, para a sua ampliação.

Em 2022, o Governo, através dos ministérios das Finanças e Saúde, autorizou a ULS a assumir um encargo plurianual até ao montante de 2,226 milhões de euros “referente à elaboração do projeto de expansão e requalificação” do edifício, incluindo, também, a “prestação de assistência técnica” aquando da fase de construção, e já em 2024, foi aberto concurso público internacional para o Projeto da Nova Unidade de Ambulatório do Hospital de Aveiro.

Em paralelo, é de realçar também a inauguração do Skope - Museu de Medicina e Saúde, um projeto da Fundação Casa Hermes e vai dar a conhecer a maior coleção particular de objetos médicos a nível nacional, com um acervo com mais de 1800 objetos de 20 especialidades, que contam a História da Medicina e a revolução técnico-científica desta área desde a Antiguidade Clássica até aos dias de hoje.

O Skope tem seis salas dedicadas a especialidades médicas e importantes períodos históricos. Começa na origem de tudo, com uma sala dedicada ao nascimento e às especialidades de obstetrícia e ginecologia, e avança cronologicamente por diversos momentos da história – tais como a Antiguidade Clássica, a Idade Média, o Renascimento e o Iluminismo – e pelos avanços no século XIX e termina na grande transformação da Medicina dos séculos XIX e XX, contando ainda com uma área dedicada à Medicina do Futuro e aos estilos de vida saudáveis, com dinâmicas focadas na importância – entre outros – do sono, da atividade física e da boa alimentação, que servirão de base a um plano educativo para alunos de várias áreas e níveis de ensino, desde o 2.º ciclo ao secundário.

5.2.1.4. REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS – RSES

A RSES, que integra as múltiplas modalidades de intervenção no âmbito da ação social tuteladas pelo MTSSS, tem vindo a adaptar-se, quer em quantidade, quer em qualidade, às necessidades dos cidadãos, em virtude de uma realidade demográfica, social, económica e cultural em permanente evolução. Mas atender aos problemas dos grupos sociais mais vulneráveis, cada vez mais amplos e abrangentes, é um desígnio exigente que impõe uma intervenção próxima das pessoas, integrada, inovadora e capaz de colmatar ou minimizar diversas e complexas necessidades em diferentes áreas.

O diagnóstico da RSES, ao permitir avaliar a capacidade de resposta municipal e, por conseguinte, priorizar necessidades e corrigir assimetrias, reveste-se de uma importância incontornável para o planeamento estratégico da intervenção territorial, com vista à satisfação das necessidades das gerações atuais, mas, sobretudo, das gerações vindouras, na medida em que as opções tomadas hoje terão consequências que irão perdurar por muitos anos, por se tratar de uma matéria com impactos diretos nos direitos sociais fundamentais dos cidadãos, na qualidade de vida da população e no desenvolvimento local sustentável.

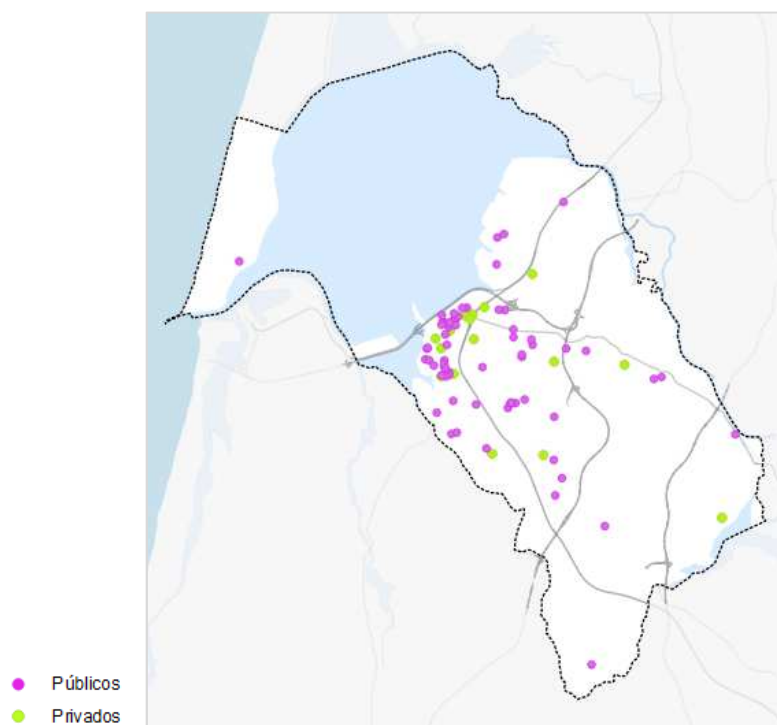


Figura 23 - Equipamentos e respostas sociais

No Município de Aveiro, os serviços e equipamentos sociais encontram-se organizados numa rede extensa, complexa, dispersa e em grande expansão, em resultado da coexistência de múltiplas problemáticas sociais que determinaram o desenvolvimento de diferentes áreas de intervenção.

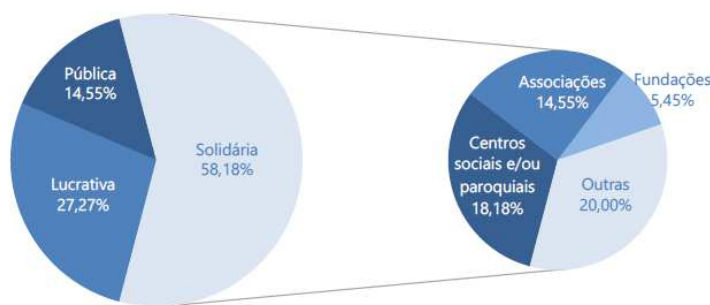
No que se refere à RSES do Município de Aveiro é de referir que na versão preliminar da Carta Social Municipal são descritos critérios de análise que determinaram os dados que a seguir se descrevem.

1. Entidades gestoras

As entidades gestoras de equipamentos sociais são de natureza diversa, podendo ser agrupadas segundo a natureza jurídica em entidades não lucrativas (Figura 1. rede solidária e rede pública) e entidades lucrativas. As entidades não lucrativas compreendem as IPSS's e outras entidades sem fins lucrativos (entidades equiparadas a IPSS's e outras organizações particulares sem fins lucrativos), as entidades oficiais que prosseguem fins de ação social, os serviços sociais de empresas e a SCML. As entidades lucrativas congregam as entidades particulares com fins lucrativos.

No Município de Aveiro identificam-se 55 entidades gestoras de equipamentos sociais, das quais 72,73% (40) são entidades não lucrativas e 27,27% (15) são entidades lucrativas. Nas entidades não lucrativas é evidente o predomínio da rede solidária, que representa 58,18% (32), comparativamente à rede pública, que corresponde a 14,55% (8). A rede solidária é maioritariamente constituída por centros sociais e/ou paroquiais, que representam 18,18% (10), e associações, que correspondem a 14,55% (8). A rede pública é composta pelos sete agrupamentos de escolas existentes no território municipal - i) Aveiro, ii) Eixo, Aveiro, iii) Esgueira, Aveiro, iv) Oliveirinha, Aveiro, v) Dr. Mário Sacramento, Aveiro, vi) José Estêvão, Aveiro e vii) Rio Novo do Príncipe, Cacia, Aveiro.

O total de entidades gestoras no Município não corresponde à soma das mesmas por freguesia, uma vez que existem entidades gestoras que assumem responsabilidades sociais em diferentes freguesias.



Entidades gestoras, segundo a natureza jurídica, no município.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Figura 24 - Rede solidária e rede pública

1.1 Distribuição territorial – Entidades Gestoras

A análise da distribuição territorial das 55 entidades gestoras de equipamentos sociais revela-nos que a UF de Glória e Vera Cruz é a que verifica o maior número (25), sendo também a que regista o maior número de entidades lucrativas (10). Seguem-se, ainda que com valores bastante distanciados, as freguesias de Esgueira (9) e Eixo e Eirol (7). Um último comentário para referir que, ao contrário das entidades não lucrativas, que se disseminam de forma equilibrada pelo território municipal, as entidades lucrativas apresentam um padrão de distribuição claramente polarizado, concentrando-se, maioritariamente, na UF de Glória e Vera Cruz. Uma das entidades gestoras lucrativas consideradas na UF de Glória e Vera Cruz corresponde a SCMA, uma vez que é nesta freguesia que se localiza o Edifício Irmãos Rangel, onde funciona uma ERPI.

1.2 Natureza jurídica

No Município de Aveiro encontram-se 95 equipamentos sociais. A análise da natureza jurídica das entidades gestoras dos equipamentos sociais revela que 83,16% (79) do universo é constituído por equipamentos sociais não lucrativos, correspondendo os restantes 16,84% (16) a equipamentos sociais lucrativos. Nos equipamentos sociais não lucrativos a rede solidária representa 56,84% (54), enquanto a rede pública equivale a 26,32% (25). O peso da rede pública deve-se aos estabelecimentos de educação pré-escolar do ME, geridos pelos sete agrupamentos de escolas existentes no território municipal - i) Aveiro, ii) Eixo, Aveiro, iii) Esgueira, Aveiro, iv) Oliveirinha, Aveiro, v) Dr. Mário Sacramento, Aveiro, vi) José Estêvão, Aveiro e vii) Rio Novo do Príncipe, Cacia, Aveiro, bem como à ECCL, da responsabilidade da ARS do Centro, IP.

1.3 Distribuição territorial – Equipamentos sociais

A análise da distribuição territorial dos 95 equipamentos sociais 8 mostra-nos que a UF de Glória e Vera Cruz é a que apresenta a maior concentração de equipamentos (33), sendo simultaneamente a que reúne o maior número de equipamentos lucrativos (10). Embora com valores inferiores, seguem-se as freguesias de Esgueira (13), de Aradas (9), de Eixo e Eirol (8), de Santa Joana (8) e de Oliveirinha (7). Sem cobertura de equipamentos não existe nenhuma freguesia. À semelhança do observado a propósito das entidades gestoras, os equipamentos lucrativos encontram-se centralizados na UF de Glória e Vera Cruz, enquanto os equipamentos não lucrativos estão representados em todas as freguesias. De notar que a freguesia de São Jacinto é a única onde não funcionam equipamentos não lucrativos da rede pública (estabelecimentos de educação pré-escolar do ME).

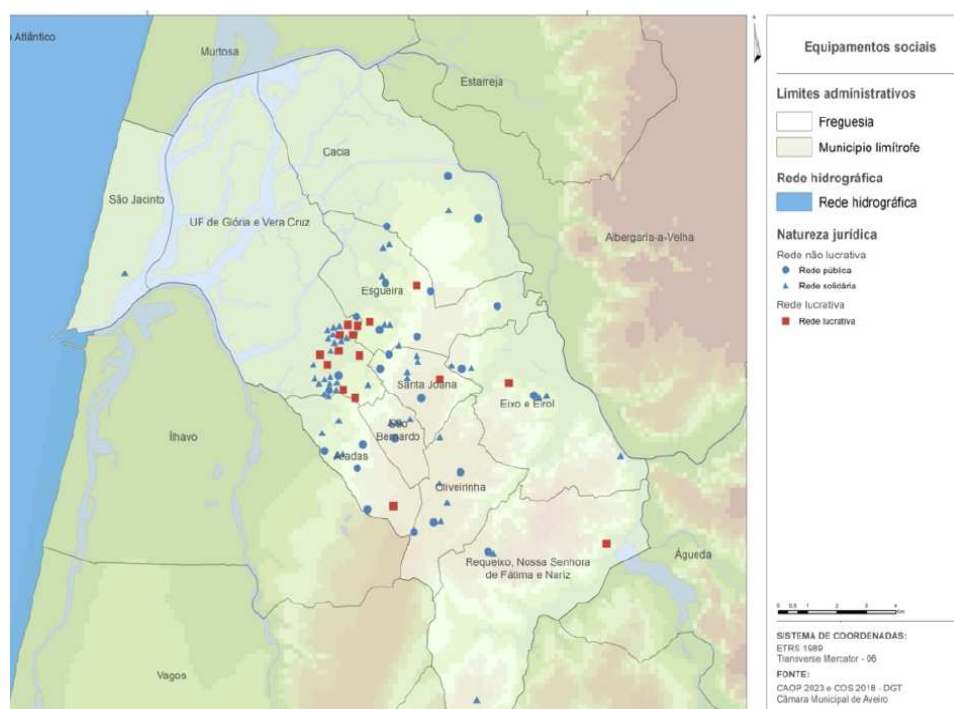


Figura 25 - Distribuição territorial – Equipamentos sociais

2. Respostas sociais

2.1 Distribuição territorial

A implantação das 181 respostas sociais identificadas no Município de Aveiro reflete o padrão de distribuição populacional, privilegiando as centralidades tradicionais. A UF de Glória e Vera Cruz regista o maior número de respostas sociais (57), seguida, ainda que com valores bastante distanciados, das freguesias de Esqueira (25), Aradas (17), Santa Joana (16), Eixo e Eirol (15) e Oliveirinha (14). Seguindo o padrão das entidades gestoras e dos equipamentos sociais, as respostas sociais não lucrativas disseminam-se de forma equilibrada pelo território municipal, enquanto as respostas sociais lucrativas encontram-se centralizados na UF de Glória e Vera Cruz.

2.2 Respostas sociais por população-alvo

As respostas sociais dirigidas às crianças e jovens (94, valor correspondente 51,93%) e pessoas idosas e/ou em situação de dependência (52, valor que representa 28,73%) são as mais presentes no território, ainda que com uma clara superioridade das primeiras em relação às segundas. A superioridade das respostas sociais direcionadas às crianças e jovens deve-se aos estabelecimentos de educação pré-escolar, que equivalem a 57,61% (53) das respostas sociais dirigidas às crianças e jovens, dos quais 45,28% (24) são relativos a estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública. Se anularmos este efeito, é clara a preponderância das respostas sociais direcionadas às pessoas idosas e/ou em situação de dependência (52, valor correspondente a 40,63%) em comparação com as dirigidas às crianças e jovens (41, valor que representa 32,03%). Numa posição intermédia encontram-se as respostas sociais direcionadas à família e comunidade, que correspondem a 13,81% (25). As respostas sociais dirigidas às pessoas com deficiência ou incapacidade, às PVVD e às pessoas toxicodependentes representam, respetivamente, 2,76% (5), 2,21% (4) e 0,55% (1) das respostas sociais que compõem a RSES do Município de Aveiro.

2.3 Transferência de Competências no Domínio da Ação Social

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto, as Câmaras Municipais e, designadamente a CMA, passam a exercer de competências no domínio da Ação Social anteriormente acometidas ao Instituto da Segurança Social. Esta transferência evidencia-se como uma estratégia de desenvolvimento ao nível local, aportando para a intervenção social uma resposta de proximidade mais adequada e célere com o objetivo

de responder a situações de vulnerabilidade e de exclusão social existentes no concelho de Aveiro. Pelo exposto, a partir do dia 01 de julho de 2022, o Município começou a executar, formal e substancialmente, várias competências no âmbito do processo de Descentralização na área da Ação Social, na sequência da decisão tomada em reunião de Executivo da CMA e da Assembleia Municipal, no dia 28 de fevereiro de 2022, e no âmbito do acordo entre a ANMP e o Governo de Portugal.

Desta transferência de competências, nomeadamente, no que respeita ao Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social - SAAS e ao acompanhamento a beneficiários da medida social de Rendimento Social de Inserção - RSI, foram celebrados Protocolos de Cooperação com a vigência de 18 meses, entre a CMA e 13 IPSS, designadamente: Associação de Solidariedade Casa Mãe de Aradas, Associação de Melhoramentos de Eixo, Cáritas Diocesana de Aveiro, CARDA, Centro Comunitário Vera Cruz, Centro Social e Paroquial de Cacia, Centro Social e Paroquial N.ª Sra. Fátima, Centro Social Santa Joana Princesa, Centro Social e Paroquial de São Jacinto, Florinhas do Vouga, Fundação CESDA, Fundação Padre Félix e Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, as quais estão distribuídas pelas 10 freguesias do concelho.

Por um lado, a celebração dos Protocolos com as referidas Instituições teve como princípios a experiência já desenvolvida por parte de algumas (9) e, por outro lado, a necessidade de dotar alguns territórios (4), das respostas sociais em apreço permitindo, desse modo, a cobertura total do Município de Aveiro com um serviço social de proximidade. Simultaneamente, pretende-se que a intervenção efetuada se realize sem sobreposições e mediante um trabalho de equipa sob a coordenação da CMA e em estreita ligação com Instituto da Segurança Social. De realçar que as Instituições enunciadas atuam na respetiva freguesia em que se encontram fixadas, sendo que as Instituições - CARDA e Cáritas Diocesana de Aveiro assumem intervenção concelhia, designadamente ao nível das problemáticas do alcoolismo e das pessoas em situação de sem abrigo, respetivamente. A gestão de processos familiares confidenciais, designadamente, respeitantes a situações de violência doméstica e que possuem essa condição de confidencialidade, é da competência da Autarquia.

Neste contexto, o Município procede à articulação diária com as Instituições do território, traduzindo-se na respetiva assessoria técnica e no desenvolvimento de ações concertadas e de complementaridade no propósito da redução das situações risco e de vulnerabilidade/exclusão sociais existentes no concelho de Aveiro.

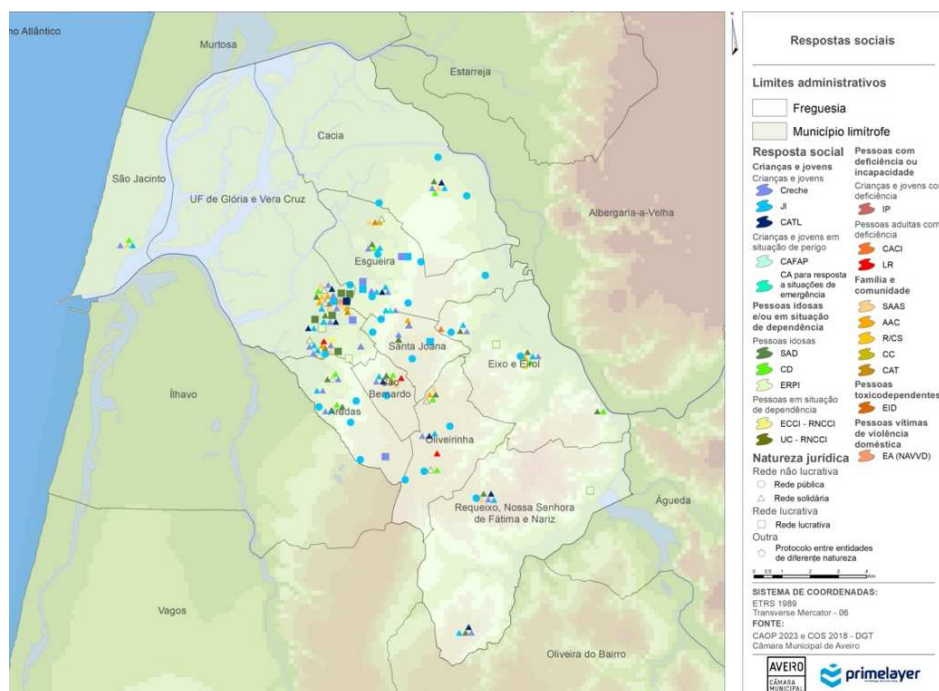


Figura 26 - Respostas sociais, segundo a população-alvo, no Município

3. Problemas

A identificação dos problemas e a definição das prioridades de atuação foi realizada com base no diagnóstico efetuado, que serviu de base de evidência, e na participação ativa dos *stakeholders*, tendo resultado o quadro que a seguir se apresenta, com registo dos problemas prioritários por eixo de intervenção.

Eixos	Problemas prioritários
I - Melhorar a rede de apoio à infância e juventude	■ Reduzida oferta para crianças e jovens em situação de perigo, em particular no domínio do acolhimento (familiar e institucional) urgente e temporário e do apoio na fase de pré-desinstitucionalização/transição para a vida adulta e quando atingem os 18 anos
II - Reforçar, diferenciar e qualificar a oferta no envelhecimento e dependência e promover o recurso a soluções inovadoras nos serviços prestados	■ Insuficiência/inadequação dos serviços e equipamentos de apoio, em contexto domiciliário ou institucional, face aos novos comportamentos, estilos de vida e expectativas das pessoas idosas e ao progressivo aumento das pessoas em situação de dependência, não só na perspetiva da pessoa cuidada, mas, também, dos seus cuidadores informais, particularmente em situações de grande dependência e demência ■ Isolamento social e físico das pessoas idosas nos setores mais periféricos e rurais, agravado pela crescente desertificação destes territórios, mas, também, nos centros urbanos, agravado pelas características dos edifícios em que vivem, que impedem muitos idosos de sair de casa (e.g.: ausência de elevador)
III - Promover a inovação social na resposta às necessidades das pessoas com deficiência ou incapacidade	■ Insuficiência da rede de apoio direcionada para as necessidades específicas das pessoas com deficiência ou incapacidade e suas famílias ■ Obstáculos à integração no mercado de trabalho das pessoas com deficiência ou incapacidade
IV - Implementar soluções específicas e inovadoras para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante	■ Inexistência de respostas específicas para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante em todos os domínios de intervenção (prevenção, tratamento e acompanhamento)
V - Garantir resposta global e integrada às necessidades da família e comunidade	■ Insuficiência/inadequação da oferta habitacional de cariz social ■ Grande número de habitações sem acessos a pessoas com mobilidade reduzida (e.g.: elevador), em particular no centro urbano ■ Oferta habitacional escassa e, não raramente, inacessível ■ Risco social associado à violência doméstica contra vítimas especialmente vulneráveis (negligência e/ou abusos e/ou maus-tratos físicos ou psíquicos), em razão do sexo, idade, deficiência, doença ou outro fator
VI - Qualificar a rede de serviços e equipamentos sociais	■ Falta de recursos das organizações sociais (financeiros, materiais e humanos)

Quadro 40 - Problemas prioritários por eixo de intervenção

4. Estratégia

A estratégia de intervenção foi desenvolvida para corresponder a um ciclo programático de quatro anos e consubstancia-se em 6 eixos de intervenção, 17 objetivos estratégicos, 30 linhas de ação estratégica e 72 ações e medidas a desenvolver. As imagens infra apresentam uma síntese da estratégia de intervenção, sendo a sua fonte a proposta de Carta Social Municipal em elaboração.



Figura 27 - Estratégia de Intervenção

5.2.1.5. CULTURA

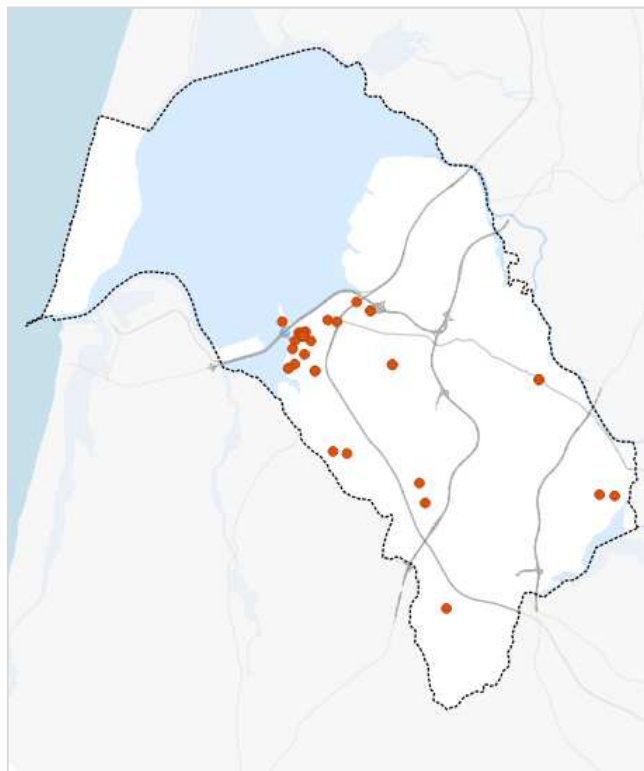


Figura 28 - Equipamentos culturais

No âmbito cultural, tem especial destaque todo o envolvimento na preparação da Candidatura a **Capital Europeia da Cultura 2027**, que se iniciou em 2016, intensificando-se em 2019 com a elaboração do Plano Estratégico para a Cultura 2030, em que o Município de Aveiro, enquanto entidade promotora, defendeu a cultura enquanto base essencial na unificação da comunidade aveirense, tendo ainda como copromotores a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), a Universidade de Aveiro, e a AIDA CCI – Câmara de Comércio e Indústria do Distrito de Aveiro.

Das 12 candidaturas, 4 foram selecionadas como finalistas, tendo sido Évora a escolhida. Dada a qualidade das candidaturas, o Governo decidiu promover a Capital Portuguesa da Cultura, iniciando-se com as três cidades não selecionadas – Aveiro em 2024, Braga em 2025 e Ponta Delgada em 2026.

“**Aveiro 2024 - Capital Portuguesa da Cultura**” foi um marco na consolidação da cultura como ferramenta estratégica para o desenvolvimento territorial e coesão social, posicionando Aveiro como um território que celebra a contemporaneidade.

Sob o lema “O ano como palco. Um cenário infinito”, Aveiro emergiu como um espaço de referência cultural, aproveitando suas características territoriais únicas, através de um programa que abordou quatro pilares essenciais: identidade, democracia, sustentabilidade e tecnologia, explorando a interseção da cultura com aspetos fundamentais da sociedade contemporânea.

O ano cultural foi estruturado em múltiplas iniciativas que dialogaram com desafios atuais por meio da encomenda de conteúdos originais e da realização de atividades que integraram artes performativas, exposições, cinema, literatura, residências artísticas e ocupação de espaços públicos. Aveiro 2024 articulou talentos locais, regionais, nacionais e internacionais, descentralizando eventos e criando redes de colaboração, fomentando a participação e a mediação cultural para todos os públicos, destacando-se a

interconexão entre arte, ciência, educação e indústria, reforçando competências criativas e promovendo ações que envolveram escolas, famílias e comunidades.

Esta experiência, como primeira Capital Portuguesa da Cultura, representou um desafio transformador e projetou Aveiro como uma referência cultural em Portugal.

Integrado no conjunto de investimentos da Candidatura de Aveiro a Capital Europeia da Cultura 2027, o Município lançou em 2022 um Concurso Público de Concessão da Reconversão do edifício do Antigo Colégio Dr. Alberto Souto, em Aradas, enquadrado numa operação de qualificação urbana e de ampliação da rede de equipamentos culturais, dando nova vida a edifícios abandonados e suprimindo carências estruturais, dando especial relevância estratégica ao *Creative Change Academy*, através do aproveitamento de sinergias com o Arquivo Distrital e a Casa de Música/antigo Centro cívico de Aradas.

Com o desenvolvimento do estudo prévio relativo à proposta vencedora do concurso, pretende-se que com a reabilitação dos edifícios existentes e a construção de novos, sejam criadas condições para a instalação do Quarteirão das Artes e Cultura, que se constituirá como um centro de educação, cidadania e cultura, em torno de vários temas como o da preservação e partilha da memória, da criatividade cultural, da cidadania ativa, do multiculturalismo, em processos abertos a criativos, pensadores, artistas, educadores, instituições públicas e privadas.

Fazendo referência às grandes estruturas/equipamentos de serviço público existentes no Município, salientam-se espaços/edifícios, de referência histórica e com valor patrimonial e arquitetónico, como sejam:

- as grandes salas para a realização de espetáculos e eventos - o Teatro Aveirense e a Casa de Música (em Aradas, que em 2024, após obras de qualificação do espaço onde outrora funcionou o Centro Cívico de Aradas, passou a acolher a Orquestra Filarmonia das Beiras), o Centro de Congressos (localizado na antiga Fábrica Jerónimo Pereira Campos).
- os espaços museológicos - o Museu de Aveiro/Santa Joana (no Convento de Jesus, compreendendo o túmulo de Santa Joana, classificado como monumento nacional desde 1961 e que alberga também um espólio significativo de obras de pintura, escultura, talha, azulejo, ourivesaria e paramentação), o Museu da Cidade, o Museu Arte Nova (Casa Major Pessoa), o Ecomuseu marinha da Troncalhada (núcleo museológico ao ar livre, sempre aberto, que mostra os métodos de produção tradicional e artesanal do sal, e explora a paisagem, a fauna e a flora locais, que cumpre a sua missão social e pedagógica de valorizar e difundir os valores patrimoniais e identitários, associados à memória coletiva, através de ações que incluem a realização de visitas orientadas, atividades de dinamização, exposições e iniciativas de educação),
- outros espaço de referência - a Fábrica Centro de Ciência Viva de Aveiro (instalado numa antiga fábrica de moagem, um museu de ciência educativo e interativo com exposições sobre química, matemática, robótica, entre outros temas), e desde 2020, na sequência da obra de qualificação do edifício da autoria do Arquiteto Fernando Távora, o *Atlas Aveiro* onde está instalada a Biblioteca Municipal e o *Hub Tech City*, com serviços de apoio à componente cultural e de inovação.

Reconhecendo a importância do movimento Arte Nova no contexto urbano, a antiga casa do Major Pessoa – Museu Arte Nova é o expoente máximo desse reconhecimento, constituindo um polo do Museu da Cidade, é o Centro Interpretativo arquitetónico/artístico que serve de ponto de partida ao Roteiro Arte Nova de Aveiro, da qual constam, pelo seu valor cultural e singularidades, 27 edificações, identificadas em cada local por placa alusiva. A cidade integra a Rota Cultural Europeia Réseau Art Nouveau Network, onde se incluem Barcelona, Bruxelas, Budapeste, Havana, Riga, Palermo, Darmstadt; Bad Nauheim, Liubliana, Turim, Alesund, Subotica, Lviv, Alcoy, Szeged, Viareggio, Paris, Mons, Wiesbaden, Oradea, Liege, Nancy, Saint-Gilles, La Chaux-de-Fonds, Terresa, Reus, Viena.

5.2.2. Infraestruturas estruturantes

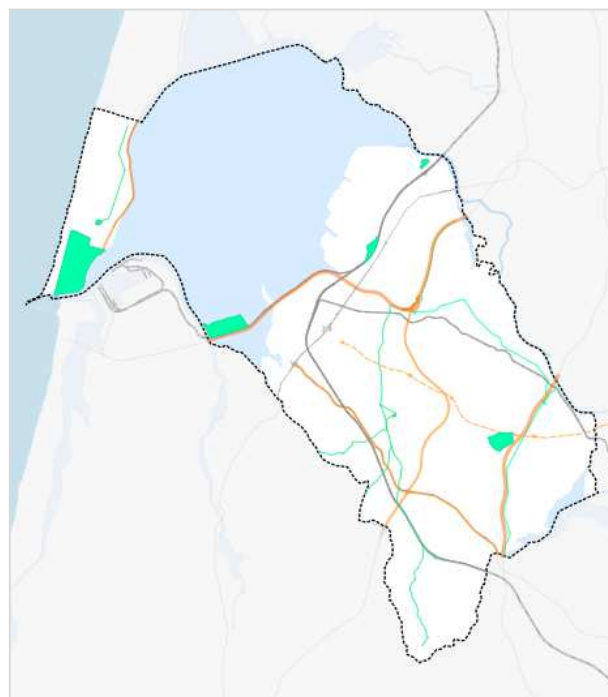


Figura 29 - Infraestruturas estruturantes

As infraestruturas estruturantes que se destacam, pela sua abrangência, relevância e especificidade, e que são estruturantes do funcionamento do sistema urbano municipal e supramunicipal, para além das que respeitam à rede viária suprarregional – autoestradas, estradas nacionais e o futuro Eixo Rodoviário Aveiro-Águeda, são, designadamente, as seguintes:

- Área Portuária do Porto de Aveiro, na qual têm ocorrido algumas operações urbanísticas para localização de unidades industriais de fabricação de embarcações desportivas de luxo,
- Unidade de Tratamento Mecânico Biológico (UTMB), tendo o Executivo Municipal emitido parecer favorável à localização de uma unidade de produção de Biometano, dentro do perímetro da instalação da ERSUC, perspetivando ligação à rede de gás existente;
- Plataforma Intermodal de Cacia, que tem revelado baixa utilização face aos objetivos e fins para que foi construída.
- Outras infraestruturas associadas às redes de abastecimento de água (Rede Regional do Carvoeiro), saneamento (ETAR - Cacia e S. Jacinto) e gás (rede REN- 1.º escalão e respetivas estações reductoras).

5.2.3. Acessibilidades e Transportes

A publicação do Plano Diretor Municipal (PDM) no final de 2019 trouxe maior clareza ao planeamento estratégico no âmbito da Mobilidade e Acessibilidade. Organizou um conjunto de ações para a qualificação da mobilidade, tanto dentro do Município quanto entre os núcleos urbanos do concelho, reforçando acessibilidades e promovendo o ordenamento territorial.

O Plano de Estruturação Viária e Circulação de Aveiro (PEVCA) aborda a Hierarquia Viária Municipal, o Plano de Circulação e o Plano de Sinalização e Orientação. No que se refere à hierarquia viária, foram estabelecidos diversos níveis:

- **Nível Suprarregional:** garante conexões viárias estruturantes a nível supramunicipal;
- **Nível Regional:** distribui os fluxos regionais e liga aos concelhos vizinhos;
- **Nível Estruturante:** regula os fluxos entre as zonas do Município e os fluxos internos da cidade;
- **Nível de Distribuição Principal:** organiza os fluxos entre polos e malhas urbanas;
- **Nível de Distribuição Secundária:** direciona fluxos internos nos polos urbanos;
- **Nível de Acesso Local:** assegura ligações às atividades específicas.

O PDM e o PEVCA estabeleceram uma rede viária estruturada, integrando propostas essenciais para fechar a malha viária, garantindo a execução planeada.

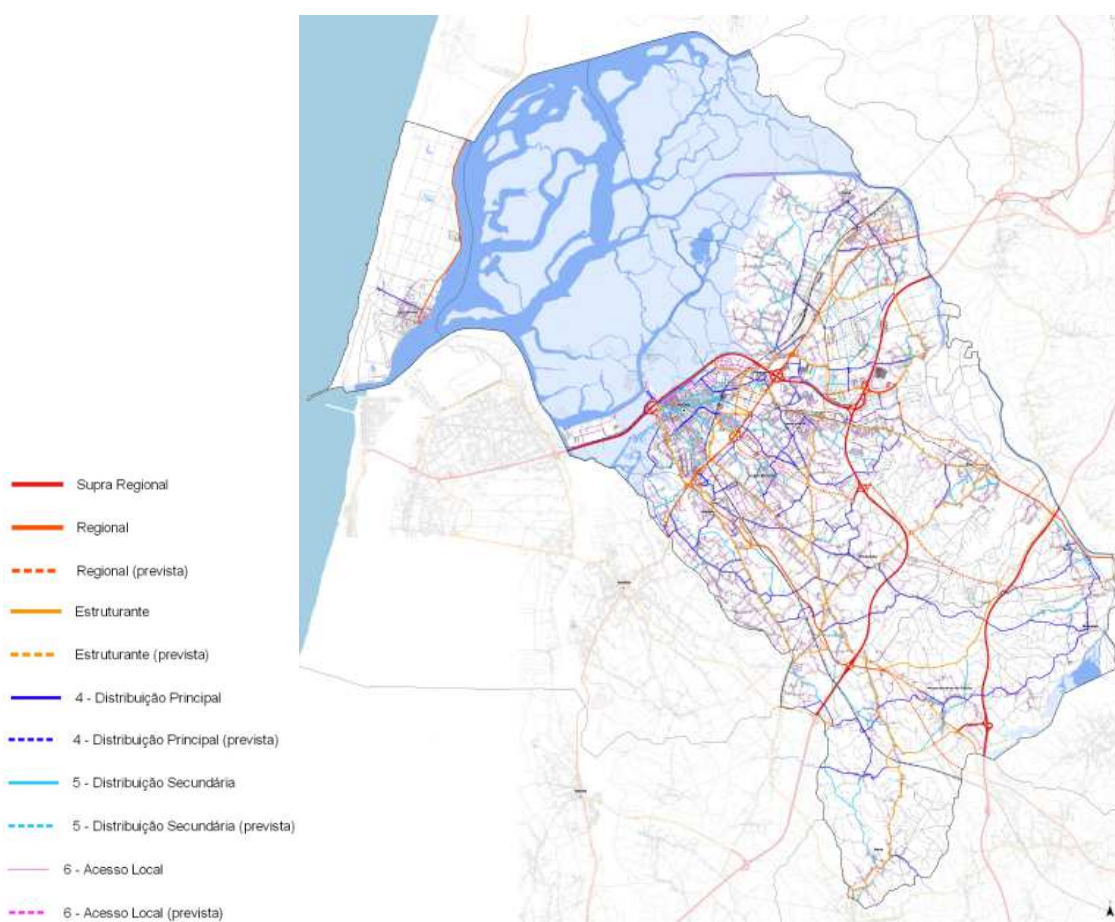


Figura 30 - Carta da hierarquia funcional da rede viária(PDM)

Além disso, ocorreram mudanças relevantes no setor dos transportes, com impacto no território municipal:

- A adoção do Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros (RJSPTP) - Lei nº 52/2015, de 9 de junho, representa uma profunda alteração do modelo institucional de planeamento e gestão do serviço público de transporte de passageiros e do quadro legal de organização do respetivo mercado, em Portugal.

- Mais do 80% do território é coberto por transportes públicos, ou seja, existe uma paragem de transportes públicos a pelo menos 300 metros da sua residência e com os serviços mínimos garantido (4 circulações por dia).
- Desde 2017, que os transportes municipais de Aveiro foram concessionados; a **AveiroBus** é a empresa que gere a rede de transportes municipais que são constituídos por 12 linhas (percursos) rodoviários e um fluvial entre o Forte da Barra e a Freguesia de S. Jacinto.
- A frota, constituída por viaturas (autocarros) e embarcações a diesel no início da concessão 1 de janeiro de 2017, era constituída, em dezembro de 2024 por 14 autocarros elétricos (40% da frota total).
- A 2 de fevereiro de 2024 teve início o funcionamento do primeiro ferry elétrico em Portugal – Salicórnica – que veio substituir o velho ferryboat a diesel. Tem uma capacidade de transporte de passageiros 3 vezes superior ao anterior, mas mais reduzido na capacidade de transporte de viaturas (16 para 19), numa perspetiva de preservação do ambiente e mobilidade sustentável.
- A concessão dos transportes intermunicipal - A empresa Busway- Cira, apenas iniciou a sua operação a 1 de agosto de 2023, com cinco linhas intermunicipais e cinco inter-regionais, que ligam o Município de Aveiro aos restantes 10 municípios da CIRA e outras regiões, como são as linhas até à Figueira da Foz e Cantanhede. Embora não exista uma completa integração tarifária entre as duas redes de transportes, foi implementado um “complemento Intermodal” que permite a utilização das duas redes de forma fácil.

O aumento da oferta dos transportes rodoviários

No ano de 2023, foi elaborada uma proposta para aumentar a oferta de transportes públicos, a qual foi submetida à Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) e recebeu parecer positivo. Após essa etapa, a proposta foi encaminhada ao Tribunal de Contas, que concedeu o visto em 7 de dezembro de 2023. A 1 de abril de 2024 iniciou a nova oferta de transportes que se resume de seguida:

	oferta desde 01/08/2023						oferta a 1 de abril de 2024				
	inverno	noturnas	verão	sáb	dom		inverno	noturna	verão	sáb	dom
Linha 1	17	0	14	4	4	Linha 1	28	3	27	8	8
Linha 2	21	0	19	4	4	Linha 2	29	2	19	12	12
Linha 3	16	0	13	4	4	Linha 3	25	3	25	8	8
Linha 4	36	3	29	8	8	Linha 4	39	5	27	12	12
Linha 5	19	0	13	4	4	Linha 5	24	0	23	8	8
Linha 6	18	0	17	4	4	Linha 6	20	0	20	8	8
Linha 7	13	0	10	4	4	Linha 7	18	0	17	8	8
Linha 8	27	0	23	8	8	Linha 8	32	3	30	12	12
Linha 9	13	0	13	6	6	Linha 9	22	1	22	8	8
Linha 10	24	0	18	8	8	Linha 10	29	3	26	12	12
Linha 11- Urbana	13	0	13	0	8	Linha 11- Urbana	14	0	14	0	9
Linha 12 - Escolar	3	0	0	0	0	Linha 12 - Escolar	3	0	0	0	0
Total	220	3	182	54	62	Sub TOTAL	283	20	250	96	105
						urbana1	23	2	23	11	11
						urbana2	23	2	23	11	11
						TOTAL	329	24	296	118	127

Quadro 41 - Nº de carreiras de transportes, antes e depois do reforço da oferta

O aumento de oferta corresponde a um aumento de 286 501KM ou um aumento de 33% do número de carreiras. É caracterizado por:

- Aumento de carreiras das linhas existentes durante o dia para aumento das frequências e ainda um reforço de carreiras noturnas; são, mais 63 carreiras ou um aumento 33%;
 - a. Dias úteis: das 63 novas carreiras, 15 são noturnas, quadruplicando a oferta noturna que era praticamente inexistente;
 - b. Frequências de fim de semana – é um aumento de 42 carreiras aos sábados e 43 aos domingos, correspondendo a aumentos de oferta de cerca de 70% ao fim de semana.
- Nova linha urbana – são duas linhas urbanas a funcionar em sentido contrário com frequências de 40” e uma amplitude de 17 horas toda a semana.
 - a. Em dias úteis são 23 carreiras na linha AZUL e 23 carreiras na linha VERVE. Aos sábados domingos e feriados são 11 carreiras de cada.

Globalmente, o aumento da oferta em carreiras, incluindo as linhas urbanas, é de quase 50%. Em termos de produção quilométrica, resulta numa proposta do aumento de 286.501km, resultando numa rede de 1.259.501km.

O aumento da procura dos transportes

O nº de passageiros transportados tinha tido um aumento quase 30% entre 2022 e 2023, (passou de 989.326 para 1.272346), voltando a aumentar 25 % em 2024², relativamente a 2023. Este aumento tem 2 fatores essenciais:

- A implementação de passes gratuitos que são responsáveis por um aumento da procura em quase 200.000 passageiros ou seja (15 %)
- Aumento global da oferta; os restantes títulos de transportes tiveram um aumento de 10,5 %;
- Globalmente, o aumento da procura durante 2024 foi de 25%, atingindo quase 1,6M de passageiros.
- A título de exemplo, o gráfico seguinte ilustra a evolução da procura de 2019 a 2024, da linha com mais passageiros da AveiroBus (linha 4). O ano de 2024 foi de facto um ano de aumento de passageiros bem visível ao longo de todo o ano.

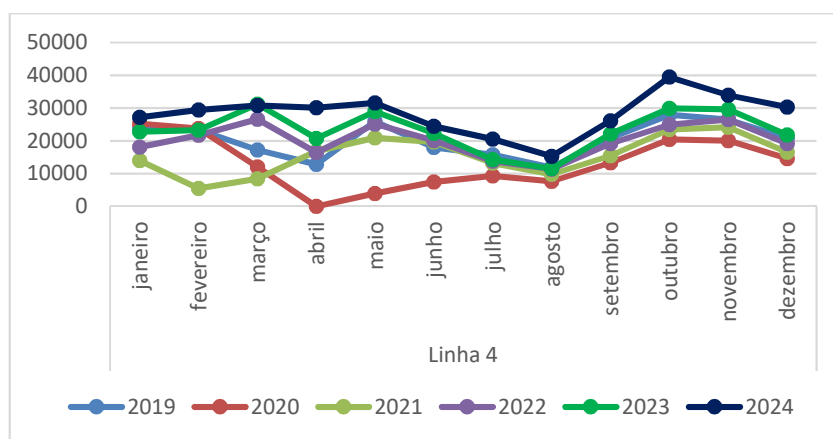


Gráfico 68 - Evolução da procura na linha 4 /AveiroBus

² Tendo a procura de 2023 ultrapassado finalmente a de 2019, ano de referencia pré-pandémico.

Se é certo que a uma parte significativa do aumento de passageiros (15%) se deve aos Passes Gratuitos, os restantes 10% de aumento da procura representa uma boa performance, corroborando a iniciativa do Município em aumentar a oferta em cerca de 30%, iniciada a 1 de abril de 2024.

Também o modo fluvial seguiu a mesma tendência, embora mais expressiva no segundo semestre; o primeiro semestre foi relativamente atribulado com as paragens para monitorização e acompanhamento do novo ferry elétrico.

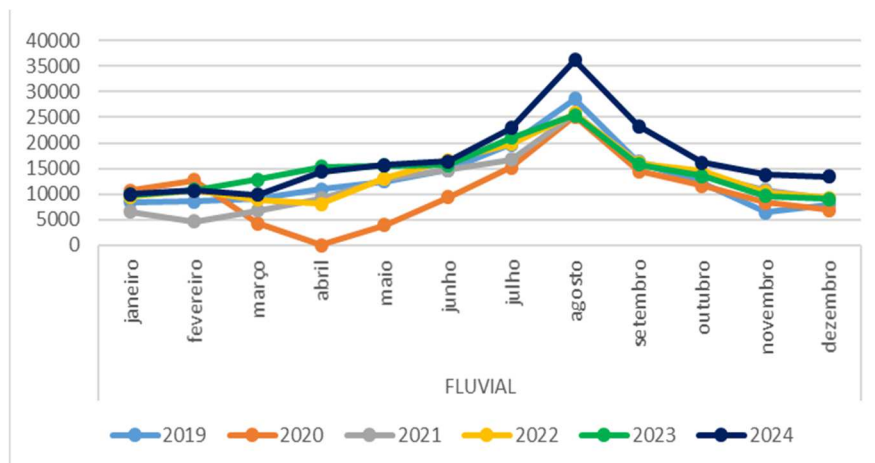


Gráfico 69 - Evolução da procura no transporte fluvial

O Município de Aveiro, por ser o único da Região de Aveiro com a responsabilidade de uma concessão de transportes (AveiroBus) não delegou competências na CIRA na área dos Transportes como fizeram os restantes 10 municípios da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, mantendo-se como Autoridade de Transportes para rede municipal, mas partilha a responsabilidade na gestão da rede intermunicipal.

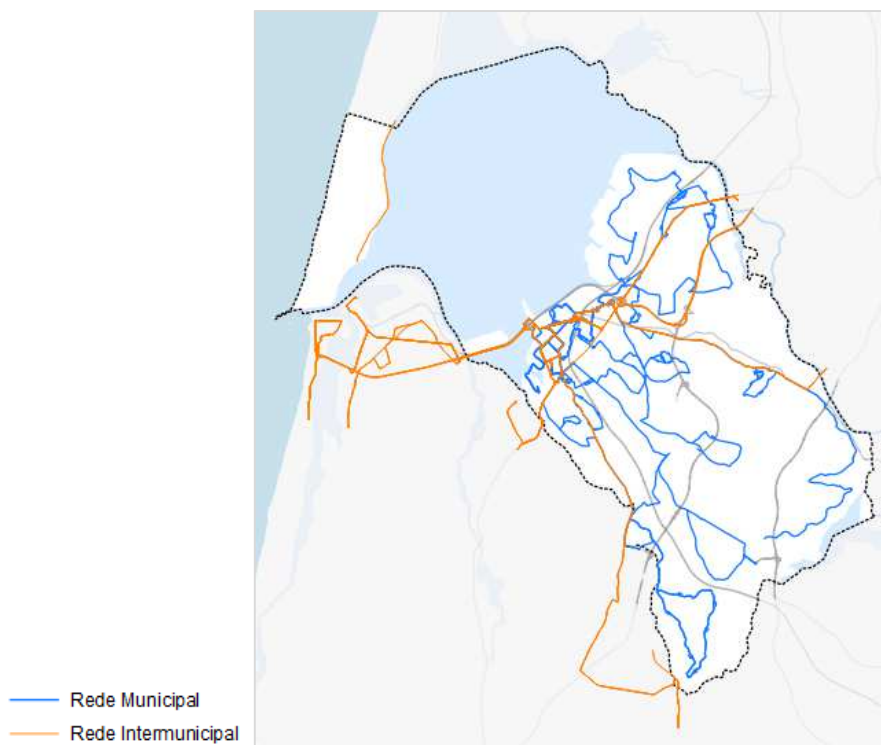


Figura 31 - Rede de transporte rodoviário de passageiros

O ano de 2024 veio trazer importantes alterações na área dos transportes:

- **A Portaria 7_A/2024 de 5 de janeiro** veio introduzir os passes gratuitos a todos os jovens estudantes até 23 anos inclusive e define as condições de atribuição dos passes gratuitos para jovens estudantes na modalidade de sub18+TP e estudantes sub23+TP assim como os procedimentos relativamente à sua operacionalização e compensação;
- **O DL n.º 21/2024 de 19 de março (programa INCENTICA+TP)** vem substituir os anteriores Programas de Apoio à Redução Tarifária (PART) e de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP) e fortalecer o financiamento do sistema de transportes públicos, proporcionando maior flexibilidade na alocação de recursos para atender às necessidades específicas de cada região.

Em 2023, o Município pagou ao concessionário de transportes 2.530.755,28€ correspondentes às comparticipações financeiras no âmbito do contrato, às compensações das tarifas derivadas do programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) e aos passes estudantes. A comparticipação estatal desses gastos foi de 591.275,43€.

Com a alteração legislativa de 2024, o Município de Aveiro teve encargos de 3.571.619,41€, mas recebeu 2.847.116€.

Com o objetivo de alcançar a **neutralidade carbónica até 2050**, alinhando-se às metas da União Europeia, Portugal definiu objetivos para 2030, apostando no transporte público, na mobilidade elétrica e ativa, como já referido. O foco inclui maior penetração de veículos elétricos, biocombustíveis avançados e soluções sustentáveis.

O Município de Aveiro, signatário do **Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia**, está comprometido com a descarbonização, destacando-se o concretizado:

- Introdução de veículos elétricos na frota de autocarros;
- Participação no projeto de sensibilização intermunicipal ClairCity;
- Implementação de Postos de Carregamento Elétrico nos canais urbanos, no âmbito do projeto Aveiro Steam City, com a exigência de conversão dos motores dos moliceiros e mercantéis para sistemas elétricos;
- Aquisição de um Ferry Elétrico para a travessia entre São Jacinto e o Forte da Barra, promovendo a redução drástica das emissões de CO2 no transporte fluvial.

A substituição de embarcações movidas a energia fóssil por uma Embarcação Limpa reforça o compromisso municipal com a descarbonização, promovendo uma melhoria significativa da qualidade **ambiental e de vida dos cidadãos.**

O estacionamento em Aveiro

Com uma oferta de transportes públicos reforçada para atrair mais passageiros, a regulação do estacionamento na cidade é crucial. O plano de estacionamento da cidade, iniciado em 2015, tinha como princípios orientadores:

- ✓ Garantir (dentro do possível) lugares de estacionamento para os residentes, em cada zona; as condições podem ser diferentes de zona para zona, de acordo com a pressão existente em cada uma;
- ✓ Garantir lugares para estacionamento de curta duração para os diversos serviços, comércio e necessidades específicas em cada zona; pode ser diferente de zona para zona de acordo com a pressão e condições existentes em cada uma;
- ✓ Criar uma política de estacionamento com diferenciação de tarifas de acordo com o nível de procura - princípio dos 85% ou seja: praticar o preço mais baixo possível de forma a garantir sempre um mínimo de lugares vagos. Esta política permitirá reduzir as voltas à procura de lugar, reduzir níveis de poluição e melhorar os níveis de satisfação dos automobilistas e

O novo sistema de partilha de bicicletas de AVEIRO

O Município tem investido na melhoria das condições para circulação de bicicletas, com corredores dedicados, infraestrutura aprimorada e a implementação do **SPBP BUGA** em 2023, um sistema de *bikesharing* com 20 estações e 204 bicicletas.

As iniciativas desenvolvidas demonstram um compromisso contínuo com a qualificação da mobilidade e acessibilidade, visando um território mais sustentável e eficiente.

5.2.4. Desenvolvimento Urbano

Ao nível do modelo territorial, referenciado ao PDM, a Ria de Aveiro é inequivocamente o elemento natural mais notável e fortemente identitário, sendo um fator transversal e de articulação entre os diversos níveis de organização e intervenção no território. A água constitui, pois, um elemento estruturante de todo o Município e que leva ao conceito de *Aveiro, Cidade dos Canais e Município, Terra com Horizonte*.

A aposta estratégica associada à Ria de Aveiro incide também na temática dos desportos náuticos, com destaque para todo o desenvolvimento ocorrido quanto à Estação Náutica do Município de Aveiro e aos equipamentos novos programados/a executar - os Postos Náuticos do Rio Novo do Príncipe e da Zona da Antiga Lota e a Pista de Pesca Desportiva na Pateira, em Requeixo.

Quanto ao espaço urbano, a estratégia passou pelo estabelecimento de regras unificadoras do tecido urbano e que garantem a coesão dos diferentes territórios, onde a cidade de Aveiro se afirma como uma área urbana que extravasa o núcleo central e histórico, que ultrapassou a linha norte-sul da Avenida Europa (a antiga EN 109) e que abrange hoje um espaço territorial mais alargado e multifuncional, limitado pela sua *Via de Cintura Urbana*, formada pela A25 (entre o nó do Estádio e o nó das Pirâmides) e pela A17 (entre o nó do Estádio e o nó das Quintãs / Póvoa do Valado).

É a partir desta *Via de Cintura Urbana* que irradiam todas as outras vias que são o garante de toda a conexão do sistema urbano municipal, das acessibilidades principais às áreas urbanas emergentes no território que rodeia o núcleo mais central, onde as vivências e as dinâmicas socioeconómicas e de mobilidade traduzem o carácter claramente urbano de uma “cidade nova”, correspondendo aos aglomerados de Cacia, Esgueira, Azurva, Santa Joana, São Bernardo e Aradas.

Nas povoações mais periféricas, na parte nascente do Município, a aposta centrou-se no reforço das suas qualidades endógenas, na valorização do seu potencial intrínseco, com respostas adequadas à escala urbana existente, às necessidades identificadas, bem como às funções relevantes que prestam no território Municipal.

Neste propósito, o Município debateu-se contra diversos pedidos de prospeção e pesquisa de areias siliciosas, caulino e outras argilas especiais, na área do Carregal – Requeixo, remetidos pela DGEG. A argumentação municipal centrou-se sempre na importância de manter intacta toda a área de intervenção, face à relevância das questões ambientais – abrangência por REN e RAN, localização de importantes massas de águas subterrâneas pertencentes ao Sistema Cretácico de Aveiro e ainda pela determinação de preservar e incrementar as manchas florestais, enquanto fator de resiliência e adaptação do território e capacidade de sequestro de carbono, somando tudo isto à necessidade de garantir qualidade de vida às populações na sua envolvente.

O território de São Jacinto respalda a relação do Município com o Mar e com a Ria, onde se destaca a importância geoeconómica do porto de Aveiro e da sua barra, a relevância do Regimento de Infantaria Nº 10, com destaque para todo o trabalho no âmbito do Turismo Militar, bem como a dimensão territorial da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, sublinhando a realização de ações no campo da educação ambiental e de valorização dos ecossistemas e ainda os dois Parques de Campismo, que permitem um contacto e usufruto direto da natureza.

Importa referir que para o designado Parque de Campismo de S. Jacinto foi celebrado, a 15 de novembro de 2023, um auto de cedência de utilização e de aceitação, entre o Estado Português e a CMA, por um período

de 50 anos, e que, paralelamente, foi desenvolvido um projeto, visando a sua qualificação/valorização e reabilitação, através da reorganização de todo o espaço, da melhoria das instalações e edificações e com reforço das acessibilidades, promovendo a integração dos modos suaves.

Para tal, sublinha-se a implementação do projeto da Rede Clicável entre o Cais do Carregal (concelho de Ovar) e São Jacinto, que irá dotar a Ria de Aveiro de infraestruturas de caráter ambiental, com percursos de observação, lazer e turismo, criando condições privilegiadas para que, num âmbito mais abrangente, concorra também para a sua inclusão na rede europeia de rotas cicláveis - **Rotas Euro Velo – Rota da Costa Atlântica**, contribuindo para valorizar o posicionamento internacional de Portugal como destino de cycling, visando a captação de turistas ao longo de todo o ano, ao mesmo tempo que promove um modo de mobilidade sustentável.

Em suma, no âmbito do desenvolvimento urbano, partindo do modelo da estrutura urbana, caracterizado pelo papel centralizador da cidade de Aveiro que, ao mesmo tempo, cria relações de dependência na hierarquia com os demais aglomerados, é fundamental continuar a valorizar os elementos distintivos e o papel de cada aglomerado no desenvolvimento Municipal, privilegiando a consolidação e densificação das polaridades urbanas existentes, visando o equilíbrio e a coesão territorial.

5.3. SISTEMA DE RISCO

As sociedades vivem sujeitas a vários perigos, sejam eles provenientes de fenómenos da natureza, da ação humana e/ou social, pelo que para além dos mecanismos de planeamento e estratégias de mitigação que se definam, é importante que a população esteja informada e formada sobre os mesmos, de modo a evitar e/ou minimizar os seus efeitos. É primordial, em termos territoriais, identificar os riscos a que está sujeito e faz a hierarquização dos mesmos.

Atendendo a que o risco é definido como a probabilidade de ocorrência de um processo (ou ação) perigoso e respetiva estimativa das suas consequências sobre pessoas, bens e ambiente, os riscos podem ser agrupados em 3 grupos:

- ✓ Riscos Naturais, os que resultam do funcionamento dos sistemas naturais (e.g., sismos, movimentos de massa em vertentes, erosão do litoral, cheias e inundações);
- ✓ Riscos Tecnológicos, os que resultam de acidentes, frequentemente súbitos e não planeados, decorrentes da atividade humana (e.g., cheias e inundações por rotura de barragens, acidentes no transporte de mercadorias perigosas, emergências radiológicas);
- ✓ Riscos Mistos, os que resultam da combinação de ações continuadas da atividade humana com o funcionamento dos sistemas naturais (e.g., incêndios florestais).

Tipo	Categoria	Designação
Riscos Naturais	Condições Meteorológicas Adversas	Condições meteorológicas adversas
	Hidrologia	Cheias e inundações
		Seca
	Geologia	Sismos
		Movimentos de massas em vertentes
		Erosão Costeira
Riscos Tecnológicos	Transportes	Acidentes graves de tráfego rodoviário
		Acidentes graves de tráfego ferroviário
		Acidentes graves de tráfego marítimo
		Acidentes graves de tráfego aéreo
		Acidente de transporte de mercadorias perigosas
	Vias de Comunicação e Infraestruturas	Acidentes em condutas de transporte de substâncias perigosas
	Atividade Industrial	Acidentes em Parques Industriais
		Acidentes em Estabelecimentos Seveso
		Acidentes em instalações de combustíveis
	Áreas urbanas	Incêndios em edifícios
Colapso de estruturas		
Riscos Mistos		Incêndios Florestais

Quadro 42 - Tipos de Riscos

Fonte: Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Aveiro. Abril 2011

Após a identificação dos graus de gravidade e probabilidade, os riscos foram posicionados sobre a matriz, identificando o grau de risco associado: Extremo, Elevado, Moderado ou Baixo.

Probabilidade Elevada	Risco Baixo	Risco Moderado	Risco Elevado	Risco Extremo	Risco Extremo
Probabilidade Média-Alta	Risco Baixo	Risco Moderado	Risco Elevado	Risco Elevado	Risco Extremo
Probabilidade Média	Risco Baixo	Risco Moderado	Risco Moderado	Risco Elevado	Risco Extremo
Probabilidade Média-Baixa	Risco Baixo	Risco Baixo	Risco Moderado	Risco Elevado	Risco Extremo
Probabilidade Baixa	Risco Baixo	Risco Baixo	Risco Moderado	Risco Moderado	Risco Elevado
	Gravidade Residual	Gravidade Reduzida	Gravidade Moderada	Gravidade Acentuada	Gravidade Crítica

Quadro 43 - Matriz de risco

Fonte: Adaptado de ANPC³ (2009) Guia para a Caracterização do Risco no Âmbito da Elaboração de PEPC

Apresenta-se de seguida o quadro da hierarquização do grau de risco (gravidade vs probabilidade), para o Município de Aveiro.

	Gravidade Residual	Gravidade Reduzida	Gravidade Moderada	Gravidade Acentuada	Gravidade Crítica
Probabilidade Elevada			Cheias e inundações Incêndios Urbanos Incêndios Rurais		
Probabilidade Média-Alta					
Probabilidade Média		Nevoeiros Ondas de Calor Ondas de Frio	Acidentes Ferroviários Acidentes Fluviais Acidentes no Transporte Rodoviário de Mercadorias Perigosas Acidentes no Transporte Ferroviário de Mercadorias Perigosas Acidentes em Áreas e Parques Industriais	Acidentes Rodoviários	
Probabilidade Média-Baixa		Nevões Secas Movimentos de Massa em Vertentes Erosão Costeira Acidentes Aéreos Colapso de Túneis, Pontes e Outras Infraestruturas	Sismos Acidentes que Envolvam Substâncias Perigosas (Diretiva SEVESO II) Acidentes em Instalações de Combustíveis, Óleos e Lubrificantes		
Probabilidade Baixa			Acidentes em Infraestruturas Fixas de Transporte de Produtos Perigosos Rutura Total da Barragem Ermida/ Ribeiradio	Tsunamis Colapso de Edifícios com Elevada Concentração Populacional	

Quadro 44 - Hierarquização do grau de risco (gravidade vs probabilidade)

³ Atual ANEPC (Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil).

O Município de Aveiro apresenta, potencialmente alguns fatores de risco, sobretudo relacionados com fenómenos naturais, quer tecnológicos (cheias, secas, sismos e tsunamis e derrames petrolíferos). É pela quantificação e comparação dos riscos com origem nos perigos identificados que será possível contribuir para o planeamento das áreas mais vulneráveis.

Os riscos naturais provocados por condições meteorológicas adversas (vagas de calor ou frio, tempestades, furacões) encontram-se retratados no diagnóstico das vulnerabilidades do território às alterações climáticas, e respetiva matriz de risco, no PMAC – Plano Municipal de Ação Climática.

O Município de Aveiro é suscetível à ocorrência de cheias, o que advém da geografia plana e da presença da Ria (o maior incidente lagunar da Península Ibérica, sendo que a zona lagunar ocupa cerca de um terço do território do Município) e do rio Vouga/ Bacia hidrográfica (onde se registam barragens, digna de realce a de Ribeiradio, açudes e diversas albufeiras). Contudo, a Cidade encontra-se protegida por um Sistema de Eclusa e Comportas que impede a propagação do efeito das marés nos canais urbanos da cidade e zonas urbanas inundáveis agregadas, fazendo contenção de cheias, com gestão e monitorização em permanência durante 24 horas, pelo Município. Destaca-se, ainda, o sistema de prevenção de catástrofes da Proteção Civil Municipal, assente numa operação preventiva face às previsões meteorológicas, permitindo tomar as medidas necessárias de forma atempada. As zonas do Município que podem potencialmente vir a ser mais afetadas por cheias/inundações são Requeixo (Rio Águeda, Pateira de Fermentelos), Eirol (Rio Águeda e Vouga), Eixo (Rio Vouga) e Cacia (Rio Vouga).

A seca como risco natural é difícil de definir, já que só se torna perceptível assim que as respetivas consequências são já visíveis. Nos últimos anos no Município não há registo de situações de seca ou falta de disponibilidade de água (daí a classificação de risco atribuída – Baixo). Contudo, deve sempre ser acautelado o bom funcionamento das captações que servem as populações.

Relativamente aos sismos, o Município situa-se numa zona de grau VII da escala de Mercalli modificada (Fonte: IPMA), isto é, em termos de consequências de sismo produz danos ligeiros nos edifícios de boa construção, danos médios nos edifícios de alvenaria corrente e danos consideráveis nos edifícios de má construção. Embora este não seja um risco muito elevado deve ter-se em consideração que a topografia do terreno é suscetível aos efeitos de tsunami. Em termos de registo histórico, Aveiro sofreu com o sismo de 1755 e o consequente tsunami, não se tendo registado situações relevantes desde então.

Ainda pela topografia do terreno conjugada com as características geológicas, os deslizamentos são um fenómeno natural que praticamente não tem incidência espacial, visto que a suscetibilidade é nula ou não aplicável em grande parte do Município. Contudo, será importante acautelar algumas situações que possam acontecer associadas, essencialmente, a intervenções humanas e que podem criar desequilíbrios potenciando este perigo. As alterações no quadro climático de referência, as alterações na cobertura vegetal e de drenagem, a criação de aterros e desaterros, a utilização urbana de espaços geotécnicos com menor qualificação também aumenta a incidência e volume dos movimentos de massa.

O fenómeno de erosão costeira não se faz sentir no Município de Aveiro, com o prolongamento do molhe norte da barra de Aveiro há uma tendência para acumular maior quantidade de areia na praia de São Jacinto pelo que o areal tem vindo a aumentar.

Relativamente aos riscos tecnológicos, pela dinâmica que Aveiro apresenta em termos industriais e consolidação do sector terciário, existe a potencialidade de se gerem riscos provenientes da natureza dos produtos manuseados, fabricados ou armazenados e pelos próprios processos de fabrico, sendo ainda de considerar o transporte dos produtos de e para o Município.

As redes rodoviárias, ferroviárias e marítimas que atravessam Aveiro fazem parte da malha das vias de comunicação principais do país. Embora as autoestradas A1, A17 e A25 sejam infraestruturas com características que funcionam como proteção, ainda há uma grande parte de transporte rodoviário a ocorrer através de estradas nacionais, próximo de locais com grande densidade populacional.

O transporte por ferrovia, de matérias perigosas, no concelho de Aveiro, faz-se pela linha do Norte e no Ramal do Porto de Aveiro, circulando diariamente comboios com origem/ destino às estações de Leixões, Terminal de São Martinho do Campo e Ramal Estarreja Amoníaco (UN 1005), com vários tipos de matérias perigosas.

Existem, ainda, gasodutos aos quais se associam condicionantes, servidões e restrições específicas. O pipeline de cloreto de vinilo, que liga o Porto de Aveiro ao Complexo Químico de Estarreja, atravessa o Município enterrado cerca de 1m de profundidade ao longo da ria, constituindo uma origem de perigosidade elevada para a vida humana e para a poluição das águas. O gasoduto da Transgás atravessa as freguesias de Cacia, Esgueira, Eixo-Eirol e Requeixo-N. Sr.ª de Fátima.

Apesar da forte componente industrial, com várias unidades disseminadas um pouco por todo o território, mas localizadas, especialmente, ao longo da Avenida Europa e em 3 zonas industriais (Cacia, Taboeira e Mamodeiro) não há histórico de acidentes industriais graves que tenham ocorrido, nos últimos anos, no Município.

Em Aveiro, de acordo com D.L. nº 150/2015, de 5 de agosto, que revoga o D.L. nº 254/2007, de 12 de julho - transpõe a Diretiva nº 2012/18/EU, de 4 de julho (Seveso III), existem três estabelecimentos Seveso III, um de nível superior de perigosidade - *Navigator Pulp Cacia, SA*, em Cacia – e outros dois de nível inferior de perigosidade: *Pinopine – Produtos Químicos, SA.*, na zona industrial de Taboeira e a *Bongás – Energias, S.A.*, em Esgueira.

Apesar de se situar no Município vizinho de Ílhavo, o terminal químico do Porto de Aveiro, pela sua dimensão e características não deve ser descurado enquanto risco de importância considerável já que se encontra a uma distância de 1,5km do Município de Aveiro.

O risco de incêndio urbano é um risco sempre iminente e está potenciado em qualquer aglomerado urbano e em todos os tipos de construção, devido à conjugação de diversos fatores - probabilidade de ocorrência, desenvolvimento e propagação, dificuldades de evacuação e combate. O decréscimo demográfico, a elevada densidade de edificação, a construção com materiais de má qualidade conduz ao aparecimento de edifícios degradados e devolutos que potenciam este tipo de ocorrência. Os centros urbanos antigos (principalmente nas zonas Cacia, Eixo, Eirol, Requeixo, Nariz e Vera Cruz, concretamente o Bairro da Beira Mar) apresentam, na generalidade dos casos, em matéria de segurança ao incêndio um risco mais elevado.

Relativamente ao risco de incêndio rural, importa contextualizar o **Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) para o período de 2018-2027**, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º202 de 19 novembro de 2018, através do Edital n.º 979/2018, que constitui um plano de natureza setorial e de caráter obrigatório, tendo sido elaborado ainda em conformidade com o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, que foi alterado e republicado pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto (altera o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios).

Em 2021, foi aprovado o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) através do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13/10, onde é referido (n.º 4 do artigo 79.º- Norma transitória) que, enquanto se mantiverem em vigor os PMDFCI (até 31 de dezembro de 2024), são aplicáveis as disposições do D.L n.º 124/2006, de 28.06, relativas aos deveres de gestão de combustível na rede secundárias e às contraordenações.

Atente-se que, subsequente a iniciativas legislativas da Assembleia da República ainda em 2024, foi já no início de 2025 aprovado o Decreto-Lei nº6/2025, de 11 de fevereiro, que altera o Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, que estabelece o SGIFR no território continental e define as suas regras de funcionamento, mantendo em vigor, até 31 de dezembro de 2025, os PMDFCI, sendo substituídos pelos programas municipais de execução previstos no SGIFR.

Sendo o PMDFCI um instrumento operacional, que abrange toda a área florestal do Município e que pretende atuar ao nível da prevenção, sensibilização, vigilância, deteção e supressão, intervindo estrategicamente ao nível da defesa da floresta contra incêndios, torna-se, pois, fundamental e imperativo, a continuação da implementação do respetivo Plano de Ação - Caderno II, no que respeita à concretização das ações e metas previstas nos 5 eixos do plano, nomeadamente:

- i) No que concerne à Rede Secundária de Defesa da Floresta Contra Incêndios (1.º eixo), através da implementação das faixas de gestão de combustível da rede viária; ferroviária; rede de transporte e distribuição de energia elétrica; gasodutos; assim como, em redor dos edifícios que confinam com

territórios florestais; a manutenção / beneficiação da rede viária florestal (caminhos florestais) e construção / manutenção da rede de pontos de água;

ii) No 2.º eixo estratégico – Sensibilização – estão definidas no PMDFCI a concretização de 5 ações, por ano, pelo que, tem sido feito a distribuição de folhetos; editais; avisos na página web do Município e notícias; avisos nas eucarísticas dominicais através dos párocos, assim como, realização de ações de esclarecimento e sensibilização nas várias juntas de freguesia.

Ainda, direcionadas para a população escolar estão previstas 3 ações, por ano, concretamente: assinalar o Dia Mundial da Árvore e da Floresta (que se comemora a 21 de março), o Dia da Floresta Autóctone (23 de novembro), assim como, participar noutras ações de sensibilização que o Município desenvolve / promove, como o exemplo do programa Bandeira Azul; o projeto *Greenhouse – Plantar o Futuro!* tendo sido promovida uma ação de plantação na Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, entre outras, relacionadas com a temática da floresta.

Neste 2.º eixo estratégico, no ponto Fiscalização, destaca-se os processos de contraordenação elaborados no âmbito das Redes Secundárias de Faixas de Gestão de Combustível pela Guarda Nacional Republicana e Divisão de Polícia Municipal e Fiscalização, assim como, a fiscalização das ações de uso do fogo, concretamente processos de Queima de sobrantes, realizadas pela Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana.

iii) No que respeita ao 3.º eixo estratégico (Vigilância, 1.ª Intervenção e Rescaldo e Reacendimentos) foram cumpridas as metas previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, tendo sido suficientes o número de equipas e recursos humanos alocados por fase do dispositivo operacional tendo em conta ao número de ocorrências que foram registadas.

Ainda, ao longo, destes últimos 5 anos, e no que respeita ao número de reacendimentos, foi verificado a redução do número de reacendimentos, que, em 2020 foram registados 8 e, em 2024, não existiram reacendimentos, portanto foi cumprida a meta traçada no PMDFCI que era reduzir o número de reacendimentos para valores inferiores a 15.

iv) No 4.º eixo estratégico (Recuperar e reabilitar ecossistemas) não houve ações a registar no período em análise.

v) E, no 5.º eixo estratégico (Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz), existem duas ações com metas a cumprir que são: *Reunir a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, em abril e dezembro e, Elaboração do Plano Operacional Municipal até 15 de abril* conforme previsto na legislação.

Relativamente à elaboração do Plano Operacional Municipal que representa o Caderno III no PMDFCI o mesmo tendo sido aprovado pela Comissão todos os anos e as reuniões ordinárias da Comissão, têm sido concretizadas, sendo que a partir do ano 2022, têm disso desenvolvidas as 4 reuniões ordinárias previstas na legislação, dado que, com a publicação do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, passou a definir que, a Comissão, deverá reunir uma vez por trimestre.

De acordo com os dados obtidos no Sistema de Gestão de Incêndios Florestais (SGIF) do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, ocorreram dois grandes incêndios, portanto com áreas superiores a 100 hectares:

i) Em 2017 na freguesia de Eixo e Eirol, com 116 hectares, em 17 de agosto e, o outro no calamitoso dia 15 de outubro que, apesar de não ter início no Concelho de Aveiro, entrou no território concelhio pela freguesia de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz e consumiu 1575 ha de área florestal.

ii) Em 2024, o incêndio proveniente do Concelho vizinho de Albergaria-a-Velha, que atingiu as freguesias de Cacia e Esgueira, no dia 16 de setembro, com 137,91 hectares de área ardida.

Da análise do gráfico abaixo é notório o elevado valor de área ardida registado no ano 2017, sendo que, nos anos seguintes, se verificou uma descida acentuada do valor anual de área ardida, voltando a subir no ano 2023 com 115 hectares e, no ano 2024 com 143 hectares.

Relativamente ao número de ocorrências, apesar dos picos de subida nos anos 2015, 2017 e 2019, nos restantes anos, portanto a partir de 2020, o valor registado é na ordem das 50 ocorrências, tendo vindo a baixar nos últimos dois anos, tendo sido registadas 35 ocorrências em 2024.

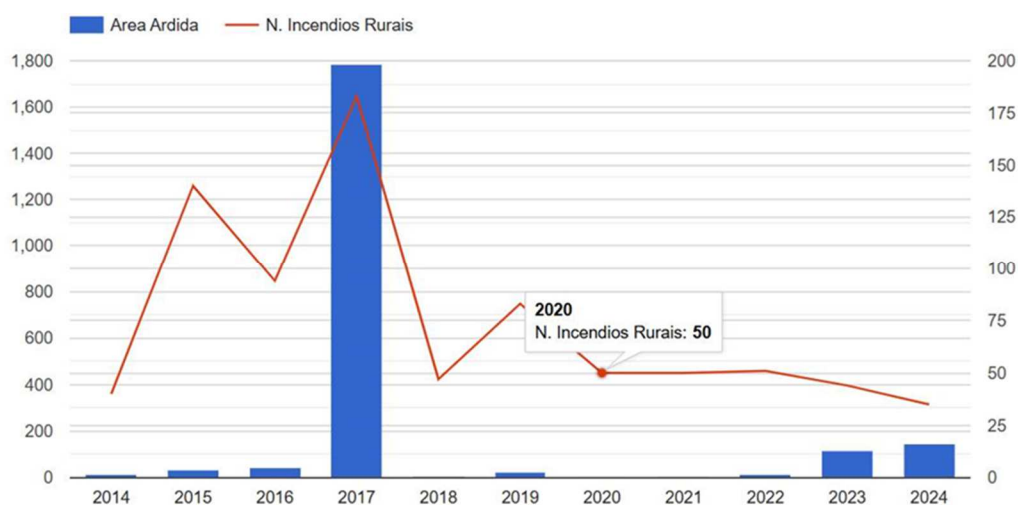


Gráfico 70 - Área ardida e n.º de Incêndios Rurais (Decénio 2014 a 2024)

Fonte: https://fogos.icnf.pt/localizador/PMDFCI_Area_Ocor_1.asp?ano=2024&iانو=2014&fano=2024&distrito=Aveiro&concelho=Aveiro

Conforme evidencia o Quadro 45 infra, reportando ao período em análise (2020 a 2024), e, no que respeita aos valores de área ardida, é notório uma descida nos anos 2020, 2021 e 2022, com valores inferiores a 15 hectares/ano, e depois, em 2023, existiu uma subida acentuada do valor da área ardida, acima de 100 hectares/ano; em 2024 o valor voltou a subir fixando-se em cerca de 144 hectares.

O mesmo não aconteceu para o número de ocorrências que desceu no ano 2023 e 2024, para valores inferiores a 50 ocorrências ano.

ANO	2020	2021	2022	2023	2024
Área ardida (ha)	3,21	4,47	14,02	115,64	143,97
N.º Ocorrências	50	50	51	44	35

Quadro 45 - Área ardida e número de ocorrências
Fonte: <https://fogos.icnf.pt/sgif2010/blankpage.asp>

Depreende-se que esta redução da área ardida nos primeiros três anos do período em análise, esteja relacionada com as condições meteorológicas registadas nesses anos, que foram menos favoráveis ao desenvolvimento de grandes incêndios, nomeadamente os verões com temperaturas mais baixas e valores de humidade relativa do ar maiores.

Relativamente à análise espacial dos incêndios por freguesia, durante o período em análise, observou-se que foi na freguesia de Cacia que se registaram maiores valores de área ardida, reflexo do grande incêndio que ocorreu no dia 16 de setembro de 2024. Tendo em conta a média da área ardida entre o ano 2020 e 2023, é no território da união de freguesias de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz que se verificou valores maiores de área ardida.

Relativamente ao número de ocorrências a freguesia de Esgueira destaca-se ao longo do período em análise e de seguida a união de freguesias de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, embora a média reflita um valor inferior a 20 ocorrências/ano.

Distribuição da área ardida e do nº de ocorrências em 2024 e média dos anos 2020-2023

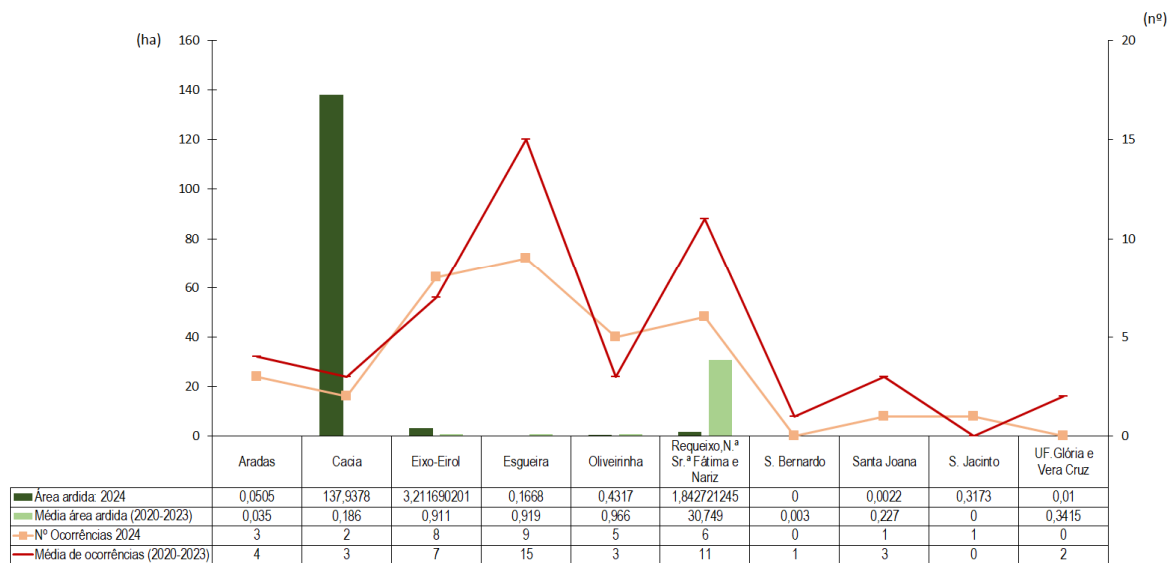


Gráfico 71 - Distribuição do n.º de ocorrências e área ardida por freguesia
Fonte: Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais (SGIF)

6. PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL

6.1. ENQUADRAMENTO

O processo de planeamento não se encerra na elaboração e aprovação de planos, sendo fundamental a monitorização e avaliação dos seus níveis e formas de execução, com a intenção de criar mecanismos de correção de estratégias e de metas, face às dinâmicas de intervenção ocorridas, aos constrangimentos detetados e à avaliação da evolução verificada. No processo de Avaliação dos planos é primordial uma abordagem aos problemas e às necessidades do território e das populações, em articulação com os instrumentos territoriais a várias escalas, assim como, a identificação das dificuldades e dos sucessos na implementação e concretização das medidas e ações dos planos, a par da ponderação da adequabilidade das suas opções.

Com a publicação da 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Aveiro (PDM -1ª revisão), no Diário da República, 2.ª série, através do Aviso n.º 19708/2019, de 9 de dezembro, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 165/95 de 11 de dezembro, introduziu-se uma mudança completa no cenário municipal, em termos de Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), integrando novas abordagens do território e modelos de ocupação e de aproveitamento do solo, com garantia da sustentabilidade socioeconómica e financeira e da qualidade ambiental.

No seu processo de elaboração, para além da devida articulação com Programas e Planos de âmbito Nacional, a nível da Região de Aveiro foi feita a articulação com diversos instrumentos, nomeadamente: “Plano Intermunicipal da Ria de Aveiro”, “Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro”, “Plano Estratégico Para a Região de Aveiro 2014/2020”, “Estratégia de Desenvolvimento Territorial” e “Pacto para o Desenvolvimento e a Coesão Territorial”.

Acresce que ao desafio da execução simultânea da 1ª revisão do PDM e da proposta da Carta da REN (ao abrigo das orientações estratégicas definidas pela Portaria n.º 336/2019 de 26 de setembro), foi adicionada uma reforma total do Planeamento Municipal que, numa estratégia de intervenção integrada, justificou a devida articulação com outras componentes, quer as que são parte integrante deste plano, por determinação legal, quer as que, por inerência e coerência territorial foram equacionadas em simultâneo. Nesta abrangência, salienta-se, nomeadamente, a conformidade das opções com os seguintes instrumentos:

- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)/ cartografia de risco de incêndio;
- Carta Educativa;
- Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (PMEPC);
- Cartografia de zonas inundáveis e de riscos de inundação;
- Mapa de Ruído – cartografia de classificação de zonas sensíveis e mistas;
- Relatório Ambiental;
- Diagnóstico Social 2019 e Plano de Desenvolvimento Social 2019/2021,
- Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Aveiro/ PEDUCA (integra o Plano de Ação de Reabilitação Urbana, o Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas e o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável),
- Plano Estratégico Para a Cultura 2019-2030,
- Plano de Estruturação Viária e Circulação de Aveiro – PEVCA.

Neste quadro, são vários os âmbitos e temáticas de análise e de verificação da evolução ocorrida nos diferentes instrumentos mencionados, salientando que, com a publicação do PDM -1ª revisão, foram revogados os Planos de Urbanização e grande parte dos Planos de Pormenor em vigor à data, ficando todo o território municipal programado pelo PDM e por dois Planos de Pormenor (PP).

Nestes termos, a análise da dinâmica municipal ocorrida no período correspondente a este REOT (2020-2024) incidirá, fundamentalmente, na avaliação da evolução da concretização das propostas que já haviam sido programadas e de outras que foram desenvolvidas em áreas territoriais específicas, justificadas pelas dinâmicas económicas e sociais ocorridas. A caracterização e análise desta dinâmica e a respetiva tradução territorial é apresentada de uma forma mais sistematizada nos pontos seguintes.

Neste período de avaliação (2020-2024), relativamente às áreas específicas de execução programada, identificadas no PDM, há a salientar que o Plano de Pormenor de Parte da Zona Industrial de Cacia se

encontra totalmente executado, enquanto que o Plano de Pormenor do Centro foi revisto, decorrente da fraca dinâmica verificada de concretização das propostas de ocupação estabelecidas por este Plano, já expressa no REOT-2020.

Procedeu-se ainda à abertura de procedimento para a elaboração de dois planos de pormenor: o Plano de Pormenor do Parque Desportivo de Aveiro e o Plano de Pormenor do Cais do Paraíso.

Por outro lado, no decorrer da implementação do PDM -1ª revisão, identificaram-se alguns erros, lapsos e incongruências, que não transmitiam, de forma adequada e correta, a efetiva expressão da vontade do Município, enquanto entidade responsável por este instrumento de gestão territorial. Para sanar estas situações, procedeu-se à retificação das situações gráficas e dos documentos escritos, em particular do regulamento, que suscitavam leituras e interpretações distintas dos objetivos originais, através de um procedimento de Correção Material.

Noutro âmbito, com uma abordagem mais informal e flexível, em conjunto com a revisão do PDM e com a devida conformidade, foram elaborados oito estudos urbanísticos, identificados como de intervenção prioritária, face ao modelo preconizado pelo PDM, que desenvolveram com maior detalhe o desenho urbano, a estruturação e a organização da ocupação em áreas mais sensíveis do ordenamento da cidade ou em territórios específicos, sendo esta temática abordada adiante em ponto específico.

Dada a ligação do Estado do Ordenamento do Território Municipal com a implementação e concretização dos planos de gestão territorial municipais e outros instrumentos setoriais, que no seu conjunto refletem o quadro estratégico de desenvolvimento territorial com as diretrizes programáticas das políticas nacionais. Apresenta-se no quadro seguinte a evolução dos instrumentos municipais com expressão territorial ocorrida no período de análise deste Relatório (2020-2024).

PLANOS	Procedimentos	Em 2020	Em 2024
Plano Diretor Municipal (PDM)	1ª revisão Aviso n.º 19708/2019, de 9 de dezembro, D.R., n.º 236, 2.ª série	Em Vigor	Em Vigor
	1ª correção Material Declaração n.º 9/2024, de 24 de janeiro, D.R., n.º 17, 2.ª série	-	Em Vigor
	Medidas Preventivas- PP Cais do Paraíso Aviso n.º 21540/2023, de 8 de novembro, D.R., n.º 216, 2.ª série	-	Em Vigor
Plano de Pormenor de Parte da Zona Industrial de Cacia (PPP ZIC)	Publicação Aviso n.º 10405/2013, 20 de agosto, D.R. n.º 159, Série II	Revogado	
	1ª Alteração Aviso n.º 932/2016, de 27 de janeiro, D.R. n.º 18, 2ª serie	Em vigor	Concretizado
Plano de Pormenor do Centro (PP Centro)	Publicação Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2002, de 22 de abril, D.R. n.º 94, Série I-B	REVOGADO	
	1ª Alteração Edital n.º 1224/2010, de 6 de dezembro, D.R. n.º 235, Série II	Em Vigor	
	1ª Revisão Aviso n.º 8211/2023, de 21 de abril, D.R. n.º 79, 2.ª Série	-	Em Vigor
Plano de Pormenor do Cais do Paraíso	Elaboração Aviso n.º 17031/2023, de 6 de setembro, D.R. n.º 173, 2.ª série	-	Em Elaboração
Plano de Pormenor do Parque Desportivo de Aveiro	Elaboração Aviso n.º 17032/2023, de 6 de setembro, D.R. n.º 173, 2.ª série	-	Em Elaboração

PLANOS	Procedimentos	Em 2020	Em 2024
OUTROS INSTRUMENTOS RELEVANTES			
Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil (PMEPC)		Em Vigor	Em Vigor
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contar Incêndios (PMDFCI)		Em Vigor	Em Vigor
Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Aveiro (ARU)	Aprovação Reunião de Câmara Aviso n.º 11614/2016 de 22 de setembro	Em Vigor	Em Vigor
ORU/PERU	Aprovação Reunião de Câmara Aviso n.º 19819/2019, de 10 de dezembro	Em Vigor	Em vigor
Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas(PMAAC)	Aprovação agosto de 2021		Vertido no PMAC
Plano Municipal de Ação Climática (PMAC)	Aprovação em Assembleia Municipal maio de 2024		Em vigor
Carta Educativa	Publicação 1ªrevisão PDM - Aviso n.º19708/2019, de 9 de dezembro, D.R., n.º 236, 2.ª série	Em Vigor	Em Vigor
Plano Estratégico para a Cultura 2019-2030		Em Vigor	Em Vigor
Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social 2022-2024	Aprovação em plenário do CLASA de 20.4.2022		Em Vigor

Quadro 46 - Evolução dos instrumentos municipais com expressão territorial

Na figura e quadro seguintes identifica-se ainda a localização e a dimensão dos instrumentos com expressão territorial, refletindo já o ajustamento ocorrido, face às dinâmicas das políticas municipais verificadas pelo acompanhamento, condução e a orientação da gestão urbanística do Município.

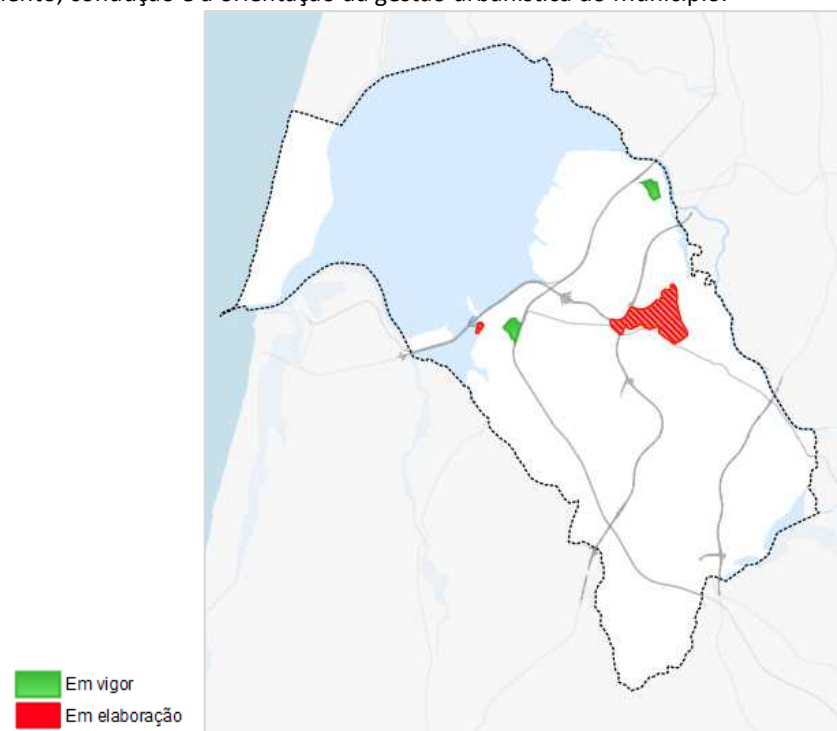


Figura 33 - Os IGT em vigor e em elaboração em 2024

	Plano	Km ²	% área
Em vigor	PP Centro	0,24	0,12
	PP PZIC	0,21	0,10
Em elaboração	PP do Cais do Paraíso	0,03	0,01
	PP do Parque Desportivo de Aveiro	1,92	0,97

Quadro 47 - Área abrangida pelos Planos de pormenor em vigor e em elaboração

6.2. PDM

O Plano Diretor Municipal de Aveiro, que teve a primeira publicação pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 165/95 de 11 de dezembro, foi objeto da sua 1.ª revisão, publicada no Diário da República, 2.ª série, através do Aviso n.º 19708/2019, de 9 de dezembro, tendo entrado em vigor no dia 10 de dezembro de 2019.

O PDM revisto integrou diferentes instrumentos de gestão do território e agregou as várias ações num só plano, pelo que a avaliação do seu nível de execução é definida pela concretização das ações especificamente programadas ou através da avaliação dos outros instrumentos de suporte que informaram o modelo e estratégia de desenvolvimento municipal estabelecido.

O PDM é um instrumento de ação basilar do ordenamento do território municipal, traduzindo no território do Município as estratégias de âmbito local, regional, nacional e europeu. Com vista a dar cumprimento às metas nele instituídas, foram definidos os objetivos e as prioridades de intervenção na linha do desenvolvimento estratégico estabelecido. O Programa de Execução e Plano de Financiamento quantifica os desafios para um horizonte temporal de dez anos, identificando as prioridades e fontes de financiamento.

A sustentabilidade financeira apresentada pelo Município de Aveiro, o quadro comunitário de financiamento disponível (Portugal 2020 e Centro 2023) e a eficácia das candidaturas, dotaram o Município de condições muito favoráveis para assumir os diferentes investimentos propostos no PDM, garantindo a boa execução financeira do investimento programado.

A integração no PDM dos diferentes instrumentos com tradução na gestão do território, nomeadamente, o Plano de Estruturação Viária e Circulação de Aveiro e a Carta Educativa, refletiram-se nas ações propostas, evidenciadas na prioridade dada, por exemplo, à reabilitação e ativação de equipamentos e à criação de novos equipamentos estruturantes nas áreas de Desporto, Saúde, Cultura e Turismo.

Constata-se ainda o peso dos projetos de iniciativa do Estado, nomeadamente, os equipamentos de Saúde, onde se inclui a qualificação e ampliação do Hospital Infante D. Pedro e as intervenções na rede viária estruturante – implementação da Variante Aveiro-Oliveira do Bairro e o Eixo rodoviário Aveiro-Águeda.

Ainda no que se refere aos projetos de iniciativa do Estado, mas com acompanhamento municipal, destaca-se a requalificação da Linha do Vouga, no âmbito da qual se desenvolveu um conjunto de propostas urbanísticas a considerar em futuros processos de revisão de planos ou estratégias de ordenamento urbanístico e de mobilidade municipais. Destacam-se entre as propostas concretas a realocização ou criação de novos apeadeiros e as soluções urbanísticas envolventes que integram preocupações de intermodalidade, estacionamento automóvel, geração de novas centralidades urbanas, e ainda de paradigma alternativo quanto ao seu atravessamento dos territórios urbanos.

De forte relevância Municipal, destaca-se também a ativação do Aeródromo Municipal de Aveiro em São Jacinto, que visa a exploração na Área Militar de São Jacinto e sua envolvente direta. A infraestrutura de

utilização aeronáutica do Regimento de Infantaria nº 10 de São Jacinto tem um caráter único e de grande potencial para apoio ao desenvolvimento económico do Município e da Região de Aveiro, gerida em estreita cooperação com o Ministério da Defesa Nacional, desenvolvendo ações e projetos no âmbito do Turismo Militar e Aeronáutico, Cultura, Educação e Formação, Ciência, Investigação e Desenvolvimento, Apoio à Indústria, entre outras.

Desagregando os investimentos de iniciativa municipal com maior relevância, existe uma aposta em equipamentos e intervenções de dimensão regional e estruturante, como seja a criação do Pavilhão Multiusos e a reabilitação do Museu de Santa Joana, a ampliação da Área de Atividades Económicas “Aveiro Norte”, utilizando a área adjacente não infraestruturada, que tem permitido a atração de mais investimento, e ainda as ações no âmbito da Reabilitação Urbana, incluindo os eixos centrais e de referência de Aveiro, nos quais se incluem as frentes de água, fundamentais para a promoção e atratividade do Município, num processo de internacionalização e promoção da identidade cultural.

De seguida, apresenta-se um quadro com a sistematização da programação, em sede do PDM, dos investimentos municipais com maior relevância financeira.

TIPOLOGIA DA INTERVENÇÃO	AÇÕES	INVESTIMENTO CMA
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO		
ÁREAS DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS	Operação de Reparcelamento da AAE “Aveiro Norte”	€ 3 000 000,00
	Qualificação da AAE existente [Taboeira]	€ 4 000 000,00
EQUIPAMENTOS		
DESPORTIVOS	Piscina Municipal	€ 4 000 000,00
	Pavilhão Municipal	€ 3 000 000,00
	Complexo de campos de treino EMA	€ 3 000 000,00
SAÚDE & SOCIAL	Reabilitação do Edifício do Bairro de Santiago	€ 6 300 000,00
	Reabilitação USF Aveiro Centro	€ 3 600 000,00
CULTURA & TURISMO	Museu Santa Joana Igreja do Mosteiro de Jesus - Monumento nacional	€ 4 800 000,00
	Pavilhão Multiusos	€ 25 000 000,00
	Qualificação de Rede de Espaços Culturais no Município	€ 3 000 000,00
INFRAESTRUTURAS		
REDE VIÁRIA e MOBILIDADE	Via de Cintura Interna	€ 3 000 000,00
	Ligação Aveiro - Águeda [Troço Aveiro]	€ 5 000 000,00
	Infraestruturação Urbanística	€ 10 000 000,00
RIA de AVEIRO e AMBIENTE	Nova Ponte da Eclusa e Acessos	€ 3 000 000,00
REABILITAÇÃO URBANA [PEDUCA]	Avenida Dr. Lourenço Peixinho	€ 3 000 000,00
	Requalificação do Largo do Rossio e área envolvente	€ 8 000 000,00
	Requalificação do Bairro da Beira-Mar	€ 3 000 000,00
TOTAL		€ 94 700 000,00

Quadro 48 - Investimentos de iniciativa municipal com maior expressão financeira

No anterior REOT (2015-2020), apesar de decorrido apenas um ano de vigência da revisão do PDM, foi possível fazer um ponto de situação da programação de investimentos nele prevista. Tendo por base a matriz então utilizada, o quadro seguinte representa um ponto de situação em 2024 face ao verificado no REOT 2020, sendo que algumas das intervenções, por incluírem diversas operações, encontram-se registadas em mais do que uma fase de execução.

TIPOLOGIA DA INTERVENÇÃO	AÇÕES	PRIORIDADE DE EXECUÇÃO			FASE DE EXECUÇÃO								ENTIDADE(S) PROMOTORA(S)
					REOT 2020				2020-2024				
		1	2	3	Em programação	Em Projeto / concurso	Em obra	Executado	Em programação	Em Projeto / concurso	Em obra	Executado	
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO													
ESTRUTURAÇÃO O URBANA	UOPG Parque Desportivo de Aveiro		X										CMA PRIVADOS
	Qualificação da Antiga Lota	X											CMA PRIVADOS
	Qualificação dos Antigos Estaleiros em São Jacinto		X										CMA PRIVADOS
ÁREAS DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS	UOPG Ampliação da AAE Mamodeiro	X											CMA
	UNIDADE DE EXECUÇÃO – Operação de Reparcelamento da AAE Aveiro (Taboeira)	X											CMA
	Qualificação da AAE existente [Taboeira]		X										CMA
	Infraestruturação e requalificação da ZI de Eixo e Oliveirinha	X											CMA
EQUIPAMENTOS													
ESCOLARES	EB Barrocas (com JI) Requalificação e Ampliação	X											CMA
	EB Alumieira (com JI) Requalificação		X										CMA
	EB (com JI) nas instalações da sede do Agrupamento - Escola Básica e Secundária Dr. Jaime Magalhães Lima - Construção nova	X											CMA
	EB dos Areais (com JI) Requalificação		X										CMA
	EB Solposto (com JI) Requalificação e Ampliação	X											CMA
	EB de Azurva Requalificação e ampliação	X											CMA
	EB 1 de Eixo - Construção na Sede de Agrupamento		X										CMA
	EB1 (com JI) nova das freguesias de Requeixo, N.ª. Srª de Fátima e Nariz		X										CMA
	EB1 (com JI) - Integrada na EB 2,3 de Oliveirinha		X										CMA
	EB 1 Leirinhas (com JI) - requalificação		X										CMA
	EB 1 Bonsucesso (com JI) - requalificação		X										CMA
	EB1 Verdemilho (JI) - Requalificação e ampliação	X											CMA
	EB 1 Quinta do Loureiro (com JI) - Requalificação e ampliação	X											CMA
	EB 1 Póvoa do Paço - Requalificação e ampliação	X											CMA
	EB 1 Sarrazola -Requalificação		X										CMA
	Qualificação do Conservatório de Musica Calouste Gulbenkian		X										CMA ESTADO
	Qualificação das EB 2/3		X										CMA ESTADO
	Escola Municipal de Educação Rodoviária		X										CMA

TIPOLOGIA DA INTERVENÇÃO	AÇÕES	PRIORIDADE DE EXECUÇÃO			FASE DE EXECUÇÃO								ENTIDADE(S) PROMOTORA(S)
					REOT 2020				2020-2024				
		1	2	3	Em programação	Em Projeto / concurso	Em obra	Executado	Em programação	Em Projeto / concurso	Em obra	Executado	
	Escola Secundária Homem Cristo [Qualificação ou Novo Edifício]		X										CMA ESTADO
DESPORTIVOS	Piscinas (Galitos)	X											CMA
	Piscina Municipal		X										CMA
	Pavilhão Municipal	X											CMA
	Pavilhão (Alavarium)	X											CMA
	Qualificação do Pavilhão Desportivo do São Bernardo		X										CMA
	Posto Náutico da Antiga Lota	X											CMA PRIVADOS
	Complexo de campos de treino EMA	X											CMA
	Qualificação da Pista de Atletismo [CMA/UA/AAA]		X										CMA ESTADO PRIVADOS
	Cidade do Futebol da AFA	X											CMA PRIVADOS
	Qualificação do Complexo Desportivo de São Jacinto		X										CMA
	Skate-Park			X									CMA
	Posto Náutico do Rio Novo do Príncipe		X										CMA
SAÚDE & SOCIAL	Ampliação do Hospital Infante D. Pedro	X											CMA ESTADO
	Reabilitação do Edificado - Bairro de Santiago	X											CMA ESTADO
	Reabilitação do Edificado - Bairros [Caião, Griné, outros]	X											CMA ESTADO
	USF Aveiro Centro (Reabilitação)		X										CMA ESTADO
	USF N.ª Sr.ª Fátima / Requeixo / Nariz	X											CMA ESTADO
	USF Eixo	X											CMA ESTADO
CULTURA & TURISMO	Reabilitação do Edifício Fernando Távora	X											CMA
	Requalificação do Centro de Congressos de Aveiro		X										CMA
	Novo Edifício do IEFP		X										ESTADO
	Igreja das Carmelitas - Monumento Nacional	X											CMA ESTADO
	Museu de Aveiro Sta Joana Igreja do Mosteiro de Jesus - Monumento Nacional	X											CMA ESTADO
	Reabilitação do Antigo Edifício da Estação da CP	X											CMA
	Reabilitação do Teatro Aveirense	X											CMA
	Pavilhão Multiusos			X									CMA
	Espaço de Criação / Centro de Criação	X											CMA
	Qualificação de Rede de Espaços Culturais no Município		X										CMA

TIPOLOGIA DA INTERVENÇÃO	AÇÕES	PRIORIDADE DE EXECUÇÃO			FASE DE EXECUÇÃO								ENTIDADE(S) PROMOTORA(S)
					REOT 2020				2020-2024				
		1	2	3	Em programação	Em Projeto / concurso	Em obra	Executado	Em programação	Em Projeto / concurso	Em obra	Executado	
	Museu da Terra de Requeixo	X											CMA
	Centro de Arte Contemporânea		X										CMA
	Parque de Campismo de São Jacinto		X										CMA
	Reabilitação do Edifício dos Morgados da Pedricosa	X											CMA
	Requalificação do Edifício da Antiga Biblioteca	X											CMA
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	Parque de Exposições de Aveiro Centro Empresarial		X										CMA PRIVADOS
	Núcleo de Apoio à Pesca de São Jacinto	X											CMA
	Parque de Ciência e Inovação [Aveiro]		X										CMA ESTADO
	Reabilitação dos Mercados Municipais [Santiago, MMF, MJE]	X											CMA
OUTROS	Edifício dos Serviços Municipais		X										CMA
	Arquivo Municipal [Novo]		X										CMA
	Crematório de Complexo das Casas Mortuárias	X											CMA PRIVADOS
	Cemitério Santa Joana		X										CMA
INFRAESTRUTURAS													
REDE VIÁRIA e MOBILIDADE	Ex- EN 109 Avenida Europa	X											CMA
	Via de Cintura Interna		X										CMA
	Acessibilidade para norte da UTMB		X										CMA
	Variante a Eixo		X										CMA
	Via panorâmica Aveiro - Ílhavo		X										CMA
	Ligação Aveiro - Águeda [Troço Aveiro]		X										CMA
	Ligação à EN 235- Aveiro a Oliveira do Bairro		X										ESTADO
	Infraestruturação urbanística	X											CMA
	Intervenções em Interfaces de transportes públicos, nomeadamente em Parques de Estacionamento periféricos de apoio à intermodalidade	X											CMA
	Estruturação e Continuidade das Vias Cicláveis	X											CMA
	Sistema Público de Bicicletas Partilhadas - BUGA 2	X											CMA
	RIA de AVEIRO e AMBIENTE	Estrada-Dique	X										
Nova Ponte da Eclusa e Acessos		X											CMA
Ponte Açude do Rio Novo do Príncipe		X											CMA ESTADO PRIVADOS
Sistema de Defesa Primário do Baixo Vouga Lagunar		X											CMA ESTADO

TIPOLOGIA DA INTERVENÇÃO	AÇÕES	PRIORIDADE DE EXECUÇÃO			FASE DE EXECUÇÃO								ENTIDADE(S) PROMOTORA(S)
					REOT 2020				2020-2024				
		1	2	3	Em programação	Em Projeto / concurso	Em obra	Executado	Em programação	Em Projeto / concurso	Em obra	Executado	
	Canal São Roque / Vitasal		X										CMA PRIVADOS
	Ecocentro e Rede de Ecocentros	X											CMA
	Parque Aventura	X											CMA
	CIROA / Canil Pólo de Aveiro	X											CMA ESTADO
REABILITAÇÃO URBANA [PEDUCA]	Avenida Dr. Lourenço Peixinho	X											CMA
	Rua da Pega	X											CMA
	Ligação a Esgueira (incluindo Rotunda e Rua de Viseu)	X											CMA
	Requalificação das Ruas do Gravito e Carmo	X											CMA
	Intervenções no Centro Histórico de Esgueira	X											CMA
	Requalificação do Largo do Rossio e área envolvente	X											CMA
	Requalificação da Rua Cândido dos Reis	X											CMA
	Requalificação do Bairro da Beira-Mar		X										CMA

Quadro 49 - Ponto de situação da programação de investimentos do PDM

Da análise deste quadro 49 – Ponto de situação da programação de investimentos do PDM sobressai uma forte intensidade de realização, que decorre da dinâmica de execução que tem vindo a ser implementada. Verifica-se que das noventa e cinco intervenções programadas neste plano, trinta e três estão totalmente concluídas e três que, apesar de se incluírem na fase “executado”, contêm ainda algumas componentes em fase de obra. Com obras em curso existem sete intervenções e em projeto ou em concurso estão quarenta e sete.

Estes valores traduzem uma expressão significativa do nível de concretização das ações programadas, com cerca de 38% concluídas e 57% em vias de execução, dado que se encontram em fase de projeto/concurso ou já em obra. Assim, considerando o horizonte temporal de dez anos de vigência prevista para o PDM, no âmbito do qual foi efetuada esta programação, conclui-se que, face ao nível de execução verificado, é possível antecipar uma execução plena antes do fim do período estabelecido, algo bastante promissor face às oportunidades que estas intervenções representam nos diversos domínios que abrangem.

Desta programação, pela sua relevância no contexto local e regional e importância na melhoria da circulação e da qualidade de vida e do ambiente urbano, salientam-se algumas intervenções previstas ao nível da REDE VIÁRIA, nomeadamente:

- A qualificação da Avenida Europa em diversos troços que apresentam constrangimentos, tanto ao nível viário como de vivência urbana, com execução concretizada já no troço de Cacia;
- O afirmar da Via de Cintura Urbana Externa (A25/ A17) como essencial para a hierarquia viária permitindo um uso mais adequado das vias urbanas;

- O reforço da Via de Cintura Interna;
- O reforço das acessibilidades à Unidade de Tratamento Mecânico Biológico, criando uma alternativa a Norte, uma vez que serve um conjunto de municípios;
- A variante rodoviária a Eixo, com vista à preservação do seu centro histórico e aumento também da qualidade das vivências urbanas do lugar;
- A via panorâmica que permite uma ligação alternativa entre Aveiro e Ílhavo disfrutando da mais-valia paisagística que se encontra nesta frente ribeirinha;
- A nova ligação entre Aveiro e Águeda que irá trazer benefícios claros, tanto para a circulação motorizada como para as vivências urbanas dos núcleos habitacionais atualmente atravessados pela ligação viária existente.

Ao nível da REABILITAÇÃO URBANA destaca-se:

- A conclusão da reabilitação de centros de identidade cultural, como o centro de Esgueira e a área envolvente à EB 2/3 de Cacia;
- A requalificação do Bairro da Beira-Mar que irá iniciar em 2025.

Ao nível dos EQUIPAMENTOS programados sublinha-se:

- O reforço dos equipamentos escolares no quadro da Carta Educativa;
- O cemitério de Santa Joana, com o objetivo de colmatar uma carência patente;
- O Posto Náutico do Rio Novo do Príncipe, para promoção do desporto náutico com aproveitamento de um espaço privilegiado em termos paisagísticos e de dimensão do plano de água;
- A ampliação do Parque de Feiras e Exposições de Aveiro, para acolher eventos de maior dimensão;
- Construção da nova Unidade de Cuidados Primários de Nossa Senhora de Fátima;
- Novo Pavilhão Municipal, Oficina do Deporto;
- Na área cultural, a prioridade será a qualificação do Museu de Aveiro | Santa Joana, a construção dos novos edifícios do Arquivo Municipal - Casa de Memória e do Museu da Terra, bem como a qualificação de diversos equipamentos culturais nas freguesias, como a Casa de Música, em Aradas.

Para além das ações programadas pela 1.ª revisão do PDM, destacam-se ainda algumas intervenções constantes do quadro seguinte, que representam alterações significativas da qualidade dos espaços e da vivência urbana, nomeadamente:

- Ao nível do DESPORTO encontra-se em fase de projeto/concurso a reabilitação da Piscina Municipal de S. Jacinto, promovendo a prática desportiva, o recreio e lazer e o turismo, enquanto base económica fundamental ao desenvolvimento desta freguesia.
- Ao nível da CULTURA e TURISMO destaca-se a execução da requalificação do Ecomuseu Marinha da Troncalhada e a qualificação do Adro da Sé Catedral de Aveiro, da autoria do Arquiteto Siza Vieira.
- Na tipologia de intervenção – RIA DE AVEIRO e AMBIENTE salienta-se a execução da Nova Ponte da Balsa, da reparação do rombo no Rio Vouga, a reabilitação das comportas nos canais urbanos bem

como a instalação da rede de carregamento elétrico para os moliceiros e a construção de parques caninos.

- Ao nível da MOBILIDADE sublinha-se ainda, pela melhoria das ligações a S. Jacinto e da qualidade ambiental, a entrada ao serviço do novo ferryboat elétrico – Salicórnia.

TIPOLOGIA DA INTERVENÇÃO	AÇÕES	Fase de execução			
		2020-2024			
		Em programação	Em Projeto / concurso	Em obra	Executado
DESPORTO	Reabilitação da Piscina Municipal de São Jacinto				
CULTURA & TURISMO	Requalificação e alteração do Ecomuseu Marinha da Troncalhada				
	Qualificação do Adro da Sé Catedral de Aveiro				
	Centro Cultural de Esgueira				
	Centro Cultural de Eixo				
	Polivalente em Nossa Senhora de Fátima				
	Casa de Memória/Quarteirão de Artes e Cultura de Aveiro				
	Requalificação/restauro de Arte Pública(estátuas e monumentos) e Arte Urbana (painéis azulejares)				
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	Mercado e Piscina de Cacia				
OUTROS	Edifício Paços do Concelho				
REDE VIÁRIA e MOBILIDADE	Novo ferryboat elétrico- Salicórnia				
RIA de AVEIRO e AMBIENTE	Nova ponte da Balsa				
	Reparação do rombo no rio Vouga				
	Infraestruturas de gestão dos canais urbanos (eclusa e comportas)				
	Rede de carregamento elétrico para moliceiros nos canais urbanos				
	Parques caninos				

Quadro 50 – Outros investimentos municipais

6.2.1. Medidas preventivas(MP) no âmbito da elaboração do Plano Pormenor do Cais do Paraíso

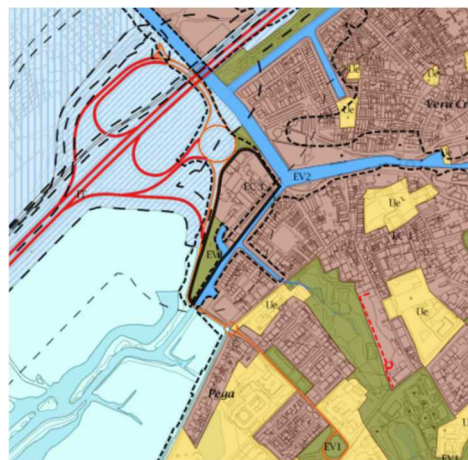


Figura 34 - Extrato planta de Ordenamento- PP Cais do Paraíso - MP - suspensão PDM

A elaboração de Planos de Pormenor constitui a modalidade que mais se adequa aos objetivos de uma intervenção, que se pretende apoiada no detalhe de propostas de desenho do conjunto, disciplinando a sua inserção urbanística, a integração da paisagem e a organização espacial das diferentes funções do espaço urbano.

Neste contexto, para a intervenção de revitalização de um “vazio urbano”, com uma posição privilegiada de entrada na Cidade, que se reveste de manifesto interesse público e coletivo, o Executivo Municipal, na sua reunião de 3 de agosto de 2023, decidiu proceder à elaboração do Plano Pormenor do Cais do Paraíso (publicação em Diário da República, série II, n.º 173 de 6 de setembro de 2023, através do Aviso n.º 17031/2023).

A crescente pressão urbanística e a perspetiva, a curto/médio prazo, de investimentos estruturantes, constitui uma circunstância excecional que poderá resultar na alteração significativa das perspetivas de desenvolvimento económico e social locais, que limitará a liberdade de planeamento e pode comprometer ou tornar mais onerosa a execução do Plano de Pormenor, justificando-se, assim, o estabelecimento de Medidas Preventivas, nos termos e para os efeitos estabelecidos no artigo 134º do RJIGT.

Em suma, a concretização de uma solução integrada mostra-se incompatível com a realização de quaisquer operações urbanísticas isoladas de acordo com o PDM em vigor, pelo que, a decisão do Executivo Municipal de proceder à elaboração do PP fez-se acompanhar da decisão de estabelecer MP, tendo como efeito a suspensão da eficácia do plano municipal em vigor, ou seja, significa que a consequência da adoção destas medidas é a suspensão do PDM, na área abrangida por estas MP (cf. nº2 do artigo 134º do RJIGT).

As MP foram aprovadas em Assembleia Municipal de 18.10.2023 e publicadas em Diário da República, 2.ª série, n.º 216 de 8.11.2023, através do Aviso n.º 21540/2023. Entretanto, tendo o Executivo Municipal deliberado a prorrogação do prazo de elaboração do Plano de Pormenor do Cais do Paraíso, por se entender que o procedimento se apresentava, quer objetivamente, quer subjetivamente, dotado de um elevado grau de complexidade, por incorporar diversas condicionantes, bem como a necessária ponderação de distintos interesses e compromissos de grau diferenciado, foi também deliberada a prorrogação das Medidas Preventivas por mais seis meses, mantendo-se, assim, suspenso o PDM na respetiva área.

6.2.2. Correções Materiais ao PDM – 1.ª revisão

A dinâmica dos Instrumentos de Gestão Territorial, nos termos do artigo 115.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – RJIGT (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação), pode consubstanciar-se através de procedimentos de alteração, correção material, revisão, suspensão e de revogação. Neste contexto, estes procedimentos de dinâmica dos planos divergem, tendo em conta o âmbito e a amplitude da alteração ou correção a realizar, bem como, os fundamentos que os determinam.

Volvidos quatro anos sobre a entrada em vigor do PDM – 1.ª revisão, detetadas que foram algumas incorreções, lapsos e incongruências, era determinante, em conformidade com o estabelecido no RJIGT, promover as respetivas correções, sendo o *procedimento de correções materiais* o que se apresentou como o mais adequado. As correções materiais dos programas e dos planos territoriais correspondem, em sentido amplo, à ideia de retificação de erros na expressão da vontade da entidade pública responsável pela elaboração do Plano.

Neste âmbito, constituindo o **Regulamento** o elemento normativo do Plano que estabelece as regras e parâmetros aplicáveis à ocupação, uso e transformação do solo, em função do modelo de desenvolvimento territorial preconizado, vinculando as entidades públicas e, ainda, direta e indiretamente, os particulares, nem sempre as respetivas normas exprimem, de forma clara e inequívoca, o alcance da sua aplicação, levando muitas vezes a interpretações distintas e divergentes do ato que as originou, conduzindo a soluções urbanísticas indesejáveis, sendo que estas situações constituem, na generalidade, incongruências, lapsos e erros que importa corrigir.

Por outro lado, são inúmeras as plantas que constituem e acompanham o Plano, sendo que, em função das respetivas temáticas correspondentes expressas, deverão traduzir complementaridade e compatibilidade entre elas. Da sua aplicação, identificaram-se alguns erros de representação cartográfica e na respetiva legenda, assim como, algumas incongruências entre plantas.

Da mesma forma, determinada pelas diferenças da escala da cartografia de suporte à elaboração do Plano e da escala de análise, a definição de limites físicos de cadastro identificáveis no terreno, por vezes, não é a correta, não refletindo adequadamente as referências destes limites na sua transposição e tradução nas opções da classificação e qualificação do solo do Plano.

Ora, concluído o *procedimento de correção material*, a sua publicação, em conformidade com o previsto no RJIG, ocorreu a 24 de janeiro em Diário da República, 2.ª série, por Declaração n.º 9/2024, abrangendo o Regulamento, a Planta de Ordenamento, a Planta de Condicionantes, a Planta de Condicionantes-REN e a Planta de Condicionantes - Perigosidade de Incêndio.

Uma vez que constituem a base para outras plantas do Plano, houve necessidade de se proceder à adaptação dos demais elementos afetados por aquelas correções materiais, designadamente, a Planta de Ordenamento - Mapa de Ruído Classificação de Zonas Sensíveis e Zonas Mistas e a Carta da Estrutura Ecológica, a saber:

- 1.Regulamento – Artigos 1.º, 3.º, 19.º, 26.º, 32.º, 36.º, 38.º, 44.º, 71.º, 79.º, 80.º, 108.º, 109.º e 129.º;
- 2.Planta de Ordenamento (folhas n.º 1.10, 1.11 e 1.13);
- 3.Planta de Ordenamento – Mapa Ruído – Classificação de Zonas Sensíveis e Zonas Mistas (folha n.º 1.16);
- 4.Planta de Condicionantes (folha n.º 2.8);
- 5.Planta de Condicionantes – Perigosidade de Incêndio Rural (folha n.º 2.15);
- 6.Planta de Condicionantes – Delimitação REN (folha n.º 2.16);
- 7.Carta da Estrutura Ecológica (folha n.º 12).

Ainda neste âmbito, por ter sido publicada com inexatidão a Declaração n.º 9/2024 - 1.ª correção material à 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Aveiro, no Diário da República, 2.ª série, n.º 17, de 24 de janeiro

de 2024, por erro de transcrição, no que se refere à numeração do artigo 36.º do regulamento, na 1.ª correção material realizada, onde se lê os números 3 e 4, deve-se ler os números 4 e 5, procedeu-se à republicação do referido artigo 36.º, através da Declaração de Retificação n.º 160/2024/2 de 20 de março de 2024.

6.3. REN – ALTERAÇÃO

A elaboração da Delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do Município de Aveiro teve execução simultânea com a elaboração do PDM-1ª revisão, tendo sido publicada no Diário da república, 2.ª série, n.º 17 de 24 de janeiro de 2020, pelo Despacho 1099/2020.

No quadro legal, as alterações da delimitação da REN têm carácter excecional e os fundamentos que determinam esse processo de alteração assentam, fundamentalmente, na necessidade de concretização dos Objetivos e Estratégias municipais e da Visão assumida para o Município, articulada com as dinâmicas ocorridas, não colocando em causa os objetivos fundamentais da REN.

Para a implementação de ações que, apesar de estarem programadas no PDM não tiveram uma expressão territorial nos vários elementos que o compõem, quando afetam áreas de REN determinam, nos termos do artigo 16º do respetivo regime jurídico, a alteração da delimitação da REN, devendo ficar salvaguarda a preservação dos valores e funções naturais fundamentais, bem como a prevenção e mitigação de riscos para pessoas e bens, com fundamentação na evolução das condições económicas, sociais, culturais e ambientais, nomeadamente as decorrentes de projetos públicos ou privados a executar na área a excluir.

Assim, numa estratégia de desenvolvimento municipal assente na especialização e no reforço das características distintivas do território, importa identificar quais os pontos fortes de cada território, que correspondem a vantagens competitivas e diferenciadoras que devem ser aproveitadas e potenciadas, cujo contexto determinou o estabelecimento das linhas orientadoras de atuação.

Cabe aqui salientar a estratégia municipal na vertente cultural, que visa promover a gestão integrada dos edifícios municipais e a dinamização de atividades de cariz cultural, com o envolvimento de diferentes agentes culturais, tendo como elemento central da programação o Museu de Aveiro e o Museu de Santa Joana, com a devida articulação com o Museu Etnográfico de Requeixo e outras unidades museológicas de Aveiro. É neste contexto que surge o projeto do Museu da Terra, a implementar na Quinta da Costa, no lugar de Requeixo, identificado como uma ação de 1º prioridade de execução nesta tipologia de intervenção e no quadro de investimento que integra o programa de execução e financiamento do PDM.

Neste enquadramento legal e estratégico, foi desenvolvida e aprovada a primeira alteração de delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Aveiro, através do Aviso n.º 15451/2023, de 17 de agosto, com a área de exclusão identificada como E29 na folha A da Carta da REN, correspondente ao projeto público do Museu da Terra.

Nas imagens seguintes apresenta-se o quadro que, em conformidade com o modelo da CCDRC referente às exclusões da REN, sintetizou a fundamentação e os parâmetros afetados nesta alteração à delimitação da REN, bem como a contextualização geográfica da área excluída.

N.º de ordem	Superfície (ha)	Tipologia REN	Fim a que se destina	Síntese da fundamentação	Uso atual	uso proposto
E29	0,83	AEREHS	Equipamento	Implementação do Museu da Terra visando a revitalização do solo rústico e a sua divulgação cultural, pedagógica e turística para reforço de uma base social e económica com promoção de emprego.	PDM - A2 Outros Espaços Agrícolas	PDM - A2 Outros Espaços Agrícolas

Quadro 51 – Extrato do Aviso n.º 15451/2023, de 17 de agosto

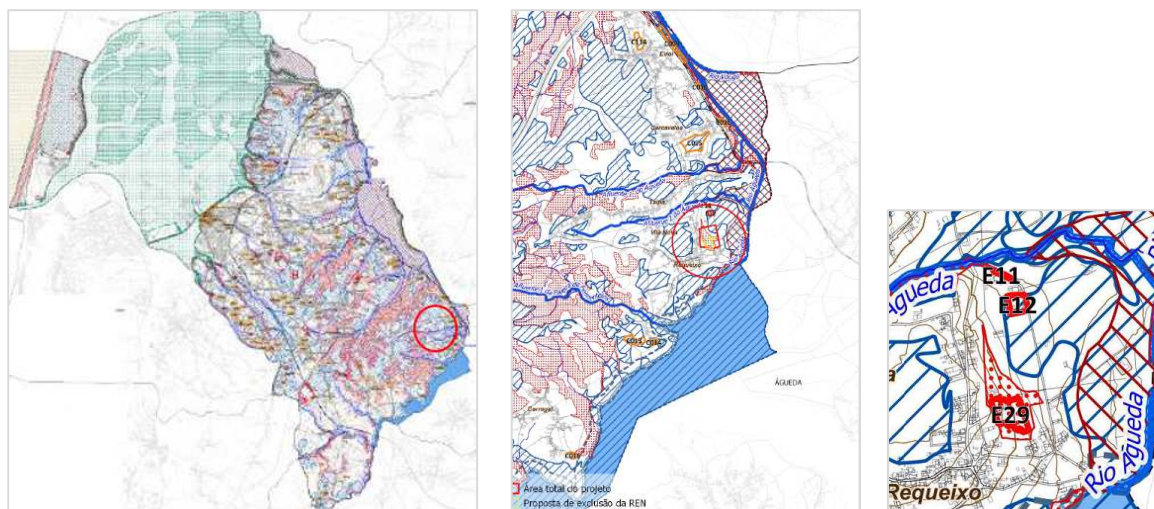


Figura 35 - Extratos carta da REN do Município de Aveiro – 1ª alteração

Com este processo de alteração da REN pretendeu-se criar condições para a concretização do projeto do Museu da terra, dotado de um programa ambicioso e dinâmico, que permita evoluir e integrar rotas culturais de âmbito supra municipal, contribuindo assim para o *aproveitamento multifuncional do solo rústico com o acolhimento de atividades que contribuam para a sua diversificação e dinamização económica e social, promovendo a integração de utilizações compatíveis e salvaguardando a sustentabilidade ambiental e paisagística, bem como a biodiversidade desses espaços*, (in artº16º do Decreto Regulamentar nº 15/2015 de 19 de agosto - Estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante).

O novo espaço museológico vai ser promovido na Quinta da Costa, propriedade do Município, dando ênfase à recuperação da casa da quinta, muros e edificações de apoio existentes, construídos com recurso aos materiais e técnicas tradicionais, fundamentalmente, o adobe. Esta estrutura nuclear será complementada com a criação de outras construções e a qualificação de toda a área envolvente.

Pretende-se associar ao conceito-lugar dedicado à construção em terra, um espaço de quinta pedagógica com animais vivos, uma zona de pomar e bosque, valorizando em conjunto todos estes componentes e os demais elementos territoriais (por exemplo, a eira e o poço), que complementarão uma área destinada a manter algumas práticas agrícolas de cultivo.

No essencial, pretende-se criar um espaço cultural dinâmico, recriando vivências e memórias que estiveram na génese deste território rural, promovendo o aproveitamento multifuncional do solo rústico com atividades que contribuem para a promoção social e reforço da base económica, com criação de emprego.

6.4. CONDICIONANTES

A nível de condicionantes sobre o território, decorrentes de servidões administrativas e restrições de utilidade pública, pela sua abrangência e impacto no desenvolvimento municipal, salientam-se a publicação de novos diplomas que vêm produzir alterações, respeitantes a infraestruturas ferroviárias.

6.4.1. Linha de Alta Velocidade (LAV) Porto – Lisboa

A 26 de dezembro de 2023 foi publicada em Diário da República a Resolução de Conselho de Ministros 196/2023, que estabelece o conjunto de medidas preventivas aplicáveis aos corredores dos troços Porto (Campanhã)/Aveiro (Oiã) e Aveiro (Oiã)/Soure, relativos à Fase 1 da Linha de Alta Velocidade (LAV) Porto - Lisboa. Estes troços já obtiveram Declaração de Impacte Ambiental (DIA) favorável condicionada pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), respetivamente em 21 de agosto, e em 16 de novembro de 2023.

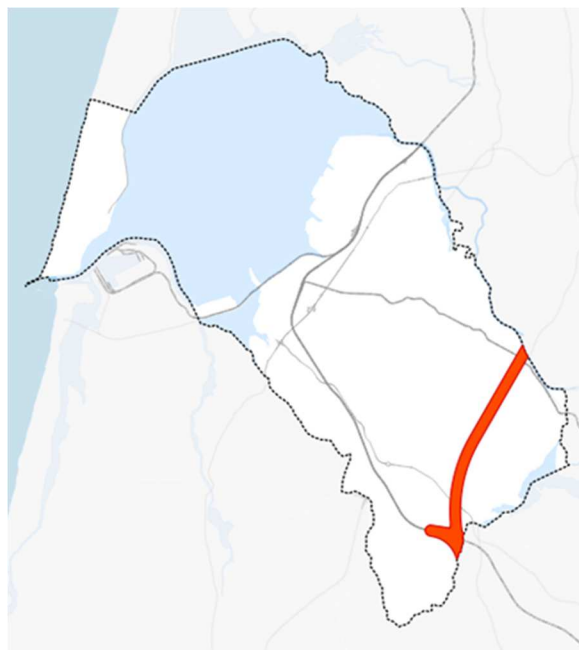


Figura 36 - Corredor da LAV - Abrangência das Medidas Preventivas

Este conjunto de medidas visa prevenir o risco de ocorrência de alterações do uso do território, bem como da emissão de licenciamentos ou de autorizações, que contendam com os corredores aprovados e que possam comprometer a construção da rede ferroviária de alta velocidade ou torná-la mais difícil e onerosa.

Na área de incidência territorial das medidas preventivas, e no prazo de vigência estabelecido de dois anos, contados a partir da data da respetiva entrada em vigor, prorrogável por mais um, se tal se mostrar necessário, as normas dos planos em vigor aplicam-se de forma articulada com estas, sendo que, nos termos do Artigo 1.º desta Resolução, ficam sujeitos a parecer prévio vinculativo da Infraestruturas de Portugal, S. A. (IP, S. A.), os seguintes atos e atividades:

- a) *Operações de loteamento e obras de urbanização, de construção, de ampliação, de alteração e de reconstrução, com exceção das que sejam isentas de controlo administrativo prévio;*
- b) *Trabalhos de remodelação de terrenos;*
- c) *Obras de demolição de edificações existentes, exceto as que, por regulamento municipal, possam ser dispensadas de controlo administrativo prévio;*
- d) *Derrube de árvores em maciço ou destruição do solo vivo e do coberto vegetal.*

6.4.2. Linha do Norte

Sobre a Linha do Norte, num troço que atravessa o Município de Aveiro, impende uma servidão/área *non aedificandi* instituída pelo Decreto Regulamentar nº48/82 de 12 de agosto, cujo âmbito visava a proteção das faixas de terreno confinante com a linha para assegurar a possibilidade de melhoria e ampliação daquela infraestrutura ferroviária.

Desde o procedimento de revisão do PDM, o Município foi insistindo, por via oficial, junto das entidades tutelares (IMT e IP) na revogação da servidão, uma vez que as intervenções de modernização da linha, que incluíram até correção de traçado, já estavam, àquela data, concluídas.

A referida revogação veio a ser determinada já em 2025, através do Decreto Regulamentar n.º 1/2025, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 36 de 20 de fevereiro.

Desta forma, sobre a Linha do Norte vigora agora apenas o Decreto-Lei n.º 276/2003 de 4 de novembro (estabelece o novo regime jurídico dos bens do domínio público ferroviário), cuja área de servidão está representada na Planta de Condicionantes da 1.ª revisão do PDM.

6.5. UOPG

6.5.1. Planos de Pormenor em Vigor

6.5.1.1. PLANO DE PORMENOR DO CENTRO

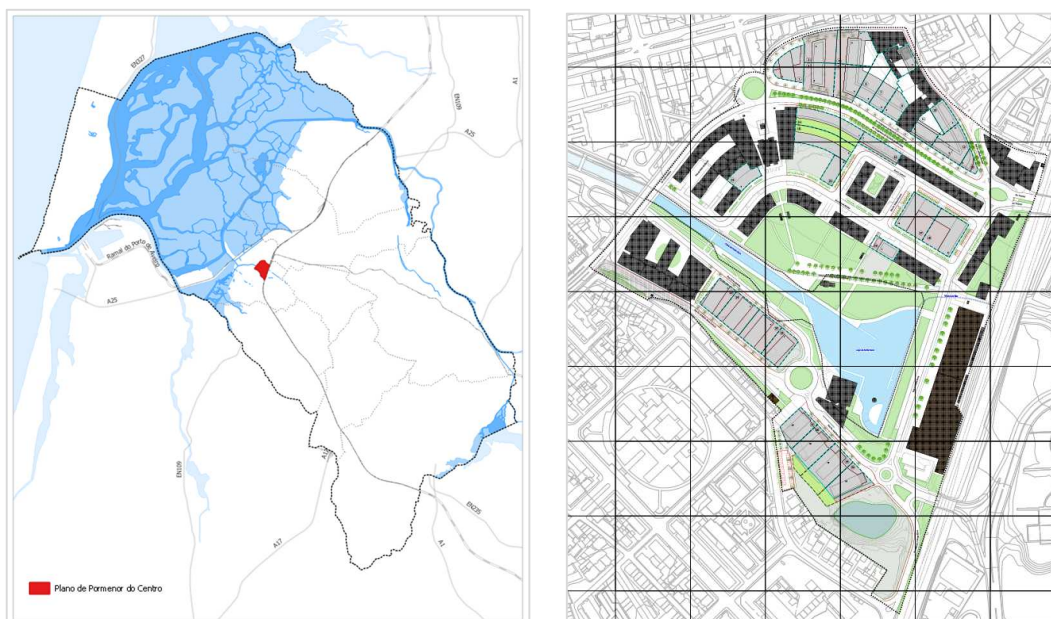


Figura 36 - Plano de Pormenor do Centro em vigor

A localização privilegiada do Plano de Pormenor do Centro confere-lhe grande visibilidade na geografia da cidade, uma vez que estabelece ligações com zonas de características específicas do tecido urbano: o Bairro do Liceu apoiado numa retícula com hierarquias bem evidenciadas, a Forca Vouga e as novas avenidas a nascente da estação de comboios, áreas de construção emergente, e a Av. Dr. Lourenço Peixinho, um eixo estruturador de um desenho de quarteirões adoçados à malha antiga da cidade, objeto de requalificação recente e de dinâmicas urbanas.

Historicamente, este território foi objeto de múltiplas ocupações – fábricas cerâmicas, recinto do Parque de Feiras, surgindo, posteriormente, as edificações de carácter habitacional, apoiadas nos estudos iniciais que remontam a 1979, fundamentados no Plano Geral de Urbanização da Cidade de Aveiro (1964), que viria a ser ultrapassado face às novas estratégias de desenvolvimento preconizadas pelo PDM, publicado em 1995.

Em 2002, a elaboração e publicação do Plano de Pormenor (Diário da República, 1ª série B, n.º 94, Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2002 de 22 de abril) foi uma alavanca para a estruturação deste território, que se vinha mantendo como um “vazio” urbano, e também para a sua valorização no contexto alargado da cidade, desde logo associado ao prolongamento do Canal do Côjo (Canal da Fonte Nova) até à Fábrica Jerónimo Pereira Campos, dando aí lugar ao Lago da Fonte Nova, intervenções realizadas no âmbito do Programa Polis de Aveiro.

Este primeiro Plano tinha como objetivo fundamental estabelecer princípios orientadores para o desenvolvimento harmonioso da área de intervenção, através da qualificação da ocupação urbana, da valorização da ria e seus canais.

No decurso dessa vigência do Plano verificaram-se alterações significativas, nos domínios económicos e sociais, em contexto local e a nível nacional, que motivaram uma reavaliação dos seus pressupostos, e conduziram a uma alteração ao Plano (Diário da República, Série II, n.º 60, de 25 de março, Edital n.º 307/2011), que se consubstanciou numa maior flexibilidade regulamentar, relativa a parâmetros funcionais para a transformação de usos, bem como, contemplar a possibilidade de implementação de novos empreendimentos turísticos, face à dinâmica que se constatava no sector.

Importa aqui mencionar que o quadro legal no qual o Plano foi sendo desenvolvido reportava-se ainda ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJGIT) referente ao Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de setembro e à Lei n.º 48/98 de 11 de agosto - Bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, o qual veio a ser alterado com a publicação do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio (RJIGT) e da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio - Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.

É neste “novo” contexto legal e após uma década de vigência do Plano, que a monitorização e avaliação do estado do ordenamento do território, evidenciavam a necessidade de equacionar os pressupostos do Plano, face à conjuntura económica, social, cultural e ambiental e às condições que determinaram a sua elaboração/alteração e também face às sequentes perspetivas de desenvolvimento, tanto mais que persistia alguma incompletude na execução total do Plano, perante uma dinâmica urbanística reduzida que, aliás, já se fazia notar no REOT 2015, desproporcional às potencialidades deste território que, ainda assim, se mantinha com alguns “vazios urbanos”.

Importava, pois, refletir sobre a fraca dinâmica urbanística, num contexto socioeconómico difícil que o país atravessou entre 2010 e 2014, com fortes decréscimos, designadamente, no peso do investimento, e, consequentemente, avaliar se haveria constrangimentos, quer a nível das soluções do desenho urbano, quer a nível regulamentar, para esta demora na concretização do Plano.

Em consequência dessa ponderação, considerou-se estarem reunidos fatores conducentes à oportunidade da revisão do Plano, que deveria proceder a uma atualização e simplificação da proposta para as áreas ainda disponíveis, incorporando uma visão de futuro alicerçada nos novos paradigmas de desenho urbano, que refletisse a evolução das exigências do mercado imobiliário para os espaços de uso habitacional, comercial ou de serviços, bem como para o espaço público e de circulação, vistos à luz dos novos conceitos de cidade sustentável e inclusiva e, paralelamente, poder vir a introduzir-se uma maior flexibilização ao nível regulamentar, capaz de se ajustar às variações de procura face às dinâmicas de mercado, a requisitos de modernidade e a exigências crescentes das gerações mais jovens.

A abertura de procedimento foi publicada em Diário da República, através do Aviso n.º 5598/2021 de 25 de março e a sua entrada em vigor da revisão do Plano de Pormenor do Centro efetivou-se com a publicação em Diário da República, 2.ª série, n.º 79, Aviso n.º 8211/2023 de 21 de abril.

Nesta área da cidade, marcada pela riqueza ambiental e paisagística, conseguida pela dimensão dos espaços verdes e pela presença marcante da água, sobressai ainda outro espaço ambientalmente notável – o designado barreiro, resultado da extração de matéria-prima para a produção de cerâmica na Fábrica Jerónimo Pereira Campos e que consiste num lago e numa escarpa, uma alusão arqueológica associada à história da fábrica, e que revela uma estratificação geológica importante, cuja especificidade configura um apontamento patrimonial geológico, geomorfológico, paleontológico e de registo fóssil, atentando às

diversas referências científicas, nas quais se salienta o empenho demonstrado pelo Prof. Galopim de Carvalho na sua divulgação, e que se pretende valorizar e dar a conhecer através de uma solução/projeto que venha a permitir a sua perceção e leitura apoiada em informação técnica e científica e uma fruição geral segura.

Ainda no que respeita ao Património, salienta-se também a proposta de intervenção no sítio da Capela de S. Tomás de Aquino, referenciada ao séc. XIX, reabilitando memórias que lhe estão associadas e integrando espaços de uso múltiplo, enquadrados na obra de consolidação dos muros de suporte das habitações no Bairro do liceu.

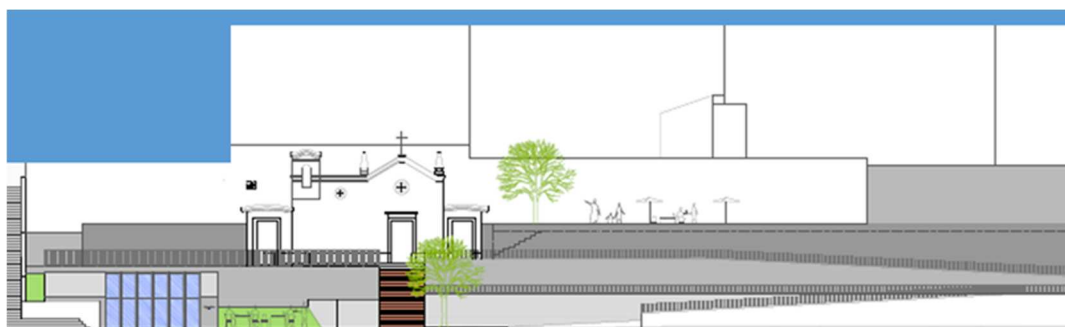


Figura 37 - Projeto de intervenção na área adjacente a capela de S. Tomás de Aquino

Relativamente às dinâmicas urbanísticas, desde a entrada em vigor da Revisão do Plano em 2023, têm-se mantido livres alguns terrenos de grande dimensão, pertencentes a um número restrito de proprietários que não tomaram ainda a iniciativa efetiva de intervir, apesar da concertação conjunta aquando da elaboração da proposta do Plano.

O registo de processos de obras/operações urbanísticas novas mantêm-se com valores bastante reduzidos, tal como se pode verificar no gráfico e planta seguintes, embora estejam a decorrer diligências informais que permitem acreditar que estes números venham a aumentar, com vista à concretização do Plano.

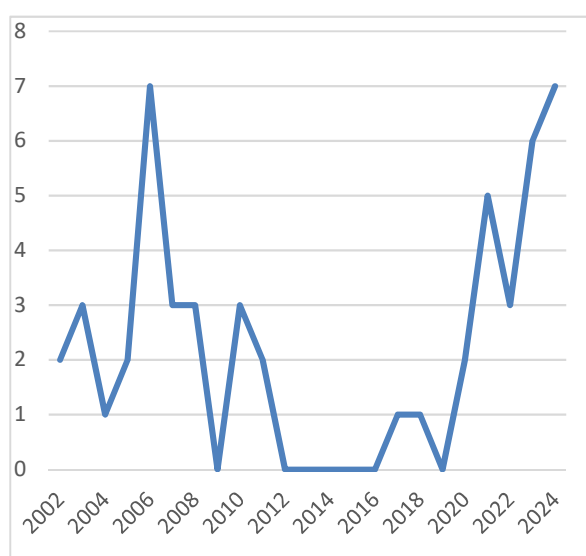


Gráfico 72 - Evolução do n.º requerimentos

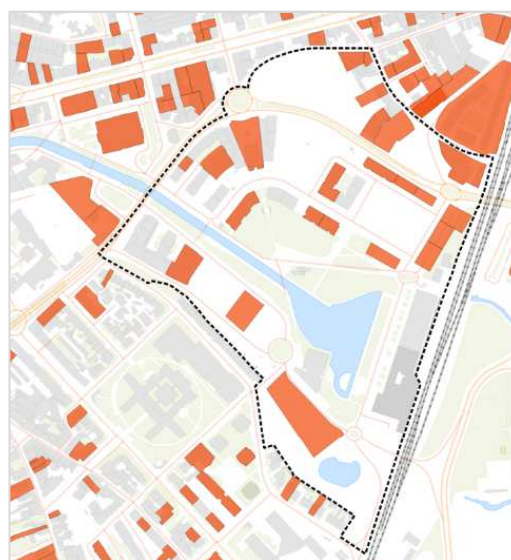


Figura 38 - Registo de requerimentos após 2020

6.5.1.2. PLANO DE PORMENOR DE PARTE DA ZONA INDUSTRIAL DE CACIA - ALTERAÇÃO

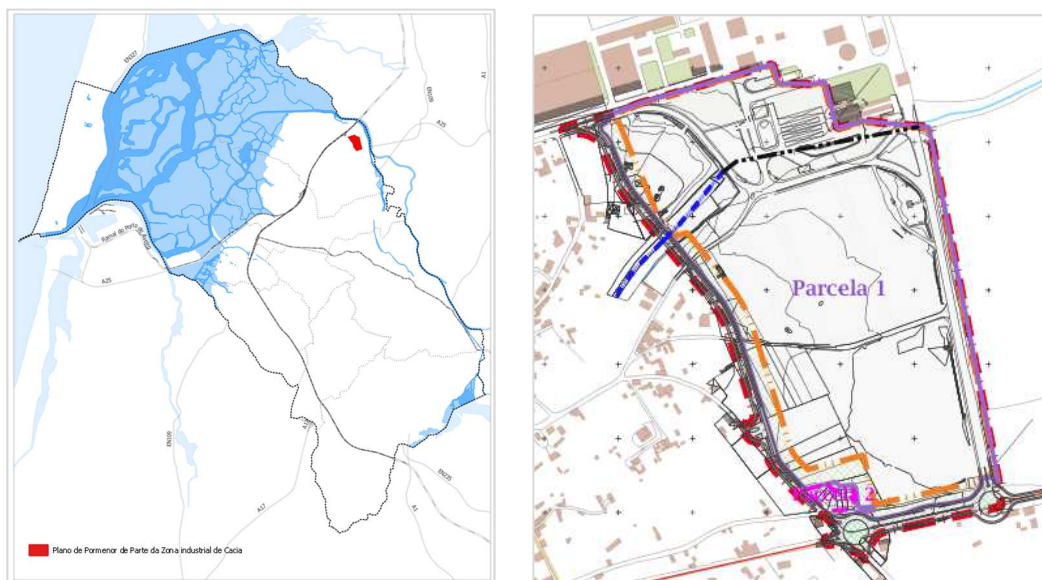


Figura 39 - Plano de Pormenor de Parte da Zona Industrial de Cacia

A elaboração do Plano de Pormenor de Parte da Zona Industrial de Cacia (PPPZIC) resultou da necessidade de disciplinar o uso da área envolvente à unidade industrial do, então, Grupo Portucel Soporcel, hoje *Navigator Company* e de tirar partido da capacidade industrial existente considerando mais espaço para a instalação de novas unidades, decorrente da manifestação da intenção de investimento e ampliação da unidade existente.

Integrado nesta pretensão havia a necessidade de controlar e reorganizar o tráfego e acessibilidade local, propondo-se a reestruturação viária existente, e requalificação do seu espaço público, tendo este requisito constituído um objetivo determinante da elaboração do Plano de Pormenor de Parte da Zona Industrial de Cacia que teve a sua publicação em Diário da República a 20 de agosto de 2013 pelo Aviso nº 10405/2013.

Entretanto, deram-se alterações profundas nas dinâmicas dos mercados internacionais do setor do papel que conduziram a uma alteração nas opções da empresa. A nova unidade industrial prevista não conseguia ter enquadramento nas propostas e na disciplina de ocupação do território estabelecidas pelo Plano de Pormenor. Pela importância do investimento preconizado, nomeadamente, na criação de 130 novos postos de trabalho, entendeu-se como necessário proceder à alteração do referido Plano de Pormenor, de forma a poder acolher esta nova realidade, que veio a ser publicada em Diário da República, 2.ª Série, Aviso n.º 932/2016 de 27 de janeiro.

Na proposta de alteração consubstanciaram-se os objetivos iniciais do plano, reforçando as imprevisibilidades do mercado que implicam, por vezes, mudanças das opções de investimento que se traduzem na forma como as indústrias se implantam no território.

Assim, com a proposta de alteração procurou-se introduzir maior flexibilidade e capacidade de ajustamento e adequação às variações do mercado e consequente adaptação e concretização das propostas de ocupação, ao nível das implantações das edificações e da rede viária. Por outro lado, a proposta procurou, ainda, fazer uma ponderação integrada dos interesses ambientais, sociais e económicos e dos interesses subjacentes ao ordenamento do território.

Salientando-se as vantagens ambientais decorrentes do reforço positivo nas medidas de defesa contra riscos e inundações, com a criação de uma bacia de retenção em caso de emergência com um volume de 20.000 m3, bem como a integração paisagística do Plano e o contributo ambiental com a plantação 210 árvores e 489 arbustos autóctones.

O esforço concertado de concretização do Plano, levou o Executivo Municipal a avançar inicialmente com elaboração de projeto e execução da obra da via prevista no plano, com Auto de Receção Provisória em 12/04/2020, e por parte da *Navigator Company, S.A.* à construção da nova unidade industrial (licença de utilização n.º 47/2019 de 30/03/2019).

Assim, após todas as obras públicas e privadas previstas no IGT, considera-se o plano plenamente executado, dando suporte à empresa para a continuidade da perspectiva de pequenas ampliações e adaptação do layout face às exigências do mercado, dentro dos parâmetros regulamentares estabelecidos.

Por outro lado, verifica-se que a concretização do arruamento preconizado no Plano, para além de introduzir uma melhoria significativa na estruturação viária e respetivas ligações, materializa uma importante transição com a unidade industrial e veio também introduzir uma oportunidade de criação de uma nova frente urbana, assumindo-se como via habilitante de futuras ocupações urbanas.



Figura 40 - Operações urbanísticas de 2020-2024

6.5.2. Planos de Pormenor em Elaboração

6.5.2.1. PLANO PORMENOR DO CAIS DO PARAÍSO



Figura 41 - Plano de Pormenor do Cais do Paraíso
Fonte: Ortofotomapa, 2021 – DGT

Na reunião pública de 3 de agosto de 2023, o Executivo Municipal deliberou dar início ao procedimento de elaboração do Plano de Pormenor do Cais do Paraíso, estipulando o prazo de 18 meses, tendo aprovado os Termos de Referência que definem os respetivos objetivos, fundamentam a sua oportunidade e a não qualificação do plano para efeitos de sujeição a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), bem como, estabelecer um período de participação preventiva (Edital n.º 93/2023).

A área abrangida pelo Plano a elaborar, sendo uma zona de fronteira e de articulação entre o tecido mais antigo da cidade e os espaços naturais que a envolvem e lhe conferem a especificidade ambiental e paisagística, é também contígua a uma das principais portas de entrada de trânsito automóvel na cidade de Aveiro, a Rotunda das Pirâmides, que distribui o fluxo oriundo da A25/IP5.

Aliás, sublinhe-se que foi com a construção desta infraestrutura e a consequente ligação viária à cidade que a verdadeira “osmose” entre as marinhas e a ocupação urbana foi interrompida.

O fim das indústrias que se localizavam nestas áreas, ditados por distintos contextos sociais e económicos, resultaram em efetivos “vazios urbanos” ao longo de períodos temporais mais ou menos longos, mas que acabam por ser assimilados no tecido urbano, no processo de crescimento e evolução da cidade, através da ocupação por malhas urbanas recentes e da reabilitação de edifícios, que, associados à qualificação do espaço público, constituem elementos de referência na leitura da cidade e contributo para a promoção das vivências urbanas.

Na área do Plano, assinalam-se algumas construções de carácter, essencialmente, habitacional – o imóvel junto à rotunda teve início de procedimento em 1991 e as edificações na Rua do Cais do Paraíso datam das décadas de 50 e 60 do século anterior.

Registaram-se diversos requerimentos com finalidades diversas na área do Plano do Cais do Paraíso, que revelam, ao longo do tempo, distintas intenções de intervenção por parte de particulares, o que atribui à elaboração deste Plano, uma oportunidade para a revitalização de uma área "desfavorecida".

Na senda da prioridade que vem sendo dada à valorização das frentes de Ria como estratégia municipal e pelo enquadramento que a área envolvente ao Cais do Paraíso representa nesta estratégia, enquanto território de onde ressalta um conjunto de potencialidades e oportunidades de transformação urbanística e de valorização da imagem e ambiente urbanos, e que potenciam a vivência dos espaços em harmonia com a sua condição natural, o Plano de Pormenor do Cais de Paraíso, assume-se como instrumento fundamental para a concretização efetiva e integrada de uma importante "porta de entrada" da cidade.

Do período de Participação Pública efetuado, que decorreu de 13.09.2023 a 3.10.2023, com vista à recolha de sugestões e informações a ponderar no desenvolvimento da proposta do plano, resultaram 7 participações as quais, na generalidade, integraram diversas sugestões programáticas e preocupações que se prendem com a imagem urbana, face à posição privilegiada, enquadramento urbanístico e questões de mobilidade e da qualidade do espaço público, incluindo ainda informações quanto às dinâmicas e situações urbanísticas existentes.

Considerando a crescente pressão urbanística e a perspetiva, a curto/médio prazo, de investimentos estruturantes, constituindo uma circunstância excecional que poderá resultar na alteração significativa das perspetivas de desenvolvimento económico e social locais, que limitará a liberdade de planeamento e pode comprometer ou tornar mais onerosa a execução do Plano de Pormenor, o Executivo Municipal entendeu justificar-se o estabelecimento de Medidas Preventivas (MP), nos termos do RJIGT, tendo como efeito a suspensão da eficácia do PDM, na área por elas abrangida. As MP foram aprovadas em Assembleia Municipal de 18.10.2023 e publicadas em Diário da República através do Aviso n.º 21540/2023.

Em conformidade com o estabelecido pelo RJIGT, no que se refere ao conteúdo documental de um PP, estabelece que o plano é, ainda, acompanhado por elementos complementares, designadamente, pela *Planta da situação existente, com a ocupação do solo e a topografia à data da deliberação que determina a elaboração do plano*.

Assim, deu-se início ao procedimento de elaboração de cartografia de base, para suporte do desenho urbano e demais elementos do PP, a qual obedeceu aos termos do Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, na sua redação atual (estabelece os princípios e as normas a que obedece a produção cartográfica no territorial nacional), tendo obtido homologação pela DGT – Direção-Geral do Território, por despacho de 22.07.2024.

A elaboração do plano permanece em curso, ponderando o desenvolvimento de soluções urbanas que possam prosseguir os objetivos programáticos iniciais.

6.5.2.2. PLANO PORMENOR DO PARQUE DESPORTIVO DE AVEIRO

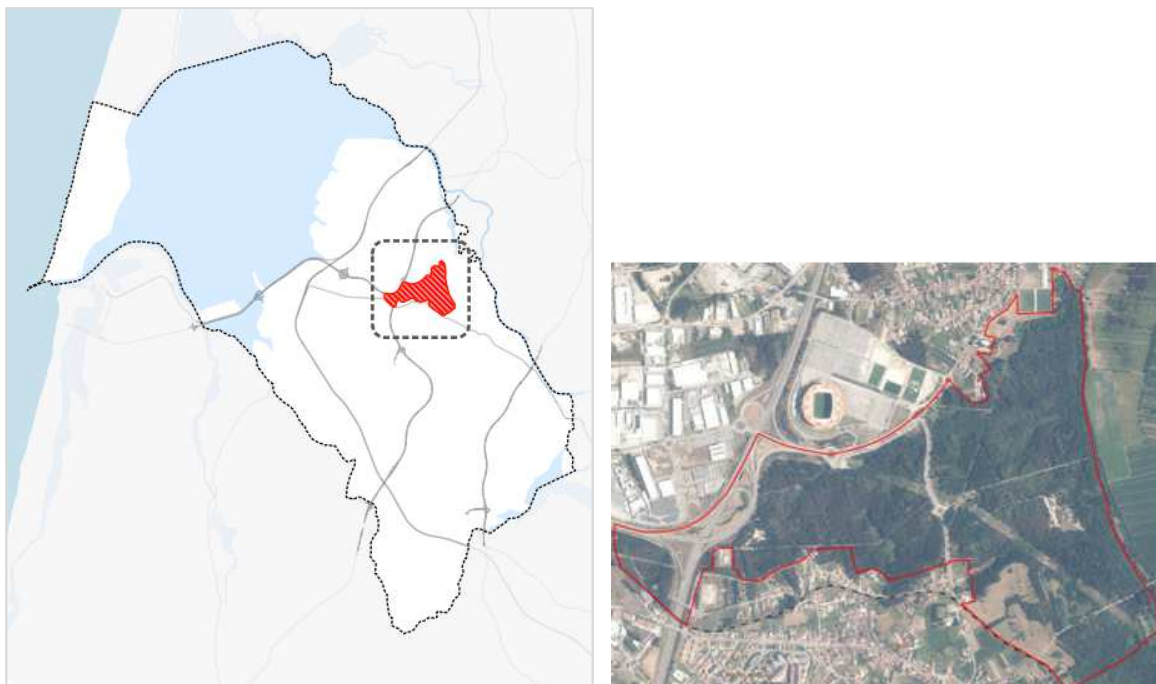


Figura 42 - Plano de Pormenor do Parque Desportivo de Aveiro

O Executivo Municipal deliberou, na reunião de 3 de agosto de 2023, dar início ao procedimento de elaboração do Plano de Pormenor do Parque Desportivo de Aveiro, com o prazo de 18 meses, tendo aprovado os Termos de Referência que definem os respetivos objetivos, fundamentam a sua oportunidade, estabelecer um período de participação preventiva, bem como, determinar a qualificação do plano para efeitos de sujeição a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). Por outro lado, face à integração do Plano em Solo Rústico, é determinado, nos termos do RJIGT, que a sua reclassificação como Solo Urbano seja sujeita à elaboração de Plano de Pormenor com efeitos registrais.

Como ponto prévio, importa sublinhar que todo o processo para a implementação do Parque Desportivo de Aveiro apresenta já um longo historial que remonta a 1995, ao integrar a programação do PDM publicado a 11.12.1995. Neste decurso, a expressão territorial associada aos objetivos da intenção de desenvolvimento de um instrumento de planeamento, que pudesse conter a definição de uma estruturação da ocupação, com o detalhe de um plano de pormenor ou de um plano de urbanização, foi sendo progressivamente ampliada e ajustada, avocando uma dimensão ambiciosa e com impacto regional, assumindo-se como mais um fator de competitividade de Aveiro no desenvolvimento da região a nível turístico, social, cultural, económico e, em especial, no domínio do desporto.

Porém, a intenção de elaboração de um plano municipal e consequente implementação do Parque Desportivo, tendo por base um conceito de parque multifuncional, distribuído por polos, ancorados por grandes equipamentos e empreendimentos, complementares e articulados entre si, por razões financeiras e administrativas, não atingiu a concretização desejada, tornando esta área expetante ao longo do tempo, tal como é evidenciado pela quase total ausência de registo de operações urbanísticas ou quaisquer outros procedimentos.

Estando novamente identificada e delimitada no PDM-1ª revisão, agora como uma unidade operativa de planeamento e gestão - UOPG 1-Parque Desportivo de Aveiro (cujos objetivos e indicadores e parâmetros de referência se apresentam em baixo), entendeu o Município relançar a reflexão sobre a ocupação desta área,

com uma nova abordagem, atual, realista e ambiciosa, adotando a formalidade de um Plano de Pormenor, enquanto instrumento fiável e estável para a conquista de investidores, maioritariamente privados, capazes de efetivar as opções do Plano.

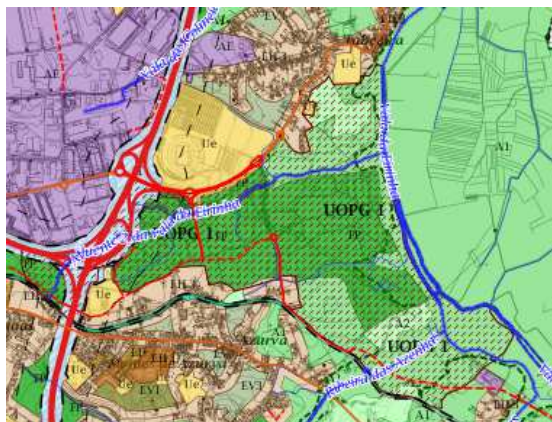


Figura 43 - Extrato da planta de ordenamento do PDM

A par dos equipamentos desportivos e infraestruturas existentes, assim como daquelas cujas execuções já se encontrem programadas, a estratégia aponta para que o seu funcionamento e rendimento sejam plenos haja um contexto urbano que permita uma conjugação multifuncional de usos, garantindo densidades de ocupação equilibradas das diferentes funções e diversidade de vivências urbanas, constituindo também um contributo potenciador do reordenamento e requalificação do tecido urbano na envolvente. Adotando específicas opções programáticas de base, designadamente, a unidade de campo de golf completo, assumem-se ainda novas opções, como seja a de um centro comercial e de serviços e uma urbanização de habitação a custos controlados, complementando com outras novas e diversificadas funções/usos que promovam a multifuncionalidade e garantam a coesão e sustentabilidade do desenvolvimento urbano.

Face ao contexto social e económico, colocam-se múltiplos desafios no que concerne às políticas de habitação, exigindo uma abordagem às reais necessidades das pessoas e das famílias, constituindo uma problemática que se pretende vertida nas opções de ocupação e desenvolvimento da proposta do plano. Neste âmbito, a oferta de habitação a custos controlados, tem sido uma aposta municipal, através da qual se pretende fomentar a regulação do mercado, essencialmente, para promover o acesso à habitação por parte de níveis diversificados de rendimentos familiares.

O limite do Plano de Pormenor do Parque Desportivo de Aveiro- PPPDA restringe-se ao perímetro da UOPG1 com pequenas aferições, correspondendo a Solo Rústico, não devendo, de todo, ficar descurada a necessária articulação com a área urbana envolvente, nomeadamente, com a área de equipamentos que esteve na sua génese e que, por já se encontrar em grande parte estabilizada, não integra o perímetro da proposta do Plano. Pela localização e relação direta com o espaço natural, a componente ambiental deverá funcionar como elemento estruturante e elo de conexão de toda a proposta.

No período de Participação Pública, que ocorreu entre 13-09-2023 a 3-10-2023, foram rececionadas apenas duas participações, promovidas pelo mesmo participante, assentando, na generalidade, em questões de imagem urbana, enquadramento urbanístico e matérias de mobilidade e da qualidade do espaço público e espaço natural envolvente. Entretanto, já no decorrer da elaboração do plano, foi rececionada no final de 2024 uma proposta de formação de um Contrato para Planeamento, por parte de um interessado, com vista à agilização e desenvolvimento célere do processo face à complexidade dos fatores que concorrem para a definição das soluções para a área. Nos termos estabelecidos pelo RJGT, o Contrato para Planeamento não prejudica *a livre exercício dos poderes públicos municipais relativamente ao conteúdo, procedimento de elaboração, de aprovação e de execução do plano, nem a observância dos regimes legais relativos ao uso do solo e às disposições dos demais programas e planos territoriais.*

6.5.3. Planos de Pormenor Programados

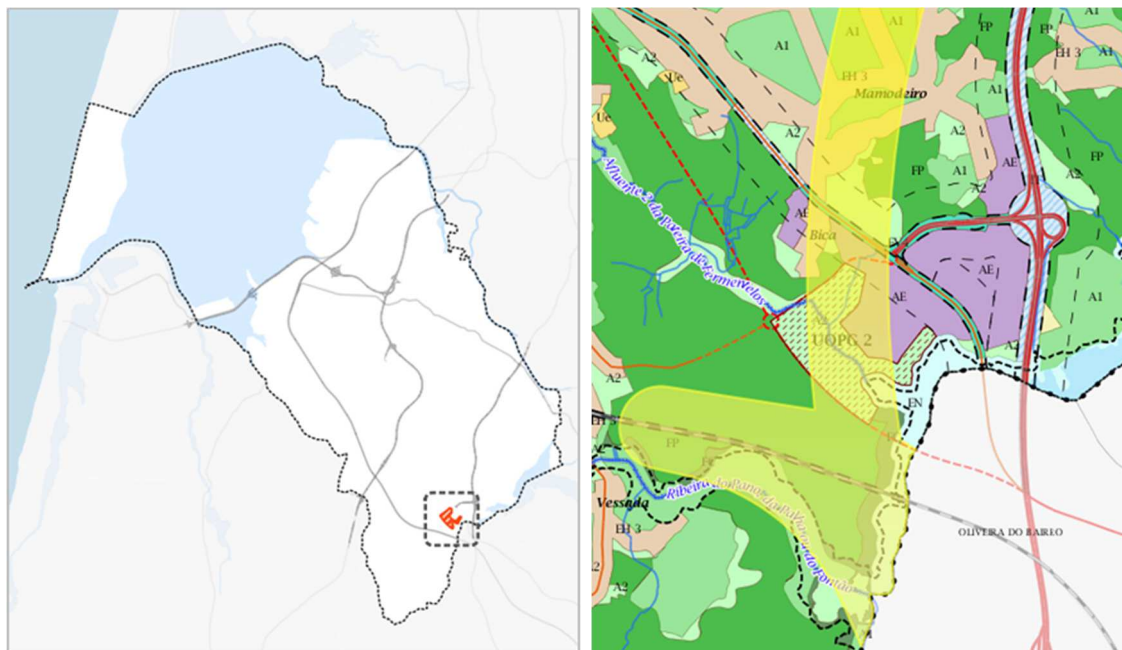


Figura 44 - UOPG 2 – Ampliação da Área de Atividades Económicas- Aveiro Sul

As Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) demarcam espaços de intervenção onde se pretende desenvolver e concretizar as propostas de organização espacial e definir com maior detalhe a sua ocupação. Com este objetivo, o PDM-1ª revisão institui a unidade operativa de planeamento e gestão - **UOPG 2 – Ampliação da Área de Atividades Económicas Aveiro Sul**, devidamente identificada na Planta de Ordenamento, para a qual se estabeleceu a modalidade de Plano de Pormenor.

Neste âmbito foram definidos objetivos programáticos, bem como os respetivos indicadores e parâmetros de referência a considerar na elaboração do respetivo instrumento de planeamento, realçando-se os seguintes:

- Implementar uma área qualificada, que assegura a proteção e integração paisagística
- Promover a estruturação adequada da área, estabelecendo regras para ocupação e usos
- Estabelecer uma rede viária estruturada, visando um sistema de circulação adequado
- Programar a implementação de forma gradual e faseada

Porém, o procedimento de elaboração deste Plano ainda não foi iniciado, dada a manifesta ausência de dinâmicas urbanísticas que o justifiquem. Contudo, a estruturação e ocupação deste espaço apresenta-se agora comprometida, dada a sua abrangência pelo corredor estabelecido para a Linha de Alta Velocidade (LAV).

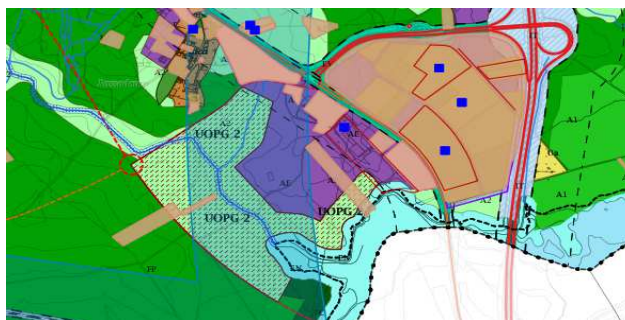


Figura 45 - Dinâmica urbanística

6.6. ESTUDOS URBANÍSTICOS

No âmbito do processo de elaboração da 1ª revisão do PDM, equacionados os objetivos estratégicos e avaliadas as dinâmicas e a pressão sobre o território, exigia-se abordar determinadas áreas com um maior detalhe e reflexão analítica do seu desenvolvimento.

Como resposta a essa necessidade foram elaborados oito Estudos Urbanísticos, onde foi possível refletir sobre a evolução territorial, estruturar e preconizar ocupações futuras, visando a articulação e colmatação das malhas urbanas existentes e ao mesmo tempo um desenvolvimento equilibrado e harmonioso, em linha com os pressupostos do modelo de estruturação e ocupação do PDM, à data ainda sob a forma de proposta de plano.

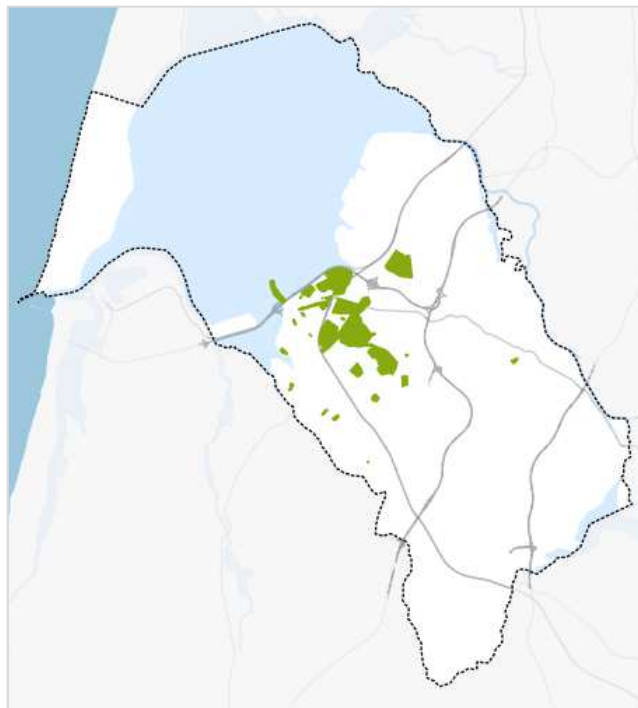


Figura 46 - Áreas abrangidas por Estudos Urbanísticos

Desse conjunto de estudos urbanísticos, face à sua abrangência urbana e territorial, salientam-se os referentes às Agrad do Norte, Área a Nascente da Estação de Comboios, Área a Sul do Pavilhão do Galitos, Avenida Europa e Baixa de Santo António, que tiveram como base as pré-existências, foram orientados para o crescimento urbano dos territórios em causa e constituíram uma aposta na qualidade, sustentabilidade e relação compatibilizada com os valores patrimoniais existentes e com as áreas urbanas próximas.

Após a publicação do PDM, a definição do desenho e da ocupação urbana dos estudos urbanísticos estabeleceram-se como um instrumento fundamental de apoio, complementar e pormenorizado, à análise integrada e à gestão urbanística, num contexto de urbanização não sistemática e associada essencialmente à iniciativa privada, incidindo esta sobre parcelas isoladas e maioritariamente de dimensões reduzidas.

Decorridos cerca de 4 anos da sua elaboração e respetiva tradução na 1ª revisão do PDM, identifica-se, de uma forma geral, **uma expressiva dinâmica urbanística**, a avaliar pelos requerimentos registados neste período (2020-2024), fundamentalmente, nas grandes áreas integradas no tecido da cidade – EU das Agrad do Norte, EU da área a nascente da estação dos comboios, EU da Av. Dr. Lourenço Peixinho e Estudo de Alinhamentos a sul da estação.



Figura 47 - EU Agrad do Norte/dinâmica

No contexto do EU das **Agrad do Norte**, a Av. 25 de novembro apresenta-se como a charneira para as ocupações efetivadas – a sul, as operações de loteamento, orientadas pela estruturação aprovada, suportam as novas edificações, e a norte, em conformidade com a qualificação do solo urbano, as habitações unifamiliares prevalecem, numa ocupação não sistemática. O estudo integra também a área para o **Parque Urbano das Barrocas**, cerca de 3,3 ha de espaço verde que constituirá um elemento agregador e estruturante das malhas urbanas envolventes, e no qual se pretende evidenciar padrões de qualidade, segurança, conforto e amenidades, determinando um impacto positivo na conservação da natureza e na proteção e restauração da biodiversidade e do património natural em contexto urbano, fundamentais para garantir o bem-estar e a saúde individual e comunitária e o bom funcionamento dos ecossistemas que, por seu lado, são essenciais para mitigação de ondas de calor urbano e para reforçar a resiliência das populações.

Para a elaboração do respetivo projeto foram elaborados Termos de Referência, que fazem sobressair o objetivo de valorização das componentes ambientais, através da preservação e revitalização da estrutura ecológica, como forma de se promover a biodiversidade e a sustentabilidade local.

O EU da **Avenida Dr. Lourenço Peixinho** incide sobre uma área de valor histórico, arquitetónico e de urbanismo, onde as problemáticas associadas ao abandono e degradação do edificado, e que se traduziam em fortes passivos urbanos e ambientais, têm vindo a ser ultrapassadas com as inúmeras operações urbanísticas recentes, que a par da intervenção de qualificação do espaço público, alteram a imagem desta via emblemática da cidade.

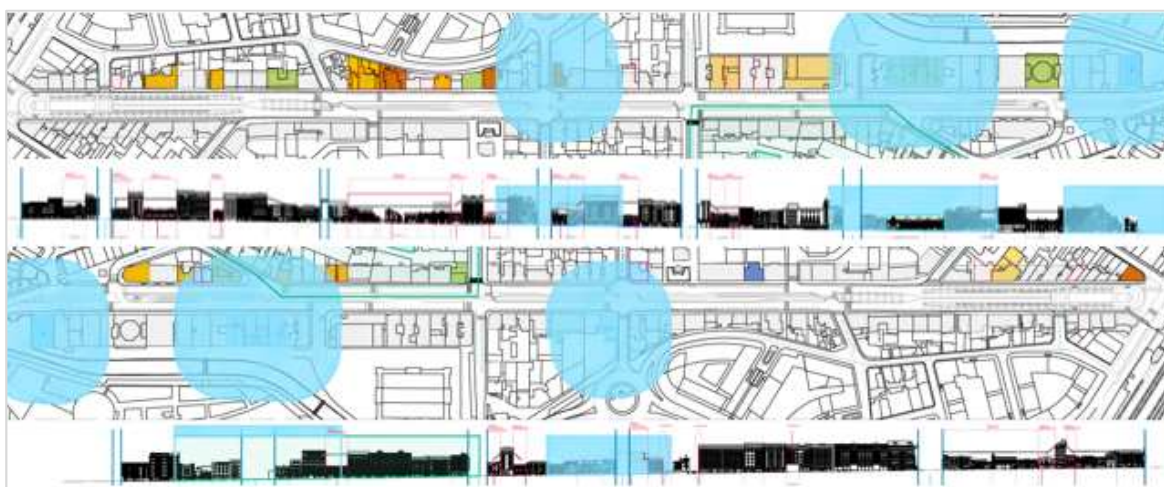


Figura 48 - Extratos do estudo urbanístico da Avenida Dr. Lourenço Peixinho



Figura 49 - Dinâmica urbanística na Avenida Dr. Lourenço Peixinho

Tirando partido das dinâmicas de transformação na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, na área adjacente referente ao Estudo de Alinhamentos a **Sul da Estação**, há registo de vários processos, tendo sido já concretizadas algumas edificações, completando a malha que nele se define.



Figura 50 - Estudo de Alinhamentos a Sul da Estação /dinâmica

A concretização da Avenida Vasco Branco e da Alameda Silva Rocha e, mais tarde, a abertura da Avenida Dom António Francisco dos Santos formam a estrutura base para as propostas de ocupação do EU da **Área a Nascente da Estação dos Comboios**, refletindo as prescrições relativas ao Espaço Central Tipo 2 que o abrange.



Figura 51 - EU Área a Nascente da Estação de Comboios/dinâmica

A localização dos edifícios isolados tem por objetivo concentrar quantitativamente a edificabilidade nas parcelas, por forma a promover grandes áreas de espaço público e de espaços verdes de proximidade, onde

possam ser contempladas áreas destinadas ao desporto, recreio, encontro e lazer, com equipamentos adequados a diversas faixas etárias.

Sendo esta uma das zonas mais centrais da Cidade de Aveiro, constata-se o seu grande potencial de atração, expresso nos diversos requerimentos em curso e nas várias edificações recentes, que traduzem a dinâmica urbanística instalada, demonstrando ainda a qualidade arquitetónica pretendida para este ambiente urbano.

A intenção de ampliação do **Parque de Feiras e Exposições de Aveiro**, a integração de um Pavilhão Multiusos e o imperativo estratégico e funcional de se proceder a uma alteração da estruturação rodoviária, decorrente da futura implementação do Eixo Rodoviário Aveiro-Águeda (ERAA), ditaram a elaboração do Estudo Urbanístico, que assume uma alteração profunda desta área da cidade, com a preocupação de integrar de forma cuidada as construções a edificar na tipologia predominante de uso do solo. As operações urbanísticas têm-se restringido à área mais periférica do estudo.

Em razão da implementação do referido ERAA, o Estudo Urbanístico do **Parque Urbano de Santa Joana** (Eixo Aveiro-Águeda) formaliza a necessidade de constituir uma nova área urbana com frente para a nova via, na zona Sul de Santa Joana (Quinta do Gato) e na zona Norte de São Bernardo, estruturando a ocupação e o crescimento urbano com a devida qualidade, sustentabilidade e relação compatibilizada com a rede viária existente e as áreas urbanas próximas. Aguardando-se a construção do ERAA, as operações urbanísticas que se registam apoiam-se ainda nas vias existentes.

No decurso destes 4 anos de vigência do PDM foram, entretanto, elaborados outros estudos, em função das necessidades de estruturação de territórios específicos, tanto para apoio à decisão de intervenção municipal, como para resposta a determinadas operações urbanísticas ou para reconversão de áreas urbanas. Correspondendo ao potencial de atração dos investimentos e às dinâmicas registadas no território, é na coroa envolvente da cidade que a necessidade destes estudos, abrangentes ou mais contidos, frequentemente ocorreu.

De entre eles, salientam-se algumas abordagens efetuadas, na freguesia de S. Bernardo (Cilhas, Cruz Alta, estruturação do parque urbano), na de Glória e Vera Cruz (alteração do quarteirão Forca/norte, área da Central de betão Liz, zona da IPSS Florinhas do Vouga, Santiago), em Aradas (área entre a Travessa do Eucalipto Sul e a Rua Direita, alinhamentos na rotunda do Botafogo, prolongamento da Rua José Ant.º Silva Leão, qualificação urbana da envolvente da Capela da Qtª do Picado), em Eixo (prolongamento viário do largo da EB) e em Stª Joana (cemitério, Solposto, parque urbano da FIDEC).

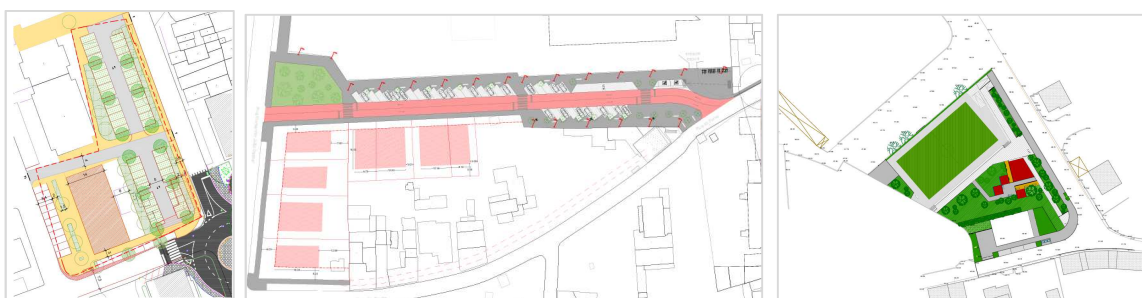


Figura 52 - Estudos: Trv. do Eucalipto Sul e a Rua Direita, Largo da EB de Eixo, Parque urbano da FIDEC

Em S. Bernardo, na área circunscrita a nascente pela Rua das **Cilhas**, a norte pelo ex-Centro de saúde mental e a sul pela Estrada de S. Bernardo, a existência de um terreno municipal foi determinante para a elaboração do Estudo Urbanístico das Cilhas, que promove uma estruturação de todo o “vazio urbano”, e acomoda conceitos atuais de urbanidade, capaz de conferir uma maior densificação e centralidade à área, vocacionando-a para a oferta de habitação a custos controlados, sendo que, as respetivas operações urbanísticas promoverão, ainda a estruturação urbana, favorecendo, também o incentivo ao investimento no restante espaço que se encontra expectante.

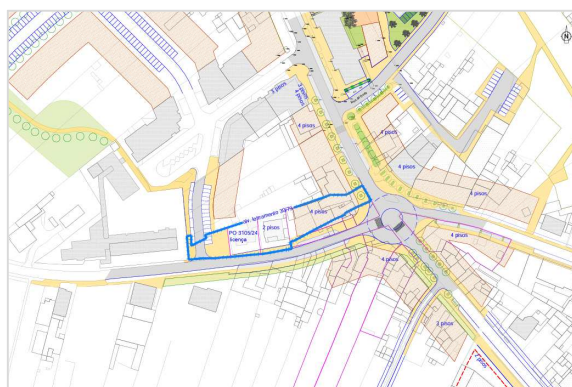


Figura 53 - Estudos urbanísticos em S. Bernardo: Cilhas e Cruz Alta

Nesta freguesia, as sinergias inerentes aos vários equipamentos – Igreja e cemitério, Junta de Freguesia, a Sociedade Musical St^a Cecília, áreas e equipamentos desportivos e de recreio, serviços, a escola e algum comércio, inicialmente, de base mais tradicional, todos localizados num perímetro de proximidade, têm vindo a imprimir dinâmicas de desenvolvimento e ocupação territorial específicas, que requerem estruturação, definição de ocupação e programação.

Do estudo alargado do centro de S. Bernardo, salienta-se a abordagem mais pormenorizada para a **Cruz Alta**, um ponto de conflito na organização da circulação, pela falta de visibilidade e pela exiguidade do seu dimensionamento (viário e pedonal), que se pretende resolver através da criação de uma rotunda e com ocupações marginais que lhe conferem um carácter de maior urbanidade.



Figura 54 - S. Jacinto: Proposta de estruturação urbana

Em **S. Jacinto**, para contrariar a forma de ocupação dispersa e não sistemática que ocorre, sobretudo, na área poente do aglomerado, elaborou-se um estudo que, estabelecendo a articulação de algumas vias “incompletas”, promove a construção de uma malha urbana orientadora das futuras ocupações.

6.7. PLANOS DE CARIZ ESTRATÉGICO COM INCIDÊNCIA TERRITORIAL

6.7.1. Plano Municipal de Ação Climática (PMAC)

A Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro) vem consolidar objetivos, princípios e obrigações para os diferentes níveis de governação para a ação climática, através de políticas públicas, e estabelecer novas disposições em termos de política climática. Esta Lei, nos termos do seu artigo 14º, estabelece um conjunto de obrigações relativas à necessidade de desenvolvimento de novos instrumentos da política climática, nomeadamente, os Planos Municipais de Ação Climática (PMAC).

Nestes termos, para além da integração da componente de adaptação dos territórios aos efeitos das alterações climáticas, é exigida uma componente de redução de emissões de gases com efeitos estufa, para as quais são estabelecidas como metas nacionais:

- Até 2030, uma redução de, pelo menos, 55 %;
 - Até 2040, uma redução de, pelo menos, 65 a 75 %;
 - Até 2050, uma redução de, pelo menos, 90 %.
- E ainda a meta de captação de 13 megatoneladas desses mesmos gases, (definidos em toneladas de CO2 equivalente) entre 2045 e 2050.

No alcance destas metas e para o devido enquadramento e contributo nas ações municipais, apresentam-se de seguida as abordagens efetuadas nesta temática, os diferentes componentes e as medidas de atuação identificadas no respetivo documento de síntese do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC).

Atenda-se que em matéria de ADAPTAÇÃO, já tinha o Executivo Municipal aprovado, em agosto de 2021, o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PMAAC), posteriormente vertido no PMAC, com as devidas atualizações ao nível dos cenários de risco e priorização das medidas de atuação.

Na componente de MITIGAÇÃO, foi necessário, antes de mais, proceder à quantificação das emissões, procedendo à elaboração da Matriz Energética, e de forma correlacionada, da Matriz de Emissões, na qual, tendo como referência o ano 2005, se destaca, de forma exatável, o setor *industrial*, [230.819 ton CO2 eq], surgindo depois os sectores *edifícios residenciais* [35.496 ton], *transportes* [31.598 ton] e *edifícios, equipamentos e instalações* [27.463 ton], os quais deverão ser considerados como os sectores de intervenção prioritária, embora salvaguardando o alcance da atuação municipal no que respeita ao setor industrial.

O Plano de Ação Climática apresenta como prioritárias, um conjunto de 15 Medidas de Adaptação e 16 Medidas de Mitigação, distribuídas pelos 7 Eixos de Intervenção definidos na Lei de Bases do Clima – Energia, Mobilidade, Edifícios (Residencial, Comércio e Serviços), Indústria, Agricultura, florestas e outros usos do solo, Resíduos e águas residuais, Espaço Público e Transversais.

Por forma a cumprir as metas estabelecidas para os horizontes temporais: 2030, 2040 e 2050, o PMAC apresenta um quadro de investimento, associado à execução das 31 medidas propostas, da ordem dos 30 M euros, conseguindo a neutralidade carbónica com emissões de 69.847 ton CO2 eq em 2050, da mesma ordem de grandeza da capacidade de sequestro de carbono referenciada para ano 2007.

6.7.2. Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Aveiro (PEDUCA)

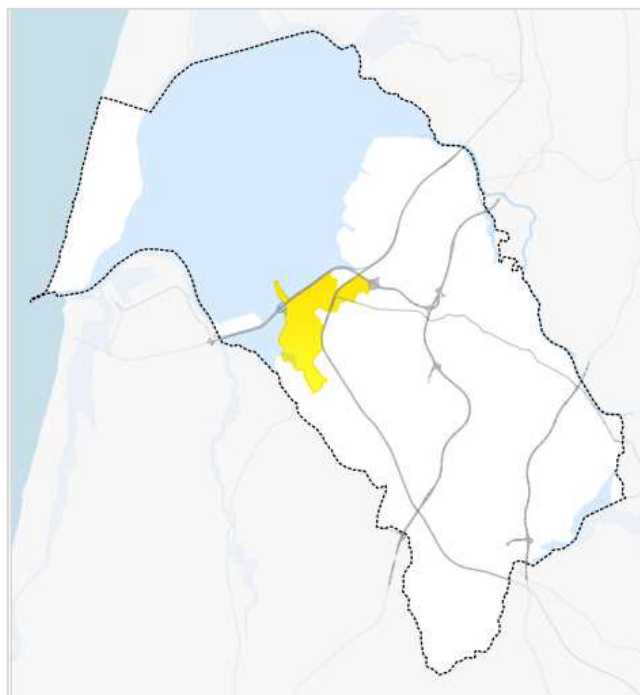


Figura 55 - Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Aveiro

A publicação da delimitação da ARU ocorreu em 2016 (Aviso n.º 11614/2016) e o desenvolvimento da correspondente OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA (ORU) orientada pelo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) ocorreu em 2019 (Aviso n.º 19819/2019, tendo constituído uma oportunidade de definição de novas ações, na continuidade e em articulação com as linhas gerais orientadoras estabelecidas nos documentos estratégicos e de ordenamento do território, designadamente, a Revisão do Plano Diretor Municipal e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Aveiro (PEDUCA).

A alteração das lógicas de mobilidade, a proteção ambiental e a ativação dos equipamentos são essenciais para adaptar o território às necessidades reais, representando a regeneração e reabilitação urbana um desafio, uma oportunidade e uma prioridade para reinventar as ocupações dos centros urbanos, para reabilitar e preservar o património existente.

É neste contexto, que para o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Aveiro (PEDUCA) foram definidos os seguintes objetivos estratégicos:

- Reforço da ESTRUTURA URBANA e da QUALIDADE DE VIDA das populações, apostando numa maior racionalidade de exploração dos recursos urbanos municipais e numa maior equidade territorial na qualificação da componente ambiental urbana, ajustada às necessidades de diferentes públicos, com lógicas de proximidade e de valorização da integração do suporte físico urbano endógeno, visando a melhoria nos padrões de vida.
- Implementação de um DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL, através de um modelo de desenvolvimento territorial económico e ambientalmente mais sustentável, centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes, potenciando os recursos endógenos e diferenciadores.
- Promoção INCLUSÃO e COESÃO SOCIAL, com combate à pobreza e aos fenómenos de exclusão social ou de segregação, através de ações de promoção da educação, formação e geração de emprego dirigido, acesso a habitação, serviços e equipamentos, complementadas com ações de requalificação urbana de espaços degradados.

- Aumento do EMPREGO e da INOVAÇÃO, proporcionando condições de fomento de empreendimentos com forte componente de inovação e com potencial de repercussão na economia urbana.
- Fortalecimento da ATRATIVIDADE da CIDADE, apostando na integração de Aveiro nas redes de conectividade metropolitana e regional em contextos europeu e mundial, potenciando o fortalecimento da cooperação territorial e complementaridades funcionais e produtivas, favorecendo o acesso aos principais mercados internacionais em domínios como investimento, negócio, produção industrial, investigação, turismo.
- Incremento da CIDADANIA ATIVA e GOVERNANCIA PARTILHADA, através de uma governação transparente e participada, incrementando responsabilização da população pelas políticas urbanas, sentido de justiça e sentido de comunidade com identidade cultural própria.

Definidas as opções estratégicas, objetivos e ações prioritárias, foi estabelecido o modelo de gestão e execução, garantindo os meios necessários para o financiamento das ações - o orçamento do Município, sendo a sua capacidade de execução reforçada através de programas de financiamento de fundos estruturais ou programas nacionais do orçamento do estado, em concreto, pelos Fundos Comunitários do Portugal 2020 e do Portugal 2030, muito em especial pelo Programa Regional do Centro, o Centro 2030, existindo também um conjunto de investimentos privados que deram corpo à estratégia definida, com suporte num conjunto de incentivos fiscais, administrativos e financeiros, previstos pelo Município em regulamentação própria e benefícios fiscais que decorrem da aplicabilidade da legislação em vigor, instrumentos financeiros e outros incentivos criados para apoio à reabilitação e revitalização urbanas, como o Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020), no âmbito do Portugal 2020 ou a Casa Eficiente.

O PEDUCA estabeleceu a sua estratégia de intervenção nas componentes de regeneração urbana, de mobilidade urbana sustentável e de intervenção em comunidades desfavorecidas, tratadas em três planos de ação: o Plano de Ação para a Regeneração Urbana (PARU), o Plano Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUSA) e o Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD).

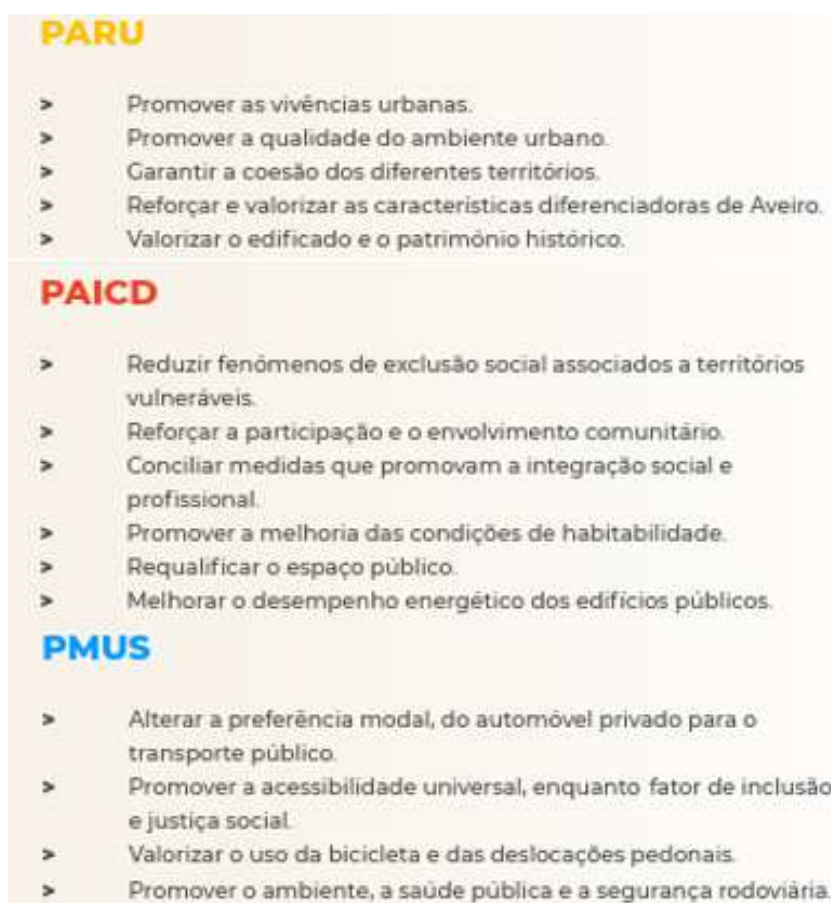


Figura 56 - Objetivos PEDUCA, por Plano de Ação

Na imagem e quadro seguintes é apresentada a listagem e a abrangência territorial das intervenções realizadas, distribuídas pelos Planos de Ação, identificando a respetiva utilização de Fundos Comunitários do *Portugal 2020*, bem como do Programa Regional do Centro – *Centro 2030*.

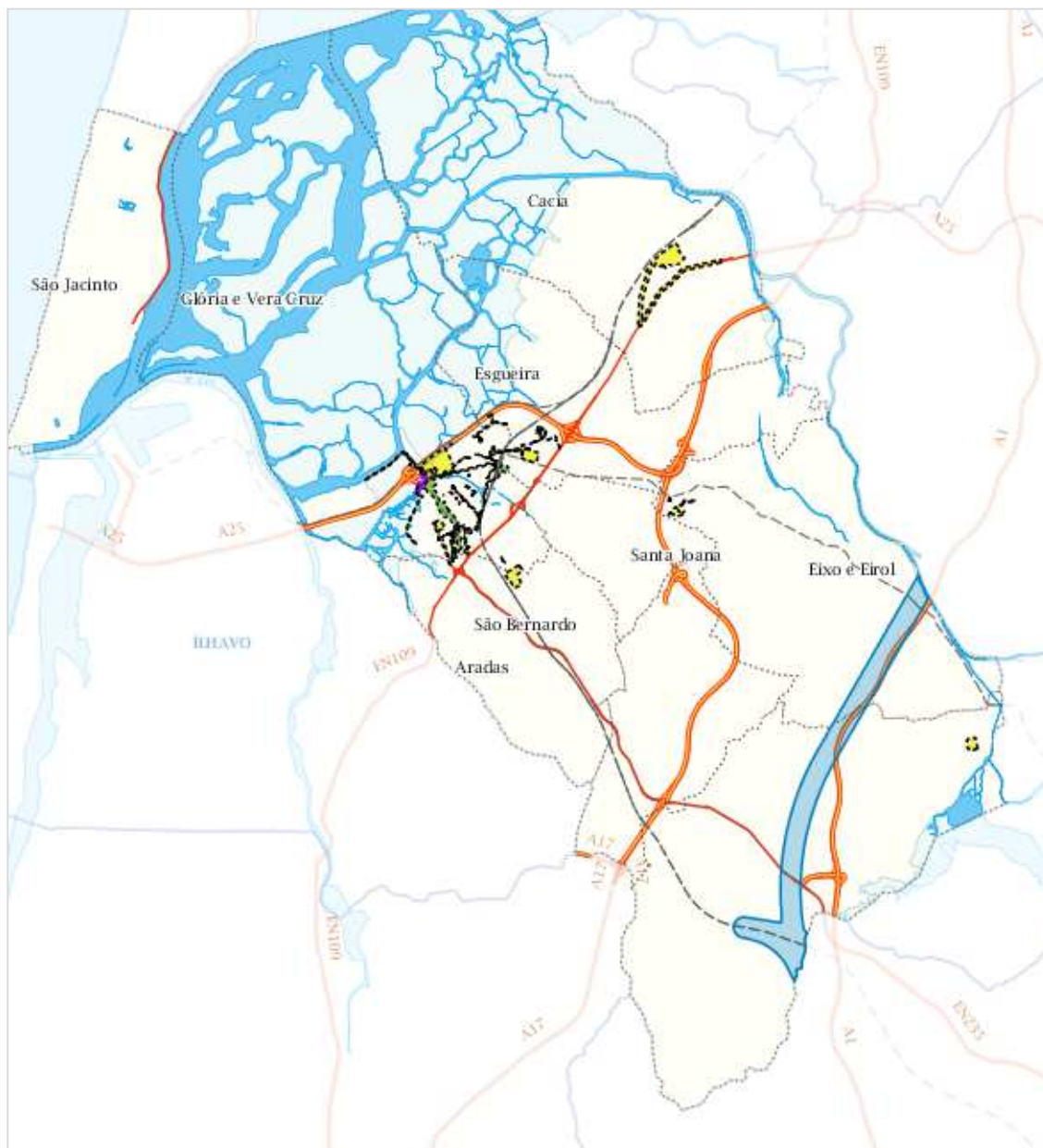


Figura 57 - Intervenções municipais no âmbito do PEDUCA

		AÇÕES e INVESTIMENTOS	Projeto/obra	Finalizado
PEDUCA	PARU	Reabilitação do edifício Fernando Távora – ATLAS Aveiro		
		Reabilitação da antiga estação de comboios –polivalência de usos e conservação dos painéis azulejares		
		Requalificação da Avenida Dr. Lourenço Peixinho – aumento de espaço para modos suaves, melhorando o conforto e segurança		
		Qualificação da Ponte de S. João – melhorar as acessibilidades		
		Requalificação do largo do Rossio – criação de um espaço público polivalente e áreas de estacionamento subterrâneas		
		Requalificação da Rua da Pega – valorização da frente ribeirinha, promoção dos modos suaves		
		Requalificação de vários arruamentos – espaço público/modos suaves e correção de conflitos viários		
	PAICD	Requalificação do Jardim de Santiago –qualificação de equipamentos e ampliação da área exterior do JI e EB1		
		Reabilitação do Bairro do Griné –remodelação das redes de infraestruturas, aumento do nível de conforto		
		Reabilitação na Urbanização de Santiago – melhoria do conforto e segurança		
	PMUS	Trajeto ciclável entre a Universidade de Aveiro e a estação de comboios – implementação de diferentes tipologias de vias		
		Implementação do sistema de bicicletas partilhadas /Reconversão da BUGA		
		Parque de estacionamento de apoio à intermodalidade		
OUTROS 2020	EDUCAÇÃO	Obras de reabilitação e ampliação de vários edifícios escolares		
		Construção de nova escola em S. Bernardo e novo centro escolar em N. Srª Fátima		
	SAÚDE	Obras de reabilitação em várias unidades de saúde		
	CULTURA	Reabilitação do monumento nacional Igreja das Carmelitas		
		Reabilitação do palheiro do Ecomuseu Marinha da Troncalhada		
		Programação cultural em rede da Região de Aveiro		
		Eixo cultural A25/Rede de Criação e Programação		
		Descobrir e experienciar novos territórios		
	AMBIENTE	Aquisição de novo ferry elétrico		
		Requalificação da Avenida da Universidade		
		Núcleo de apoio à pesca de S. Jacinto		
		Ponte açude do Rio Novo do Príncipe/Sistema primário do baixo Vouga Lagunar/margem esquerda do Rio Vouga		
	PROJETOS ESPECIAIS	Eixo rodoviário Aveiro-Águeda, em execução pelos 2 municípios e com apoio técnico da IP e financiamento do PRR		
OUTROS 2030	EDUCAÇÃO	Valorização do parque escolar –requalificação/ construção nova		
	SAÚDE	Investimentos na rede - requalificação e novas construções		
	QUALIFICAÇÃO URBANA	Prolongamento do canal de S. Roque		
		Qualificação do Bairro da Beira Mar		
		Ampliação da ponte do Canal das Pirâmides		
		Qualificação urbana de Cacia e Esgueira		
		Desnivelamento da Avenida Europa		
	ESPAÇOS VERDES	Parque urbano das Barrocas		
		Parque e corredor verde de S. Bernardo		
	CULTURA	Museu de Aveiro Santa Joana		
		Museu da bienal Museu da Terra		
		Centro Cívico de Aradas Casa de Música		
		Antigo Colégio Dr. Alberto Souto Casa de Memória		
	DESPORTO	Pavilhão Oficina do Desporto		
		Postos náuticos		
	MERCADOS E FEIRAS	Parque de Feiras e Exposições Mercado de Santiago		

Quadro 52 – Ações e investimentos - PEDUCA

7. GESTÃO URBANÍSTICA

7.1. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: RAD – REGIÃO DE AVEIRO DIGITAL

O Município de Aveiro integrou o Projeto de Modernização Administrativa denominado RAD – Região de Aveiro Digital com os restantes 10 Municípios da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), cujos principais objetivos foram a oferta de serviços partilhados, integrados e multicanal na Região de Aveiro, a reengenharia e desmaterialização de processos (uniformização intermunicipal), o reforço e capacitação dos recursos, bem como a maximização do uso das tecnologias na sua atividade, tendo sido estabelecido, para a sua concretização, contrato de financiamento entre a CIRA e a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Centro 2020, no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Região de Aveiro.

Com a implementação do projeto RAD - Região de Aveiro Digital pretendeu-se que os 11 Municípios da CIRA alcançassem os seguintes benefícios para as suas organizações, os seus cidadãos e os seus agentes económicos:

- Reforço da estratégia intermunicipal de reengenharia, simplificação e desmaterialização de processos (harmonização das práticas);
- Disponibilização de serviços online;
- Disponibilização de novas plataformas para resposta aos novos desafios;
- Promoção do uso do cartão do cidadão (chave móvel digital);
- Fomentar a digitalização e tramitação eletrónica dos documentos.

Neste contexto, o Município de Aveiro reuniu condições para reforçar a desmaterialização de processos e implementar essa desmaterialização na relação com os seus cidadãos e agentes económicos, o que permitiu agilizar e facilitar a submissão/tratamento/resposta dos pedidos, de forma a garantir eficiência e eficácia no seu tratamento, bem como aprofundar a relação de proximidade com os cidadãos.

Durante o mês de janeiro de 2021, o atendimento e a submissão de requerimentos na área do Urbanismo, realizado no Gabinete de Atendimento Integrado, passou a ser feito através da submissão eletrónica dos pedidos e respetiva instrução, cuja disponibilização nos serviços on-line ocorreu no mês de fevereiro do mesmo ano.

Com o objetivo de agilizar a implementação das novas formas de submissão e instrução dos pedidos, os novos requerimentos permitem descarregar uma pasta zipada com a totalidade dos ficheiros, que se associarão automaticamente no local destinado a cada elemento instrutório, desde que cumpram as regras de nomenclatura dos ficheiros digitais dos elementos instrutórios.

Nesta senda, foi também criado o Catálogo Intermunicipal de Layers/Camadas, previsto no artigo 16.º do Regulamento de Instrução de Procedimentos Administrativos do Município de Aveiro e aprovado pelo Conselho Intermunicipal da CIRA se encontra disponível e atualizado permanentemente através deste endereço:

https://www.regiaodeaveiro.pt/regiaodeaveiro/uploads/document/file/1985/ripa_catalogocamadas.zip

7.2. DINÂMICAS

A análise das dinâmicas de crescimento dos aglomerados, associada à gestão sustentada dos recursos naturais e às atividades produtivas é essencial para se conhecerem as ocupações humanas. Considera-se, pois, fundamental avaliar e caracterizar os pedidos de operações urbanísticas tendo em consideração os vários tipos de operações. O tratamento dos dados recolhidos relativos à gestão urbanística é sempre uma questão sensível, uma vez que a informação selecionada não pode ser interpretada de forma linear, pois nem todos os pedidos aprovados resultam numa concretização no território e alguns destes requerimentos refletem alterações a situações existentes.

Neste contexto, optou-se por assumir a emissão de licenças de construção como um indicador da dinâmica urbanística, conscientes que este procedimento engloba não só novas construções, como também intervenções em preexistências e que algumas destas licenças, podendo não ter tido consequência direta no território, são indicadores, ainda assim, de intenções de intervenção e de expressão da dinâmica urbanística territorializada.

Por outro lado, correspondendo os pedidos de informação prévia (PIP) à solicitação, a título prévio e por parte de qualquer interessado, de *informação sobre a viabilidade de realizar determinada operação urbanística ou conjunto de operações urbanísticas diretamente relacionadas, bem como sobre os respetivos condicionamentos legais ou regulamentares, nomeadamente relativos a infraestruturas, servidões administrativas e restrições de utilidade pública, índices urbanísticos, cércas, afastamentos e demais condicionantes aplicáveis*, refletem, em grande parte dos casos, uma intenção de intervir num determinado território.

A análise irá incidir sobre dados/quantitativos recolhidos através do SPO – Sistema de Processos de Obras, dos dados estatísticos do INE e do Registo Nacional de Turismo (RNT) do Turismo de Portugal, bem como incidirá sobre respetiva a distribuição espacial dos pedidos e licenças/autorizações, referentes a edifícios e a operações de loteamento.

A designação adotada de *alvarás de construção* reúne a informação relativa às licenças de construção e às comunicações prévias, tendo em conta o enquadramento legal do RJUE.

De acordo com o gráfico seguinte, constata-se que a emissão de alvarás de construção, após a contração ocorrida entre 2012 e 2014, reflexo ainda da crise verificada no sector do imobiliário após 2008, apresenta um aumento até 2019. Em 2020, verifica-se uma redução no número de alvarás de construção emitidos, e até 2023, houve novamente crescimento, mas em 2024 ocorreu novo decréscimo.

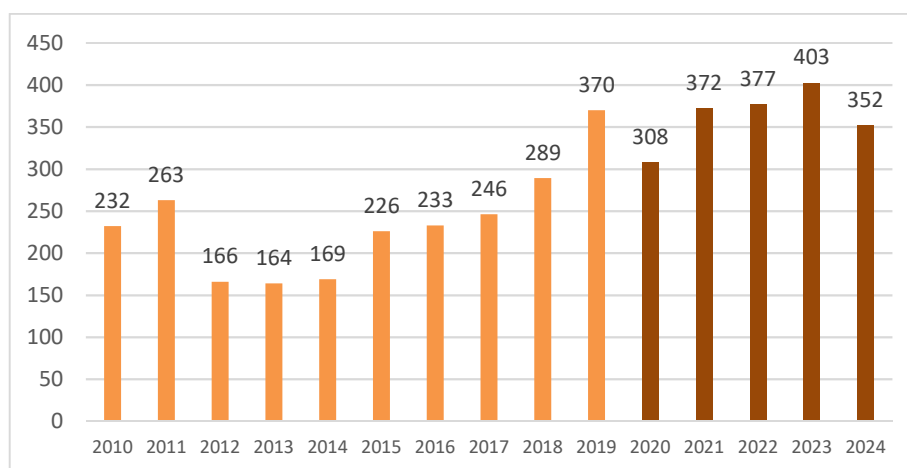


Gráfico 73 - Evolução da emissão de alvarás de construção (licenças + comunicações prévias)

Analisando o número de edifícios licenciados por tipo de obra (construção nova, demolição, reconstrução, alteração e ampliação), com base nos dados disponíveis no INE, de 2020 a 2023, constata-se que o número de edifícios construídos nestes quatro anos é, em média, 13 vezes maior do que o n.º de demolições e 16 vezes maior do que o n.º de ampliações, revelando um potencial desenvolvimento/ocupação do perímetro urbano.

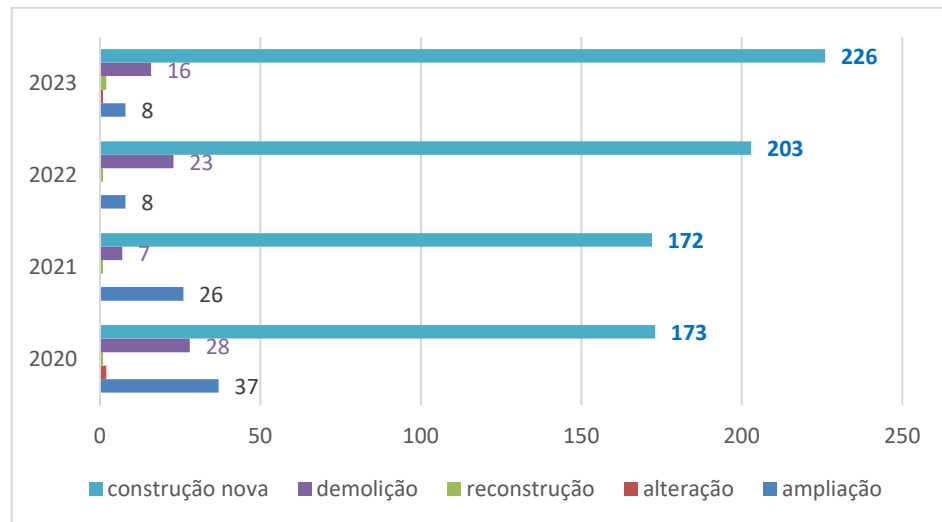


Gráfico 74 - Edifícios licenciados por tipo de obra
Fonte: INE

A partir dos valores patentes no gráfico em baixo, é evidente, no universo dos edifícios licenciados, a prevalência dos edifícios habitacionais e, nestes os que são destinados a moradias (habitação unifamiliar), atingindo no ano de 2023 cerca de 66% do total de edifícios licenciados, denotando o carácter e tipologia dominante da ocupação urbana na generalidade do território, tendência que irá ser reforçado pela análise das operações de loteamento, desenvolvida mais adiante.

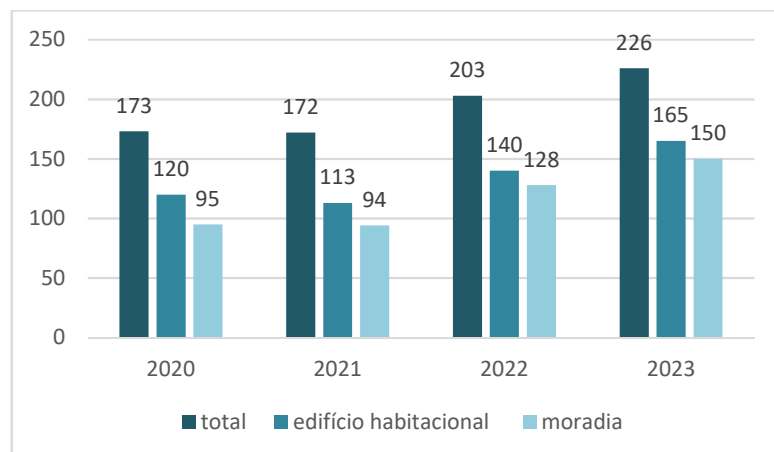


Gráfico 75 - Edifícios licenciados

Paralelamente, a evolução do número de pedidos de informação prévia (PIP), expressa no gráfico seguinte, retrata um padrão constante de aumento desde 2016, destacando-se o aumento ocorrido em 2024, com valores absolutos (268 pedidos) que se aproximam quase da duplicação dos valores de 2020 (164).

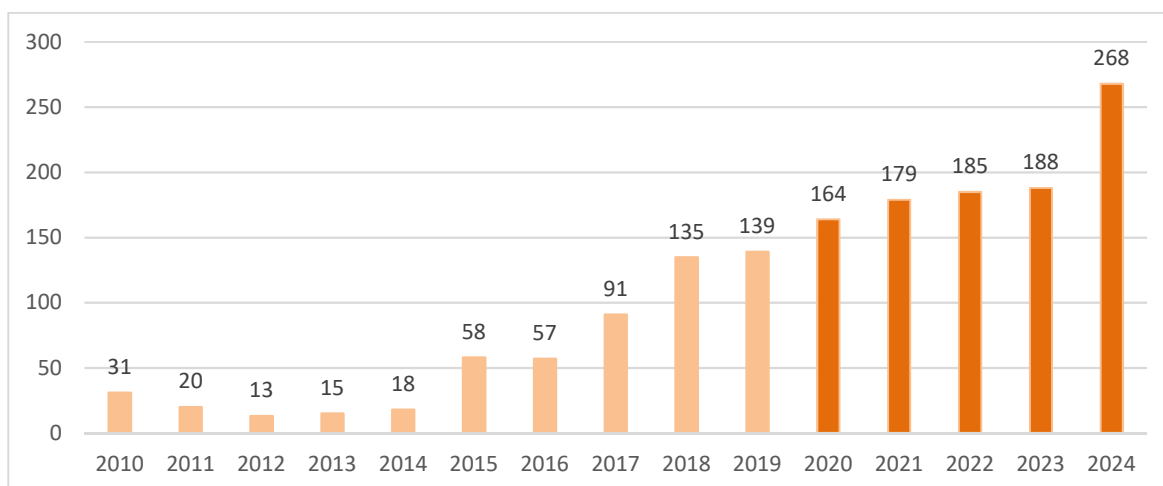


Gráfico 76 - Pedidos de informação prévia

Para um melhor entendimento quanto ao tipo e abrangência destes pedidos, refira-se que o RJUE vem, no seu artigo 14.º, dividir os requerimentos de PIP em dois “tipos”:

- ao abrigo do seu n.º 1, requerendo, a título prévio, informação sobre a viabilidade de realizar determinada operação urbanística, bem como sobre os respetivos condicionamentos legais ou regulamentares relativos, nomeadamente, a infraestruturas, servidões administrativas e restrições de utilidade pública, índices urbanísticos, cêrceas, afastamentos, e demais condicionantes aplicáveis à pretensão;
- ao abrigo do seu n.º 2, requerendo, em qualquer circunstância, designadamente quando o pedido respeite a operação de loteamento em área não abrangida por plano de pormenor, que a informação prévia contemple especificamente os seguintes aspetos, em função da informação pretendida e dos elementos apresentados:
 - a) A volumetria, alinhamento, cêrcea e implantação da edificação e dos muros de vedação;
 - b) Projeto de arquitetura e memória descritiva;
 - c) Programa de utilização das edificações, incluindo a área total de construção a afetar aos diversos usos e o número de fogos e outras unidades de utilização, com identificação das áreas acessórias, técnicas e de serviço;
 - d) Infraestruturas locais e ligação às infraestruturas gerais;
 - e) Estimativa de encargos urbanísticos devidos.
 - f) Áreas de cedência destinadas à implantação de espaços verdes, equipamentos de utilização coletiva e infraestruturas viárias.

Neste âmbito, é fundamental referir também que, de acordo com o ponto 2 do artigo 17.º, uma informação prévia favorável proferida nos termos do n.º 2 do artigo 14.º e que contenha as menções requeridas em função dos elementos específicos e obrigatórios apresentados, tem por efeito a isenção do controlo prévio da operação urbanística em causa, desde que iniciada no prazo de dois anos após a decisão favorável do pedido.

Em função desta divisão por “tipos” de PIP, apresenta-se o gráfico seguinte, cuja leitura expressa que o maior número de pedidos é feito ao abrigo do n.º 1 do artigo 14.º, em contraponto ao número de requerimentos ao abrigo do n.º 2 do referido artigo, justificado talvez pela exigência dos elementos a entregar (projeto de arquitetura, programa de utilização das edificações, nº de fogos, contabilização de áreas de cedência e estimativa de encargos urbanísticos, entre outros), e consequentemente, dos encargos financeiros envolvidos, apesar dos efeitos e das garantias que podem advir no controlo sucessivo das operações urbanísticas, face a uma informação/resposta do Município mais completa.

No ano de 2020 não são apresentados valores, dado que só a partir de 2021 se começaram a efetuar registos no SPO, com separação pelos “tipos” atrás referidos.

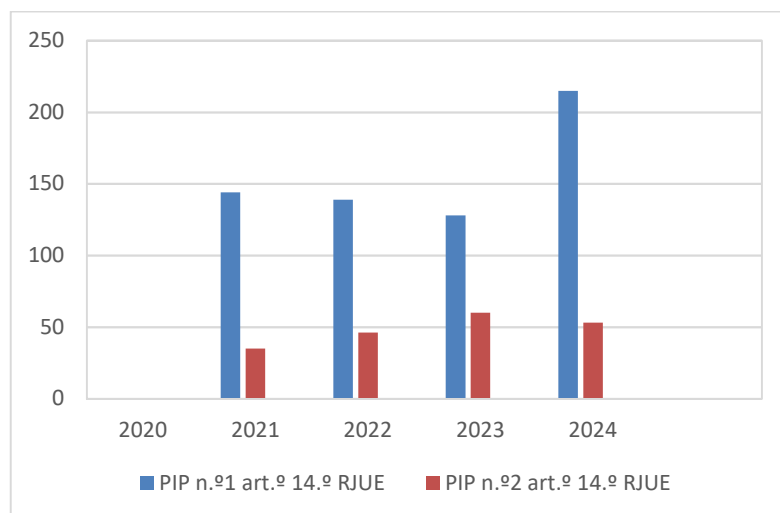


Gráfico 77 - Pedidos de informação prévia/ n.º 1 e n.º 2 do art.14.º RJUE

No gráfico seguinte está representada a evolução do número de pedidos de informação prévia e dos alvarás de construção emitidos. No que respeita aos alvarás de construção, a partir de 2012, regista-se um aumento até 2019, caindo em 2019, para voltar a aumentar até 2023, diminuindo depois em 2024. Nos pedidos de informação prévia constata-se uma tendência generalizada de crescimento, mais acentuado em 2024, situação que poderá ser explicada pela garantia que uma informação prévia favorável confere ao promotor da operação urbanística no controlo sucessivo da mesma ou até como garante de valoração das transações no mercado imobiliário.

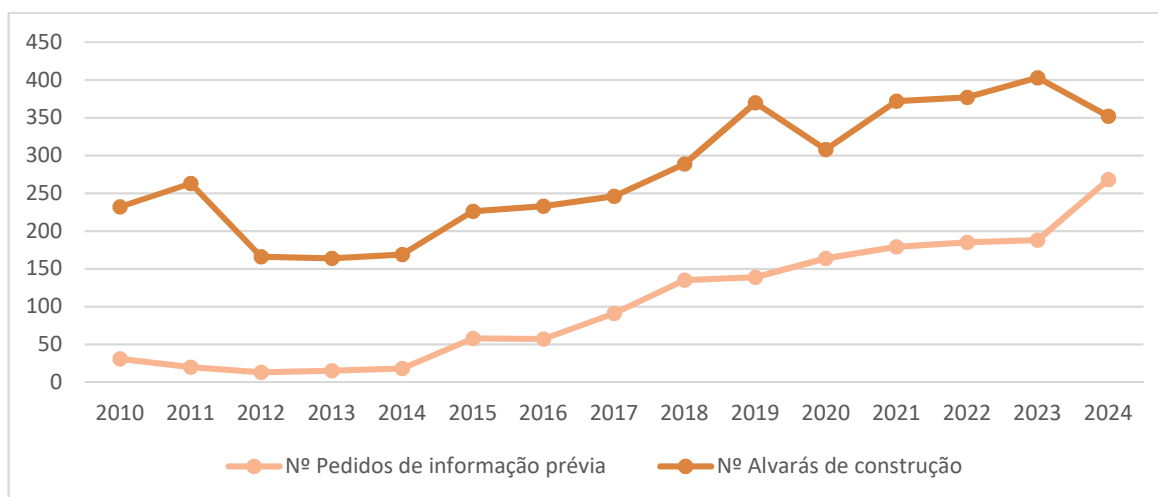


Gráfico 78 – Evolução dos alvarás de construção / pedidos de informação prévia

Para a análise da execução urbana é fundamental perceber também o grau de cobertura do território por operações de loteamento, associando este parâmetro à forma de urbanização do perímetro urbano, fundamentalmente através de promoção privada.

Quanto à emissão de alvarás de loteamento, verifica-se, ao longo dos anos, uma oscilação dos valores que se aproxima das duas dezenas, evidenciando-se, contudo, a situação correspondente ao ano de 2023,

que apresenta um valor total de 30 alvarás emitidos, que corresponde a mais do dobro do verificado no ano anterior, e que face a 2024 voltou a verificar uma redução para quase metade.

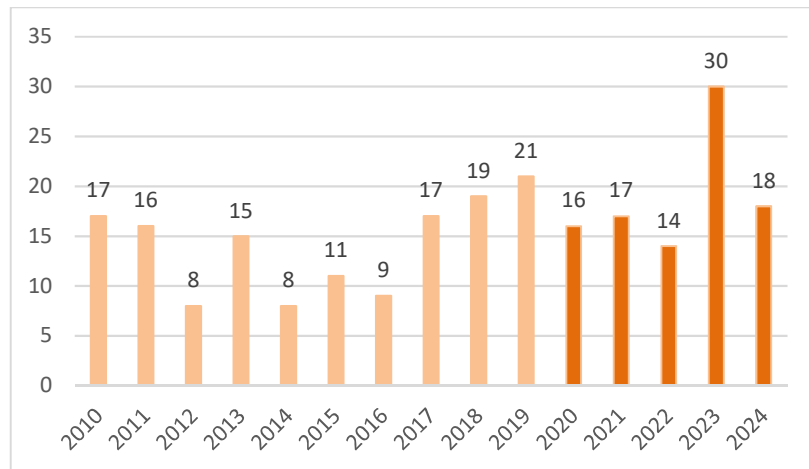


Gráfico 79 - Alvarás de Loteamento emitidos

Da análise do gráfico seguinte, onde se distinguem os alvarás novos e os que correspondem a alterações a alvarás anteriormente emitidos, sobressai, ao longo dos anos em análise, a prevalência do número de alvarás de loteamento (alterações) que não incluíram execução de obras de urbanização, isto é, apoiaram as novas edificações em infraestruturas viárias existentes. Segue-se o número relativo aos alvarás/ alterações já integrando obras de urbanização.

Relativamente às novas operações de loteamento, as que apresentam obras de urbanização prevalecem sobre as outras que têm um valor residual ou mesmo nulo.

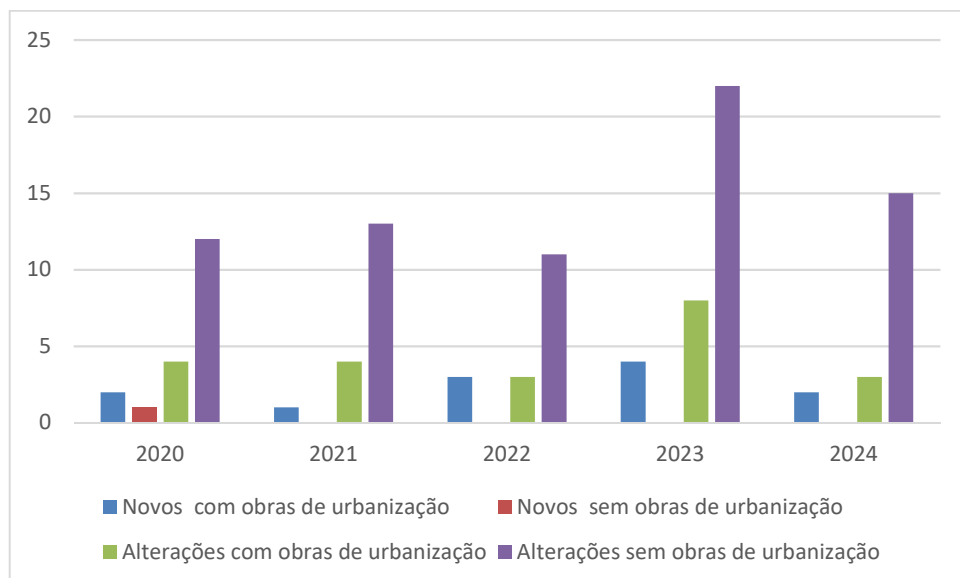


Gráfico 80 - Alvarás de loteamento com e sem obras de urbanização

Quanto às áreas abrangidas por loteamento, à exceção do ano de 2021, apresentam valores substancialmente baixos, o que poderá traduzir uma opção clara de urbanização, visando, por parte do promotor, a simplificação das intervenções e a consequente redução de custos/encargos urbanísticos.

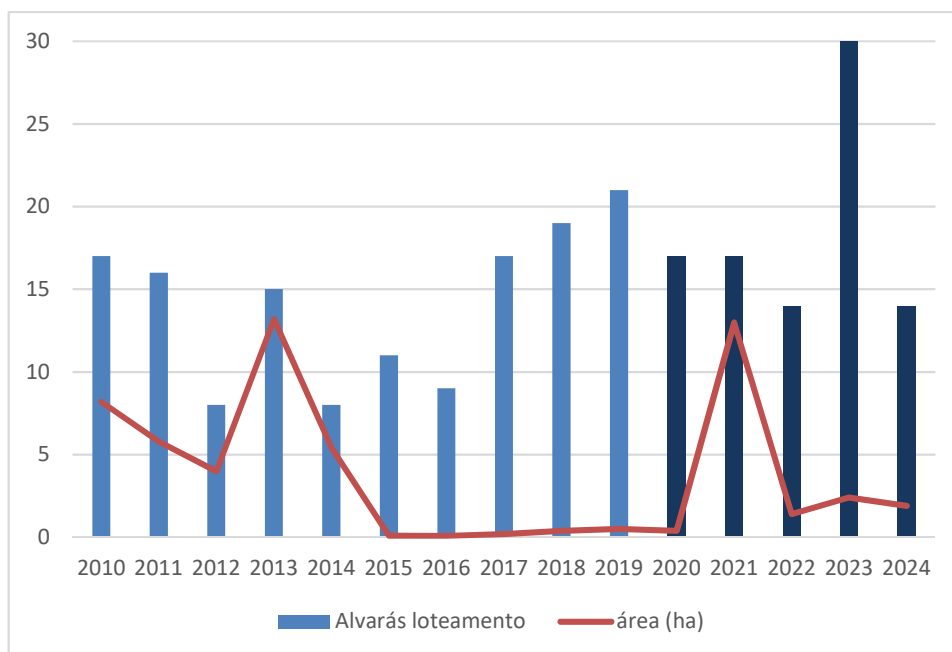


Gráfico 81 - Relação do n.º de alvarás de loteamento e área coberta por loteamentos por ano (ha)

Compilada a informação quanto aos parâmetros das novas licenças de loteamento com e sem obras de urbanização, de forma mais detalhada, constata-se que a área total abrangida por todas estas operações urbanísticas é de apenas 3,57 há, sendo que o número de lotes criados varia desde os 3 até aos 10, sempre destinados a habitação unifamiliar, corroborando a informação do gráfico anterior.

LOCALIZAÇÃO	Parâmetros do loteamento			com obras urbanização					sem obras de urbanização				
	Área (ha)	n.º lotes	tipologia	2020	2021	2022	2023	2024	2020	2021	2022	2023	2024
Glória e Vera Cruz	0,5	13	Uni										
Cacia	0,15	3	Uni										
Oliveirinha	0,07	3	Uni										
Sta Joana	0,24	4	Uni										
Aradas	0,26	10	Uni										
Aradas	0,92	4	Uni										
Cacia	0,12	5	Uni										
Sta Joana	0,25	7	Uni										
Sta Joana	0,15	6	Uni										
Esgueira	0,3	9	Uni										
S.Bernardo	0,17	4	Uni										
Nariz	0,34	5	Uni										
Eixo	0,43	3	Uni										

Na imagem seguinte apresenta-se a distribuição geográfica das operações de loteamento, distinguindo a situação até 2020 e após esse ano até 2024, o que demonstra uma maior “concentração” nas zonas mais

urbanas e de estruturação viária mais estabilizada, desde a área da cidade até à proximidade da A17, sendo patente que a abrangência por operações de loteamento, como meio para a estruturação sistemática da ocupação do território é bastante reduzida.

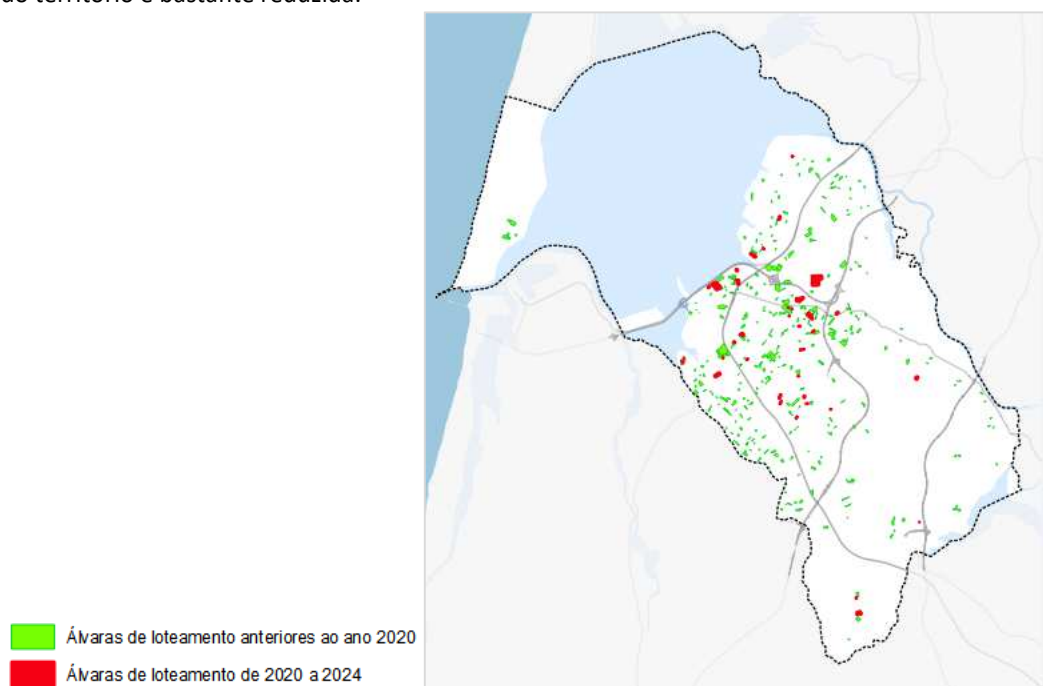


Figura 58 - Distribuição territorial dos alvarás de loteamento

Face ao contexto atrás identificado, importa assim avaliar-se, de forma global, a distribuição geográfica do quantitativo dos requerimentos entre 2020 e 2024, com representação gráfica na imagem seguinte.

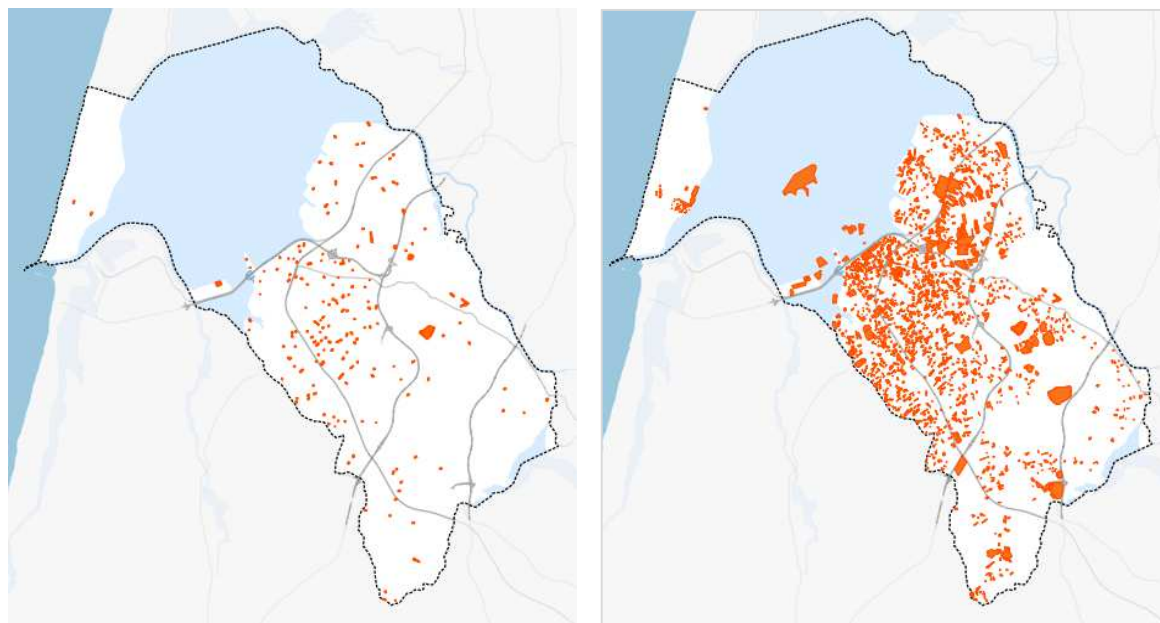


Figura 59 - Requerimentos registados em 2020 e evolução entre 2020 e 2024

A sua análise traduz uma visão geral sobre as áreas do Município onde a pressão urbanística se tem exercido com maior intensidade. A imagem traduz uma densificação diferenciada relativamente ao “eixo” da A17 – a área a nascente, correspondente às freguesias mais urbanas e a área a poente aos territórios mais rurais, assim como, permite perceber a influência que a rede viária tem no processo de ocupação do território - maior concentração de novos processos ao longo das vias urbanas principais, colmatção das frentes da malha urbana, corroborando também o já referido sobre as operações de loteamento, que maioritariamente correspondem a soluções urbanísticas sem obras de urbanização.

Pelo valor global das licenças de construção emitidas entre 2020 e 2024 por freguesia, comprova-se que a distribuição territorial das operações urbanísticas ocorre com maior expressão nas freguesias de carácter mais urbano (glória e Vera Cruz, Aradas e Esgueira) e nas periurbanas (Santa Joana e Cacia), diminuindo progressivamente à medida que nos afastamos até aos territórios mais periféricos, situação retratada no gráfico seguinte.

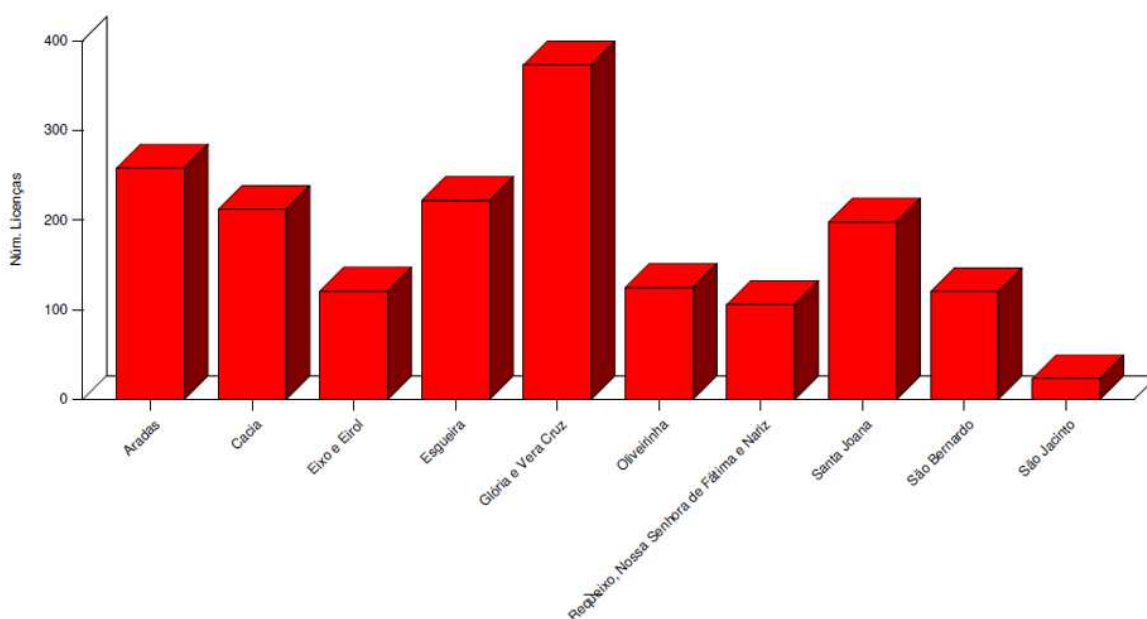


Gráfico 82 - Licenças de construção, por freguesia entre 2020-2024
Fonte: SPO

Numa visão global, pode-se concluir que a maior densidade de pedidos ocorre numa mancha alargada que engloba a cidade e a coroa envolvente a nascente até à A17 e a norte abrangendo a freguesia de Cacia, sem áreas específicas de maior concentração, apoiando-se e distribuindo-se pelas vias existentes, consolidando a malha urbana estabilizada.

Os aglomerados a nascente e a sul do território municipal são os que, claramente, possuem características de menor urbanidade, refletindo, nesse contexto, um menor número de pedidos de operações urbanísticas, confirmando a dicotomia do território face ao traçado da A17. São Jacinto, pelo seu geoposicionamento no território municipal e pelas suas características intrínsecas, reflete também uma dinâmica com pouco expressão, centrando-se em pedidos isolados de habitação unifamiliar, à exceção das pretensões (informações prévias) sobre os terrenos dos antigos estaleiros, com soluções descontextualizadas e que não tiveram subsequente desenvolvimento.

Na área da cidade/freguesia de Glória e Vera Cruz verifica-se que a sua ocupação e consolidação se fez, fundamentalmente, através de operações urbanísticas individualizadas não precedidas de novos loteamentos, embora alguns licenciamentos ocorram em sede de operações de loteamento preexistentes, designadamente, nas áreas de Agradas do Norte e Sá-Barrocas.

Paralelamente, importa também fazer uma análise quanto à dinâmica respeitante à reabilitação urbana, fundamentando-a nos dados disponíveis relativos aos pedidos de certidão de localização de imóvel em **Área de Reabilitação Urbana (ARU)**, cuja delimitação se encontra representada na imagem em baixo.



Figura 60 - Área de Reabilitação Urbana - ARU

Pese embora estas certidões possam ter finalidades diversas, destinando-se não só a possibilitar o acesso a benefícios fiscais e a programas de financiamento relativos à reabilitação do edificado, como também ao *Programa Porta 65 – Arrendamento por Jovens*, os valores que irão ser considerados correspondem aos valores globais, dada a impossibilidade de serem distinguidos no registo do SPO.

Em conformidade com o gráfico seguinte, os números revelam que desde a publicação da delimitação da ARU, ocorrida em 2016, tem havido uma intensificação dos pedidos destas certidões, registando-se uma diminuição dos pedidos entre 2019 e 2021, seguindo-se um aumento a partir desse ano. Estes números, apesar do referido atrás sobre o englobamento das certidões com diferentes destinos num único valor, permitem-nos inferir e ter uma noção generalizada, por extrapolação, do crescente número de edifícios onde são propostas obras de reabilitação e, desta forma, da dinâmica nesta área.

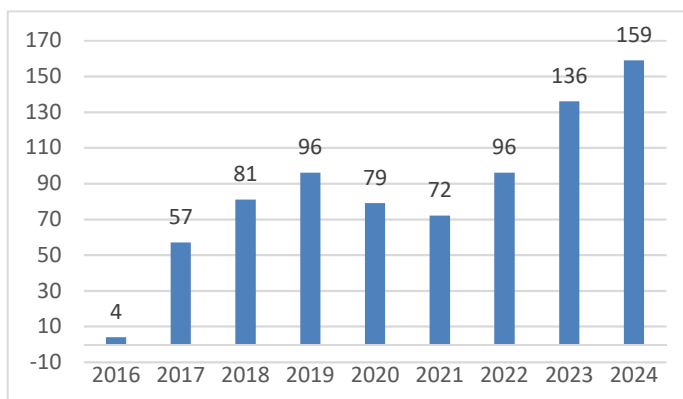


Gráfico 83 - Pedidos de certidão de obras em Área de Reabilitação Urbana

Outro fator a ponderar no âmbito da reabilitação urbana é o Alojamento Local (AL), que se tem revelado motor de grande número de intervenções privadas ao nível da reabilitação de edifícios. Assim, optou-se por fazer uma análise no período temporal que inicia no ano da publicação da delimitação da ARU (2016).

No gráfico seguinte é bastante expressivo o grande crescimento que este setor tem apresentado. Salienta-se, em 2016, o registo de 31 unidades, e em 2023, um total de 133 registos, o maior valor neste período de análise. Contudo, é patente uma acentuada redução dos valores em 2024, que poderá ser justificada pelas alterações do quadro legislativo aplicável (Decreto-Lei n.º 76/2024 de 23 de outubro que veio alterar o Decreto-Lei n.º 128/2014 de 29 de agosto), dado que passou a ser exigido comprovativo de faturação para poder ser mantido válido o registo AL e também face à supressão de autorização em tipologia de apartamento.

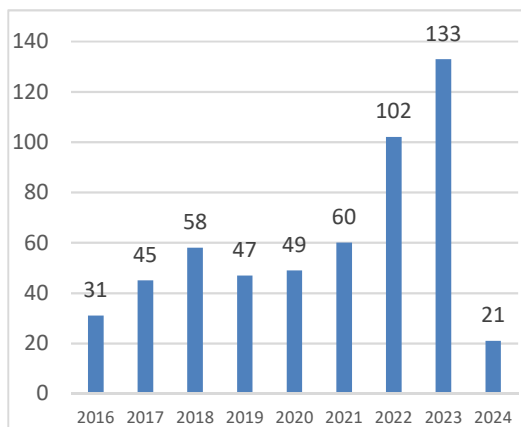


Gráfico 84 - N.º de registos de Alojamento Local
Fonte: INE

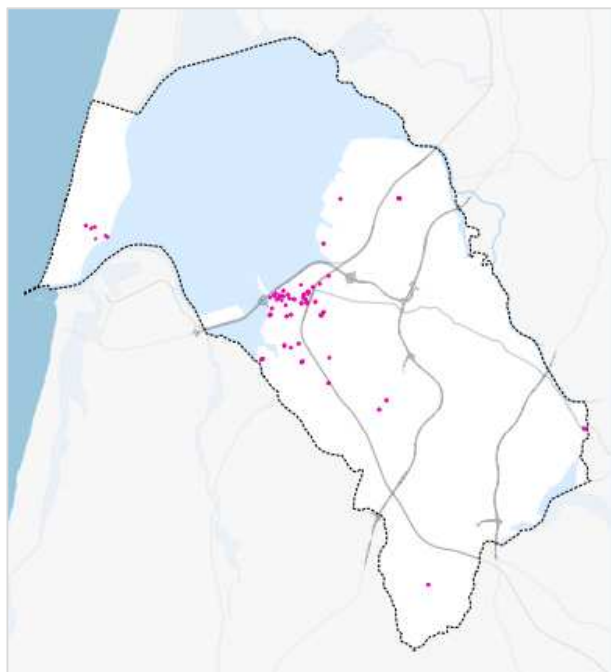


Figura 61 - Distribuição territorial dos AL (2020 a 2024)

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Aradas		1	1		2		2	5	
Cacia				2	1			3	
Eixo e Eirol	1			2					
Esgueira	1		5	1	3	3	1	2	1
Oliveirinha							1	1	
Requeixo, NSFátima e Nariz						1	1		
Santa Joana									3
S. Bernardo				1					
S. Jacinto	2	1		1	1	1	3	7	3
Glória e Vera Cruz	27	43	52	40	42	55	94	115	14

Quadro 53 - Número de Alojamento Local, por freguesia
Fonte: INE

Da análise do número de registos de AL, desagregados por freguesias e por anos, concluiu-se que é na freguesia de Glória e Vera Cruz onde, substancialmente, ocorre o maior número de AL, e que as freguesias de Esgueira e de S. Jacinto apresentam, praticamente em todos os anos, novos registos, embora em números bem mais reduzidos, traduzindo estes valores não só a leitura ao nível da reabilitação urbana, mas também as dinâmicas que o setor do turismo tem registado em Aveiro.

Da abordagem às dinâmicas urbanísticas atrás efetuada se poderá resumir no entendimento de que a problemática do ordenamento urbano, assente num quadro múltiplo de fatores que interagem de maneiras complexas, moldando o desenvolvimento e a metamorfose dos territórios, a sua sustentabilidade e a capacidade de atrair população. Em suma, as mais recentes estatísticas demográficas confirmam que a maior parte da população vive hoje em áreas urbanas, influenciada pela disponibilidade de empregos, pela oferta de transportes, de serviços e comércio, de habitação e espaços verdes, face a um contexto da sociedade contemporânea que integra uma multiplicidade de padrões e práticas de consumo e de comportamentos heterogéneos, face aos interesses e ritmos da sociedade e de cada cidadão.

8. MONITORIZAÇÃO TERRITORIAL – SISTEMA DE INDICADORES

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, estabelece a obrigatoriedade de avaliação e monitorização anual dos indicadores ambientais resultantes do processo de Avaliação Ambiental a que foi sujeito o procedimento da 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Aveiro.

Deste processo resultaram um conjunto de indicadores ambientais que, anualmente, devem ser avaliados e monitorizados, por força do Diploma supracitado.

Os resultados da monitorização dos indicadores ambientais são cruciais para avaliar o impacto das atividades humanas no meio ambiente e orientar a tomada de decisões para a sustentabilidade. A análise destes indicadores encontra-se explanada nos quadros específicos integrantes da Avaliação Ambiental Estratégica – Relatório de avaliação e controlo – 1.ª revisão do PDM-Aveiro (2020-2024), permitindo uma compreensão detalhada do desempenho ambiental e a identificação de áreas que necessitam de atenção.

Neste sentido, os fatores críticos estabelecidos foram:

- Reabilitação Urbana e Qualidade de Vida
- Mobilidade e Acessibilidade
- Património Natural e qualidade dos parâmetros ambientais
- Competitividade e Desenvolvimento económico
- Coesão e Inclusão social

O fator crítico **Reabilitação Urbana e Qualidade de Vida** desempenha um papel essencial na monitorização da coesão e revitalização de um território. A análise e avaliação dos diversos indicadores de seguimento permitem identificar oportunidades para promover o desenvolvimento urbano sustentável e melhorar a qualidade de vida da população.

A análise do grau de concretização do solo urbano é determinada pela percentagem entre o coeficiente de ocupação do solo atual (COS 2018) e a área total do Plano Diretor Municipal (PDM), revelando um aumento de cerca de 0,5% ao longo dos primeiros cinco anos de implementação da 1ª revisão do PDM. Embora este crescimento possa parecer reduzido, ele reflete um processo contínuo de ocupação do solo urbano.

Relativamente à concretização urbana, representada pelo indicador área de implantação, e com base nos dados do INE e do Q4 do SIOU (Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas), verifica-se um aumento exponencial em 2020 da área de implantação, quando foram contabilizados 21.063 m², mais do dobro do valor de referência. Em 2022, registou-se o maior aumento deste indicador ao longo do período analisado, atingindo um valor máximo de 53.921 m². A média anual dos cinco anos indica um aumento de 39.437 m² em relação ao ano base, confirmando um processo crescente de ocupação do solo urbano.

Com base na cartografia à escala 1/10 000 homologada de 2015, levantamentos atualizados em SIG e no conhecimento territorial, verificou-se um aumento de 18.190,00 m² em áreas de espaços verdes. Ao nível da população servida por espaços verdes, houve um acréscimo significativo de 8,87 m² por habitante, alcançando um total de 15,70 m² por habitante em 2024. Este crescimento expressivo face ao ano base deve-se, em parte, à obtenção de dados mais detalhados provenientes das fontes mencionadas anteriormente.

Além disso, registou-se um aumento de equipamentos de utilização pública, contabilizando mais 26 unidades ao longo do período, totalizando 423 equipamentos. Estes indicadores de qualificação do espaço urbano — áreas de espaços verdes, população servida por espaços verdes e equipamentos de utilização pública — evidenciam um compromisso positivo com a melhoria da qualidade de vida e com a promoção de um ambiente urbano sustentável.

A monitorização do fator crítico **Mobilidade e Acessibilidade**, através dos seus indicadores, permite avaliar o impacto do planeamento das políticas públicas, representando um pilar fundamental para a promoção da coesão territorial. A implementação de medidas que favorecem os modos de transporte suaves

em detrimento do automóvel tem a capacidade de gerar benefícios significativos para a população e para o meio ambiente.

A implementação de medidas que favorecem os modos de transporte suaves em detrimento do automóvel tem a capacidade de gerar benefícios significativos para a população e para o meio ambiente. Nos últimos cinco anos, verificou-se um aumento de 5 quilómetros na rede ciclável e o Município tem vindo a criar ou renovar, em média, cerca de 28 quilómetros de passeios anualmente, o que demonstra um compromisso contínuo em qualificar o espaço público para os peões, proporcionando condições mais seguras, confortáveis e acessíveis para as suas deslocações.

Os Censos de 2021 revelaram uma mudança importante nos padrões de deslocação dos residentes de Aveiro para trabalho e instituições escolares, com um decréscimo nos modos suaves e transporte público, acompanhado por um aumento de 12,9% no uso do automóvel privado. Verifica-se, pois, um decréscimo nas deslocações a pé em cerca de 8%, menos 1,6% em bicicleta, e cerca de menos 3% em transporte público. Esta mudança pode ter sido influenciada pela pandemia de COVID-19, que levou muitas pessoas a optar por transporte privado devido a questões de segurança e distanciamento social, bem como pelo aumento do teletrabalho, que alterou a procura por transporte público e modos suaves.

Desde 2017, a gestão da rede de transportes municipais de Aveiro está sob concessão da **AveiroBus**, que opera 12 linhas rodoviárias e uma linha fluvial entre o Forte da Barra e a freguesia de São Jacinto. Inicialmente composta por veículos e embarcações a diesel, a frota foi gradualmente modernizada: em 2018, foram introduzidos 3 autocarros elétricos, seguidos de mais 1 em 2022 e 10 em 2023. Em fevereiro de 2024, o antigo ferryboat a diesel foi substituído pelo **Salicórnica, o primeiro ferryboat elétrico em Portugal**. Este novo ferryboat, apesar de transportar ligeiramente menos viaturas, oferece uma capacidade de passageiros três vezes superior à do anterior e elimina emissões poluentes, destacando-se como um avanço na mobilidade sustentável.

Em abril de 2024, a rede de transportes públicos de Aveiro foi reforçada com a criação das linhas verde e azul, que atendem às áreas mais centrais da cidade e incluem horários noturnos e fins de semana, visando facilitar o acesso para trabalhadores e estudantes em horários alternativos, bem como promover o lazer noturno.

Reconhecendo a importância de melhorar a integração multimodal nos transportes públicos, os dados relativos ao número de utilizadores de transportes coletivos, bicicletas partilhadas (introduzidas em 2023) e outros serviços dão expressão aos esforços do Município em ampliar a oferta de transporte público. Entre 2022 e 2023, verificou-se um aumento de 30% no número de passageiros transportados, passando de 989.326 para 1.272.346 e, em 2024, houve um crescimento adicional de 25%, atingindo quase 1,6 milhões de passageiros, superando os números pré-pandemia de 2019.

A implementação de passes gratuitos foi responsável por cerca de 15% desse aumento, enquanto o crescimento global na oferta de transportes contribuiu com 10,5%. Em termos de produção quilométrica, a rede de transportes rodoviários expandiu quase 50%, totalizando 1.259.501 km em 2024.

Ao nível da infraestrutura, verificou-se um aumento de quatro novas bolsas de estacionamento nos últimos cinco anos, das quais três estão localizadas próximas à estação de comboios e ao terminal rodoviário. Estas bolsas facilitam o uso de transportes públicos por quem chega à cidade de carro, reforçando a eficiência e a acessibilidade do sistema de mobilidade urbana.

O fator crítico **Património Natural e Qualidade dos Parâmetros Ambientais** inclui uma série de indicadores relacionados com o património natural do Município, que abrange a Ria de Aveiro, integrada na Rede Natura 2000 e as Zonas Especiais de Conservação. Este ecossistema lagunar, de grande importância, destaca-se pelo reconhecimento da Pateira de Fermentelos como Sítio Ramsar, características que conferem à região uma relevância ambiental única. A qualidade dos parâmetros ambientais, como a água, o ar e o solo, é essencial para a preservação deste património e para a saúde e bem-estar da população.

No âmbito das iniciativas de valorização do espaço natural, a contabilização de percursos e trilhos interpretativos, tanto na frente da Ria de São Jacinto como nas áreas do Baixo Vouga Lagunar, abrangendo

as freguesias de Cacia e União de Freguesias de Eixo e Eirol, limita-se a percursos homologados oficialmente ou que demonstrem uma função e utilização consistentes. Em 2021, registou-se um aumento de 13 quilómetros em trilhos interpretativos e mais três ações face ao ano base, mantendo-se este avanço durante o restante período de análise.

Em abril de 2023, o Município ratificou o Protocolo de Gestão da Grande Rota da Ria de Aveiro, que foi concebido e desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA). Este protocolo visa assegurar a boa gestão e conservação dos percursos da rota, com a colaboração das 11 Câmaras Municipais envolvidas. A iniciativa tem como objetivo garantir a manutenção e a sustentabilidade da Grande Rota, promovendo a preservação do ambiente e o desenvolvimento do turismo na região.

A Grande Rota da Ria de Aveiro é um percurso de longa distância, com quase 600 km de extensão, dividido em três trilhos independentes, oferecendo a oportunidade de explorar um território único, com diversos pontos de interesse relacionados à preservação da natureza e à sua biodiversidade. Cada percurso apresenta características e particularidades próprias, refletindo a diversidade de ambientes ao longo de toda a região. Embora distintos, os percursos estão interligados permitindo a prática de atividades complementares como o pedestrianismo, o cicloturismo e a náutica.

No que respeita ao uso eficiente da água no setor doméstico, a análise baseia-se em dados fornecidos pelas entidades gestoras AdRA e ADCL, bem como nos Relatórios do Estado do Ambiente (REA), disponibilizados pela APA e pela ERSAR. Em 2023, o consumo per capita aproximou-se da meta estabelecida para cinco anos, demonstrando consistência neste indicador. Em contrapartida, a rega de espaços verdes públicos registou um desvio significativo em relação às metas definidas, devido à expansão urbana e a ruturas na rede, sendo sempre recomendável a implementação de medidas eficientes, como seja a escolha das coberturas e espécies vegetais e de sistemas de rega inteligente.

Quanto à exposição da população ao ruído em zonas mistas e sensíveis, os valores mantêm-se estáveis desde o estudo de 2019. Embora os planos de ação para ruído das vias A1, A25 e A17, avaliados em 2024, tenham gerado dados adicionais, não foi realizado um novo estudo global com cálculos previsionais.

A monitorização da qualidade do ar, baseada no índice de ultrapassagem de limiares de poluentes, registou 10 excedências de partículas PM10 em 2023, causadas por poeiras do Saara trazidas por ventos do quadrante sul. Dados preliminares indicam um possível aumento nas excedências de ozono (O3) e PM10 em 2024, devido a eventos climáticos extremos e incêndios florestais que impactaram a região.

Outro ponto crítico é a gestão de resíduos sólidos urbanos, que exige uma estratégia integrada de sensibilização e redução da produção. A implementação de políticas que incentivem a separação e recolha seletiva de resíduos, assim como a promoção de práticas que minimizem a geração de lixo, são fundamentais para alcançar as metas ambientais e garantir uma economia circular eficiente. Destaca-se a introdução da recolha seletiva de resíduos alimentares no canal HORECA em 2023 (mais de 5.500 moradias e 331 estabelecimentos), acompanhada pela expansão da recolha multimaterial (porta-a-porta, Ecopontos e Ecocentro), visando aumentar as frações recicláveis até 2025 e reduzir os resíduos indiferenciados enviados para aterro. Em 2023, foram recolhidas 1.087 toneladas de resíduos através do sistema trífuxo porta-a-porta, valor que duplicou em 2024, atingindo 2.357 toneladas. No que respeita aos biorresíduos, registou-se um aumento, de 406 toneladas em 2023 para 1.048 toneladas em 2024.

Em 2024, a taxa de reciclagem em Aveiro atingiu 17,87%, um aumento significativo face aos 13,69% registados em 2023 e aos 7,92% de 2018. Este progresso reflete o compromisso contínuo do Município com a sustentabilidade ambiental e a gestão eficiente de resíduos. Neste âmbito, a Câmara Municipal de Aveiro tem promovido diversas ações de sensibilização junto da comunidade, enfatizando a importância da reciclagem e da compostagem doméstica. Destaca-se a iniciativa EcoAventura – Ação pelo Ambiente, que celebra a Semana do Ambiente da União Europeia com atividades gratuitas de educação ambiental dirigidas aos mais jovens.

Todas estas medidas estão alinhadas com as metas nacionais e europeias de gestão de resíduos, visando reduzir a deposição de resíduos em aterro e promover a economia circular. A implementação eficaz destes sistemas de recolha seletiva é essencial para alcançar os objetivos de reciclagem e minimizar o impacto ambiental associado à gestão de resíduos.

Desde 2020, os dados e análises da qualidade do ar passaram a ser disponibilizados diariamente pela APA (Rede QualAR) e em relatórios anuais (REA), com formato distinto dos antigos relatórios da CCDR-C. O relatório de 2023, registou em Aveiro apenas 10 episódios de excedência de PM10, associados a partículas provenientes do deserto do Saara. Aguarda-se o relatório de 2024, sendo expectável um agravamento nos níveis de Ozono (O₃) e PM10, devido a episódios mais intensos daquelas partículas e aos grandes incêndios florestais, conforme indicam os boletins diários entre março e outubro.

O Plano Municipal de Ação Climática, em resposta à Lei de Bases do Clima (Lei 98/21 de 31 de dezembro), foi iniciado em 2023 e aprovado em maio de 2024. A primeira etapa envolveu a criação das Matrizes de Energia e Emissões, que permitiram calcular com os dados conhecidos (dados estatísticos INE ou DGEG referente à indústria) as emissões em 332.605 toneladas, uma redução de 5,6% em relação a 2010. Este valor, embora inferior à meta de cinco anos do PDM, é fundamental para a implementação das 15 medidas de mitigação do PMAC, visando atingir os objetivos climáticos nacionais e europeus até 2030.

Em matéria de incêndios rurais, os dados indicam um aumento da área ardida desde o ano base, possuindo um crescimento significativo nos últimos dois anos. Em 2023 foram registados 115,64 hectares de área ardida, enquanto em 2024 esse número subiu para 143,97 hectares, anos em que o Município foi afetado por incêndios florestais de grande dimensão. A evolução do número de ocorrências de incêndio florestal ao longo dos cinco anos sugere uma estabilização no número de ocorrências entre 2020 e 2022, cerca de 50 ocorrências, seguida de uma diminuição nos últimos dois anos.

A adoção da tecnologia LED tem reduzido consistentemente o consumo de energia elétrica para iluminação pública desde 2021. Em oposição, o consumo de energia em edifícios públicos tem aumentado ao longo dos anos, justificado pelo aumento do número de edifícios afetos à gestão municipal, devido à transferência de competências para o Município nas áreas da educação e de saúde.

O fator crítico **Competitividade e Desenvolvimento Económico** representa uma estratégia abrangente e multifacetada para estimular o crescimento económico, promover o desenvolvimento urbano sustentável e melhorar a qualidade de vida da população. Este fator assume particular relevância na dinamização do tecido empresarial, inovação e reforço da resiliência económica.

A taxa de sobrevivência das empresas nascidas dois anos antes registou um aumento significativo de 4,32%, indicador crucial para a avaliação da resiliência e estabilidade do tecido empresarial local. Este crescimento é aferido com base nos dados de 2022 em comparação com o ano base de 2016, refletindo um cenário positivo para o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas.

O número de pessoas coletivas constituídas mostrou um comportamento desigual entre 2020 e 2021, refletindo o impacto adverso da pandemia de COVID-19 sobre a economia. Durante este período, observou-se uma diminuição na constituição de novas entidades. Todavia, em 2023, foi registada uma recuperação expressiva, com a criação de 373 novas pessoas coletivas, superando o valor do ano base em 49 entidades. Este crescimento demonstra sinais de recuperação económica e renovado dinamismo empresarial.

No panorama empresarial do setor de Informação e Comunicação atingiu-se um notável incremento do tecido empresarial, apresentando um expressivo crescimento que alcançou a marca de 67,89%, refletindo um período de intensa atividade, inovação e investimento dentro do setor, sinalizando um desenvolvimento robusto e promissor para o futuro da Informação e Comunicação.

No domínio industrial, observou-se um reforço substancial da capacidade produtiva local, assente tanto na instalação de novas unidades como na ampliação de estruturas já consolidadas. Merece destaque a implantação de uma nova unidade fabril da empresa Navigator, um investimento de elevada importância estratégica que se traduz na valorização da fileira da celulose e do papel, ao mesmo tempo que promove a criação de emprego qualificado e a introdução de soluções tecnológicas sustentáveis. Simultaneamente,

registaram-se ampliações relevantes em várias unidades industriais, nomeadamente OLI, Indasa, Bosch, Irbal e Rodi, entre outras. Estes investimentos têm reforçado a especialização produtiva do território, aumentado a sua competitividade nos mercados externos e consolidado uma base industrial diversificada e resiliente.

No setor comercial, a evolução tem sido igualmente expressiva, refletindo um aumento da atratividade urbana e uma resposta às novas dinâmicas de consumo. A abertura de duas novas lojas da cadeia Mercadona representa um passo relevante na diversificação da oferta alimentar de grande distribuição, ao passo que a ampliação de duas lojas Lidl sinaliza uma estratégia de consolidação e reforço da presença da marca. Para além das grandes superfícies, verificou-se uma dinâmica particularmente intensa na requalificação e revitalização comercial das zonas centrais da cidade, com a abertura de inúmeras lojas novas na Avenida Dr. Lourenço Peixinho e artérias adjacentes, em grande parte decorrente do investimento feito na reabilitação e modernização do espaço público, contribuindo, assim, para a densificação da atividade económica urbana.

No plano do crescimento urbano, os indicadores analisados revelam uma fase de forte expansão, traduzida no aumento do número de edifícios destinados a habitação, quer em regime livre, quer em soluções acessíveis. No âmbito da estratégia municipal de promoção do acesso à habitação, Aveiro tem vindo a apostar em projetos de habitação a custos controlados, destacando-se o desenvolvimento de um bloco de apartamentos na Quinta da Pinheira, em Aradas. O projeto é promovido pela empresa Encobarra Engenharia, em articulação com a Câmara Municipal de Aveiro, e inclui medidas de incentivo, como sejam, preços de venda abaixo do mercado e benefícios fiscais para os compradores. Com estas condições, pretende-se facilitar o acesso à habitação, especialmente para famílias jovens e agregados com rendimentos intermédios. Esta iniciativa insere-se num investimento alargado que visa dar resposta à crescente necessidade de soluções habitacionais acessíveis no concelho, promovendo maior inclusão social e coesão territorial.

Paralelamente, verifica-se um crescimento do setor do alojamento local, que em 2024 atingiu mais de 140% de camas/utentes, evidenciando o impacto do turismo urbano e a crescente procura por alternativas de hospedagem diferenciadas, salientando-se a inauguração de um novo hotel de cinco estrelas, que reforça a capacidade instalada no segmento de turismo de qualidade superior.

Os diversos espaços culturais e naturais de Aveiro, com destaque para os Museus de Aveiro, galerias e lojas turísticas experimentaram um aumento notável no número de visitantes – entre 2018 e 2024, o crescimento superou os 38,60%, elevando os valores a patamares superiores aos registados antes da pandemia. Em 2024, alcançou-se um novo recorde no número de visitas a museus, galerias e lojas turísticas, registando um aumento de 19% face ao ano anterior, que se traduz em mais 29.153 visitantes, totalizando mais de 350.000 visitantes. Este resultado positivo é atribuído, em grande parte, ao impacto gerado pela nomeação de Aveiro como Capital Portuguesa da Cultura em 2024, que funcionou como uma ação de marketing e de promoção territorial. Nesse mesmo ano, o Teatro Aveirense registou um desempenho notável, tendo o número de espectadores crescido +56,73% em relação ao ano base, atraindo um total de 74.039 pessoas. Este aumento significativo reflete o ambiente cultural vibrante da cidade e o papel central deste equipamento na oferta de programação diversificada.

Especificamente, as visitas a museus e galerias aumentaram de 229.315 em 2023 para 258.468 em 2024, um acréscimo de 11%. As lojas turísticas, como a Loja Turismo & Museus e a Estação, registaram um crescimento de 56%, passando de 64.068 visitantes em 2023 para 92.179 em 2024. Outros equipamentos culturais do município seguiram esta tendência positiva.

O Centro Municipal de Interpretação Ambiental (CMIA) manteve uma procura constante ao longo dos anos, abrangendo visitas espontâneas, workshops, ateliers, grupos escolares e visitas organizadas. O ano de 2024 destacou-se pelo esforço de expansão do horário de funcionamento, medida que reflete o empenho em aumentar a acessibilidade e a interação com a comunidade.

Em jeito de conclusão, os indicadores analisados mostram que Aveiro tem vindo a consolidar a competitividade económica e atratividade turística, mesmo quando enfrenta desafios externos (como foi o

caso da pandemia), confirmando a resiliência e adaptabilidade do tecido empresarial local. O fortalecimento das infraestruturas turísticas e as iniciativas culturais são igualmente elementos fundamentais para impulsionar o desenvolvimento sustentável e elevar a qualidade de vida no Município.

O fator crítico **Coesão e Inclusão Social** constitui um elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar dos cidadãos, garantindo igualdade de oportunidades e de acesso a recursos e serviços essenciais.

O Gabinete de Inserção Profissional (GIP) desempenha um papel ativo no acompanhamento e desenvolvimento de percursos de inserção ou reinserção no mercado de trabalho. Entre 2022 e 2023, observou-se um aumento significativo das ações desenvolvidas, com uma média de até 249 iniciativas realizadas em 2023. Contudo, em 2024, houve uma redução drástica para 48 ações, resultado da redefinição dos objetivos do GIP, que passou de um foco na empregabilidade e integração no mercado de trabalho para uma abordagem mais direcionada ao apoio social. Esta mudança também teve impacto na ausência de colocação de desempregados em ofertas de emprego desde 2021, agravada pela suspensão temporária do GIP entre abril e setembro de 2024.

Registe-se ainda que o número de ações de apoio à inclusão cresceu exponencialmente, alcançando um total de 3.456 iniciativas realizadas desde o ano base, com uma média anual de cerca de 3.000 nos últimos três anos, refletindo o compromisso do Município na luta contra a pobreza e a exclusão social.

Entre 2020 e 2024, foram atribuídas 58 habitações sociais, representando uma medida importante no apoio às famílias vulneráveis, pese embora não resolvam completamente as carências habitacionais existentes, são um contributo essencial para proporcionar estabilidade e segurança às famílias em situação de risco.

Relativamente às condições de habitabilidade e desempenho energético dos edifícios, no que concerne ao indicador de Reabilitação de Habitações Sociais, embora a meta estabelecida ainda não tenha sido completamente alcançada, os resultados demonstram um impulso significativo e promissor. Observa-se um crescimento expressivo de +117,02%, o que evidencia um avanço considerável nas intervenções de requalificação e um comprometimento ativo do Município em transformar e modernizar o seu parque habitacional social, oferecendo melhores condições de vida e promovendo a eficiência energética para os seus residentes, apesar de ainda haver caminho a percorrer até à concretização plena dos objetivos traçados.

O Fundo de Apoio às Famílias (FAF), criado em abril de 2015, tem demonstrado relevância na função de complementar os apoios sociais. O número de candidaturas ao fundo tem mantido uma média de 61 por ano, atingindo um pico de 69 em 2021. O apoio prestado pelo FAF alcançou o seu máximo em 2020 e 2021, com 126 e 198 agregados beneficiados, respetivamente. Contudo, desde 2021, este número tem vindo a decrescer, atingindo o mínimo de 31 agregados em 2024. Este declínio está associado à transferência de competências da Segurança Social para os Municípios, que se intensificou em 2022, com a promoção municipal de respostas mais abrangentes e adaptadas às necessidades locais. Desde julho de 2022, foram criados Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social nas 10 freguesias. Estes serviços facilitam o acesso das famílias às informações sobre medidas de apoio social disponíveis a nível local e nacional, permitindo uma gestão mais eficaz dos pedidos e necessidades.

No âmbito da transferência de competências no domínio da Ação Social, enquadrada no Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto, foram criados, em 2022, os Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social nas 10 freguesias do Município. Para o efeito, foram celebrados Protocolos de Cooperação com 13 instituições de solidariedade social, por forma a assegurar uma cobertura total do território. Os Protocolos subscritos visam assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social e o acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção. Ademais, com a assunção

destas competências, a CMA assumiu a gestão e atribuição dos subsídios eventuais e de carácter emergente aos munícipes em situação de carência económica e vulnerabilidade social. Assim, a existência destes Serviços facilita o acesso das famílias às informações sobre medidas de apoio social disponíveis a nível local e nacional, permitindo uma gestão mais eficaz dos pedidos e necessidades.

Ao longo do período em análise, a cobertura dos equipamentos de utilização coletiva cresceu 4%, consolidando o compromisso do Município na promoção da coesão social. Além disso, as ações desportivas municipais, que têm como um dos seus objetivos incentivar hábitos saudáveis, registaram uma média anual de 17 iniciativas, demonstrando esforços contínuos para fomentar uma vida ativa e saudável entre os habitantes.

Os resultados apresentados evidenciam um progresso consistente nas iniciativas voltadas para a inclusão social, combate à pobreza e promoção da igualdade de oportunidades. A transformação dos objetivos do GIP e as medidas implementadas pelo município refletem um esforço contínuo em adaptar estratégias às necessidades locais, promovendo um impacto positivo na qualidade de vida dos residentes.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Aveiro 2024 configura-se como um instrumento fundamental de avaliação crítica e prospetiva, permitindo aferir o grau de concretização dos objetivos estratégicos municipais, interpretar as dinâmicas territoriais recentes e sustentar a redefinição de prioridades de ação para o futuro.

Após uma análise detalhada das diversas dinâmicas que moldam o território de Aveiro, conforme evidenciado nos capítulos precedentes e sintetizado nas conclusões anteriormente apresentadas, as considerações finais consolidam a visão sobre o estado atual do ordenamento do território e perspetivam o futuro do Município de Aveiro, num exercício objetivo realizado por uma equipa de Responsáveis Técnicos (sob a coordenação da Chefe de Divisão de Planeamento do Território) e Políticos da Câmara Municipal de Aveiro (com a liderança do Presidente da Câmara).

A implementação da 1ª revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) emerge como o elemento central e estruturante do desenvolvimento de Aveiro nos últimos anos. Este instrumento de gestão territorial permitiu, não só uma abordagem integrada e coordenada do planeamento, como também a incorporação de diversas temáticas setoriais, desde a defesa da floresta contra incêndios à mobilidade urbana sustentável e à ação climática. Além disso, reforçou a necessidade de um planeamento ágil e flexível, permitindo adaptações estratégicas às dinâmicas emergentes. A eficácia do correto enquadramento do PDM é patente na orientação dos investimentos municipais, com uma alocação significativa de recursos para áreas estratégicas, como a requalificação urbana, a expansão da rede de equipamentos e a melhoria das infraestruturas.

No domínio demográfico, a par do envelhecimento populacional, regista-se um continuado crescimento populacional de Aveiro, em contraste com as tendências regionais e nacionais, sublinha a capacidade de atração e retenção de residentes. Este dinamismo demográfico, aliado à crescente qualificação da população, constitui um ativo fundamental para o futuro do Município, impulsionando a inovação, o empreendedorismo e a competitividade da economia.

Contudo, este contexto de envelhecimento e crescimento impõem desafios contínuos de programação e gestão dos serviços e interesses públicos, nomeadamente nos setores da educação, saúde, ação social e habitação, para garantir a coesão social e territorial e a inclusão de todos os segmentos da população. Neste contexto, a abordagem sistemática do planeamento territorial torna-se essencial, garantindo que as respostas urbanísticas são adaptadas às necessidades específicas das diferentes comunidades e realidades socioeconómicas locais.

O setor da habitação em Aveiro revela uma dinâmica significativa, marcada pelo aumento do parque habitacional e por um mercado de arrendamento ativo, especialmente nas áreas urbanas. Os esforços e os investimentos da Câmara Municipal de Aveiro na reabilitação urbana, com instrumentos como o PEDUCA e da ARU (entre outros), demonstram um compromisso com a valorização do património edificado e a melhoria da qualidade do ambiente urbano.

A intervenção na habitação social continua a ser uma prioridade, visando dar resposta às necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade e promover o acesso a uma habitação condigna. A incorporação de soluções tecnológicas inovadoras e de planeamento baseado em dados permitirá uma melhor gestão dos recursos habitacionais, otimizando as respostas habitacionais e garantindo maior eficácia nas políticas de inclusão residencial.

O forte investimento da Câmara Municipal de Aveiro em qualificação urbana por todo o Município, em especial, e a venda de imóveis do seu património, como nota útil particular, somadas a outros fatores de gestão do investimento público e privado, foram instrumentos de indução de desenvolvimento urbano e de valorização do edificado e da estrutura económica de forma globalmente considerada.

A estrutura socioeconómica de Aveiro evidencia uma economia diversificada e dinâmica, com uma forte componente no setor terciário e uma população qualificada relevante, registando-se também uma modernização constante do tecido industrial. O mercado de trabalho dinâmico, com uma taxa de atividade consistentemente acima da média nacional, reflete a vitalidade económica do Município.

O poder de compra per capita elevado sublinha a capacidade económica dos seus residentes. Setores como o turismo e as atividades de informação e comunicação apresentam um crescimento notável, contribuindo significativamente para a economia local e para a projeção de Aveiro como um território atrativo à escala mundial.

A articulação com a Universidade de Aveiro e o investimento em infraestruturas de inovação fortalecem o ecossistema de conhecimento e promovem a competitividade do Município. O desenvolvimento territorial regenerativo surge como uma realidade relevante no presente e garantida presença no futuro, promovendo estratégias que não apenas minimizam impactos ambientais, mas também restauram áreas urbanas, ecossistemas menos cuidados e potenciam novas formas de valorização do território.

No que concerne à sustentabilidade ambiental, Aveiro tem demonstrado um compromisso crescente com a adoção de práticas mais sustentáveis. O aumento da recolha seletiva de resíduos, os investimentos em mobilidade elétrica e a expansão da rede ciclável, são exemplos de medidas concretas que visam a redução da pegada ecológica do Município. A aprovação e a implementação do PMAC representam um marco estratégico para a ação climática e para a sustentabilidade (nos seus três pilares: ambiental, económico e social), estabelecendo metas ambiciosas de redução de emissões e promovendo a adaptação aos impactos das alterações climáticas.

A valorização e proteção dos ecossistemas naturais, como a Ria de Aveiro e a Pateira de Fermentelos, são cruciais para a identidade territorial e para o desenvolvimento de um turismo sustentável. O planeamento baseado em dados desempenha um papel fundamental na gestão destes desafios ambientais, garantindo decisões informadas e ajustadas à realidade dinâmica do território.

O planeamento territorial em Aveiro assenta num quadro estratégico bem definido, consubstanciado no PDM e complementado por Planos de Pormenor e Estudos Urbanísticos. Estes instrumentos permitem uma gestão urbanística para a globalidade do território municipal mais detalhada e assente em princípios de rigor e transparência e mais adaptada às especificidades de cada área, promovendo um desenvolvimento coeso e equilibrado.

A articulação com instrumentos de planeamento de âmbito regional e nacional garante a integração de Aveiro nas dinâmicas territoriais mais amplas. A implementação de planos estratégicos setoriais, ao nível da educação, da cultura, da ação social, da habitação, do ambiente, entre outros, demonstra uma visão integrada do desenvolvimento urbano, abrangendo áreas como a regeneração urbana, a mobilidade sustentável e a inclusão social. A incorporação de abordagens ágeis ao planeamento urbano permite uma maior flexibilidade na adaptação às dinâmicas territoriais, possibilitando ajustes rápidos e eficazes em conformidade com a evolução das necessidades do Município.

Num quadro em que a evolução demográfica de Aveiro traduz um cenário de atratividade crescente, assente na valorização do seu sistema urbano, qualidade de vida e dinamismo económico, impõem-se desafios significativos ao planeamento territorial, exigindo políticas públicas proactivas e integradas, apontando para as seguintes **diretrizes de atuação**:

- **Planeamento urbano e habitação:** A pressão demográfica crescente deverá ser acompanhada por uma estratégia de expansão urbana equilibrada, garantindo o direito de acesso à habitação. A reabilitação urbana e a renovação do parque habitacional devem continuar a ser prioridades,

particularmente nas áreas centrais e nos aglomerados urbanos por todo o Município onde se regista maior procura e crescimento.

- **Reforço das infraestruturas e equipamentos:** O aumento da população exige uma resposta adequada ao nível das infraestruturas sociais, com destaque para a rede escolar, cuidados de saúde e equipamentos culturais e desportivos. Estas infraestruturas devem continuar a ser dimensionadas de forma prospetiva, considerando as zonas com maior dinâmica populacional e a capacidade crescente de atração de turistas.
- **Integração e coesão social:** A crescente diversidade étnica e cultural da população residente obriga à implementação continuada de políticas inclusivas e de promoção da interculturalidade, através de programas de acolhimento, ensino da língua portuguesa, mediação intercultural e acesso equitativo aos serviços públicos.
- **Mobilidade e acessibilidade:** A expansão urbana e os novos padrões de distribuição populacional implicam o continuado reforço dos sistemas de mobilidade sustentável, promovendo transportes públicos eficientes e modos suaves de transporte (pedonal e ciclável), com vista à redução da dependência do automóvel e à melhoria da qualidade ambiental.
- **Gestão do envelhecimento e apoio à natalidade:** Apesar de Aveiro apresentar um perfil demográfico mais jovem comparativamente a outras regiões, o envelhecimento populacional continua a ser um desafio relevante. Torna-se necessário investir em serviços de proximidade, cuidados continuados, habitação assistida e políticas que promovam a natalidade e conciliem a vida familiar e profissional.
- **Monitorização e planeamento prospetivo:** Dado o peso crescente das migrações na evolução populacional, recomenda-se a atualização periódica das projeções demográficas, com base em dados intercensitários, permitindo ajustar os instrumentos de gestão territorial e antecipar necessidades futuras.

Em suma, Aveiro demonstra uma trajetória de desenvolvimento promissora, alicerçada num planeamento estratégico robusto, numa economia dinâmica e diversificada, numa Câmara Municipal dinâmica e determinada, e num crescente compromisso com a sustentabilidade ambiental e a inclusão social. A consolidação dos instrumentos de planeamento, em especial o PDM, aliada à capacidade de resposta às transformações sociais, económicas e ambientais, posiciona o Município como um exemplo de governança territorial proativa e resiliente.

Enfrentar os desafios emergentes – da pressão habitacional ao envelhecimento populacional, passando pela integração social e pela transição climática – exigirá uma ação pública integrada, informada por dados atualizados e orientada para a equidade territorial. O Município de Aveiro está, assim, bem colocado para continuar a afirmar-se como um território atrativo, inclusivo e inovador, contribuindo de forma ativa para as dinâmicas regionais e nacionais de desenvolvimento.

O futuro do Município de Aveiro perspetiva-se com a consolidação das estratégias em curso, a concretização dos investimentos programados e uma gestão territorial atenta e adaptativa como pilares essenciais de desenvolvimento. A adoção de abordagens inovadoras, consolidará Aveiro como um território de referência a nível regional e nacional, promovendo uma qualidade de vida crescente e um modelo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável e inclusivo.

O REOT 2024, relatando a evolução e as dinâmicas ocorridas no Município de Aveiro de 2020 a 2024, tem o enquadramento do primeiro quinquénio da vigência da 1ª revisão do PDM (que entrou em vigor em dezembro de 2019), assim como do período de plena capacidade de trabalho e de realização da Câmara Municipal de Aveiro, depois de resolvidas as patologias da instituição no período de 2014 a 2017 (com a implementação de uma profunda reestruturação financeira e organizacional, face à realidade de 2013), conseguindo responder com qualidade às dificuldades criadas pela pandemia da covid-19 com especial incidência em 2020 e 2021.